

CONFLITOS BRASIL NO 2024 CAMPO



CONFLITOS
BRASIL NO 2024
CAMPO



EXPEDIENTE

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2024

Goiânia, abril de 2025

É uma responsabilidade do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT
Rua 19, no 35, 1º andar – Centro
Goiânia/GO - CEP:74030-090

Fone: (62) 4008-6466

Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br

www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB.

A **CPT** é membro da **Pax Christi Internacional**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
Conflitos no Campo Brasil 2024/ Centro de Documentação
Dom Tomás Balduino. -- Goiânia, GO : Comissão Pastoral
da Terra, 2025.

32 p.

ISBN: 978-65-994503-5-8

1. Conflitos agrários. 2. Direito à terra. 3. Posse da terra.
4. Conflitos pela água. 5. Trabalhadores rurais. 6. Trabalho
escravo. 7. Violência no campo. I. Título.

CDD-342.1243

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito à terra 342.1247

Diretoria da CPT

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira
Presidente

Dom Silvio Guterres Dutra
Vice-Presidente

Jean Ann Bellini
Secretária

Coordenação Executiva Nacional

Cícera Gomes Andrade
José Carlos da Silva Lima
Maria Petronila Neto
Ronilson Costa
Valéria Pereira Santos

Conselho Editorial

Anna Karolyne Ribeiro Pereira Sales
Carlos Henrique da Silva
Carolina Motoki
Cícera Gomes Andrade
Igor Rolemberg
José Carlos da Silva Lima
Lira Furtado Moreno
José Plácido da Silva Júnior
Múria Carrijo Viana
Roberta Maria Batista de Figueiredo
Ronilson Costa
Valéria Pereira Santos

Secretaria Nacional

Anna Karolyne Ribeiro Pereira Sales
Carlos Henrique da Silva
Daniel Calixto e Costa
Fabiana Pereira da Silva
Flávio Marcos Gonçalves de Araújo
Gustavo Arruda Ribeiro
Heloisa Sousa Carvalho
Júlia Barbosa Lima Dias
Lira Furtado Moreno
Múria Carrijo Viana
Tales dos Santos Pinto
Zilclene de Sousa Macedo

REGIONAIS

Acre

Darlene Braga
Célio Lima

Amapá

Sisto Magro

Amazonas

Maria Agostinha de Souza
Ana Virgínia de M. dos Santos
Manuel do Carmo da S. Campos
José Jorge Barros
Daniele Berge
Luís Xavier

Araguaia/Tocantins

Ludimila Carvalho dos Santos
Pedro Antônio Ribeiro
Dácio Alves Pereira de Oliveira

Bahia

Roseilda Cruz da Conceição

Ceará

Francisco Silva de Sousa

Espírito Santo/Rio de Janeiro

Elaine Ferreira de Oliveira
Samira Oliveira

Goiás

João Marcos Cardoso Picarti
Gerailton Ferreira dos Santos

Maranhão

Silmara Moraes dos Santos

Mato Grosso

Luana Carina Bianchin
Marjorie Jeanine Ferreira Silva
Naira Klein Maranhão

Mato Grosso do Sul

Roberto Carlos de Oliveira
Neuza Araujo da Silva

Minas Gerais

Italo Kant Marinho Alves
Emmanuel Duarte Almada

Nordeste 2 (AL, PB, PE e RN)

Marluce Melo
Renata C. César de Albuquerque
Gerlane Simões
José Plácido da Silva Júnior

Pará

Francisco Alan Santos Lima
Judith Ribeiro Gama

Paraná

Dirceu Fumagalli
Isabel Cristina Diniz

Piauí

Altamiran Lopes Ribeiro
Teresinha de Jesus Soares de
Menezes Pereira

Rio Grande do Sul

Luiz Antônio Pasinato
Andrei Thomaz Oss-Emer

Rondônia

Josep Iborra Plans
Wellington José Lamburgini

Roraima

Vilma Augusta da Silva
Maria José dos Santos

Assessoria

Prof. Dr. Igor Rolemberg
Antropologia Social-CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Luiz Jardim de
Moraes Wanderley
Geógrafo-UFF

Prof. Dra. Roberta Maria
Batista de Figueiredo
Geógrafa-UFMA

Assessoria Administrativa

Agna Clarilea Santos da Silva
Cleusa Batista de Paula
Edgar Junio Santos
Ludimila Lelis Ataidés
Marisa Tavares Feliciano

Miquicelany Linhares G. de Souza
Roberta César Araújo

Revisão de textos

Vinícius Pontes

Diagramação

Estúdio Massa

Seleção de fotos

Carlos Henrique da Silva
Heloisa Sousa Carvalho
Júlia Barbosa Lima Dias

Fotos

João Paulo Guimarães
Capa e Abertura Conflitos no Campo

Raniere Roseira
Abertura Terra

Thomas Bauer
Abertura Água

Tatiana Cardeal
*Abertura Trabalho e
Violência contra Pessoa*

Helenna Castro
Abertura Manifestação

Teresinha Menezes
Abertura Notas CPT

Arte da capa

Estúdio Massa

Apoio

PPM - Pão Para o Mundo

CCFD

Comité Catholique contre la
Faim et pour le Développement

D&P - Development and Peace

Misereor

Fundação Ford

Clua - Climate and Land Use Alliance

SUMÁRIO

Dedicatória	6
Apresentação	8
Metodologia	14
Organograma dos temas publicados	24
TABELA 1 Comparação dos Conflitos no Campo	25

CONFLITOS NO CAMPO

INFOGRÁFICO 1 Total de conflitos no campo dos últimos 10 anos ...	27
Uma Introdução aos Conflitos no Campo – 2024	28
<i>Guilherme Delgado</i>	
TABELA 2 Conflitos no Campo Brasil	35

TERRA

O velho e o novo na fronteira da destruição da amazônia: a Amacro	104
<i>Afonso Maria das Chagas</i>	
TABELA 3 Violência contra a Ocupação e a Posse	115
Conflitos no campo e guerra química: os dados relacionados à contaminação por agrotóxicos no Brasil	116
<i>Alan Freihof Tygel, Emiliano Maldonado, Jakeline Pivato</i>	
TABELA 4 Conflitos por Terra	130
INFOGRÁFICO 2 Contaminação por Agrotóxicos	131

ÁGUA

Análise dos conflitos pela água em 2024	132
<i>Roberto Malvezzi (Gogó)</i>	
TABELA 5 Conflitos por Água	142

TRABALHO	INFOGRÁFICO 3 Trabalho Escravo	147
-----------------	--	-----

	Raízes de exploração: o trabalho escravo nas lavouras brasileiras	148
--	---	-----

Brígida Rocha dos Santos, Evandro dos Anjos Rodrigues

	TABELA 6 Conflitos Trabalhista	155
--	--	-----

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA	INFOGRÁFICO 4 Violência policial e o “Movimento Invasão Zero”	157
----------------------------------	---	-----

	O outro lado do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro: as violências deflagradas nos conflitos do campo em 2024	158
--	--	-----

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves, Paula Vitória Moreti Soares, Karoline Santoro Souza

	TABELA 7 Violência contra a Pessoa	169
--	--	-----

	TABELA 8 Assassinatos	170
--	-------------------------------	-----

	TABELA 9 Tentativas de Assassinato	171
--	--	-----

	TABELA 10 Ameaçados de Morte	173
--	--------------------------------------	-----

MANIFESTAÇÕES	Um olhar pastoral sobre os conflitos Ser “sinal de contradição”	178
----------------------	---	-----

Anna Maria Rizzante Gallazzi

	TABELA 11 Manifestações	191
--	---------------------------------	-----

NOTAS EMITIDAS PELA CPT	Notas	192
--------------------------------	-------------	-----

	Listagem dos Movimentos Sociais, Entidades, Organizações	210
--	--	-----

	Fontes de pesquisa	212
--	--------------------------	-----

In Memoriam

Anacleta Pires da Silva

(*13/07/1966 | +17/09/2024)

Mulher preta, lavradora, pedagoga, professora, liderou várias lutas em sua comunidade, o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim - MA. A partir daí, inspirou e colaborou na organização, resistência e conquista de diversos territórios no Maranhão e no Brasil, em defesa da terra, da cultura e dos modos de vida ancestrais. Dizia ela: *“Quando alguém fala em vender a terra, eu vejo o meu corpo ser negociado. Eu sou a terra. Terra é para cuidar. A terra é a nossa vida e é preciso ter respeito por ela”*.

Anacleta, que sua exemplar trajetória de luta em defesa do chão sagrado das comunidades tradicionais, e toda a vida, ilumine a nossa caminhada.

Antônio Canuto

(*22/01/1941 | + 03/12/2024)

Um dos criadores da CPT, era guardião das memórias das lutas dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas. Isso porque, como poucos, sabia escrever e o fazia desde sua solidariedade concreta com estas lutas, em profética fidelidade aos “pobres da Terra e da Terra de Deus”. Bem-humorado sempre, gostava de fazer trocadilhos e tinha um sorriso largo que contagiava todo o ambiente.

Perguntados sobre o que gostariam de dizer sobre ele, para constar nesta dedicatória do “Caderno de Conflitos”, com o qual era colaborador, seus familiares assim se expressaram: *“Canuto, uma vida movida pela memória subversiva do Evangelho. Existem pessoas que deixam marcas e memórias em nós, e, por isso, vivem para sempre. Você é uma delas, e viverá para sempre em cada pessoa com quem conviveu, escutou as palavras, compartilhou das lutas por direitos à vida, e cuidou da preservação de suas memórias”*.

Mário Aldighieri

(*27/06/1937 | +27/02/2025)

Animador nacional da CPT no início da década de 1980; foi ele que deu início à prática da documentação dos conflitos ligados às diferentes formas da luta popular contra a histórica violência que estruturou, manteve e agravou a apropriação privada de quase todo o território brasileiro em poucas mãos. A amizade e o espírito criativo de fiel discípulo do Mestre Jesus de Nazaré marcou sua relação com todas as pessoas que encontrou nas várias regiões do país. Que o Mário seja nosso protetor e inspirador para os tempos em que vivemos e nos caberá ainda viver.

APRESENTAÇÃO

Elizabeth Teixeira 100 Anos

A resistência no campo
É uma luta secular
Os lutadores do povo
Vêm a protagonizar
Na história seus valores
De povos trabalhadores
Com força raça e firmeza
Elizabeth ousadia
100 anos de valentia
Surge as Ligas Camponesas.

Seu esposo João Pedro
Grande líder de Sapé
Ao ser tombado na luta
Elizabeth mulher
Continua seu legado
O seu sangue derramado
Nesta terra de disputa
Com coragem e ousadia
Elizabeth anuncia
Continuarei tua luta.

Elizabeth Teixeira
Viveu a vida de João
Foi pra clandestinidade
Sofreu uma grande opressão
Foi presa e torturada
Sua vida ameaçada
Sentiu a perda dos filhos
Da luta não desistia
Passando sua energia
No olhar firme seu brilho.

Um exemplo de mulher
Corajosa destemida
Em tempos de ditadura
Quase perdeu sua vida
Lutou por reforma agrária
Contra a vida precária
Que vivia o camponês
Lutou por dignidade
Por direito a liberdade
Contra um estado burguês.

E depois de tantos anos
Não se fez reforma agrária
Elizabeth traduz
Luta revolucionária
Não devemos desistir
A luta deve seguir
Por um mundo mais igual
Com terra pra produção
Saúde e educação
E justiça social.

Foi João Pedro Teixeira
Marcado para morrer
Elizabeth Teixeira
De marcas no seu viver
Mulher de vida sofrida
Sua história descrevida
Demonstra o quanto és forte
Pois nada te fez parar
Mesmo ao se deparar
Diversas vezes com a morte.

100 anos desta mulher
Valente, forte e guerreira
Sua vida é exemplo
Heroína brasileira
Com altivez e bravura
Passou pela ditadura
Que tanto mal só lhe fez
Sua vida e sua história
Eterniza na memória
Desse povo camponês.

Elizabeth Teixeira
É o seu aniversário
A luta ganha o presente
Vivendo esse centenário
Lenda viva em meu país
De um povo humilde e feliz
Faz a luta necessária
Seu discurso é verdadeiro
O estado brasileiro
Nunca fez reforma agrária.

Viva a luta Elizabeth
Viva as ligas camponesas
Viva a luta da mulher
Viva sua realeza
O campo enverdeceu
Elizabeth venceu
Na vida uma quimera
És mulher batalhadora
Pra sempre merecedora
Das flores da primavera.

Poeta João Muniz

09/03/2025

“Romper Cercas e Tecer Teias: A Terra a Deus Pertence! (cf. Lv 25)”

O ano de 2025, em que comemoramos 50 anos da Comissão Pastoral da Terra, é também de celebrar os 40 do seu setor de documentação, criado em 1985, com a publicação de seu primeiro Caderno de Conflitos em 1986. Coincidentemente, em 27 de fevereiro último, “encantou-se”, aos 88 anos, o p. Mário Aldighieri, o seu iniciador¹. Por tantos suficientes motivos, este Caderno de Conflitos, referente a 2024, aqui apresentado, além de denúncia e anúncio como sempre, é também de celebração jubilar.

Consta que o p. Mário, desde que chegou como secretário-executivo nacional da CPT, em 1979, atento e metódico historiador que era, passou a anotar os relatos de conflitos agrários trazidos nas reuniões ordinárias dos diretores da CPT, vindos das Grandes Regiões do país em que ela se organiza. Sob a censura imposta aos meios de comunicação pela Ditadura Civil-Militar de 1964, isso não era notícia nem havia outras fontes de informação confiáveis. O primeiro Caderno, publicado em 1986, era basicamente dessas suas anotações e inaugurou o setor de documentação, que em 2013 passou a ser chamado Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC, em homenagem a um dos criadores da CPT, que se encontrava em grave estado de saúde e veio a falecer meses depois, no ano seguinte, aos 91 anos.²

Duas mulheres de luta também merecem ser aqui lembradas: ir. Dorothy Stang, da CPT Pará, no 20º ano de seu assassinato, pelo qual aqueles dos mandantes e executores que foram condenados

logo foram soltos³; e Elizabeth Teixeira, a histórica líder das Ligas Camponesas, “mulher marcada para viver”, no seu 100º aniversário⁴. E mais um homem – Antônio Canuto, um dos criadores da CPT e dos seus agentes mais contínuos, dedicados e fiéis, inclusive na documentação de conflitos e como escritor de suas histórias, falecido em 03/12/24, aos 83 anos⁵.

Jubileu na tradição bíblica, conforme o capítulo 25 de Levítico, era “ocasião para restabelecer uma correta relação com Deus, entre as pessoas e com a criação, e implicava a remissão de dívidas, a restituição de terrenos arrendados e o repouso da terra”⁶. É nesta perspectiva e intenção que a CPT celebra seu cinquentenário com o V Congresso Nacional, a ser realizado entre os dias 21 e 25 de julho, em S. Luís, do Maranhão cujos agentes pastorais tiveram importante papel na criação e consolidação desta inovadora pastoral. O tema do congresso é “CPT 50 anos - Presença, Resistência e Profecia”, o lema é o que serve de epígrafe a esta apresentação e o símbolo o tambor, cujo batucar é de dança, culto, convocação e ritmo de caminhar.⁷

Infeliz e desafiadoramente, mais uma vez, os dados, análises e reflexões deste Caderno, aos 50 anos da CPT, vão na direção contrária, anti-jubilar. Tanto mais quanto – como sempre sofremos nestas ocasiões de documentar, quantificar e elaborar estatísticas e análises –, por trás dos números buscamos os rostos ainda mais sofridos de pessoas, famílias, comunidades, povos... Sejam as páginas seguintes, ao menos, em nome deles e delas, gritos de memória, denúncia, anúncio e esperança. A estes olhares, rostos, gritos e apelos se somam centenas de outros, retrospectivos,

1. Veja em: [Comissão Pastoral da Terra - NOTA DE PESAR - Padre Mário Aldighieri](#).

2. Veja em: [Comissão Pastoral da Terra - CEDOC](#).

3. Veja em: [Comissão Pastoral da Terra - Programação semanal marca a memória da luta e dos 20 anos do martírio da irmã Dorothy Stang](#).

4. Veja em: [100 anos de Elizabeth Teixeira: conheça a história da mulher marcada para viver - Brasil de Fato](#).

5. Veja em: [Comissão Pastoral da Terra - NOTA DE PESAR - Antônio Canuto: presente!](#)

6. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. 2024. [Jubileu de 2025: 7 dicas para entender e viver bem](#). Acesso em: 21 mar 25.

7. Veja em: [Comissão Pastoral da Terra - V Congresso Nacional da CPT acontece em julho de 2025, em São Luís \(MA\)](#).

facilitados pelo acervo de fotos aqui republicadas.

Entre as inúmeras violências de sempre, o ano de 2024 foi marcado por enchentes e inundações, secas severas, incêndios criminosos e contaminações por agrotóxicos. Vários Projetos de Lei tramitaram em Assembleias Legislativas Estaduais e no Congresso Nacional com objetivo de dar caráter de legalidade a investidas do agro-hidro-mínimo-carbono-negócio, a reboque da Extrema-Direita nacional e internacional em ascensão numa tentativa salvar o sistema capitalista em crise profunda (terminal?), contra a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras em luta pelo acesso e permanência na terra, de indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais em retomadas e busca de reconhecimento de seus territórios. Estes resistem como podem, a sinalizar pistas de efetiva sustentabilidade eco-social. É nesse embate violência versus resistência, que a CPT apresenta os dados dos conflitos no campo, ano 2024, como contribuição à resistência.

Dados principais

Em 2024, foram contabilizadas 2.185 ocorrências de Conflitos no Campo (por terra, água, trabalho e resistências). É o segundo maior número de conflitos no campo de toda a série histórica, desde 1985, abaixo apenas de 2023 (2.250). Conflitos por Terra foram 1.768, no mesmo patamar de 2023 (1.766), o que resulta no maior número da última década.

Houve queda no número de ocorrências de várias formas de Conflitos por Terra – despejos, ameaças de despejo, grilagem, pistolagem, destruição de pertences, expulsão, omissão/conivência de autoridades e violação das condições de existência –; como explicar?

Os casos de Incêndios aumentaram 113% e de Desmatamento Ilegal 39%, sendo a Amazônia Legal a região mais afetada.

O número de ocorrências da violência Contaminação por Agrotóxico é o maior da década (276), com 17.027 famílias afetadas, um aumento de 763% no número de conflitos e 582% no número de famílias. A maioria dos casos (228) foi registrado no Maranhão, muitos com pulverização aérea.

Em 2024, foram registradas 266 ocorrências de Conflito pela Água, 16% a mais em relação a 2023 (230), representando o terceiro maior número de casos nos últimos cinco anos.

O número de Assassínatos caiu em 2024: foram registradas 13 vítimas, quando no ano anterior foram 31. Os indígenas continuam sendo as principais vítimas. As Tentativas de Assassínato foram a terceira maior forma de violência praticada contra as comunidades e povos do campo em 2024, com 103 ocorrências, o que equivale a 7% do total (1.530) de ocorrências de Violência contra a Pessoa e 43% a mais que em 2023 (72).

Nesse ano, foram registrados 151 casos de Trabalho Escravo e 1.622 pessoas resgatadas, entre elas 38 com faixa etária infanto-juvenil. Ocorreram em todas as regiões do país, com destaque para o Sudeste e Sul; o que é surpreendente? E representam uma queda de 40% nas ocorrências e de 39% no número de resgatados em comparação a 2023. A greve dos funcionários da fiscalização explica; mas esconderá o avanço da prática?

As Violências contra a Pessoa, em 2024, somaram 455 ações, cometidas contra 1.165 pessoas, entre as quais 222 mulheres e 182 menores de idade. Isto significou uma queda em relação a 2023, de 20% nas ações (567 ações) e 21% no número de vítimas (1.480).

Uma “novidade” em 2024, tratada com muitos dados neste Caderno, é o movimento “Invasão Zero”. Fundado na Bahia, o grupo ruralista, composto por grandes fazendeiros e proprietários de terras, notabilizou-se por ações violentas contra famílias em acampamentos, ocupações e reto-

mada de territórios. Além destas ações diretas em todas as regiões no Brasil, o grupo também exerce influência nas casas legislativas, promovendo projetos de lei que criminalizam as ações e movimentos de luta pela terra.

Textos analíticos

O primeiro texto – “*Uma Introdução aos Conflitos no Campo – 2024*” –, do economista Guilherme DELGADO, diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, persegue uma perspectiva que poderíamos chamar eco-sociopolítica e é fundamental para compreensão de tudo o que virá em seguida. Faz um corte esclarecedor na periodicidade dos dados, comparando os relativos a 2016/2022 – equivalentes aos retrocessos políticos entre o golpe parlamentar-midiático que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e o governo de Jair Bolsonaro – com os de 2023/2024, referentes aos dois primeiros anos do atual governo Lula. E constata que entre os períodos não há “*redução significativa da violência agrária geral, exceto nos números de assassinatos. Ao contrário, segue aumentando o número de famílias impactadas pelos conflitos do Eixo Terra, idem para os eventos de ‘trabalho escravo’ e ‘superexploração do trabalho’; com alguma redução das ocorrências no Eixo Água*”. Permanece hegemônica a Economia Política do Agronegócio, “excelente de publicidade” apenas, produtora das poucas commodities de exportação primária e estimuladora do mercado de terras, mesmo comprometida a médio prazo. Conclui o texto que “*o espaço social rural e o espaço da natureza sendo objetos de dilapidação sistêmica*”, evidencia-se uma “*Questão Ecológica*”, a clamar pela Ecologia Integral – preconizada pelo Papa Francisco na encíclica “*Laudato Si*”, lançada

há 10 anos –, além de uma reestruturação radical das políticas agrária e agrícola.⁸ E só “*desmontando a máquina de idolatria e necrofilia associadas, que efetivamente poderemos melhorar sensivelmente os indicadores de ‘Conflitos no Campo’*”.

Criada em 2021 pelo governo Bolsonaro como “Zona Especial de Desenvolvimento Sustentável”, para o avanço das fronteiras do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos, a AMACRO, região de mais de 45 milhões de hectares em municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, tem sofrido desde então a multiplicação e o crescimento das diversas formas da violência agrária. Tal como aconteceu com seu antecedente, o MATOPIBA, na região do que resta dos Cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, criado pelo governo Dilma Rousseff, em 2015. É o que comprova o texto “*O velho e o novo na fronteira da destruição da Amazônia: a AMACRO*” do advogado, professor e assessor da CPT Rondônia, Afonso M. das CHAGAS. Constata ele que “*contra a lógica dos ‘custos inerentes’ do progresso e do desenvolvimento, os dados demonstram a voracidade desse avanço sobre florestas, rios e seus povos. Nesses casos, a letalidade da violência desmente a suposta inevitabilidade desses ‘custos’, uma vez que a imposição desse modelo extermina ou sacrifica vidas em nome dessa mesma ordem. Inerentes a esse modelo, portanto, são a violência, a destruição e a morte*”. Contudo, “*se os ‘números falam’, contam também uma outra história: a da resistência e da esperança. Como se afirmassem que, por mais que persista a lógica da violência, ela não detém a última palavra*”.

Os conflitos envolvendo o uso de agrotóxicos foram analisados por Alan F. TYGEL, Emiliano MALDONADO e Jakeline PIVATO, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no texto “*Conflitos no campo e guerra química: os dados relacionados à contaminação por agrotóxicos no Bra-*

8. A esta acrescentaríamos a Exortação Apostólica “[Laudate Deum](#)”, o grito do Papa por uma resposta à crise climática - [Vatican News](#), lançada em 2023, a completar e cobrar respostas à encíclica. E a proposta da “Economia de Francisco” feita pelo Papa, em 1º de maio de 2019, a jovens economistas e empreendedores do mundo por uma nova economia, inspirada no santo de Assis, à qual jovens brasileiros propuseram o acréscimo de Clara de Assis para contemplar a dimensão de gênero. Veja: [CARTILHA A5 PORT V4 01 03 Digital-1.pdf](#).

sil”, trazendo informações contundentes e abalizadas denúncias. Entre estas a de que *“estamos inseridos em um cenário de graves injustiças socioambientais que direcionam os danos e riscos químicos para os povos e populações do Sul Global. Trata-se de um padrão econômico extrativista que está organizado para a acumulação da riqueza em poucas empresas do Norte Global”*. O Brasil, entre os três países maiores consumidores de agrotóxicos, assiste o aumento cada vez mais abusivo desta prática, no rastro do avanço do agronegócio, para o que não têm faltado alterações e sustentações do sistema jurídico-político e avanços tecnológicos como a pulverização aérea, agora também por drones. A análise dos dados chega a uma grave conclusão: *“os agrotóxicos são armas químicas utilizadas dentro de um contexto maior de violência no campo, em que o objetivo principal é inviabilizar a vida no campo, nas florestas e nas águas de modo a expulsar estas populações e abrir caminho para uma exploração cada vez mais intensa dos bens naturais para geração de lucro”*. O colapso civilizacional, porém, exige cada vez mais *“reforma agrária popular, defesa dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e agroecologia”*.

Sobre os conflitos no Eixo Água, o texto *“Análise dos Conflitos pela Água em 2024”*, de Roberto MALVEZZI, agente antigo da CPT e assessor da Comissão de Ecologia Integral e Mineração / CNBB, resgata o percurso histórico do tema na CPT, que inventou o neologismo “hidronegócio” e passou a evidenciá-los nos Cadernos em 2002. O cenário conflitivo explica-se pelo controle da “Oligarquia Internacional da Água”, com maiores avanços através das hidrelétricas, agricultura irrigada e intensiva em agrotóxicos, exploração e comercialização de águas, mineração e em recentes investidas na legislação e na privatização de serviços de água e esgoto, facilitando a gestão público-privada lucrativa. A consequência é o aumento da conflitividade pela água, de quatro diversos tipos e doze situações de ocorrências, com seus causadores e categorias que as sofreram, como se evidenciou em 2024 em relação a 2023, sugerindo agravamento nos próximos anos...

A análise dos dados relativos ao Trabalho Escravo, neste ano, ficou a cargo de Brígida R. dos SANTOS e Evandro A. RODRIGUES, agentes das CPTs Maranhão e Tocantins, respectivamente, ambos atuantes na Campanha “De olho aberto para não virar escravo”, da CPT, iniciada em 1997. Considerando os registros de conflitos nas lavouras de milho e de café e também de soja, cultivada na entressafra do milho, com ênfase na de café, destacam os tipos de trabalho e o quantitativo de pessoas envolvidas e resgatadas, majoritariamente negras, inclusive crianças e adolescentes. Além do comparativo de ocorrências entre 2024 e 2023, o fazem também com a série histórica dos últimos dez anos, de 2015 a 2024. Os dados representam uma significativa queda em relação a 2023, algo menos a comemorar quando se considera a greve de auditores fiscais do trabalho, prolongada por todo o ano, por melhores condições de trabalho, melhoria salarial e a realização de concurso público para ampliar o quadro já defasado de funcionários. A análise evidencia o quanto o trabalho escravo e a superexploração do trabalho estão atrelados à redução dos custos de produção e ganho de rentabilidade das *commodities* agrícolas para exportação, determinado pelo mercado global. Conclui com 13 propostas de ações perfeitamente exequíveis para combater e erradicar tão reiterada e abominável prática.

Os dados de Violência Contra a Pessoa foram tratados por três pesquisadoras – Rafaela P. A. NEVES, Paula V. M. SOARES e Karoline S. SOUZA – ligadas ao Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO, da Universidade Federal Fluminense – UFF, do Rio de Janeiro, no texto *“O outro lado do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro: as violências deflagradas nos conflitos do campo em 2024”*. O mapeamento e análise minuciosa das violências contra a pessoa (ameaças de morte, tentativas de assassinato, assassinato e prisões) identifica as diversas categorias que as causaram e as que as sofreram e considera sua espacialização geográfica. Segundo as autoras, são *“dimensões dos conflitos que caracterizam a atual dinâmica socioeconômica do espaço agrário brasileiro”*,

reveladoras de “quem concentra terra e detém o poder político e econômico e suas estratégias violentas de expansão do território”, com “apetite insaciável”, e de quem é “alvo desses conflitos e suas práticas e lutas sociais de r-existência”. Concluem elas: “A receita de um país exportador de commodities agrícolas de baixo valor agregado é concentração de terra, degradação dos recursos naturais, exploração dos trabalhadores e a necessidade constante de expansão da fronteira agrícola, o que acarreta cada vez mais conflitos. O debate sobre a diminuição ou até mesmo a erradicação da violência no campo demanda uma outra relação com a terra que não seja a de mercadoria (agro-negócio), mas que a entenda como meio de produção/reprodução metabólica da vida (agri-cultura), baseada nas pessoas e no respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, os povos e comunidades tradicionais têm muito a ensinar”.

O olhar pastoral sobre os conflitos, que sempre conclui as análises do Caderno, desta vez de Anna M. R. GALLAZZI, agente da CPT e da Pastoral Carcerária, traz o título e convite “Ser ‘sinal de contradição’”. A questionar e responder o que significa ser pastor e fazer pastoral, condena o silêncio frente às violências que quase sempre predomina na prática cotidiana de líderes religiosos e seus “fiéis”, à exceção de uma “pequena e valente minoria”, da qual fazem parte as pastorais sociais. Dois motivos explicam este silêncio. Um “vem de uma concepção simplista e até conveniente que a tarefa do ‘pastor ordenado’ é ser pastor de todos, como sinal de unidade”. O outro “é considerar que a tarefa da comunidade é acudir as ‘vítimas’ com nosso assistencialismo”. Diz Anna que “se fala muito do rebanho do Senhor, mas evita-se falar nos ‘lobos’, nos ‘assaltantes’, nos ‘mercenários’ que ameaçam, agriem, exploram e matam o rebanho. Não precisamos de pastores se não existem lobos a ameaçar o rebanho. Este será sempre o maior desafio para nós da CPT e para a Igreja toda, seja qual for sua denominação: identificar os lobos, que podem mudar de nomes, formas e jeito de operar, mas se tornam a cada tempo mais vorazes, ferozes, cruéis e implacáveis. Mais

espertos também, entortando as leis e o direito em favor de seus interesses e ganância e sempre em prejuízo dos grupos mais empobrecidos e vulneráveis”. A verdadeira pastoral, no caminho de Jesus, o Bom Pastor, “significa estar contra quem provoca essas mortes e destruição. Significa tornar-se sinal de contradição, ser malvisto, ameaçado, perseguido, processado, caluniado, assassinado. (...) ser sinal vivo de que Deus está do lado de toda vida ameaçada, desprezada, excluída, marginalizada, perseguida, na busca permanente do reino de Deus e de sua justiça e, por isso, como sempre aconteceu com os profetas verdadeiros, ser perseguido, caluniado, condenado, crucificado. O CEDOC e o Caderno de Conflitos no Campo são referidos por Anna como “uma ação profundamente pastoral”.

Coincidentemente também, 2025, além da quarzenal Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Ecologia Integral”, promovida pela CNBB, é o ano do Jubileu da Esperança, promovido pela Igreja Católica, conforme a tradição, desta vez celebrando os 2025 anos da vinda de Jesus Cristo, com o tema “Peregrinos da Esperança”⁹. D. Pedro Casaldáliga, um dos principais criadores da CPT, dizia que “não é verdade que a esperança é a última que morre; a esperança nunca morre”. Ainda mais apegados a ela, desejamos que este Caderno “Conflitos no Campo – Brasil 2024” nos ajude a mais esperar e mais lutar pela tradução prática destes jubileus na tão almejada e sempre postergada Reforma Agrária, que acabe com a histórica e reciclada violência no campo brasileiro e seja também, necessária e indissociavelmente, expressão da soberania agrícola, hídrica, alimentar e ambiental do nosso povo, e da cada vez mais urgente justiça climática – isto é, da Ecologia Integral.

Ruben Siqueira¹⁰ / Março de 2025

9. CNBB... op. cit.

10. Agente da CPT há 44 anos, prestando serviço em todas as suas instâncias, principalmente no Regional Bahia. Graduado em Filosofia e Pedagogia e mestre em Ciências Sociais.

METODOLOGIA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba diversas categorias camponesas, entre estas comunidades tradicionais, assalariados rurais, indígenas e pescadores/pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.¹ Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades.

Já no final dos anos 1970, foi promovida uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os povos e suas comunidades. Os dados desta pesquisa foram sistematizados e publicados, em 1983, no livro CPT: Pastoral e Compromisso, uma coedição Editora Vozes-CPT, o qual incluiu relatos de conflitos até dezembro de 1982.

A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 iniciou a publicação anual intitulada Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão, em fichas. Neste referido ano, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados, o dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT;

os dados foram migrados para SQL server. Porém, permaneceram duas bases de dados separadas (uma até 1999 e outra a partir do ano 2000). Em 2018, iniciou-se uma nova reestruturação do banco de dados, visando a junção das duas bases de registros. Em 2020 tal união foi feita. Nasceu o Gaia, novo banco de dados em construção e análise, o qual reúne em si as ocorrências quantitativas e qualitativas publicadas pela CPT no decorrer dos 38 anos. Além do agrupamento das bases de dados, outrora separadas, o Gaia traz novas categorizações de registros. Outra dimensão importante é que este sistema unificou em um único modelo os dados registrados pela CPT desde 1985. Neste processo, foram necessários alguns ajustes metodológicos de forma a manter a consistência dos dados ao longo dos anos, os quais serão abordados posteriormente, bem como as mudanças ocorridas no contexto da Covid-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra-território e formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas, bem como sobre a defesa e conquista de direitos.

Os documentos dizem respeito a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou os que se referem aos conflitos que aconteceram de 1985 a 2007, já sistematizados em seu banco de dados. Estes foram

1. Além das categorias citadas neste parágrafo, constam outras seguintes: assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros, caçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), povos indígenas etc. A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais, ou assentados, sem-terra, indígenas etc. A partir de 2020 houve alterações na categorização de Lideranças.

identificados, organizados por temas e digitalizados. Por sua vez, os documentos anteriores ao banco de dados – período de 1960 a 1985 – foram digitalizados e organizados por datas, sem registros de ocorrências quantitativas e qualitativas das informações. Os documentos referentes aos conflitos a partir de 2008 já foram adquiridos em forma digital, bem como identificados, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt, e posteriormente no Gaia. No momento, o acesso virtual aos documentos digitalizados encontra-se suspenso diante da necessidade de sua adequação a uma nova política de tratamento dos dados e à possível migração para uma nova plataforma, que esteja de acordo com as regras arquivísticas internacionais.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta por terra, água, trabalho é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, a trabalhadora, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores e trabalhadoras de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta e conceitos que fundamentam os registros

A Comissão Pastoral da Terra registra conflitos, os quais são entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores, ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Nesse sentido, os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, pela água, conflitos trabalhistas, em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo e

conflitos sindicais. Até o ano de 1999 registrou-se conflitos relacionados a política agrícola. Nas duas últimas décadas, praticamente não se tem registro de conflitos em tempos de seca, sindical e garimpo. Os casos de garimpo atualmente estão relacionados mais às violências contra as comunidades e ao meio ambiente do que às violências sofridas pelos garimpeiros, situação que levou a CPT, no passado, a registrar este tipo de conflito.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc.

As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas, reivindicam assentamentos. Além disso, os povos indígenas e comunidades tradicionais também formam acampamentos na luta pela retomada de seus territórios. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no país.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos

em que a relação trabalho versus capital indicam a existência de trabalho escravo e superexploração. As greves também integram o conjunto dos conflitos trabalhistas (ver adiante).

Na compreensão do que é **Trabalho escravo**, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Ações de Resistência (Manifestações por Direitos Trabalhistas): A partir de 2018, com o processo de reestruturação do banco de dados, decidiu-se que as greves por melhorias nas condições de trabalho, relacionadas às questões de segurança, benefícios trabalhistas ou salariais rurais, bem como para impedir a desvalorização e desproteção do trabalho, ou a perda dos benefícios vigentes, serão novamente integradas ao conjunto dos conflitos trabalhistas.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu ter-

ritório, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os povos camponeses: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões, agressões e outras.

As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

As manifestações também sofreram mudanças significativas no contexto da Covid-19, pois no mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu o distanciamento social como uma das medidas mais importantes e eficazes para reduzir o avanço do vírus SARS-CoV-2. Tal distanciamento exigiu a redução de circulação de pessoas em espaços coletivos públicos (ruas e praças) ou privados (shoppings, shows etc.), ou

seja, a não aglomeração. Com isso, os povos do campo e suas organizações paralisaram as manifestações presenciais, porém adotaram manifestações virtuais como instrumentos legítimos de denúncia e luta contra as mais variadas formas de violências aos seus territórios. Apesar de as manifestações virtuais romperem com a dimensão de espaço e sujeitos sociais compreendidos historicamente pela CPT, as que apresentaram pautas reivindicatória concretas dos povos do campo e suas organizações, com intencionalidade de denunciar uma determinada violência contra uma comunidade específica e de protestar contra ações e políticas que violentam os modos de vida dos povos do campo, criminalizando as suas lutas, foram incorporadas aos registros.

Outra mudança nas manifestações em contexto de pandemia foi que agenda de lutas históricas, a título de exemplo a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, foram revertidas para ações de solidariedade, entre estas, doação de alimentos, pautando a reforma agrária, a agroecologia, a redução dos efeitos da fome, entre outras dimensões. Plantio de árvores que denunciaram a destruição ambiental por parte do agronegócio, da mineração etc. e pautaram o entendimento que reforma agrária é sinônimo de alimentação saudável e de cuidado com os bens comuns da natureza também integraram o conjunto das manifestações a partir de 2020.

Por **Violência** entende-se o constrangimento, danos materiais ou imateriais; destruição física ou moral exercidos sobre os povos do campo e pessoas aliadas. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

A partir do ano de 2020, com o novo banco de dados (Gaia), começou-se a sistematizar quantitativamente violências relacionadas ao desmatamento ilegal, impedimento de acesso às áreas de uso coletivo e às violações nas condições de existência e a partir de 2021 passou-se a registrar os incêndios como violências contra as famílias.

Outras modalidades nesse quesito incorporadas ao banco de dados foram violências relacionadas a sexo, gênero e sexualidade², bem como à raça/cor/etnia e às criminalizações³.

Mortes e contaminações pela Covid-19, dos povos do campo e suas organizações, também foram registradas no banco de dados da CPT, porém o Conselho Nacional da CPT deliberou, no mês de novembro de 2020, que as mesmas não seriam incluídas no total dos conflitos no campo, ou seja, não seriam contadas como conflitos na série histórica. A partir dessa decisão criou-se um instrumento de inserção no banco de dados denominado violência fora do Caderno de Conflitos.

A CPT entende que questões ambientais e direitos humanos podem estar presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação.

1 Ambiente representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presente. A CPT, também considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELLER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido, quando identifica e apresenta a existência de um conflito no espaço rural, especificamente neste espaço, entende que há, também, um conflito ambiental.

2 Direitos humanos. A CPT, sendo signatária do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)⁴.

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas nos cadernos Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em leis, declarações, estudos, censos.

Como a CPT documenta e objetivos da sistematização dos dados

Os registros são feitos por meio de pesquisas primária e secundária. Ressalta-se que para o centro de documentação da CPT são três os objetivos ao se fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas

2. Conforme publicação Amor na Vitrine, autoria de Regina Navarro Lins, o sexo é biológico (homens, mulheres, intersexuais), a sexualidade está relacionada ao desejo de cada pessoa e o gênero é como nos percebemos e queremos ser identificados no mundo.

3. Os conceitos relacionados às violências estão sistematizados no Tutorial do Centro de Documentação da CPT.

4. Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134

com os agentes de base da CPT. Além dos agentes da CPT, documentos oficiais, denúncias dos próprios camponeses e de movimentos sociais populares relatadas em seus veículos de comunicação e nas redes sociais, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.); 2. buscar fontes secundárias, por meio da clípage virtual⁵ em várias mídias de conteúdo público (jornais, revistas, sites de notícias, blogs, rádios, televisão, redes sociais, podcasts e plataformas de streaming, como o YouTube, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros.); 3. processar, sistematizar e analisar os dados, transformando-os em registros de denúncias das violações de direitos cometidas contra os camponeses e suas organizações, bem como as resistências perpetradas pelos mesmos, na defesa dos seus modos de ser, e da produção e reprodução da vida.

A pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações.

Após a obtenção destes materiais o ato de “Documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]. Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância

está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111), que é fundamentar denúncias das violências sofridas pelos povos e comunidades do campo, bem como cuidar das memórias das resistências e lutas das várias identidades camponesas, para que as causas da vida não caiam no esquecimento.

Por fim, o objeto de pesquisa do centro de documentação são os documentos enumerados anteriormente. Uma vez processados busca-se analisar os conflitos e as violências sofridas em espaços rurais e urbanos que envolvam ações dos povos e comunidades da terra, das águas e suas organizações.

Critérios de inclusão e exclusão

Como primeiro critério de inclusão no banco de dados, tem-se que as informações são obtidas por meio de pesquisas primária e secundária, conforme descrição feita anteriormente. Uma vez identificando-se a existência de conflito nesses documentos a ocorrência é registrada.

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelas Secretarias Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Nos casos que um mesmo conflito possui várias ocorrências de resistências e violências no decorrer do ano, registra-se todos os acontecimentos. Porém, na soma total dos conflitos, o número de famílias será considerado apenas uma vez – que é o maior número do qual se teve informação. O mesmo não ocorre para as violências sistemáticas contra as famílias. Ou seja, se as famílias de uma mesma comunidade foram vítimas de destruição

5. O serviço de clípage virtual no Centro de Documentação da CPT iniciou-se em abril de 2004. Antes, fazia-se recortes de revistas e jornais impressos no próprio Centro de Documentação da entidade. Sendo que, o mesmo trabalho era feito nas Secretarias Regionais da CPT e as cópias dos documentos clipados eram remetidas para a Secretaria Nacional via agência dos Correios. Além disso, a CPT tinha contrato com empresa de clípage, a qual enviava mensalmente para a Secretaria Nacional um pacote com documentos relacionados aos conflitos no campo e à questão agrária.

de casas, pistolagem, invasões etc. várias vezes durante o ano, na soma total considera-se todas as violências sofridas.

Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano, ou na data do documento pesquisado.

Situações de violência e conflitos que envolvam povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida tradicional são registrados e contabilizados.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum fato novo que indique a continuidade dos mesmos.

São excluídos dos registros

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo;
2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por povos indígenas e comunidades tradicionais

(quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, defendem um modo de vida tradicional.

3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,
4. Casos de trabalho escravo em atividades urbanas (são citados na publicação como nota de rodapé).

O banco de dados

As informações são organizadas por meio de formulários temáticos do **Gaia**⁶⁶ – **Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra** - e são sistematizadas em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito elabora-se textos de históricos, os quais reúnem as informações que lhe são características, possibilitando fundamentações de análises.

Importante destacar que o processo de inserção e revisão dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento na época do fato. Assim sendo, a partir do Caderno de Conflitos ano 2020, tendo em vista instrumentos facilitadores do Gaia, a tabela 1 (Comparação dos Conflitos no Campo Brasil), será publicada a partir de registros atualizados no banco de dados, e não mais de informações das publicações anuais. Dessa forma, ao compararmos a Tabela 1 deste ano com os relatórios Conflitos no Campo Brasil de edições anteriores, iremos notar algumas diferenças: é esperado que o número de conflitos, assassinatos, hectares etc. sejam maiores do que os publicados nos relatórios passados. Isso se explica pois há a inserção de conflitos após o fechamento do relatório. Porém, excepcionalmente o número de Pessoas Envolvi-

6. A equipe do Centro de Documentação da CPT começou a registrar conflitos no Gaia a partir do dia 27 de julho de 2020.

das em Conflitos por Terra teve uma redução em relação a alguns dos anos anteriores. Foi verificada uma inconsistência neste cálculo nos cadernos até 2018. A metodologia atual considera, em cada conflito, apenas o maior número de famílias registrado no ano. Assim, casos em que um determinado ano tenha havido uma ocupação com 500 famílias, e um despejo com 600 famílias, o número de famílias considerados neste conflito no ano é de 600, a título de exemplo. Outro ajuste metodológico que incide na Tabela 1 é que até 2018, considerava-se 5 pessoas por família. De 2019 em diante, passou-se a considerar 4 pessoas por família.

A composição das famílias

O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...] “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996)”. (IBGE, 2010).

Estrutura do Banco de Dados – Gaia

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa e atendimento à pesquisa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

Áreas em conflito, Ocorrências de conflitos por terra, Ocupações/Retomadas e Acampamentos. Os dados das três últimas tabelas são agrupados em uma tabela síntese denominada “Violência contra Ocupação e a Posse”, compreendendo o eixo Terra.

Além do eixo Terra, disponibiliza-se tabelas com a listagem dos Conflitos pela Água, dos Conflitos Trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e **Ações de Resistência**), de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte. Por fim, uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, na qual além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência de conflito, torturas, prisões, agressões físicas/ferimentos.

Por último, uma tabela em que estão registradas as Manifestações de Luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título **Conflitos no Campo Brasil**. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro. Ressalta-se: a partir do Caderno de Conflitos ano 2020, tal tabela conterà registros atualizados no banco de dados, e não mais informações das publicações anuais, conforme mencionado anteriormente.

TABELA 2 Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome

do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta o número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de grileiros, fazendeiros, mineadoras, madeireiras etc.

TABELA 4 Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo Rural: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou

resgatados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 Violência contra a Pessoa

Agrupa a quantidade das ocorrências registradas em todos os eixos de conflitos no campo, entre estes Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, as mortes⁷ em consequência de conflitos, as ameaças de morte, bem como as torturas, prisões e agressões.

TABELAS 8, 9 e 10 Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome da vítima, quantidade, idade e categoria da vítima. A partir do ano de 2022, as tabelas referentes às tentativas de assassinato e ameaças de morte passaram a ser publicadas sem a coluna com o nome da vítima, levando em consideração quesitos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

TABELA 11 Manifestações

Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes pastorais da CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

7. Tem a morte como resultado, porém a mesma não decorre do homicídio em si, mas de outras violências no contexto do conflito. Por exemplo: numa ação de despejo, alguém infarta e vem a óbito.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. **O estudo como forma de pesquisa**. In.: Construindo o saber. CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. **Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas**. In: _____. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.803.htm

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD). **Senso Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

LINS, Regina Navarro. **Amor na vitrine – um olhar sobre as relações amorosas contemporâneas**. E ed. Rio de Janeiro. Editora Best Seller. 2021.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma dos temas publicados

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

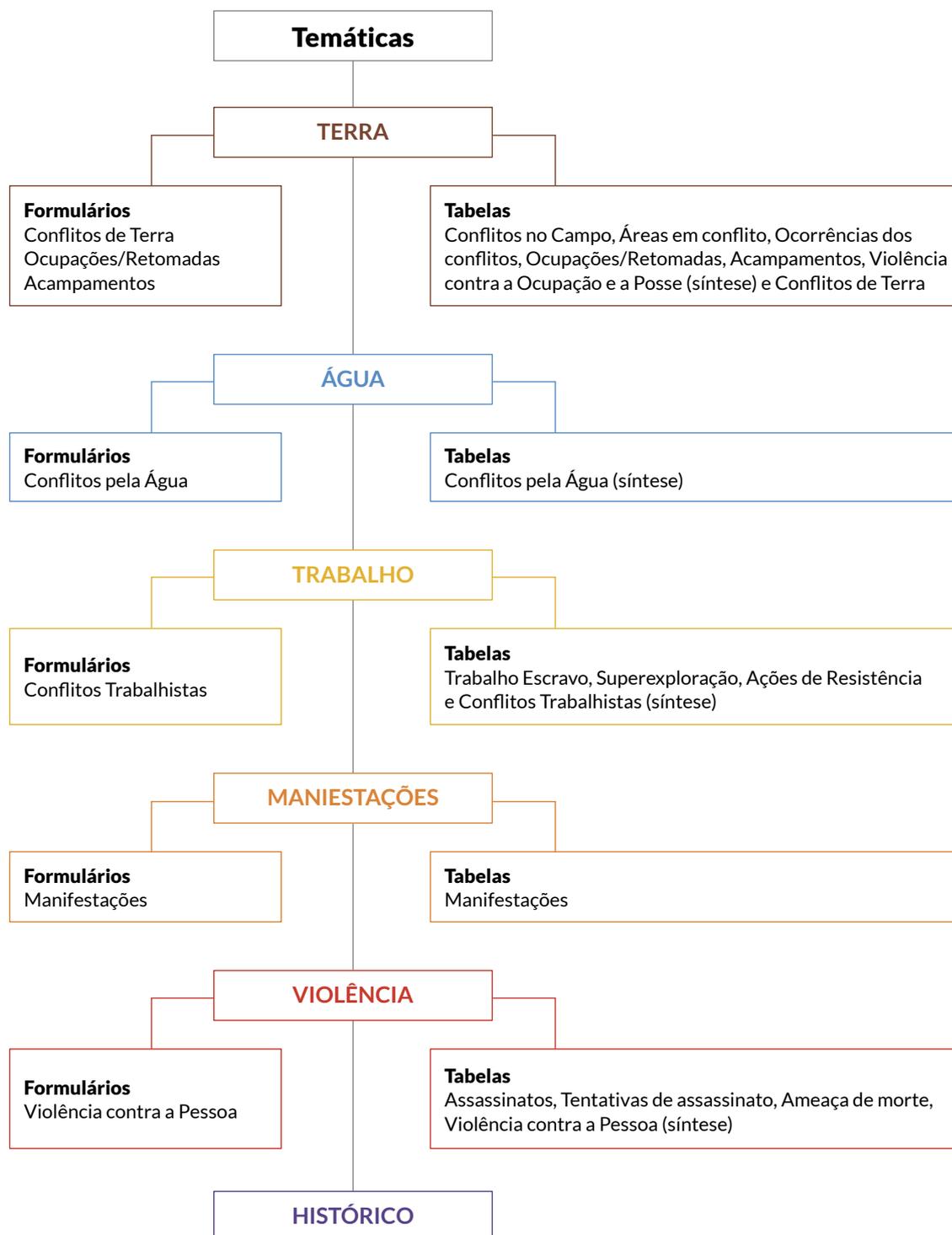


TABELA 1 Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2015 - 2024)

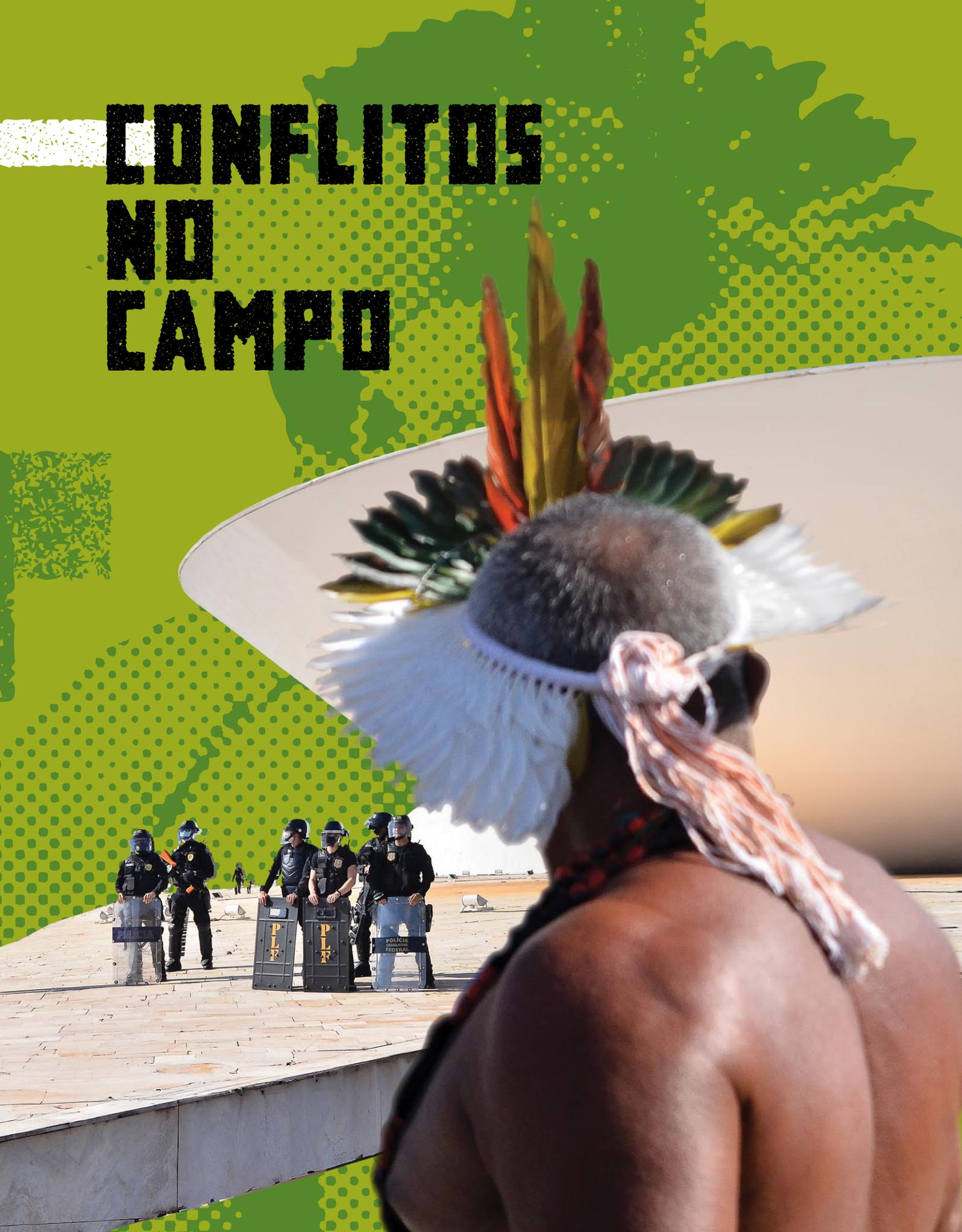
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CONFLITOS POR TERRA										
Ocorrências ⁽¹⁾	868	1.136	1.047	1.016	1.313	1.633	1.306	1.530	1.624	1.680
Ocupações/ Retomadas	234	224	196	159	46	36	54	77	124	78
Acampamentos	30	25	13	22	6	3	3	5	18	10
Total ⁽²⁾	1.132	1.385	1.256	1.197	1.365	1.672	1.363	1.612	1.766	1.768
Assassinatos	47	61	73	27	27	15	36	43	31	13
Pessoas Envolvidas	562.720	652.760	613.375	622.050	623.032	710.872	698.336	739.480	792.256	904.532
Hectares	42.692.832	40.738.282	43.794.316	47.050.794	58.720.823	77.295.811	72.749.005	79.123.740	61.101.936	75.053.684
CONFLITOS TRABALHISTAS										
Trabalho Escravo Rural	80	68	67	86	89	95	170	206	251	151
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	1.760	751	532	1.465	880	1.070	2.035	2.605	2.989	1.953
Superexploração	6	1	-	5	1	-	-	2	-	-
Assassinatos	1	1	-	2	3	-	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	125	2	-	14	3	-	-	3	-	-
Total	86	69	67	91	90	95	170	208	251	151
CONFLITOS PELA ÁGUA										
Conflitos	172	184	206	281	509	365	312	233	230	266
Assassinatos	2	2	1	1	2	6	-	4	-	-
Pessoas Envolvidas	219.965	224.940	204.180	379.440	321.184	232.860	227.680	178.920	198.804	283.956
OUTROS⁽³⁾										
Conflitos	1	-	-	-	-	-	-	12	3	-
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	16	-	-	-	-	-	-	4.016	1.534	-
TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL										
Conflitos	1.391	1.638	1.529	1.569	1.964	2.132	1.845	2.065	2.250	2.185
Assassinatos	50	64	74	30	32	21	36	47	31	13
Pessoas Envolvidas	784.586	878.453	818.087	1.002.969	945.099	944.802	928.051	925.024	995.583	1.190.441
Hectares	42.692.832	40.738.282	43.794.316	47.050.794	58.720.823	77.295.811	72.749.005	79.123.740	61.101.936	75.053.684

1. Os dados do número de Ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc.

2. Em 2024, foram registrados, no total, 1.768 ocorrências de conflitos por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um dos desdobramentos corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 1.262. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

3. Outros: Conflitos em Tempos de Seca e Garimpo

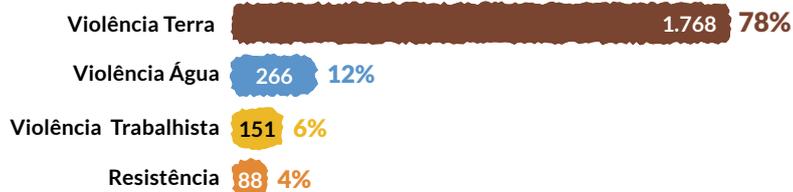
CONFLITOS NO CAMPO



TOTAL DE CONFLITOS NO CAMPO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL DE CONFLITOS
1.391	1.638	1.529	1.569	1.964	2.132	1.845	2.065	2.250	2.185	
50	64	74	30	32	21	36	47	31	13	ASSASSINATOS

Percentual de violências terra, água, trabalhista e resistências



Categorias que mais sofreram com assassinatos



Principais responsáveis pelos incêndios e desmatamento ilegal

FAZENDEIROS GRILEIROS
EMPRESÁRIOS MADEIREIROS

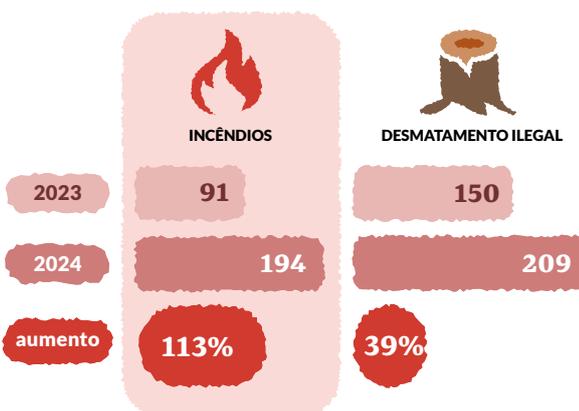
Quem mais sofreu com incêndios e desmatamento ilegal

INDÍGENAS QUILOMBOLA
ASSENTADOS POSSEIROS

Regiões mais afetadas

MT

Destaque para as violências Incêndios e Desmatamento ilegal



Pelo menos **47%** (91) dos casos de incêndios foram causados por fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros.

Pelo menos **82%** (172) dos casos de desmatamento ilegal foram causados por fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros.

Somente os fazendeiros são responsáveis por aproximadamente **38%** (79) dos casos.

* soma de empresário e empresário internacional

Os indígenas são as principais vítimas do desmatamento ilegal (**35%** dos casos), seguidos dos quilombolas com 17% e assentados e posseiros, empatados com **10%** dos casos.

INDÍGENAS SEM TERRA

INDÍGENAS SEM TERRA
RIBEIRINHOS

Nos casos de incêndio, os indígenas também são as principais vítimas, afetados em **53%** dos casos, seguidos por ribeirinhos, com **10%**, e sem terra, com **9%**.

63% dos casos de incêndios registrados foram na região da Amazônia Legal, com destaque para Mato Grosso como o estado mais afetado no ano de 2024, com **25%** de todos os casos registrados em território nacional.

PA

69% dos casos de desmatamento ilegal em 2024 foram na região da Amazônia Legal, com destaque para o Pará, com **19%** de todos os casos registrados em território nacional.

Principal categoria responsável pelos assassinatos



Uma introdução aos conflitos no campo – 2024

Guilherme Delgado¹

Completando em 2025 meio século de existência, a CPT desde seu início se defronta com os problemas da violência no meio rural; tendo iniciado em 1985 a publicação intitulada “Conflitos do Campo — Brasil”, que registra e analisa ocorrências sobre pessoas, famílias e povos da terra, das águas e da floresta.

Além do serviço estatístico inédito e da excelente qualidade informativa, espécie de anuário estatístico da violência agrária, os “Conflitos do Campo — Brasil” mapeiam qualitativamente as origens e mutações dessa violência, servindo de apoio empírico indispensável à investigação das causas subjacentes e principalmente ao anúncio de rumos ético-políticos comprometidos com a erradicação da violência e prática da justiça social no Brasil.

Nesta “introdução” essas duas vias de informação e análise são visitadas:

1. a atualização estatística dos dados de “Conflitos do Campo...” naquilo que está explícito pelos dados, fazendo alguma conexão com a política agrária em curso;
2. a interpretação da realidade agrária contemporânea à luz das suas determinações sócio-econômicas, matrizes de muitas expressões de violência nas relações sociais e ecológicas.

A primeira parte faz um corte aos dados de “Conflitos do Campo - Brasil” — Eixos Terra, Água e Trabalho, juntamente com o número de pessoas

assassinadas, revelando diretamente os dados atualizados de 2023 e 2024, comparativamente à média do período 2016/2022, fase em que tivemos graves retrocessos políticos internos com repercussões sobre a política agrária de Estado.

A segunda parte interpreta os dados precedentes à luz das principais tendências contemporâneas de expansão das chamadas *commodities* exportáveis em conexão com a expansão do mercado de terras, estando este gravemente afetado pela grilagem de terras públicas, em geral precedida por desmatamentos florestais irregulares.

Há, portanto, uma matriz econômica produtora e detonadora das violências detectadas no primeiro bloco, que se sustenta por meio da distribuição de volumosos recursos fiscais e financeiros do Estado, sem que se exijam condicionalidades contra as práticas de variados crimes e irregularidades nas relações socioambientais.

1. Primeira parte: Sobre a situação recente dos conflitos no campo

Na *Tabela 1* é feita uma atualização comparativa de alguns dados agregados de “Conflitos no Campo”, tomando-se os Eixos — Terra, Água e Conflitos Trabalhistas, segundo suas definições supramencionadas. Os eventos respectivos das três primeiras linhas somados e comparados entre o ano de 2024 e sua média no período 2016/2022, revelam aumento de 31% de ocorrências e de 47% quando referidos

1. Prof. Dr. em Economia pela UNICAMP (1984), pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e atualmente membro da Diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

TABELA 1 Atualização Estatística dos Dados: 2016/22 e 2023/24²

Eventos (número)/Períodos	A			B	C
	2016/22	2023	2024	2024	C/A %
1. Ocorrências Eixo Terra	1.407,1	1.766	1.768	1.768	(+) 26,7%
2. Conflitos Água	298,6	230	266	266	(-) 11,0%
3. Conflitos Trabalho	1.337,1	2.989	1.953	1.953	(+) 46,1%
Subtotal (1+2+3)	3.042,9	4.985	3.987	3.987	(+) 31,0%
4. Números de assassinatos	43,4	31	13	13	(-) 70,0%
5. Famílias envolvidas No Eixo Terra (mil)	152,99	198,06	226,13	226,13	(+) 47,8%

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

às famílias atingidas no Eixo Terra; muito embora tenham ocorrido diminuições no Eixo Água e também na ocorrência de assassinatos no campo.

Observe-se que a comparação que estamos fazendo do ano de 2024 com o período referido, que também pode ser feita a partir de 2023, está confrontando o tempo dos governos Temer/Bolsonaro (2016 a 2021) com o período do governo Lula. E uma primeira constatação relevante é de que não se detecta redução significativa da violência agrária geral, exceto nos números de assassinatos. Ao contrário, segue aumentando o número de famílias impactadas pelos conflitos do Eixo Terra, idem para os eventos de “trabalho escravo” e “superexploração do trabalho”; com alguma redução das ocorrências no Eixo Água, a merecer análise de impacto social.

As análises específicas de cada um dos conflitos mencionados certamente terão explicações mais objetivas para esclarecer aquilo que aparente-

mente não se esperava ocorrer, considerando-se que os governos do período precedente ao atual aplicaram retrocessos explícitos à política agrária.

Por outro lado, se atentarmos para o fato de que ao longo de todo o período descrito pela *Tabela 1* prevalece a hegemonia da chamada Economia Política do Agronegócio, os dados levantados não surpreendem naquilo que se refere aos Eixos Terra e Trabalho. E provavelmente, o Eixo Água esteja subdimensionado pelo número de ocorrências registradas, que não necessariamente alcança o número de pessoas atingidas, quando o evento provocador dominante é a contaminação de água por agrotóxicos.

O que queremos destacar, desde logo, é a presença de um fator subjacente à violência agrária — o espaço social rural e o espaço da natureza sendo objetos de dilapidação sistemática, captados em parte nos conflitos do Eixo Água, mas com profundidade no Eixo Terra; evidenciando uma

2. Segundo a metodologia Cedoc/CPT, os totais apresentados na tabela, quanto ao eixo Terra, representam o total de conflitos que somam as ocorrências de violências contra a ocupação e a posse e as resistências ocupação/retomada e acampamentos. No eixo Água, os números apresentados também são relativos aos totais de conflitos no eixo. Já no Trabalho Escravo são contabilizados o total de pessoas envolvidas na denúncia. Dito isto, é importante pontuar que a forma como a CPT sistematiza os dados de conflitos no campo, acaba por somar violências homogêneas. No eixo Terra, somam-se três tipos de violência: destruição de pertences, de roçados e de casas. Adicionam-se ainda dois outros eventos — “Ocupação de Terras” e “Formação de Acampamento”. No eixo Água, somam-se também casos homogêneos, como uso e preservação de água e construção de obras hídricas (barragens e açudes). Por fim, o eixo trabalhista, reflete a detecção de duas situações — do trabalho escravo, acrescido da relação de superexploração do trabalhador.

“questão ecológica” pedindo ingresso na análise dos “Conflitos do Campo”.

Precisamos trazer ao destaque duas características do sistema agrário hegemônico, que afetam radicalmente os indicadores de conflito, sendo eles próprios detonadores, por razões que explicaremos mais adiante: 1) a superexploração da terra levada a mercado para viabilizar o chamado “boom” das *commodities*; 2) a superexploração da água, a ser convertida em *commodities* exportadas ou receber contaminação no seu processo produtivo, afetando a disponibilidade geral da água potável. E enquanto houver expansão física acelerada da produção de *commodities* e do mercado de terras, segundo os padrões técnico-produtivos ora vigentes; esses dois detonadores manterão crescentes os índices de conflito sobre os Eixos Terra e Água, ainda que demorem um pouco a aferir seu impacto social.

Antes de passarmos à segunda parte desta “introdução”, que complementa e esclarece a primeira, é preciso chamar a atenção para o fato de que os fatores estruturais de violência que estiveram presentes no primeiro período da Tabela 1 - 2016/2022, continuaram presentes no período do novo governo eleito, com dois anos de mandato exercidos (2023 e 2024). Este, pela execução de sua política agrícola principal — Planos Anuais de Safra, tem irrigado o sistema produtivo hegemônico com recursos mais generosos; muito embora tenha desmontado redes de criminalidade toleradas ou até incentivadas nos governos do período precedente (2016/2022).

2. Segunda parte: Matriz dos conflitos nas relações sociais e ambientais com a terra

A primeira conclusão que podemos extrair a partir dos dados da Seção precedente é de que o ciclo

ascendente dos “Conflitos no Campo”, tendo os Eixos Terra e Trabalho por referencial estatístico, continua a se exercer, mesmo no período recente (2023/2024) do governo do PT, sob a Presidência do Presidente Lula. E mesmo a aparente redução dos conflitos no Eixo Água não nos deve enganar, porque também neste domínio há evidências de outras ocorrências não captadas por inteiro nos nossos levantamentos, que indicam superexploração da água, por um lado, e contaminações múltiplas de águas superficiais e de aquíferos, por outro; em razão do descontrole da política agrícola para impor limites à utilização deste bem comum: a água.

Observe-se que neste século XXI toda a economia agrícola brasileira ficou moldada a crescer em uma única direção — especializar a economia rural na exportação de algumas mercadorias mundiais — as chamadas *commodities*, nos ramos de grãos forrageiros e carnes. Em decorrência, cresce a produção física desses bens em duas décadas de forma espetacular, impactando as exportações totais, que dão o salto dos 50 bilhões de dólares anuais (média anual do último quinquênio dos anos 1990 do séc. XX), atingindo em 2023 o valor de 344 bilhões no ano³.

Por sua vez, esse giro à especialização primário-exportadora, da forma em que se dá no Brasil, se realiza em conexão direta com a expansão ilimitada do mercado de terras, realizada à base da grilagem de terras públicas. Esta, também se liga com os processos de ‘intrusão’ em Terras Indígenas e de Reservas Florestais, com ou sem devastação prévia; mas todas reivindicando posterior “regularização fundiária” ao Congresso e ao Executivo, com as digitais da Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária.

Acresce ainda observar, que a matriz produtiva que se está privilegiando — grãos forrageiros e

3. Os dados de exportação total da Balança Comercial brasileira do período referido: média do triênio 2021/2023 em relação à média do último quinquênio dos anos 90 do Século passado, são da fonte Banco Central (vários anos), disponível na internet.

carnes, para sua conversão em exportações especializadas, impacta a produção agropecuária de maneira muito desproporcional (exemplo: a produção de soja, milho, arroz e feijão em 2017, no último Censo Agropec, é de 204,5 milhões de toneladas, mas os dois primeiros, representam 93,7% do total, relegando o “arroz com feijão” à categoria residual).

Esse perfil produtivo terá implicações negativas ao abastecimento interno, gerando tensões inflacionárias intermitentes no âmbito da Cesta Básica salarial. E contém também outros ingredientes sócio-ambientais muito preocupantes, que quase nunca vem a público.

Isto posto, para ligar esta segunda parte à análise precedente sobre as utilizações produtivas e predatórias, vejamos algumas informações e argumentos relevantes.

a. Tendo quadruplicado a produção física em milhões de toneladas dos principais grãos entre os anos 2000 e 2023 (soja, milho, arroz, cevada e trigo), com notável destaque aos dois primeiros⁴, há um correspondente incremento na demanda agrícola por água em todas as regiões produtivas, mesmo naquelas que sofreram recargas cadentes dos seus

aquíferos em decorrência da crise climática.

b. incorporação de terras para fins produtivos ou especulativos ao longo das duas décadas e meio de plena hegemonia do sistema de agronegócio contém indicadores indiretos de forte “intrusão” em Áreas Indígenas e de Parques e Reservas⁵ ou de “Matas Nativas”, segundo o conceito do IBGE⁶, tudo convergindo para indicar gigantescos procedimentos de grilagem de terras públicas.

c. Os processos de desmatamento por queima da floresta, que em geral precedem a grilagem, juntamente com a utilização predatória das terras e águas incorporadas à produção de mercadorias mundiais prioritárias (grãos forrageiros e carnes), elevaram substancialmente a emissão de dióxido de carbono no espaço rural brasileiro, convertendo o Brasil no 6º maior emissor mundial (Cops 27 e 28), com impacto entre 79% e 75% da emissão à origem no espaço rural⁷, sem contar o efeito predatório da contaminação de aquíferos, ainda não adequadamente dimensionados.

d. Por sua vez, os Planos-Safra Anuais, principalmente os dois últimos, 2023/24 e 2024/25, irrigaram financeiramente o sistema produ-

4. O dado de produção de grãos (soja, milho, arroz, cevada e trigo) no ano de 2000 é de 81,06 milhões de toneladas segundo trabalho da EMBRAPA, assinado por Elísio Contini et alli, “O Agro no Brasil e no mundo: uma síntese do período 2000/2020”, (acessado em 07/03/2024); enquanto os dados do período 2021/2023 estão atualizados a partir das informações sobre safras colhidas, divulgadas pela CONAB. Estes últimos somam em média 323,0 milhões de toneladas, que significa crescimento físico no período de cerca de 300% (298,2%), puxado basicamente pela soja e pelo milho.

5. A incorporação de novas terras ao sistema econômico se dá de formas apenas parcialmente identificáveis pelas estatísticas oficiais do IBGE, que medem os “estabelecimentos agropecuários” diretamente levantados pelos Censos Agropecuários decenais. Não se inclui neste conceito estatístico as terras incorporadas ao “mercado de terras”, mas ainda não incorporadas à produção, nem aqueles “estabelecimentos” que a partir de 2006 o IBGE passou a contar no conceito das “intrusões” em Terra Indígena e Unidades de Conservação (Cf. Censo Agropecuário de 2006, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, RJ: IBGE, 2009, p. 101). Essas intrusões foram canceladas estatisticamente no montante de 22,28 milhões de hectares (Censo de 2006). No entanto, estes estabelecimentos continuaram a existir. Não se conhece a situação subsequente, visto que no Censo Agropecuário de 2017 o IBGE não menciona “intrusões”, nem levanta áreas griladas incorporadas ao mercado de terras.

6. As Matas Nativas que estão incorporadas ao conceito de estabelecimento agropecuário do IBGE, como zonas de extração da madeira e/ou de pastagem correspondem à categoria intercensitária que mais cresceu no período 2006/2017, incorporando 15,18 milhões de hectares, sugerindo alguma ligação indireta com o fenômeno da grilagem de terra pública.

7. Na COP 28, repetindo resultado parecido da COP precedente, a emissão total de gases do efeito estufa no caso brasileiro provém 75%

tor de mercadorias mundiais, dotando-os de maiores volumes de crédito subsidiado — em torno de 400 bilhões de reais em 2023 e quase 500 bilhões em 2024⁸, praticamente sem exigências à minimização dos danos sociais e ecológicos nos Eixos Terra, Água e Trabalho.

- e. O processo de valorização dos preços das terras e arrendamentos rurais que se experimentou ao longo de mais de duas décadas⁹, incluindo sua internacionalização com a criação dos Fundos Imobiliários Rurais, de livre entrada a aplicadores externos (Lei nº 14.130/2021), supostamente em corroboração à especialização primário-exportadora, está prenhe de irregularidades fundiárias em toda sua cadeia de relações com os regimes fundiários constitucionais (Função Social - Art. 186, Terra Indígena - Art. 231, Reforma Agrária (Arts. 184 a 191), Parques e Reservas - Art. 225), permitindo que se invista nos Fundos à base da auto-declaração de imóveis possuídos ao Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA.

As observações de ‘a’ até ‘e’ que elencamos nesta segunda parte, devidamente corroboradas pelas evidências empíricas e ambientais respectivas citadas nas notas referenciais, contém ponderáveis argumentos de reforço à hipótese de que há uma matriz de violência economicamente estruturada nas políticas agrícola e fundiária de Estado, contraditoriamente às suas destinações constitucionais. Essa contradição é fator crítico à reprodução ampliada dos “Conflitos no Campo” nas suas três expressões significativas: Eixos Terra, Água e Trabalho.

Mas não se conclua do que foi exposto, que não há saída política; e que tudo continuaria a ocorrer da mesma forma, porque estaria pré-determinado por uma misteriosa “correlação de forças”. Nada mais falso e conformista que esta tese.

Ao contrário, há evidências de exaustão do Pacto de Economia Política do Agronegócio, clamando por transição social e ecológica, ficha que com toda certeza não caiu nas políticas agrícola e fundiária do Estado brasileiro, mesmo no governo atual. Pois, se atentarmos, o fato é que o sistema agro somente subsiste sob amparo de volumosos incentivos fiscais e financeiros associados ao seu desempenho no comércio exportador e pela política econômica que se mantém ou reformula o sistema.

As atuais condições externas são favoráveis a processos de transição ecológica nas políticas agrícola e fundiária de Estado, a exemplo da adoção do Zoneamento Agro Hidro Ecológico vinculado ao Plano Safra¹⁰, tema que poderia inaugurar um novo ciclo de transição ecológica relacionado ao espaço rural, infelizmente ignorado até o presente. Mas não há espaço neste artigo para tratar em detalhe dessa opção, que, contudo, teria notória relevância à desmontagem da atual matriz econômica da violência, referida anteriormente.

Considerações finais

Desde os anos 80 do século passado, quando a CPT inicia a publicação dos “Conflitos no Campo” em plena ditadura militar, à época capitaneada no espaço rural pela decantada “Modernização Conservadora da Agricultura”, sempre houve uma

do espaço rural; e o Brasil já é o 6º maior emissor mundial.

8. Os Planos-Safra 2023/2024 e 2024/2025 mobilizaram no mínimo 400 bilhões de reais em cada safra, concedendo cumulativamente mais de 800 bilhões de reais de crédito rural subvencionado no biênio civil 2023/2024.

9. No período que vai do ano 2000 até o presente, os preços da terra e dos arrendamentos rurais são crescentes em todas as regiões do Brasil, elevando-se em média 10% a.a. em termos reais na primeira década, trajetória que se mantém com menor intensidade desde então, com alguma desaceleração mais recente (2024). Para dados históricos ver Delgado, Guilherme (2012), pp. 85/88, op. cit.

10. Para uma análise contextualizada do Zoneamento Agro Hidro Ecológico como estratégia técnico-política de transição ecológica, ver Delgado, Guilherme (2021) – *Desenvolvimento rural e economia ecológica: uma abordagem a partir do zoneamento* – op. cit.

associação muito clara entre violência agrária e dominação política. Mas a mudança de ciclo da economia agrária a partir do início do século XXI, com clara ascendência do Pacto de Economia Política do Agronegócio¹¹, aparentemente encerraria o ciclo da violência agrária. Mas os dados de realidade dos últimos 25 anos, especialmente dos últimos 10 anos, sistematicamente levantados pela CPT e corroborados por várias fontes idôneas, desmentem categoricamente o Brasil Agro excelente da publicidade.

Os “Conflitos no Campo”, que com toda dedicação a CPT levanta em detalhe há quarenta anos, são testemunha ocular da história, da reprodução de uma matriz de violência neste século XXI, especialmente nos últimos 10 anos, com expressões claras nos Eixos Terra, Água e Trabalho, que se mantêm mesmo nos anos mais recentes de 2023 e 2024.

A sociedade civil toma alguma providência necessária, qual seja, por exemplo, a partir de 2021 com a estruturação da Campanha Contra a Violência no Campo. Mas a matriz da violência organizada em políticas de Estado, continua a operar até com mais recursos.

Essa matriz a que estamos nos referindo têm suas cadeias estruturantes montadas no Orçamento Público, para promover superexploração de terras, águas e minas; tendo em vista convertê-las em mercadorias mundiais exportáveis, a qualquer custo social. Com essa estratégia produz-se também desequilíbrios sociais e ambientais profundos nas relações com a terra, as águas e o trabalho, a ponto de comprometer em médio prazo a própria continuidade do chamado Ciclo do Agronegócio¹².

Por outro lado, se pensarmos o país nos termos da Campanha da Fraternidade de 2025 — Fraternal-

idade e Ecologia Integral, precisamos pensar, julgar e agir com muita atenção aos sinais dos tempos, de que os dados de “Conflitos no Campo” de 2024 e seu retrospecto desde 2015 nos dão notícia.

Há algo de muito grave acontecendo, que está a nos impelir verdadeiramente no rumo da ecologia integral, aplicada ao nosso espaço rural; mas que infelizmente se defronta com uma arraigada idolatria do negócio agrário ilimitado sobre o espaço da natureza. Precisamos, como se diz na linguagem popular “dar o nome aos bois”, motivar a sociedade civil e pressionar o Estado brasileiro para mudanças de rumo nas políticas de Estado com direta incidência sobre a terra e a agricultura. Mas o cerne da mudança é política, cultural e espiritual e não apenas de caráter individual estrito; nos termos da concepção de Ecologia Integral da ‘Laudato Si’ do Papa Francisco. E como toda orientação nessa linha, precisamos voltar atenção à permanente sintonia da denúncia e do anúncio; algo que, seguindo a linha histórica dos “Cadernos de Conflito”, estamos reiterando.

Por último, é preciso destacar o caráter político, ou de Economia Política, subjacente às engrenagens da violência agrária exacerbadas neste século XXI, clamando por reestruturação qualitativa da política agrária.

Precisamos associar aos Eixos Terra, Água e Trabalho com propagação ampliada de conflitos, a qualidade da política agrária que propicia grilagem de terras públicas, degradação ambiental, expulsão de povos originários etc. Tudo isto para o sistema hegemônico é registrado como “externalidades”, perante o sucesso das mercadorias mundiais que exporta e da expansão do mercado de terras que conduz.

11. Para uma análise histórica do Pacto de Economia Política do Agronegócio, ver Delgado, Guilherme (2012): Cap. 5 – *Reestruturação da economia do agronegócio- Anos 2000*; op. cit.

12. A análise do Ciclo do Agronegócio neste Século, explorando algumas tendências de exaustão do Pacto de Economia Política, está disponível em Delgado, Guilherme (2022) – op. cit.

A leitura profética da transição agrícola/agrária no rumo da ecologia integral tem proposta substancialmente diversa daquela que comanda os destinos de nossas políticas rurais para o chamado Agro. É isto que queremos destacar, para concluir, porque é desmontando a máquina de idolatria e necrofilia associadas, que efetivamente poderemos melhorar sensivelmente os indicadores dos “Conflitos no Campo”.

Bibliografia

Delgado, Guilherme C. (2012) – Do ‘Capital Financeiro na Agricultura’ à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965/2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

Delgado, Guilherme C. (2021) – Desenvolvimento rural e economia ecológica: uma abordagem a partir do zoneamento. Rio de Janeiro: ASPTA, 2021.

Delgado, Guilherme C. (2022) – “Mudanças cíclicas do espaço rural brasileiro e perspectivas de futuro”- PP. 188/2017- in Navarro, Z. e Barros, Geraldo C. (Orgs.) –O Brasil Rural Contemporâneo: interpretações. São Paulo: Ed. Baraúna, 2022.

Delgado, Guilherme C. (2025) – Centralidade da Questão Ecológica face a Questão Agrária e à Reforma Agrária: Respostas Contemporâneas. Brasília. Não publicado.

IBGE (2009) – Censo Agropecuário de 2006 – Brasil, Grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

TABELA 2 Conflitos no Campo (2024)**ACRE****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Comunidade Granadinha	02/01/2024	64	Posseiro
Acrelândia	Gleba Porto Luiz/Ocupação Sará	09/12/2024	30	Posseiro
Acrelândia	Fazenda Jéssica/Ocupação Jéssica	09/12/2024	72	Posseiro
Acrelândia	Fazenda do Dr. Roberto/Ocupação Dr. Roberto	09/12/2024	41	Posseiro
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Gl. Porto Luiz/Ocup. Viana	09/12/2024	28	Posseiro
Acrelândia	Fazenda/Ocupação Canaã	09/12/2024	72	Posseiro
Acrelândia	Faz./Ocup. do Zé Capim/Gleba Porto Luiz	09/12/2024	40	Posseiro
Acrelândia	Comunidade Ramal Campo Novo	09/12/2024	66	Posseiro
Acrelândia	Faz. Graúna/Gleba Porto Luiz	09/12/2024	80	Posseiro
Acrelândia	Seringal Porto Dias	09/12/2024	80	Seringueiro
Acrelândia	Faz. Girassol/Ocup. do Brito	09/12/2024	14	Posseiro
Acrelândia	Ocupação do Baiano	09/12/2024	38	Posseiro
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Gleba Porto Luiz	09/12/2024	12	Posseiro
Acrelândia	Seringal Triunfo/Ramal do Pelé	09/12/2024	129	Posseiro
Acrelândia	Ocup. Zé Juína/Gleba Porto Luiz	09/12/2024	50	Posseiro
Brasileia	Resex Chico Mendes	15/07/2024	1.800	Seringueiro
Bujari	Floresta Estadual do Antimary	03/12/2024	53	Seringueiro
Capixaba	Vila Hortigranjeira/Ramal Sementeira	31/10/2024	32	Posseiro
Capixaba	Seringal Capatará/Faz. do Jorge Moura	12/11/2024	15	Posseiro
Capixaba, Senador Guiomard	Seringal Capatará	18/11/2024	35	Posseiro
Cruzeiro do Sul, Feijó	T.I. Campinas/Katukina	13/03/2024	175	Indígenas
Cruzeiro do Sul	TI Jaminawa do Igarapé Preto	14/06/2024	53	Indígenas
Cruzeiro do Sul	Comunidade Pucalpa I	02/07/2024	14	Posseiro
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	02/09/2024	102	Seringueiro
Cruzeiro do Sul	Ramal Buritirana/Faz. Gaúcha	11/09/2024	27	Posseiro
Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima	Comunidade Socó	14/10/2024	14	Posseiro
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	22/10/2024	143	Seringueiro
Mâncio Lima	TI Nukini/Aldeia Kampum	26/09/2024	165	Indígenas
Manoel Urbano, Sena Madureira	Assentamento Arez/Seringal Arez	25/11/2024	101	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	25/11/2024	30	Seringueiro
Manoel Urbano, Feijó	Seringal Afluente	25/11/2024	20	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal São Salvador	28/11/2024	15	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Mercejana	28/11/2024	15	Seringueiro
Manoel Urbano	PA Alto Purus/Seringal Novo Destino	28/11/2024	70	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Porto Central	28/11/2024	18	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Itatinga	28/11/2024	21	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Santa Cruz	28/11/2024	20	Seringueiro
Marechal Thaumaturgo	Terra Indígena Kampa do Rio Amônea/Aldeia Apiwtxa	13/12/2024	235	Indígenas
Porto Walter	Ramal do Besouro/Seringal Nazaré	03/12/2024	100	Posseiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	14/09/2024	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Macapá	17/09/2024	114	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Humaitá	02/10/2024	23	Seringueiro

Rio Branco	Ramal do Otacílio/Escondido	05/10/2024	40	Posseiro
Rio Branco	Ramal do Otacílio/Escondido	06/10/2024	40	Posseiro
Rio Branco	Seringal Cachoeira	09/10/2024	48	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	09/10/2024	100	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	09/10/2024	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Remanço	10/10/2024	30	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema	14/10/2024	300	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha	14/10/2024	350	Seringueiro
Rio Branco	Faz. Canary/Ramal do Cacau	02/12/2024	538	Posseiro
Sena Madureira	T.I Jaminawa do Rio Caeté	25/03/2024	1	Indígenas
Sena Madureira	Seringal Mercês	03/12/2024	321	Posseiro
Sena Madureira	Faz. Nena Brasil/Ramal do 15	03/12/2024	17	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 25	03/12/2024	23	Posseiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 38/Ramal do Ouro	03/12/2024	19	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 17	03/12/2024	18	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Porongaba	03/12/2024	12	Seringueiro
Xapuri	Seringal Nazaré	29/09/2024	30	Seringueiro
Subtotal: 59			6.115	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ACRE: 59	6.115
---	--------------

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Acrelândia	Comunidade Granadinha	19/04/2024	64	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Cruzeiro do Sul	Colônia de Pescadores Z-1	09/07/2024	521	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Branco	Seringal São Bernardo	15/09/2024	42	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 3			627		

Total dos Conflitos no Campo - ACRE: 62	PESSOAS: 26.968
--	------------------------

ALAGOAS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia	Assentamento Milton Santos	14/02/2024	1	Sem Terra
Inhapi	T.I. Koiupanká	20/04/2024	200	Indígenas
Joaquim Gomes	Fazenda Feliz Deserto	26/07/2024	40	Sem Terra
Joaquim Gomes	Fazenda Feliz Deserto	18/09/2024	40	Sem Terra
Junqueiro	Área em Junqueiro/Acamp. Eldorado dos Carajás/Fazenda Santa Ana	04/03/2024	70	Posseiro
Maceió	Sítio Merenda	17/12/2024	1	Pequeno proprietário
Messias	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão/Área Rev. Renato Nathan	28/09/2024	1	Posseiro
Messias	Fazenda Esperança	28/09/2024	1	Posseiro, Sem Terra
Messias	Faz. Baixa Funda/Us. Utinga Leão	28/09/2024	1	Posseiro
Messias	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão/Área Rev. Renato Nathan	02/12/2024	1	Posseiro

Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri	22/05/2024	95	Indígenas
Passo de Camaragibe	Comunidade Quilombola Perpétua	21/03/2024	40	Quilombola
Penedo	Comunidade de Luzia	22/11/2024	1	Indígenas
Porto de Pedras	Assentamento Irmã Dorothy	04/03/2024	84	Posseiro
Porto Real do Colégio, São Brás	T. I. Kariri-Xokó	26/04/2024	4.000	Indígenas
Porto Real do Colégio, São Brás	T. I. Kariri-Xokó	09/05/2024	1	Indígenas
São Sebastião	Acamp. Marciana Serafim/Faz. Pedras	04/03/2024	50	Posseiro
Teotônio Vilela	Acamp. Santa Maria	04/03/2024	28	Posseiro
Teotônio Vilela	Acamp. Luciano Alves/Faz. Imburi	04/03/2024	65	Posseiro
Traipu	T. I. Aconã	10/05/2024	35	Indígenas
União dos Palmares	Acampamento Caipe2	04/03/2024	62	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Caboge 1	04/03/2024	66	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento José Claudio Xavier	04/03/2024	56	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Rita de Cássia	04/03/2024	68	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Boa Vista	04/03/2024	93	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Sapucaia	04/03/2024	186	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Nova Canaã	04/03/2024	80	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Jaelsom Melquíades	04/03/2024	70	Posseiro
União dos Palmares	Usina Laginha/Acamp. Che Guevara	04/03/2024	98	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Santa Teresa	04/03/2024	73	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Caipe3	04/03/2024	60	Posseiro
União dos Palmares	Acampamento Gitirana	04/03/2024	54	Posseiro
União dos Palmares	Comunidade Quilombola Muquém	28/12/2024	120	Quilombola
Subtotal: 33			5.799	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Messias	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão/ Área Rev. Renato Nathan	30/11/2024	1	Posseiro
Subtotal: 1			1	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ALAGOAS: 34			5.799	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Arapiraca	Área em Arapiraca	15/03/2024	1	1	-	Bovinos (Pecuária)
Murici	Área em Murici	08/03/2024	1	1	-	Bovinos (Pecuária)
Traipu	Área de extração de Granito	27/08/2024	6	6	-	Extração de Granito
Subtotal: 3			8	8	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - ALAGOAS: 3			8	8	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Arapiraca, Cacimbinhas	Quilombo Pau D'Arco/Carrasco/Guaxinim	03/05/2024	315	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Passo de Camaragibe	Comunidade Quilombola Bom Despacho	19/03/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

São Sebastião	T. I. Karapotó Plak-ô	21/11/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
---------------	-----------------------	------------	---	-------------------	---

Subtotal: 3 317

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - ALAGOAS: 40

PESSOAS: 24.472

AMAPÁ

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Com. ao Longo do Rio Laranjeiras/Amapá Grande/Piquiá/Coíço do Babaca	30/03/2024	30	Posseiro
Amapá	Base Aérea/Localidade Próxima ao Cruzeiro	11/07/2024	40	Extrativista
Amapá	Localidade Pacas	23/11/2024	1	Posseiro
Calçoene	Localidade da Prainha	31/01/2024	20	Posseiro
Calçoene	Juncal	31/05/2024	30	Posseiro
Calçoene	Asa Aberta	28/06/2024	40	Posseiro
Calçoene	Ramal do Cunani/7 Ilhas	30/06/2024	50	Extrativista
Calçoene	PDS Irineu e Felipe	03/12/2024	50	Assentado
Calçoene	Ramal Ilha Grande	30/12/2024	15	Posseiro
Cutias	PAE Capoeira do Rei	22/01/2024	16	Assentado
Cutias	Com. Alta Floresta	31/01/2024	75	Posseiro
Cutias	Com. Alta Floresta	15/12/2024	75	Posseiro
Ferreira Gomes	Trilha da Hidrelétrica do Paredão/Traíra	20/12/2024	20	Posseiro
Itaubal	P. A. Itaubal do Piririm/PA Itaubal	24/04/2024	150	Assentado
Itaubal	Jupati	30/04/2024	15	Posseiro
Itaubal, Cutias	Inajá/Corre Água	30/06/2024	30	Posseiro
Itaubal	Áreas em Itaubal/Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista da Pedreira	30/06/2024	20	Posseiro
Laranjal do Jari	Ramal do Retiro	30/05/2024	20	Extrativista
Macapá	Bailique/Fazendas Reunidas	31/01/2024	20	Posseiro
Macapá	Ariri	30/04/2024	20	Quilombola
Macapá	Quilombo do Ambé	31/05/2024	53	Quilombola
Macapá	Bailique-Foz	31/05/2024	50	Posseiro
Macapá	Vila Ressaca e Áreas Alagadas	31/05/2024	50	Posseiro
Macapá	Porto do Céu	14/06/2024	202	Posseiro
Macapá	Piririm/Pacuí	30/10/2024	200	Posseiro
Macapá	APA Curiaú/São Francisco da Casa Grande	20/12/2024	15	Posseiro
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	27/12/2024	30	Ribeirinho
Mazagão	PAE Maracá	20/03/2024	1.939	Assentado
Mazagão	Rio Curumuri	30/12/2024	50	Ribeirinho
Pedra Branca do Amapari	Assentamento Perimetral Norte	31/12/2024	50	Assentado
Porto Grande	Área da Codepa/Km 92	30/06/2024	22	Posseiro
Porto Grande	Sítio São Francisco/Igarapé Gravata	15/07/2024	4	Posseiro
Pracuúba	Território de Uso Tradicional no Entorno do Lago Pracuúba	30/03/2024	30	Pescador
Pracuúba	Ramal do Pracuúba/Fazenda Bacabal	30/04/2024	5	Extrativista
Pracuúba	Retiro Bela Vista/Comunidade do Flexal	30/05/2024	5	Extrativista
Pracuúba	Vila do Breu	30/06/2024	30	Extrativista
Pracuúba	PA Cujubim/Rio Flexal	15/08/2024	3	Assentado

Santana	Fazenda Pau Furado	28/02/2024	15	Ribeirinho
Santana	Assentamento Anauerapucu	20/08/2024	1	Posseiro
Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari	Ramal do Cachaço/Área de Flota	28/02/2024	300	Posseiro
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	01/06/2024	12	Assentado
Tartarugalzinho	Campo Belo	05/02/2024	1	Posseiro
Tartarugalzinho	Fazenda Santa Cruz	28/02/2024	500	Posseiro
Tartarugalzinho	Comunidade ao Longo do Rio Aporema/Fazenda Espírito Santo	30/04/2024	1	Posseiro
Tartarugalzinho	Las Palmas	30/04/2024	5	Posseiro
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itaupal/Faz. Santa Isabel/Pedreiro/Boca do Braço	31/05/2024	29	Posseiro
Tartarugalzinho	Uapezal/Ponta do Socorro/Vareiro	20/10/2024	100	Posseiro
Tartarugalzinho	Assent. Agroextrativista do Tartarugal Grande	11/12/2024	35	Assentado
Subtotal: 48			4.399	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - AMAPÁ: 48			4.399	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes, Porto Grande	UHE Cachoeira Caldeirão	09/07/2024	500	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Macapá	Santa Luzia/São Tomé/Rio Pacuí/Cutias/10 Comunidades Próximas ao Rio Pacuí	31/05/2024	200	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Macapá	Bailique-Foz	28/11/2024	50	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Pracuúba	Território de Uso Tradicional no Entorno do Lago Pracuúba	28/02/2024	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal: 4			780		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - AMAPÁ: 52

PESSOAS: 20.716

AMAZONAS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	24/01/2024	1.579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	11/03/2024	1.579	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	29/02/2024	150	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	01/03/2024	150	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	08/04/2024	150	Indígenas
Autazes, Careiro da Várzea	T. I. Ponciano	10/04/2024	56	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	16/05/2024	150	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	03/06/2024	150	Indígenas
Autazes	T. I. Juary	18/06/2024	315	Indígenas
Autazes	T. I. Murutinga/Tracajá/Aldeia Terra Preta	18/06/2024	435	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Autazes	T. I. Paracuhuba	18/06/2024	134	Indígenas
Autazes	T. I. Lago do Soares/Urucurituba	12/09/2024	150	Indígenas
Benjamin Constant	Terra Indígena Guanabara	28/11/2024	140	Indígenas
Boca do Acre	P. A. Monte	26/08/2024	300	Assentado
Boca do Acre	Seringal Perseverança	18/09/2024	25	Extrativista
Boca do Acre	Seringal Cametá	18/09/2024	56	Ribeirinho
Boca do Acre	Seringal Porto Central	18/09/2024	300	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Igarapé Grande	18/09/2024	32	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Entre Rios/Ramal do 64/Com. Lua Nova	18/09/2024	15	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Macapá	18/09/2024	114	Posseiro
Boca do Acre	Ramal do 37/Seringal Entre Rios/Recreio do Sto. Antônio/Gl. Pauene	18/09/2024	31	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bom Lugar/Ramal do Espigão	18/09/2024	300	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Novo Axioma Redenção/Ocup. do Diva	18/09/2024	48	Posseiro
Boca do Acre	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal do Km 104/Vila Velha	19/09/2024	33	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Codó/PAE Antimary	19/09/2024	23	Seringueiro
Boca do Acre	Gleba Novo Axioma Redenção/Seringal Novo Axioma	19/09/2024	60	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Entre Rios/Ramal do 52	19/09/2024	92	Seringueiro
Boca do Acre	Seringal Pirapora	19/09/2024	350	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	26/09/2024	60	Ribeirinho
Boca do Acre	Faz. União/Cruzeirinho	13/10/2024	500	Posseiro
Boca do Acre	Ramal do Garrafa	12/11/2024	60	Posseiro
Boca do Acre	Com. Boa Esperança/Ramal Linha 8/Seringal Recreio do Santo Antônio	13/11/2024	38	Posseiro
Boca do Acre	Comunidade Ramal do 26/Gleba Recreio do Santo Antônio	13/11/2024	41	Posseiro
Boca do Acre	Comunidade Fortaleza	14/11/2024	43	Ribeirinho
Boca do Acre	Comunidade Pauné/Gleba Pauné	18/11/2024	38	Posseiro
Boca do Acre	Gleba Francisco Sevalha	18/11/2024	800	Extrativista
Boca do Acre	Com. Cachoeirinha/Gleba Pauene/Pauini	18/11/2024	42	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Entre Rios/Ramal São Francisco/Faz. do Km 60/Faz. Savana	20/11/2024	49	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Andaraí	20/11/2024	120	Posseiro
Boca do Acre	Gleba Novo Axioma Redenção/Km 90/Ramal Santa Helena	22/11/2024	28	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bananeira	22/11/2024	26	Seringueiro
Boca do Acre	Ocup. do Vinha/Ramal São Francisco-Km60	22/11/2024	25	Posseiro
Borba	Terra Indígena Coatá-Laranjal	10/04/2024	101	Indígenas
Canutama	T.I. Juma	04/01/2024	6	Indígenas
Canutama	150 Chacáras/Associação Aprefortes/km 36 da BR-319	20/03/2024	80	Pequeno proprietário
Canutama	T.I. Juma	20/06/2024	6	Indígenas
Careiro	Terra Indígena Lago do Marinheiro	10/04/2024	39	Indígenas
Careiro da Várzea	Terra Indígena Siássima	10/04/2024	74	Indígenas
Eirunepé, Tarauacá, Envira, Ipixuna	Terra Indígena Kulina do Médio Juruá	29/01/2024	714	Indígenas
Envira	T.I. Cacau do Tarauacá/Povo Kulina	29/01/2024	80	Indígenas
Fonte Boa	Terra Indígena Acapuri de Cima	06/06/2024	50	Indígenas
Humaitá	PDS Realidade/Linha 17/Km 100/BR-319	30/04/2024	200	Extrativista
Humaitá	Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos/Linha 17/BR-319	30/04/2024	200	Extrativista

Humaitá	Comunidade Santa Rita/Igarapé Pirapitinga	30/04/2024	1	Extrativista
Humaitá	Terra Indígena Nove de Janeiro	20/06/2024	68	Indígenas
Humaitá, Manicoré	T. I. Tenharim Marmelos	20/06/2024	134	Indígenas
Humaitá	Terra Indígena Parintintin	20/06/2024	1	Indígenas
Irاندوبا	Vila Cachoeira do Castanho	15/02/2024	112	Posseiro
Irاندوبا	Com. Vera Lúcia Castelo Branco/Km 13/Vila do Cacau Pirera	26/09/2024	165	Posseiro
Itacoatiara	T. I. Rio Urubu	05/03/2024	94	Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada/Complexo do Azulão	01/02/2024	1	Indígenas
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	01/02/2024	14	Indígenas
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	25/03/2024	14	Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada/Complexo do Azulão	25/03/2024	1	Indígenas
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	10/04/2024		Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada/Complexo do Azulão	10/04/2024	1	Indígenas
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	10/01/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	11/01/2024	260	Posseiro
Lábrea	Resex Ituxí	18/01/2024	123	Ribeirinho
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	04/03/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	05/03/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	11/03/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	20/03/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	22/03/2024	260	Posseiro
Lábrea	Acamp. Irmã Dorothy/Seringal Novo Natal/Fazenda Fusão	07/04/2024	35	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	08/05/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	T.I. Boca do Acre	15/05/2024	75	Indígenas
Lábrea	Resex Ituxí	06/06/2024	123	Ribeirinho
Lábrea	Acamp. Irmã Dorothy/Seringal Novo Natal/Fazenda Fusão	19/07/2024	35	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	27/08/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	19/09/2024	260	Posseiro
Lábrea, Boca do Acre	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	18/12/2024	260	Posseiro
Manaus	Comunidade Nusoke	20/01/2024	1	Indígenas
Manaus	Comunidade Indígena Aliança Com Deus II	22/01/2024	300	Indígenas
Manaus	Ramal Uberê/Ramal do Brasileiro	11/02/2024	95	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açu	01/03/2024	250	Ribeirinho
Manaus	Comunidade Ribeirinha do Abelha	13/09/2024	1	Ribeirinho
Manaus	Ocup. Indígena em Tarumã Açu	30/10/2024	250	Indígenas
Manaus	Ocup. Indígena em Tarumã Açu	01/11/2024	250	Indígenas
Manaus	Ocup. Indígena em Tarumã Açu	02/11/2024	250	Indígenas
Manicoré, Novo Aripuanã	Rebio do Rio Manicoré/16 Comunidades Ribeirinhas	26/01/2024	1.000	Extrativista

CONFLITOS NO CAMPO

Manicoré, Novo Aripuanã	Rebio do Rio Manicoré/16 Comunidades Ribeirinhas	12/06/2024	1.000	Extrativista
Manicoré	T. I. Lago Capanã	20/06/2024	49	Indígenas
Manicoré	T. I. Sepoti/Aldeia Estirão Grande	16/08/2024	79	Indígenas
Maués, Barreirinha, Parintins	T. I. Andirá-Marau	26/01/2024	3.337	Indígenas
Maués, Barreirinha, Parintins	T. I. Andirá-Marau	02/02/2024	3.337	Indígenas
Maués	Comunidade Santo Antônio do Mucajá/Rio Parauary	13/07/2024	120	Ribeirinho
Nova Olinda do Norte, Borba	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	10/04/2024	140	Indígenas
Nova Olinda do Norte, Borba	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	13/04/2024	140	Ribeirinho
Parintins, Barreirinha	Com. Ribeirinha de Ponta Alta	26/01/2024	1	Ribeirinho
Parintins, Barreirinha	Com. Ribeirinha Arauá	26/01/2024	1	Ribeirinho
Parintins, Barreirinha	Comunidade Ribeirinha Sabina	26/01/2024	1	Ribeirinho
Parintins, Barreirinha	Comunidade Ribeirinha do Igarapé Açu	26/01/2024	1	Ribeirinho
Parintins, Barreirinha	Com. Ribeirinha Valéria	26/01/2024	1	Ribeirinho
Parintins	PA Gleba Vila Amazônia/PA Vila Amazônia	26/01/2024	30	Assentado
Parintins	PA Gleba Vila Amazônia/PA Vila Amazônia	30/07/2024	1.705	Assentado
Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos	44 Aldeias Indígenas Yanomami de Barcelos/Terra Indígena Yanomami	24/01/2024	1.250	Indígenas
Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos	44 Aldeias Indígenas Yanomami de Barcelos/Terra Indígena Yanomami	09/04/2024	1.250	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira, Japurá	T. I. Alto Rio Negro	31/05/2024	1.100	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira, Japurá	T. I. Alto Rio Negro	27/11/2024	6.511	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	01/02/2024	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	25/03/2024	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	10/04/2024	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	03/06/2024	235	Indígenas
Tapauá	TI Apurinã do Igarapé São João	18/09/2024	55	Indígenas
Tefé	T. I. Porto Praia de Baixo	06/06/2024	50	Indígenas
Subtotal: 117			24.518	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Lábrea	Acamp. Irmã Dorothy/Seringal Novo Natal/Fazenda Fusão	06/04/2024	35	Posseiro
Lábrea	Acamp. Irmã Dorothy/Seringal Novo Natal/Fazenda Fusão	18/05/2024	35	Posseiro
Subtotal: 2			35	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - AMAZONAS: 119

24.518

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Manicoré, Novo Aripuanã	Rebio do Rio Manicoré/16 Comunidades Ribeirinhas	01/05/2024	50	50	-	Desmatamento Ilegal
Maués	Área de Garimpo Ilegal de Ouro	30/04/2024	50	50	-	Garimpo de Ouro

Tapauá	Faz. em Tapauá	11/08/2024	3	3	-	Construção de Cerca
Subtotal: 3			103	103	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - AMAZONAS: 3			103	103	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Borba	Terra Indígena Coatá-Laranjal	15/10/2024	101	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Humaitá	T.I. Pirahã	23/05/2024	148	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Humaitá, Manicoré	T. I. Tenharim Marmelos	23/05/2024	134	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Humaitá	Garimpo na Calha do Rio Madeira e Afluentes	22/08/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itacoatiara	12 Comunidades do Lago Canaçari	22/08/2024	686	Uso e preservação	Pesca predatória
Itacoatiara	Lago do Serpa/Com. Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa	29/11/2024	124	Uso e preservação	Pesca predatória
Lábrea	Resex Ituxi	17/01/2024	123	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Manicoré	T. I. Sepoti/Aldeia Estirão Grande	24/04/2024	27	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Nhamundá, Urucará	T. I. Nhamundá-Mapuera	20/08/2024	573	Uso e preservação	Pesca predatória
Silves	Comunidades Tradicionais/Rio Urubu	22/08/2024	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal: 10			1.918		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - AMAZONAS: 132

PESSOAS: 105.847

BAHIA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alcobaça	Comunidade Canaã	29/08/2024	700	Sem Terra
Barra	Com. Quilombola Igarité	26/04/2024	500	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Curralinho	14/09/2024	273	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Santo Expedito	19/09/2024	18	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	03/12/2024	500	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	17/12/2024	500	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	22/12/2024	500	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe	28/08/2024	1	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Fortaleza	28/08/2024	120	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Barrinha/Fiol	28/08/2024	86	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	28/08/2024	220	Quilombola
Caetité	Comunidade do Àşę Ojú Oòrùn	13/03/2024	1	Outros
Caetité	Com. Curral Velho	20/11/2024	80	Pequeno proprietário
Caetité	Com. Lagoa do Mato	22/11/2024	106	Quilombola
Caetité	Com. Quilombola Olho D'agua	22/11/2024	37	Quilombola
Cairu	Com. Quilombola Toque da Gamboa	04/09/2024	1	Quilombola
Campo Alegre de Lourdes	Comunidade de Barra	30/11/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Campo Alegre de Lourdes	Comunidade de Barra	05/12/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Campo Alegre de Lourdes	Comunidade Cacimbinha	06/12/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto

CONFLITOS NO CAMPO

Candeias	Comunidade Quilombola Boca do Rio	05/04/2024	1	Quilombola
Candeias, Madre de Deus, Salvador	Território Quil. da Ilha de Maré/Porto de Aratu	04/06/2024	404	Quilombola
Caravelas	Comunidade Quilombola Mutum	03/04/2024	1	Quilombola
Caravelas	Comunidade Quilombola Naiá	03/04/2024	1	Quilombola
Caravelas	Quilombo de Volta Miúda	03/04/2024	120	Quilombola
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá/Acamp. Mãe Bernadete	23/03/2024	70	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá/Acamp. Mãe Bernadete	25/04/2024	70	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá/Acamp. Mãe Bernadete	26/04/2024	70	Sem Terra
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	28/08/2024	214	Quilombola
Casa Nova	Lagoa da Catinga/Caatinga	11/06/2024	5	Camponês de fundo e fecho de pasto
Casa Nova	Sítio Garapa	09/07/2024	19	Camponês de fundo e fecho de pasto
Casa Nova	Sítio Garapa	27/08/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Cordeiros	Com. Tapera do Rochedo/Coqueiro	15/05/2024	35	Camponês de fundo e fecho de pasto
Cordeiros	Com. Fecho de Pasto Palmeira	20/05/2024	23	Geraizeiro
Cordeiros	Com. Pedra Branca	03/09/2024	54	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	22/02/2024	80	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	01/03/2024	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	01/03/2024	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	19/03/2024	32	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	19/03/2024	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	23/03/2024	32	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda do Ranho/Com. Barra das Lages/Grilo/Catingueiro/Faz. Floriania	30/03/2024	80	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	04/04/2024	52	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	12/04/2024	52	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Vale Capão Grosso/Comunidade Boa Vista	16/09/2024	75	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Porcos/Guará/Pombas/Com. Matão/Garrotos/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	16/09/2024	53	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Morrinhos/Riacho de Areia/Bonito/Pombas/Saco de Santana/Faz. CFM Mombim	16/09/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	16/09/2024	80	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho do Clemente	16/09/2024	12	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo/Bonito de Cima	16/09/2024	300	Camponês de fundo e fecho de pasto

Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caa-tinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Bará-ua/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	16/09/2024	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	16/09/2024	32	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Brejo Verde	16/09/2024	200	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Porcos/Guará/Pombas/Com. Matão/Garrotos/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	26/09/2024	54	Camponês de fundo e fecho de pasto
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	07/08/2024	85	Assentado
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	07/08/2024	85	Assentado
Formosa do Rio Preto	Fazenda Tupã/Comunidade São Marcelo	06/06/2024	68	Geraizeiro
Gentio do Ouro	Comunidade Macacos	07/08/2024	4	Posseiro
Glória	TI Brejo do Burgo/Povo Pankarare	25/11/2024	40	Indígenas
Ibipeba, Barro Alto	Com. Barreiro/Barreirinho/Santa Cruz/Sumidouro/Boa Vista/Lagoa do Cipó/Queimada do Rufino/Pé de Limão/Volta Grande/Mandacaru/Morro do Fernandes/Santana do Jacaré/Lagoa Grande/Gergilim	01/03/2024	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Ibirapuã	Com. Quilombola Vila Juazeiro	03/04/2024	1	Quilombola
Ibotirama	Com. Quilombola Saco Grande de Tixinha	29/08/2024	26	Quilombola
Iraquara	Com. Quilombola Riacho do Mel	31/07/2024	180	Quilombola
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	05/03/2024	520	Sem Terra
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	09/03/2024	520	Sem Terra
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	10/03/2024	520	Sem Terra
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	27/04/2024	300	Sem Terra
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	28/04/2024	300	Sem Terra
Itaeté	Serra da Chapadinha/Parque Nacional da Chapada Diamantina	15/06/2024	1	Posseiro
Itaeté	Área Próxima ao PA Rosely Nunes	30/11/2024	1	Posseiro
Jaguarari	Com. de Pequenos Produtores da Serra dos Morgados	18/06/2024	1	Pequeno proprietário
João Dourado	Comunidade Riacho	05/02/2024	383	Quilombola
João Dourado	Com. Sertão Bonito	05/02/2024	10	Quilombola
João Dourado	Com. Lagoa do Meio	05/02/2024	15	Quilombola
João Dourado	Comunidade Lundus	05/02/2024	19	Quilombola
João Dourado	Comunidade Mata do Milho	05/02/2024	481	Quilombola
João Dourado	Comunidade Angicão	05/02/2024	8	Quilombola
João Dourado	Com. Serra Azul	05/02/2024	3	Quilombola
Juazeiro	Acamp. Terra Nossa/Codevasf	10/03/2024	300	Sem Terra
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	08/04/2024	587	Quilombola
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	30/04/2024	650	Quilombola
Lençóis	Com. Quilombola de Iúna	26/01/2024	40	Quilombola
Lençóis	Comunidade Curupati	21/07/2024	35	Posseiro
Licínio de Almeida	Com. Taquaril dos Fialhos	31/03/2024	1	Pequeno proprietário
Licínio de Almeida	Taquaril Velho	21/11/2024	68	Posseiro
Licínio de Almeida	Com. Taquaril dos Fialhos	21/11/2024	32	Pequeno proprietário
Maragogipe	Com. Quilombola Zumbi	29/10/2024	80	Quilombola
Nova Viçosa	Comunidade Quilombola de Helvécia	03/04/2024	1	Quilombola
Nova Viçosa	Com. Quilombola Rio do Sul/Acamp. Nelson Mandela	03/04/2024	70	Quilombola
Nova Viçosa	Com. Quilombola Cândido Mariano	03/04/2024	1	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Novo Horizonte	Quilombo Góis	28/02/2024	34	Quilombola
Novo Horizonte	Quilombo Góis	09/04/2024	34	Quilombola
Novo Horizonte	Quilombo Góis	02/09/2024	30	Quilombola
Piatã	Comunidade de Capão	17/04/2024	13	Posseiro
Piatã	Com. Quilombola do Mocó/Bocaína	24/04/2024	80	Quilombola
Piatã	Povoado de Cruzes/Malhada Grande	17/05/2024	1	Posseiro
Piatã	Com. Quilombola do Mocó/Bocaína	11/12/2024	80	Quilombola
Pilão Arcado	Com. Salinas/Com.Passagem da Areia/Com Brejo da Taboa	31/05/2024	350	Camponês de fundo e fecho de pasto
Pindaí	Com. Novo Horizonte/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	07/06/2024	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Pindaí	Comunidade Morro/Projeto Pedra de Ferro	07/07/2024	115	Camponês de fundo e fecho de pasto
Pindaí, Caetité	Com. Açoita Cavalos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	21/11/2024	13	Pequeno proprietário
Piritiba	Acampamento Rosimeire Araújo	31/12/2024	43	Sem Terra
Ponto Novo	Acampamento União	23/07/2024	150	Sem Terra
Ponto Novo	Terra da Agrovale/Acamp. Terra Nossa	23/07/2024	120	Pequeno proprietário, Sem Terra
Ponto Novo	Acampamento União	30/10/2024	150	Sem Terra
Porto Seguro	Paraíso dos Pataxós/Aldeia Xandó/Bugigão/Lagoa Doce/Outras Localidades/Vazamento de Óleo	01/04/2024	35	Indígenas
Porto Seguro	TI Barra Velha	19/04/2024	2	Indígenas
Porto Seguro	Aldeia Velha	19/04/2024	1	Indígenas
Porto Seguro	TI Barra Velha	20/05/2024	1	Indígenas
Porto Seguro	Faz. Mirante do Rio Verde	24/06/2024	500	Sem Terra
Potiraguá	TI Caramuru Paraguassu/Fazenda Inhumas	21/01/2024	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Tibá	04/04/2024	50	Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/PA Cumuruxatiba	21/10/2024	75	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Tibá	21/10/2024	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Tibá	28/10/2024	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Tibá	03/11/2024	50	Indígenas
Riachão das Neves	Fazenda Pau Louro	30/09/2024	1	Sem Terra
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	01/03/2024	6	Camponês de fundo e fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	16/03/2024	6	Camponês de fundo e fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	21/05/2024	370	Camponês de fundo e fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Destocado	28/08/2024	5	Camponês de fundo e fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	28/08/2024	370	Camponês de fundo e fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/Com. de Salobro	28/08/2024	40	Camponês de fundo e fecho de pasto
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	22/10/2024	135	Quilombola
Souto Soares	Com. São Domingos/Manoel Joaquim/Cisterna/Emília	21/07/2024	178	Camponês de fundo e fecho de pasto
Tremedal	Comunidade Vereda	23/02/2024	1	Posseiro
Ubaíra	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Chapadinha	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Uibaí	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Baixão de Aureliano	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Uibaí	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Pé do Alto	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Uibaí	Com. Fundo e Fecho de Pasto Boca d'água	12/05/2024	7	Trabalhador Rural
Uibaí	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Poço	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Uibaí, Uibaí	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Laranjeira	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Uibaí	Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Olhos d'Água	12/05/2024	1	Camponês de fundo e fecho de pasto

Vitória da Conquista	Com. Quilombo de Laranjeiras	30/09/2024	1	Quilombola
Wanderley, Wanderley	Com. Quilombola Riacho de Sacutiaba	09/05/2024	50	Quilombola
Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas	27/08/2024	2	Camponês de fundo e fecho de pasto
Subtotal: 135			9.589	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boa Vista do Tupim	Faz. Santa Maria/Acamp. Milton dos Santos	22/06/2024	52	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá/Acamp. Mãe Bernadete	19/08/2024	101	Sem Terra
Itabela	Ocupação da Ceplac	09/04/2024	400	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. São Jorge Correia/Acamp. Celina Cunha	27/07/2024	230	Sem Terra
Juazeiro	Acamp. Terra Nossa/Codevasf	10/03/2024	300	Sem Terra
Lafaiete Coutinho, Maracás	Fazenda alcobaça	25/07/2024	230	Sem Terra
Pau Brasil, Canavieiras, Itabuna, Itaju do Colônia, Itambé, Itapetinga	T. I. Caramuru Catarina Paraguassu	20/01/2024	1	Indígenas
Potiraguá	TI Caramuru Paraguassu/Fazenda Inhumas	19/01/2024	50	Indígenas
Vereda	Fazenda Boa União/Acampamento Dalva Motta	25/07/2024	150	Sem Terra
Subtotal: 9			1.514	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - BAHIA: 144

10.683

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Ibititá	Área em Ibititá	13/05/2024	5	5	-	Fibra do Sisal (Lavouira)
Ituaçu	Faz. de Café em Ituaçu	17/07/2024	11	11	-	Colheita de Café
Morro do Chapéu	Área no Morro de Chapéu	14/05/2024	3	3	-	Fibra do Sisal (Lavouira)
Morro do Chapéu	Área no Morro do Chapéu	14/05/2024	7	7	-	Fibra do Sisal (Lavouira)
Nazaré	Faz. de Pecuária de Corte em Nazaré	23/01/2024	1	1	-	Criação de Gado de Corte
Subtotal: 5			27	27	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - BAHIA: 5

27

27

-

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Caetité	Com. Curral Velho	21/11/2024	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Canavieiras, Belmonte, Una	Resex de Canavieiras/Com. de Campinhos	30/04/2024	2.001	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo/Bonito de Cima	17/09/2024	300	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho do Clemente	17/09/2024	12	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	17/09/2024	52	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água

CONFLITOS NO CAMPO

Correntina	Fecho de Pasto de Morrinhos/Riacho de Areia/Bonito/Pombas/Saco de Santana/Faz. CFM Mombim	17/09/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	17/09/2024	80	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caa-tinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	17/09/2024	30	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	17/09/2024	32	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Comunidade Brejo Verde	17/09/2024	200	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Vale Capão Grosso/Comunidade Boa Vista	17/09/2024	75	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto Porcos/Guará/Pombas/Com. Matão/Garrotos/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	17/09/2024	53	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Itaeté	Serra da Chapadinha/Parque Nacional da Chapada Diamantina	16/06/2024	1	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	Com. Quilombo do Remanso	10/10/2024	60	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Piatã	Comunidade Ressaca	01/04/2024	14	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Piatã	Com. Quilombola do Mocó/Bocaína	11/12/2024	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima	21/11/2024	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Salvador	Com. Quilombola Alto do Tororó	08/06/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
São Desidério, Barreiras	PCHs do Rio das Fêmeas/Rio Grande	11/05/2024	250	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	16/10/2024	135	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	08/06/2024	43	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Taperoá	Com. Quilombola de Graciosa	23/09/2024	154	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 22			3.646		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - BAHIA: 171

PESSOAS: 57.343

CEARÁ

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acaraú	Comunidade Curral Velho	30/07/2024	250	Pescador
Aracati	Com. Quilombola do Cumbe	17/12/2024	159	Quilombola
Camocim	Vila de Pescadores da Praia do Xavier	13/03/2024	22	Pescador
Caucaia	Retomada Parnamirim	18/07/2024	46	Indígenas
Caucaia	Retomada Parnamirim	19/07/2024	46	Indígenas
Caucaia	T.I. Tapeba	24/09/2024	1.662	Indígenas

Jaguaruana	Acamp. Gregório Bezerra/Faz. Baquit	14/07/2024	84	Sem Terra
Jaguaruana	Acamp. Gregório Bezerra/Faz. Baquit	26/08/2024	84	Sem Terra
Morrinhos	Retomada Poeta Colibri	23/10/2024	20	Sem Terra
Parambu	Jatobá	11/01/2024	85	Posseiro
Parambu	Serra de São Gonçalo/Com. São Gonçalo	11/01/2024	85	Posseiro
Subtotal: 11			2.413	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caucaia	Retomada Parnamirim	19/07/2024	46	Indígenas
Crateús	Fazenda Curralinho	15/04/2024	200	Sem Terra
Jaguaruana	Acamp. Gregório Bezerra/Faz. Baquit	29/06/2024	84	Sem Terra
Morrinhos	Retomada Poeta Colibri	23/09/2024	20	Sem Terra
Tamboril	Fazenda São Pedro Pelado	19/02/2024	150	Sem Terra
Subtotal: 5			500	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - CEARÁ: 16

2.763

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Aracati	Exploração de Folhas de Carnaúba	06/11/2024	1	1	-	
Subtotal: 1			1	1	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - CEARÁ: 1

1

1

-

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Santa Quitéria, Itatira, Madalena	Mina de Urânio e Fosfato de Itataia/Distrito de Trapiá	14/10/2024	815	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Gonçalo do Amarante	Praia de Taíba	31/10/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 2			816		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - CEARÁ: 19

PESSOAS: 14.317

DISTRITO FEDERAL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília	Aldeia Teko Haw/Com. Indígena do Bananal/ St. Noroeste/Brasal/Povo Guajajara/Santuário dos Pajés	02/02/2024	27	Indígenas
Brasília	Aldeia Ahain Aam	23/02/2024	8	Indígenas
Brasília	Aldeia Ahain Aam	29/02/2024	8	Indígenas
Brasília	Assent. 26 de Setembro/Parque Nac. de Brasília	17/08/2024	90	Assentado
Brasília	Assent. 26 de Setembro/Parque Nac. de Brasília	03/09/2024	90	Assentado
Brasília	Assent. 26 de Setembro/Parque Nac. de Brasília	15/09/2024	90	Assentado

CONFLITOS NO CAMPO

Brasília	Aldeia Teko Haw/Com. Indígena do Bananal/ St. Noroeste/Brasal/Povo Guajajara/Santuário dos Pajés	17/09/2024	27	Indígenas
Brasília	Acampamento Terra Prometida	21/09/2024	2	Sem Terra
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	03/01/2024	600	Sem Terra
Subtotal: 9			727	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - DISTRITO FEDERAL: 9			727	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgata- dos	Menores	Tipo de Trabalho
Brasília	Granja de Aves	20/08/2024	23	23	1	
Subtotal: 1			23	23	1	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - DISTRITO FEDERAL: 1			23	23	1	

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - DISTRITO FEDERAL: 10

PESSOAS: 2.931

ESPÍRITO SANTO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Conceição da Barra	Quilombo Coxi	04/10/2024	30	Quilombola
Conceição da Barra	Com. Quilombola Angelim/Córrego do Felipe	24/10/2024	23	Quilombola
Conceição da Barra, São Mateus	Comunidade Quilombola Morro da Onça	06/12/2024	33	Quilombola
Linhares, Aracruz	Fazenda Agril	20/05/2024	250	Sem Terra
Mimoso do Sul	Acampamento na Região de Alto Pratinha	19/01/2024	120	Sem Terra
Mimoso do Sul	Acampamento na Região de Alto Pratinha	29/02/2024	120	Sem Terra
Pinheiros	Acampamento em Área do Consórcio Público Vale do Itauninhas	09/01/2024	200	Sem Terra
São Mateus	Armazém Inquinor/Km 16/BR-381/Ao Lado da Fazenda Coqueirinho	17/04/2024	200	Sem Terra
São Mateus	Armazém Inquinor/Km 16/BR-381/Ao Lado da Fazenda Coqueirinho	18/04/2024	200	Sem Terra
São Mateus	Armazém Inquinor/Km 16/BR-381/Ao Lado da Fazenda Coqueirinho	30/04/2024	200	Sem Terra
Subtotal: 10			856	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
São José do Calçado	Fazenda Experimental da UFES	12/08/2024	40	Sem Terra
São Mateus	Armazém Inquinor/Km 16/BR-381/Ao Lado da Fazenda Coqueirinho	17/04/2024	200	Sem Terra
Subtotal: 2			240	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Mimoso do Sul	Acampamento na Região de Alto Pratinha	13/01/2024	120	Sem Terra
São Mateus	Armazém Inquinor/Km 16/BR-381/Ao Lado da Fazenda Coqueirinho	30/04/2024	200	Sem Terra

Subtotal: 2	320	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ESPÍRITO SANTO: 14		896

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Afonso Cláudio	Lavoura de Café	14/05/2024	12	12	-	Café
Boa Esperança	Criação de Bovinos para Leite	07/05/2024	1	1	-	Pecuária
Brejetuba	Lavoura de Café	14/05/2024	12	12	-	Café
Governador Lindenberg	Lavoura de Café	16/05/2024	12	12	-	Café
Rio Bananal	Lavoura de Café	09/05/2024	11	11	2	Café
São Domingos do Norte, Pancas	Lavoura de Café	09/05/2024	35	35	-	Café
Subtotal: 6			83	83	2	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - ESPÍRITO SANTO: 6			83	83	2	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cariacica	Associação de Pescadores de Cariacica (Pescar)	21/08/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cariacica	Associação dos Catadores e Caranguejeiros da Grande Nova Rosa da Penha (Ascapenha)	21/08/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cariacica	Associação de Pescadores Artesanais de Porto de Santana e Adjacências	28/08/2024	110	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cariacica	Associação dos Pequenos Pescadores da Comunidade Nova Canaã	21/08/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição da Barra	Com. Quilombola do Linharinho	11/04/2024	73	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte	21/08/2024	70	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Linhares	Com. de Regência/Zona 58	10/07/2024	60	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Linhares	Com. Degredo/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	23/04/2024	175	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Marilândia	Comunidade Boninsegna	20/02/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
São Mateus, Conceição da Barra	Praia de Guriri/Ilha de Guriri	24/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Vitória	Associação dos Pescadores, Marisqueiros e Desfiadeiras da Região da Grande São Pedro	16/09/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Vitória	Colônia de Pescadores Z-5	09/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 12			495		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - ESPÍRITO SANTO: 32

PESSOAS: 5.647

GOIÁS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguapaz	Acamp. Conquista com Deus/Às Margens da GO-164	03/02/2024	2	Sem Terra
Aruanã	TI Karajá de Aruanã III	03/10/2024	19	Indígenas
Aruanã	TI Karajá de Aruanã I/Aldeia Buridina	11/10/2024	50	Indígenas
Baliza	PA Oziel Alves Pereira	30/04/2024	529	Assentado
Baliza	PA Oziel Alves Pereira	09/09/2024	529	Assentado
Catalão	Com. Mata Preta	26/02/2024	40	Pequeno proprietário
Catalão	Com. Coqueiros	22/03/2024	54	Pequeno proprietário
Catalão	Comunidade Macaúba	22/03/2024	12	Pequeno proprietário
Catalão	Comunidade Macaúba	20/07/2024	25	Pequeno proprietário
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Território Quilombola Kalunga/Quilombo Kalunga/Com. Vão de Almas	11/01/2024	215	Quilombola
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Território Quilombola Kalunga/Quilombo Kalunga/Com. Vão de Almas	16/05/2024	215	Quilombola
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Território Quilombola Kalunga/Quilombo Kalunga/Com. Vão de Almas	02/09/2024	215	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rocinha	19/09/2024	35	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	20/09/2024	1	Pequeno proprietário
Crixás	PA Chico Mendes	12/06/2024	185	Assentado
Crixás	PA 08 de Março	12/06/2024	29	Assentado
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	19/01/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	12/02/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	09/08/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	03/09/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	11/10/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	15/10/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	02/11/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	05/11/2024	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas I/Áreas II/Áreas II	27/11/2024	280	Sem Terra
Itaberaí	Faz. Sítio Novo/Acamp. Dona Lindu	18/04/2024	400	Sem Terra
Itaberaí	Assentamento Dom Fernando	26/11/2024	54	Assentado
Jataí	Acampamento Mundo Novo-BR364	16/10/2024	33	Sem Terra
Jataí	Acampamento Mundo Novo-BR364	20/11/2024	33	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	05/02/2024	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	12/02/2024	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	06/09/2024	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	06/10/2024	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	18/10/2024	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	24/11/2024	60	Sem Terra
Jussara, Fazenda Nova	Acampamento Coqueiral	05/02/2024	70	Sem Terra

Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria/Acamp. Santa Maria-Reunidas	22/05/2024	100	Sem Terra
Lagoa Santa	PA Sete de Setembro	02/08/2024	100	Sem Terra
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria/Acamp. Santa Maria-Reunidas	18/10/2024	100	Sem Terra
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria/Acamp. Santa Maria-Reunidas	21/12/2024	100	Sem Terra
Niquelândia	Assentamento Acaba Vida	05/01/2024	177	Assentado
Portelândia	Acamp. Modelo/Faz. Salto/Capoeirinha	06/04/2024	50	Sem Terra
Rubiataba, Nova América	TI Carretão I/Índios Tapuia	26/07/2024	49	Indígenas
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe	05/01/2024	21	Posseiro
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe	01/11/2024	21	Posseiro
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	13/08/2024	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	17/09/2024	180	Sem Terra
Santo Antônio do Descoberto	Fazenda Antinha de Baixo	23/02/2024	400	Pequeno proprietário
Vila Boa	Área do Grupo CBB/Fazendas Tábua de Cima/Prelúdio/Outras	15/04/2024	1.000	Sem Terra
Subtotal: 49			4.158	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Itaberaí	Faz. Sítio Novo/Acamp. Dona Lindu	15/04/2024	400	Sem Terra
Portelândia	Acamp. Modelo/Faz. Salto/Capoeirinha	05/04/2024	50	Sem Terra
Vila Boa	Área do Grupo CBB/Fazendas Tábua de Cima/Prelúdio/Outras	15/04/2024	1.000	Sem Terra
Subtotal: 3			1.450	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - GOIÁS: 52			4.158	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Catalão	Lavoura de Baunilha	21/10/2024	33	33	-	Lavoura de Baunilha
Goianápolis	Lavoura de Milho	19/11/2024	4	4	-	Lavoura de Milho
Monte Alegre de Goiás	Fazenda São Sebastião	06/11/2024	1	-	-	Vaqueiro
Ouro Verde de Goiás	Agropecuária	20/08/2024	1	1	-	Pecuária
Palmelo	Cultivo de Eucalipto	20/08/2024	1	1	-	Cultivo de Eucalipto
São Patrício	Canavial	24/10/2024	44	44	-	Cana-de-açúcar
Subtotal: 6			84	83	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - GOIÁS: 6			84	83	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Catalão	Comunidade Macaúba	21/07/2024	12	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Minaçu, Campinorte, Cavalcante, Niquelândia, Uruaçu	UHE de Serra da Mesa e Cana Brava	20/04/2024	300	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Minaçu, Cavalcante	UHE de Cana Brava/Com. Quilo. Limoeiro	25/03/2024	40	Barragens e Açudes	Não reassentamento

Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	26/11/2024	180	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Silvânia	Comunidade Boa Vista dos Macacos	18/09/2024	45	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 5			577		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - GOIÁS: 63

PESSOAS: 19.024

MARANHÃO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Fazenda Santa Cruz	16/03/2024	700	Sem Terra
Açailândia	Fazenda São Bento	21/05/2024	500	Sem Terra
Açailândia	PE Santa Clara	30/05/2024	79	Assentado
Açailândia	PA Novo Oriente	30/06/2024	31	Assentado
Açailândia	Faz. Conquista/Assent. João do Vale/PDS João do Vale I	30/06/2024	41	Assentado
Açailândia	Com. Francisco Romão/PA Francisco Romão	30/09/2024	118	Assentado
Açailândia	Assent. Planalto I	30/09/2024	37	Assentado
Açailândia	Assent. Planalto II	30/09/2024	13	Assentado
Açailândia	Assent. Califórnia	30/09/2024	186	Assentado
Açailândia	Povoado Novo Bacabal	30/09/2024	1	Posseiro
Açailândia	PA Açai/Agrovila Conquista da Lagoa	30/09/2024	443	Assentado
Açailândia	Comunidade Agroplanalto	30/09/2024	30	Assentado
Aldeias Altas	Comunidade Gostoso	19/02/2024	35	Quilombola
Amarante do Maranhão	T. I. Governador	03/02/2024	163	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú, Santa Luzia	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara/Gavião/Guajá	16/09/2024	2.579	Indígenas
Arame, Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda/Toco Preto	26/03/2024	242	Indígenas
Arame, Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda/Toco Preto	15/10/2024	242	Indígenas
Arari	Com. Flexeiras/Búfalos	01/04/2024	1	Quilombola
Bacabal	Com. Quilombola Guaraciaba	19/04/2024	23	Quilombola
Bacabal	Com. Quilombola Catucá	24/12/2024	41	Quilombola
Balsas	Com. Bom Acerto/Data Flor do Tempo	05/04/2024	8	Posseiro
Balsas	Com. Chácara Nossa Senhora Aparecida	11/09/2024	2	Posseiro
Balsas	Data Barroco/Gleba Alegrete	06/10/2024	6	Posseiro
Balsas	P. A. Gado Bravinho	12/10/2024	21	Assentado
Balsas	PA São José	20/12/2024	39	Assentado
Balsas	Povoado Cajueiro dos Macedo	21/12/2024	1	Posseiro
Balsas	Povoado São Benedito	21/12/2024	1	Posseiro
Balsas	Estiva II	22/12/2024	1	Posseiro
Balsas	Boa Esperança	23/12/2024	23	Posseiro
Barra do Corda	Pov. São Francisco/Pov. Estevão	15/08/2024	80	Posseiro
Barra do Corda, Fernando Falcão, Grajaú	T. I. Porquinhos	16/09/2024	223	Indígenas
Barreirinhas	Povoado Tabocas	27/08/2024	1	Posseiro
Belágua	Pov. Guarimansal/Guarimã/Olho d'Água/Lagoa	18/05/2024	60	Posseiro
Bom Jardim	PA Nascente do Rio dos Bois	25/01/2024	40	Assentado
Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia	Faz. Rodominas/Acamp. Buritirana	21/05/2024	150	Sem Terra

Brejo, Milagres do Maranhão	Gameleira	28/02/2024	60	Posseiro
Brejo	Comunidade Ingá	30/03/2024	25	Posseiro
Brejo	Comunidade Veado Branco	30/03/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Panela	30/04/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Macaco dos Vitos	30/05/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Macaco dos Vitos	30/05/2024	1	Posseiro
Brejo, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa Seca	30/06/2024	40	Posseiro
Brejo	Comunidade Prata	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Tabocas	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Com. Vila das Almas	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade São José	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Com. Várzea do Meio	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Com. Criolis Boca da Mata	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Guarimã	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Com. Macaco dos Faveiras	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Faveiro	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Carrapatinho	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade São Raimundo	30/07/2024	1	Posseiro
Brejo	Comunidade Centro dos Netos	30/07/2024	1	Posseiro
Buriti	Comunidade Santa Cruz	30/06/2024	1	Posseiro
Buriti	Comunidade São Félix	30/06/2024	1	Posseiro
Buriti	Comunidade Pitombeira	30/10/2024	1	Posseiro
Buriti	Comunidade São José	30/10/2024	1	Posseiro
Buriticupu	PA União/Portugal/Santo Antônio/Com. Vila Concórdia	30/06/2024	121	Assentado
Cândido Mendes	Território Quilombola Bom Jesus dos Pretos/ Carará	31/08/2024	52	Quilombola
Capinzal do Norte	Com. Quilombola Santa Cruz	27/05/2024	1	Quilombola
Carutapera	Sítio Palmeiras/Pov. Arapiranga	17/06/2024	9	Posseiro
Caxias	Povoado Curica/Curicas	19/02/2024	1	Quilombola
Caxias	Comunidade Quilombola Mimoso	19/02/2024	1	Quilombola
Caxias	PA Caxirambu	30/06/2024	1	Assentado
Caxias	PA São Pedro/Boa Vista	30/06/2024	1	Assentado
Caxias	PA Engenho d' Água	21/08/2024	388	Assentado
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilher- me, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	22/01/2024	375	Indígenas
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilher- me, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	28/07/2024	375	Indígenas
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilher- me, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	11/10/2024	375	Indígenas
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilher- me, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	20/10/2024	375	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	05/11/2024	375	Indígenas
Chapadinha	PA Veredão	07/03/2024	103	Assentado
Chapadinha	PA Vila dos Borges	07/03/2024	66	Assentado
Chapadinha	Lagoa Amarela	30/03/2024	1	Quilombola
Chapadinha	Comunidade Quilombola Poço de Pedra	30/06/2024	1	Quilombola
Chapadinha	PA Laranjeira	30/06/2024	47	Assentado
Chapadinha	Escondido	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Comunidade Cipó	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	São Fernandes	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Bom Fim	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Cruzilândia	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Leite	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Vila Nova	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Chico Dias	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Macajuba	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Comunidade da Mangueira	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Caraibas	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Bom Jesus	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Centro dos Messias	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha, Anapurus	Buritizinho	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado São José	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Pov. Sangue/Chapada do Sangue	30/06/2024	36	Posseiro
Chapadinha	Povoado Riacho Feio	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Araçá	30/06/2024	23	Posseiro
Chapadinha	Povoado Boa Hora	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Buritizeiro	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Caldeirão	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Bom Princípio	30/06/2024	25	Posseiro
Chapadinha	Conceição	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Santa Rita	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Tutanguira	30/06/2024	1	Pequeno proprietário
Chapadinha	Porções	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Feijão	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Gavião	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Deserto	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Cocal	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Bacuri do Moisés	30/06/2024	1	Assentado
Chapadinha	São Miguel	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Bacabal	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Bacabal do Tibério/Bacabal dos Tiberos	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Quilombo Vargem do Forno	30/06/2024	1	Quilombola
Chapadinha	Comunidade Quilombola Buriti dos Bois	30/06/2024	1	Quilombola
Chapadinha	Data Guarimã	30/06/2024	23	Posseiro
Chapadinha	Povoado Rumo	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Lagoa do Meio	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Santa Fé	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Vila Betânia	30/06/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Povoado Chapadão	30/09/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Quilombo Prata dos Quirinos	30/09/2024	1	Quilombola
Chapadinha	Pitombeira I	30/09/2024	1	Posseiro

Chapadinha	Oiteiro	30/09/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Riachão	30/09/2024	1	Posseiro
Chapadinha	Pitombeira II	30/09/2024	1	Posseiro
Cidelândia	Fazenda Boa Esperança	21/05/2024	1	Sem Terra
Codó	Quilombo Santa Joana	20/02/2024	18	Quilombola
Codó	Comunidade Quilombola Eira II	20/02/2024	1	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Queimadas	20/02/2024	26	Quilombola
Codó	Comunidade Livramento	20/02/2024	68	Posseiro
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira	20/02/2024	38	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	20/02/2024	22	Quilombola
Codó	Quilombo Macorongo	20/02/2024	14	Quilombola
Codó	PA Monte Cristo	20/02/2024	205	Assentado
Codó	Quilombo Sete	20/02/2024	1	Quilombola
Codó, Coroatá, Timbiras	Quilombo Boqueirão do Salazar	20/02/2024	1	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	20/02/2024	51	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Mata Virgem	20/02/2024	22	Quilombola
Codó	Com. Boqueirão das Vieiras	27/03/2024	200	Posseiro
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/03/2024	75	Quilombola
Codó	Quilombo Puraquê	27/03/2024	24	Quilombola
Codó	Comunidade São Paulo	27/03/2024	1	Posseiro
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	31/03/2024	51	Quilombola
Codó	Monta Barro/Com. Quilombola Montabarro	25/07/2024	18	Quilombola
Codó	Com. Três Irmãos	25/07/2024	55	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	08/08/2024	51	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	12/10/2024	8	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	24/10/2024	8	Quilombola
Colinas	Com. Quilombola Peixes	30/06/2024	60	Quilombola
Colinas	Com. Quilombola Peixes	15/07/2024	60	Quilombola
Dom Pedro	Com. Cajá e Vila São Pedro	14/09/2024	147	Quebradeiras de coco babaçu
Dom Pedro	Com. Centro dos Pretinhos	14/09/2024	42	Quebradeiras de coco babaçu
Esperantinópolis	Comunidade Laranjal	30/06/2024	1	Posseiro
Fernando Falcão	Com. Quilombola São Pedro	30/04/2024	26	Quilombola
Fernando Falcão	Com. Quilombola São Pedro	15/08/2024	26	Quilombola
Fernando Falcão, Barra do Corda	TI Kanela/Memortumré	16/09/2024	490	Indígenas
Formosa da Serra Negra	Comunidade Quirino	01/09/2024	3	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Comunidade Boa Esperança	16/12/2024	8	Fazendeiro
Formosa da Serra Negra	Com. Pau Amarelo/Bem Feito	19/12/2024	19	Posseiro
Fortuna	Centro do Canuto	30/03/2024	1	Pequeno proprietário
Fortuna	Povoado Patrimônio	30/03/2024	1	Posseiro
Fortuna	Povoado São Bento	30/03/2024	1	Pequeno proprietário
Godofredo Viana, Cândido Mendes	Comunidade Aurizona	10/09/2024	70	Posseiro
Governador Eugênio Barros	Comunidade Cipó	30/06/2024	1	Posseiro
Governador Eugênio Barros	Comunidade Nazaré	30/06/2024	1	Posseiro
Governador Eugênio Barros	Comunidade Baixo da Palmeira	30/06/2024	1	Posseiro
Governador Eugênio Barros	Comunidade São Dominguinho	30/06/2024	1	Posseiro
Governador Nunes Freire	Povoado CR Almeida	30/10/2024	1	Posseiro
Grajaú	T. I. Bacurizinho	16/09/2024	1.081	Indígenas
Igarapé do Meio	Comunidade Vila Bela	20/11/2024	49	Posseiro
Igarapé do Meio, Monção	Comunidade Terra Viva	20/11/2024	1	Posseiro
Igarapé do Meio	Comunidade Vila Bela	01/12/2024	49	Posseiro
Imperatriz, Cidelândia	Faz. Eldorado/Acamp. Viva Deus/Estrada do Arroz	13/09/2024	420	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Itapecuru Mirim	Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos/Barreira Funda/Alto São João e Outros/Duplicação da BR-135	02/05/2024	800	Quilombola
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Cheiroso	30/09/2024	20	Quilombola
Itinga do Maranhão	Acamp. Salete Moreno/Faz. União e Amaralina	30/07/2024	100	Sem Terra
Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda, Grajaú	T. I. Cana Brava	18/09/2024	2.706	Indígenas
Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi	Com. Vilela/Gleba Campina	10/02/2024	150	Posseiro
Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi	Com. Vilela/Gleba Campina	13/02/2024	150	Posseiro
Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi	Com. Vilela/Gleba Campina	07/03/2024	150	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Nova Unha de Gato	30/03/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Centro dos Pereiras	30/03/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Três Lagos	30/04/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Sindô I	30/04/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Pedrosas	30/05/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Centro dos Piaus	30/05/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Centro dos Batistas	30/06/2024	1	Posseiro
Lago da Pedra	Povoado Centro Novo	30/06/2024	1	Posseiro
Lago do Junco	São Manoel	07/07/2024	100	Extrativista
Lago do Junco	Povoado Santa Luzia	07/07/2024	1	Extrativista
Lago do Junco	Povoado Ludovico	07/07/2024	180	Extrativista
Lago dos Rodrigues	Comunidade São Lourenço	10/01/2024	1	Quebradeiras de coco babaçu
Lago Verde	Povoado Santa Luzia	30/06/2024	1	Posseiro
Loreto	Povoado Sonhém	20/08/2024	96	Posseiro
Loreto	Povoado Agrovila	20/12/2024	1	Posseiro
Loreto	Povoado Pedrinhas	23/12/2024	1	Posseiro
Loreto	PE Buritirana/Mato Grosso	24/12/2024	297	Assentado
Magalhães de Almeida	Comunidade São João/Tourada	08/08/2024	1	Extrativista
Matinha	Território Sesmaria do Jardim/Quilombo São Caetano	28/06/2024	65	Quilombola
Matões	Com. Quilombola Tanque de Rodagem/São João	14/06/2024	52	Quilombola
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	24/12/2024	30	Quilombola
Mirador	Com. Brejo Escuro/Parque Estadual do Mirador	09/10/2024	1	Posseiro
Mirador	Com. Tiririca/Parque Estadual do Mirador	09/10/2024	1	Posseiro
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	06/05/2024	254	Indígenas
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	16/09/2024	254	Indígenas
Parnarama	Com. Quilombola Guerreiro	25/03/2024	100	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	27/03/2024	160	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	19/12/2024	160	Quilombola
Pastos Bons	Território Quilombo Jacu	14/10/2024	40	Quilombola
Pedro do Rosário	PA Quadra 4 de Maio	22/05/2024	40	Assentado
Peritoró	Alto Seco	22/05/2024	1	Pequeno proprietário
Peritoró	Comunidade Santa Rita	30/06/2024	1	Posseiro
Peritoró	PA Bacuri	30/06/2024	37	Assentado
Peritoró	PE Feliz Lembrança	30/06/2024	50	Assentado
Peritoró	Comunidade Queixada	30/06/2024	1	Posseiro

Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã/Proteção/Caruma	06/01/2024	369	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã/Proteção/Caruma	09/01/2024	369	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã/Proteção/Caruma	02/02/2024	369	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã/Proteção/Caruma	30/09/2024	369	Quilombola
Pirapemas	Com. Panaca/Território Quilombola Aldeia Velha	12/10/2024	40	Quilombola
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	19/10/2024	17	Quilombola
Pirapemas	Com. Panaca/Território Quilombola Aldeia Velha	20/10/2024	40	Quilombola
Pirapemas	Com. Pontes/Território Aldeia Velha	22/10/2024	32	Quilombola
Raposa	PA Raposa	27/03/2024	333	Assentado
Riachão	Comunidade Progresso	19/12/2024	1	Posseiro
Riachão	PA Vida Nova	24/12/2024	65	Assentado
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	19/03/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	24/03/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	11/04/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	16/04/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	17/04/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	18/04/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	19/04/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	30/05/2024	70	Quilombola
Santa Inês	Comunidade Boa Visitinha	30/06/2024	1	Posseiro
Santa Luzia	Povoado Vila do Incra	30/03/2024	1	Posseiro
Santa Luzia	Comunidade Boa Esperança	30/04/2024	1	Posseiro
Santa Luzia	PA Cacique/Tucumã	30/05/2024	1	Assentado
Santa Quitéria do Maranhão	Povoado Boa Hora	30/03/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Caruara	30/03/2024	11	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Coceira	30/03/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Rio Grande dos Lopes	30/03/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga	30/03/2024	11	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão da Coceira	30/03/2024	20	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Passagem Funda	30/04/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Povoado Bacuri II	30/04/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. São José	30/04/2024	34	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado	30/04/2024	55	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Buriti Seco/PE Buriti Seco	30/04/2024	80	Assentado
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Rio Grande dos Gonçalves	30/04/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Povoado Barra da Onça	30/05/2024	40	Quilombola
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa das Caraibas	30/05/2024	30	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Taboca	30/05/2024	22	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Pov. Mata dos Fernandes	30/05/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira do Rio	30/05/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Mato Aberto	30/06/2024	1	Posseiro

CONFLITOS NO CAMPO

Santa Quitéria do Maranhão	Com. Santa Maria	30/06/2024	20	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Salvação	30/08/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Bacabal	30/08/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Angelim	30/08/2024	1	Posseiro
Santa Quitéria do Maranhão	Vila Nova	30/08/2024	1	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Piçarra	06/04/2024	1	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Com. Quilombola Cancela	18/05/2024	600	Quilombola
São Benedito do Rio Preto	Povoado Santo Inácio	18/05/2024	1	Quilombola
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Baixão dos Rochas	30/05/2024	25	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Santa Izabel	06/06/2024	1	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Povoado Boião	30/06/2024	1	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Com. Quilombola Cancela	07/09/2024	600	Quilombola
São Benedito do Rio Preto	Com. Quilombola Cancela	09/12/2024	600	Quilombola
São Bernardo	Com. Baixa Grande	10/03/2024	20	Posseiro
São Bernardo	Gleba Mata Velha/Data Gengibre de Coqueiro/ São Benedito	21/03/2024	73	Posseiro
São Bernardo	Com. Baixa Grande	10/04/2024	20	Posseiro
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Jacarezinho	19/02/2024	45	Quilombola
São João do Soter	Comunidade São Joaquim II	19/02/2024	1	Posseiro
São João do Soter	Com. Quilombola Bom Descanso	19/02/2024	10	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Boa Fé	21/02/2024	1	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Bacuri	23/02/2024	1	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Jacarezinho	28/10/2024	45	Quilombola
São José dos Basílios	Com. Olho d'Água/Santana/Salinas/Lagoa Bonita/Sumaúma/Alto do Chagas/Campestre	31/10/2024	136	Extrativista
São Luís	Com. Camboa dos Frades	25/03/2024	80	Pescador
São Luís	Com. Residencial Natureza	08/08/2024	280	Posseiro
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Queiroz/Queirós	30/10/2024	1	Posseiro
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Centro dos Peregrinos	30/10/2024	1	Posseiro
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Cazuza	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	PA Boi Baiano	21/02/2024	91	Assentado
São Mateus do Maranhão	PE Bocaína	30/03/2024	59	Assentado
São Mateus do Maranhão	PA Jitirana/Gleba Gitirana/Jutirana	30/04/2024	230	Assentado
São Mateus do Maranhão	Quilombo Alto Grande	30/05/2024	1	Quilombola
São Mateus do Maranhão	Povoado São Raimundo	30/08/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	PA Monte Alegre/Dendê	30/08/2024	36	Assentado
São Mateus do Maranhão	PE Salangô II/Com. Água Preta	16/09/2024	275	Assentado
São Mateus do Maranhão	PE Salangô II/Com. Água Preta	26/10/2024	275	Assentado
São Mateus do Maranhão	Povoado Juçareira	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoado Água Branca 2	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoado Centro dos Honoratos	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoado Lago Verde	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Centro do Coroatizinho	30/10/2024	1	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoado São Benedito da Água Preta	30/10/2024	22	Posseiro
São Pedro da Água Branca	Fazenda Boa Esperança III	21/05/2024	20	Sem Terra
São Pedro da Água Branca	Fazenda Santa Rita	21/05/2024	1	Sem Terra
São Pedro da Água Branca	Associação dos Agricultores Familiares Palmei- ras/Às Margens da MA-125	11/06/2024	70	Posseiro

São Pedro da Água Branca	PA Água Branca	22/10/2024	39	Assentado
São Pedro da Água Branca	Associação dos Agricultores Familiares Palmeiras/Às Margens da MA-125	24/10/2024	70	Posseiro
São Raimundo das Mangabeiras	Assent. Bacuri/PAE Agroextrativista Bacuri	08/02/2024	86	Assentado
São Raimundo das Mangabeiras	PE Nova Descoberta	24/12/2024	23	Assentado
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola do Charco	30/07/2024	151	Quilombola
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola do Charco	05/11/2024	151	Quilombola
Senador La Rocque, Davinópolis, Imperatriz	Reserva Extrativista da Mata Grande	21/04/2024	158	Extrativista
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Açude	31/05/2024	33	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Açude	11/10/2024	33	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Açude	18/10/2024	33	Quilombola
Timbiras	Com. Socó/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Alegria/Território Campestre	20/02/2024	40	Posseiro
Timbiras	Com. Cercado/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Macaquinhos/Território Campestre	20/02/2024	12	Posseiro
Timbiras	Com. Outeiro/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Jabuti/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Chapada da Alegria/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Francalho/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Serafim/Sarafim/Território Campestre	20/02/2024	1	Posseiro
Timbiras, Alto Alegre do Maranhão	Com. Canafístula/Território Campestre	22/02/2024	34	Posseiro
Timbiras	Abundância/Santa Vitória/Território Campestre	21/03/2024	42	Posseiro
Timbiras	Comunidade Capinal	21/03/2024	1	Posseiro
Timbiras, Codó	Comunidade Buriti	21/03/2024	42	Quilombola
Timbiras	Comunidade Baixa Nova	21/03/2024	1	Posseiro
Timbiras	Comunidade Passa Mal	21/03/2024	1	Posseiro
Timbiras	Comunidade Maresia	21/03/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Morada Nova/Território Campestre	21/03/2024	62	Posseiro
Timbiras	Comunidade São José	21/03/2024	1	Posseiro
Timbiras	Roque/Axixá/Território Campestre	27/03/2024	108	Posseiro
Timbiras	Com. Manoel dos Santos/Território Campestre	16/05/2024	26	Posseiro
Timbiras, Alto Alegre do Maranhão	Com. Canafístula/Território Campestre	19/05/2024	34	Posseiro
Timbiras	Comunidade Baixa Grande	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Comunidade Baixinha	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Parazin/Parazim/Território Campestre	22/05/2024	9	Posseiro
Timbiras	Com. Lagoa do Canto/Território Campestre	22/05/2024	4	Posseiro
Timbiras	Com. Ciarenço/Território Campestre	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Cantinho do Céu/Território Campestre	22/05/2024	12	Posseiro
Timbiras, Alto Alegre do Maranhão	Com. Canafístula/Território Campestre	22/05/2024	34	Posseiro
Timbiras	Com. Alpercata/Território Campestre	22/05/2024	5	Posseiro
Timbiras	Roque/Axixá/Território Campestre	22/05/2024	108	Posseiro
Timbiras	Com. Centro dos Valérios/Vilários/Território Campestre	22/05/2024	3	Posseiro
Timbiras	Com. São Francisco/Território Campestre	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Riachão/Território Campestre	22/05/2024	2	Posseiro
Timbiras	Com. Olho d'Água/Território Campestre	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Coruja/Território Campestre	22/05/2024	15	Posseiro

CONFLITOS NO CAMPO

Timbiras	Com. Capoeira/Território Campestre	22/05/2024	22	Posseiro
Timbiras	Com. Manoel dos Santos/Território Campestre	22/05/2024	26	Posseiro
Timbiras	Com. Pastorinha/Território Jaqueira	22/05/2024	1	Posseiro
Timbiras	Com. Coruja/Território Campestre	12/07/2024	15	Posseiro
Timbiras	Com. Coruja/Território Campestre	15/07/2024	15	Posseiro
Timbiras	Com. Marmorana/Território Campestre	05/10/2024	37	Posseiro
Timbiras, Alto Alegre do Maranhão	Com. Canafístula/Território Campestre	19/12/2024	34	Posseiro
Tuntum	TI Krenjê/Reserva Indígena Krenyê	16/09/2024	26	Indígenas
Turiaçu	Quilombo São José do Brito Mutá/Campos 1 e 2	15/06/2024	260	Quilombola
Urbano Santos, Belágua	Comunidade Jussaral/Juçaral	22/03/2024	80	Posseiro
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria	18/05/2024	200	Quilombola
Urbano Santos	Comunidade Guaribas	18/05/2024	10	Posseiro
Urbano Santos, Belágua	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	80	Posseiro
Vargem Grande	Povoado Quilombola Banana	18/05/2024	1	Quilombola
Vargem Grande	Povoado Quilombola Bacabinha	12/12/2024	1	Quilombola
Viana, Matinha	Retomada Território Indígena Taquaritia/ Povo Akroá Gamella	13/09/2024	100	Indígenas
Viana, Matinha	Retomada Território Indígena Taquaritia/ Povo Akroá Gamella	16/09/2024	100	Indígenas
Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca	Faz. Jurema/Acamp. Sapucaia e Traíra	19/12/2024	500	Sem Terra
Subtotal: 363			21.469	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Itinga do Maranhão	Acamp. Salete Moreno/Faz. União e Amaralina	25/07/2024	100	Sem Terra
Viana, Matinha	Retomada Território Indígena Taquaritia/ Povo Akroá Gamella	28/08/2024	100	Indígenas
Subtotal: 2			200	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MARANHÃO: 365

21.469

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Faz. de Carvão Vegetal em Açailândia	27/11/2024	10	10	-	Carvão Vegetal
Açailândia	Faz. de Carvão Vegetal em Açailândia II	18/09/2024	3	3	-	Carvão Vegetal
Balsas	Apoio à Agricultura	17/06/2024	12	12	-	Lavoura
Grajaú	Produção de Carvão Vegetal	19/01/2024	6	6	-	Carvão Vegetal
Lagoa do Mato	Agropecuária	16/07/2024	17	17	-	Pecuária e Soja
Lago da Pedra	Faz. Fiscalizada em Lago da Pedra	10/12/2024	9	9	-	
Loreto	Produção de Carvão Vegetal/Florestas Nativas	05/04/2024	7	7	-	Carvão Vegetal
Mirador	Carvoaria	04/07/2024	2	2	-	Carvão Vegetal
Parnarama	Pedreira em Parnarama	30/09/2024	6	6	-	Extração de Granito
São Francisco do Maranhão	Faz. de Soja com Trabalho Escravo	10/12/2024	10	10	-	Cultivo de Soja
Subtotal: 10			82	82	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MARANHÃO: 10

82

82

-

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Arame, Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda/Toco Preto	01/08/2024	242	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Bom Jardim, Monção	T. I. Rio Pindaré/Aldeia Januária/Tabocal	03/04/2024	447	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Buriti	Povoado Carrancas/Araçá	18/03/2024	12	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Cândido Mendes	Território Quilombola Bom Jesus dos Pretos/Carará	01/09/2024	52	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Codó	Com. Boqueirão das Vieiras	28/03/2024	200	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Codó	Quilombo Puraquê	28/03/2024	24	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	28/03/2024	75	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Estreito	Usina Hidrelétrica de Estreito	31/07/2024	10	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Godofredo Viana, Cândido Mendes	Comunidade Aurizona	26/05/2024	70	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Lima Campos	Quilombo Bom Jesus dos Pretos	01/12/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magalhães de Almeida	Comunidade São João/Tourada	03/06/2024	25	Apropriação Particular	Contaminação por agrotóxico
Mata Roma	Com. Santa Elvira/Terra Quilombola Bom Sucesso/Bom Sucesso dos Negros	09/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Mirinzal	Com. Quilombola Mata de Pantaleão	06/12/2024	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Rio do Curral	06/12/2024	56	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Maiabi	06/12/2024	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Aranha	06/12/2024	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	04/05/2024	254	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Paço do Lumiar, Raposa	P. A. Cumbique	06/03/2024	182	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	01/08/2024	160	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Parnarama	Com. Quilombola Guerreiro	22/10/2024	100	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Pedro do Rosário	Poluição de Igarapés e Lagos	16/02/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Penalva	Pov. Lontra/Dragagem de Água do Lago do Lontra	20/11/2024	1	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Raposa	TI Tremembé Raposa	22/03/2024	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Raposa	PA Raposa	28/03/2024	333	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Raposa	TI Tremembé Raposa	24/04/2024	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

CONFLITOS NO CAMPO

São Benedito do Rio Preto	Bacuri	21/03/2024	16	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre/Com. Quilombola Guarimã	06/06/2024	25	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
São José dos Basílios	Com. Olho d'Água/Santana/Salinas/Lagoa Bonita/Sumaúma/Alto do Chagas/Campestre	30/09/2024	136	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
São Luís	Com. Taim/Resex Tauá-Mirim	08/04/2024	120	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
São Luís	Rio dos Cachorros/Resex Tauá-Mirim	08/04/2024	47	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
São Luís	Com. Vila Maranhão/Vila São Luis	08/04/2024	50	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
São Luís	Com. Porto Grande/Resex Tauá-Mirim	10/02/2024	1.000	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
São Mateus do Maranhão	Comunidade Laje do Curral	22/08/2024	120	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Timbiras	Com. Morada Nova/Território Campestre	03/04/2024	62	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Com. Marmorana/Território Campestre	30/05/2024	37	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Timbiras	Comunidade São José	03/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Comunidade Capinal	03/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Abundância/Santa Vitória/Território Campestre	03/04/2024	42	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Comunidade Baixa Nova	03/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras, Codó	Comunidade Buriti	03/04/2024	42	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Comunidade Passa Mal	03/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Comunidade Maresia	03/04/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Timbiras	Roque/Axixá/Território Campestre	28/03/2024	108	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Urbano Santos, Belágua	Comunidade Jussaral/Juçaral	20/03/2024	80	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Viana, Matinha	Retomada Território Indígena Taquaritiua/Povo Akroá Gamella	28/08/2024	100	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 45			4.376		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - MARANHÃO: 420	PESSOAS: 103.462
---	-------------------------

MATO GROSSO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Boa	T.I. Areões/Xavante	16/01/2024	336	Indígenas
Água Boa	T.I. Areões/Xavante	19/08/2024	336	Indígenas
Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsédé/Xavante	11/09/2024	195	Indígenas
Apiacás	T.I. Apiaká do Pontal	07/02/2024	66	Indígenas

Apiacás, Jacareacanga	T. I. Kayabi	19/08/2024	198	Indígenas
Apiacás, Jacareacanga	T. I. Kayabi	07/09/2024	192	Indígenas
Apiacás	T.I. Apiaká do Pontal	11/09/2024	66	Indígenas
Apiacás	T.I. Apiaká do Pontal	03/10/2024	66	Indígenas
Aripuanã, Colniza	T. I. Rio Branco Alegria/Arara	19/08/2024	62	Indígenas
Aripuanã	Comunidade São Jorge	31/10/2024	200	Posseiro
Barão de Melgaço	T.I. Perigara	08/08/2024	35	Indígenas
Barão de Melgaço, Poconé	T. I. Baía dos Guató/Guató	14/08/2024	80	Indígenas
Barra do Bugres	T.I. Umutina	04/08/2024	150	Indígenas
Barra do Garças, General Carneiro	T.I. Merure	28/07/2024	164	Indígenas
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	28/07/2024	712	Indígenas
Barra do Garças, General Carneiro	T.I. Merure	19/08/2024	164	Indígenas
Brasnorte	T.I. Erikpatsá/Rikbaktsa	07/02/2024	169	Indígenas
Brasnorte	T.I. Erikpatsá/Rikbaktsa	11/09/2024	169	Indígenas
Cáceres	PA Ipê Roxo	09/04/2024	27	Assentado
Cáceres	PA Laranjeira I	09/04/2024	129	Assentado
Cáceres	PA Laranjeira II	09/04/2024	33	Assentado
Cáceres	PA Paiol	09/04/2024	236	Assentado
Campinópolis, Nova Xavantina	T. I. Parabubure/Xavante	19/08/2024	1.902	Indígenas
Campinópolis	T. I. Chão Preto	11/09/2024	1.300	Indígenas
Campo Novo do Parecis, Sapezal	T. I. Utiariti	11/10/2024	102	Indígenas
Canarana, Ribeirão Cascalheira	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	19/08/2024	440	Indígenas
Canarana, Ribeirão Cascalheira	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	23/09/2024	440	Indígenas
Cláudia	Assentamento Zumbi dos Palmares	06/11/2024	160	Assentado
Cocalinho	T. I. Wedezé	11/09/2024	25	Indígenas
Colniza, Comodoro	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	16/04/2024	17	Indígenas
Colniza, Aripuanã	Resex Guariba-Roosevelt	28/07/2024	109	Extrativista
Colniza, Comodoro	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	19/08/2024	17	Indígenas
Colniza, Rondolândia	T. I. Piripkura	19/08/2024	4	Indígenas
Colniza, Aripuanã	Resex Guariba-Roosevelt	22/08/2024	109	Indígenas
Colniza, Comodoro	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	22/08/2024	17	Indígenas
Comodoro, Nova Lacerda	T. I. Vale do Guaporé/Nambyqwara	23/05/2024	121	Indígenas
Comodoro	Gleba Cabixi	05/08/2024	80	Sem Terra
Comodoro	T.I. Nambikwara	19/08/2024	119	Indígenas
Comodoro, Nova Lacerda	T. I. Vale do Guaporé/Nambyqwara	19/08/2024	121	Indígenas
Comodoro	T.I. Lagoa dos Brincos	11/09/2024	16	Indígenas
Comodoro	T.I. Nambikwara	22/11/2024	119	Indígenas
Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T. I. Sararé	14/04/2024	47	Indígenas
Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T. I. Sararé	19/08/2024	47	Indígenas
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	09/04/2024	4	Sem Terra
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	15/09/2024	75	Sem Terra
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	16/09/2024	75	Sem Terra
Cuiabá	Povo Warao	30/09/2024	1	Indígenas
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	06/09/2024	198	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Juara, Apiacás, Nova Canaã do Norte, Tabaporã	T. I. Batelão/Apiacá- Kayabi/Ald. Kururuzinho/ Muruvi/Dinossauro	07/02/2024	38	Indígenas
Juara	T.I. Apiaka/Kayabi	07/02/2024	221	Indígenas
Juara	T.I. Apiaka/Kayabi	17/09/2024	221	Indígenas
Juína, Vilhena	T. I. Parque do Aripuanã	16/02/2024	99	Indígenas
Juína, Aripuanã	T. I. Aripuanã/Cinta Larga	15/05/2024	88	Indígenas
Juína, Aripuanã	T. I. Aripuanã/Cinta Larga	19/08/2024	88	Indígenas
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juinão	23/08/2024	133	Posseiro
Juína, Comodoro, Sapezal	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	11/09/2024	200	Indígenas
Juína, Vilhena	T. I. Parque do Aripuanã	11/09/2024	99	Indígenas
Juscimeira	Acamp. Palestina Livre	08/07/2024	350	Sem Terra
Luciara	T. I. Porto Velho/Aldeia Pukañu/Kanela do Araguaia	11/01/2024	3	Indígenas
Luciara	T. I. Porto Velho/Aldeia Pukañu/Kanela do Araguaia	12/01/2024	3	Indígenas
Luciara	T. I. Porto Velho/Aldeia Pukañu/Kanela do Araguaia	13/01/2024	3	Indígenas
Luciara, Santa Terezinha	T.I. Tapirapé/Karajá	19/08/2024	128	Indígenas
Marcelândia	T.I. Kayabi Rio Arraias/Aldeia Sobradinho	07/02/2024	34	Indígenas
Matupá, Guarantã do Norte, Altamira	T. I. Panará	07/02/2024	135	Indígenas
Matupá, Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Menkragnoti/Kayapó	07/02/2024	400	Indígenas
Matupá, Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Menkragnoti/Kayapó	11/09/2024	400	Indígenas
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vida/Quilombo Mata Cavalu/ Mutuca	16/05/2024	418	Quilombola
Nova Ubiratã, Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia, Paranatinga, Querência, São Félix do Araguaia	Parque Indígena do Xingu	07/02/2024	1.875	Indígenas
Nova Ubiratã, Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia, Paranatinga, Querência, São Félix do Araguaia	Parque Indígena do Xingu	17/08/2024	1.875	Indígenas
Novo Mundo	Gl. Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	27/05/2024	74	Sem Terra
Novo Mundo	Gl. Nhandú/Faz. Recanto/5 Estrelas/PDS Nova Conquista II	27/05/2024	96	Assentado
Novo Mundo	Gl. Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	30/05/2024	74	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/PA Alto Alegre	27/06/2024	7	Sem Terra
Novo Mundo	Gl. Nhandú/Faz. Recanto/5 Estrelas/PDS Nova Conquista II	22/10/2024	96	Assentado
Paranatinga	T.I. Roro-Walu	07/02/2024	1	Indígenas
Paranatinga	T.I. Marechal Rondon	19/08/2024	138	Indígenas
Peixoto de Azevedo, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu	T.I. Capoto/Jarinã	07/02/2024	397	Indígenas
Peixoto de Azevedo, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu	T.I. Capoto/Jarinã	25/08/2024	397	Indígenas
Peixoto de Azevedo, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu	T.I. Capoto/Jarinã	20/09/2024	397	Indígenas

Peixoto de Azevedo, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu	T.I. Capoto/Jarinã	18/10/2024	397	Indígenas
Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T.I. Portal do Encantado	11/09/2024	262	Indígenas
Poxoréo, General Carneiro, Novo São Joaquim, Poxoréo, Primavera do Leste	T. I. Sangradouro/Volta Grande/Xavante	29/07/2024	225	Indígenas
Querência, São Félix do Araguaia	T.I. Wawi	07/02/2024	115	Indígenas
Rondolândia	T.I. Zoró	16/02/2024	188	Indígenas
Rondolândia	T.I. Zoró	29/03/2024	188	Indígenas
Rondolândia, Cacoal, Espigão D'Oeste	T. I. Sete de Setembro	08/08/2024	344	Indígenas
Rondolândia	T.I. Zoró	08/08/2024	188	Indígenas
Rondolândia	T.I. Zoró	11/09/2024	188	Indígenas
Rondolândia, Cacoal, Espigão D'Oeste	T. I. Sete de Setembro	11/09/2024	344	Indígenas
Rondonópolis	T. I. Tadarimana	14/09/2024	155	Indígenas
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	15/04/2024	80	Funcionário Público
Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	10/06/2024	250	Indígenas
Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	14/06/2024	250	Indígenas
Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	11/09/2024	250	Indígenas
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	27/09/2024	100	Posseiro
Santa Terezinha, Confresa, Vila Rica	Gl. Reunidas II/Faz. Santa Terezinha/Assoc. Novo Horizonte	29/11/2024	300	Sem Terra
Santo Antônio do Leste	T.I. Ubawawe/Xavante	19/08/2024	99	Indígenas
São Félix do Araguaia	Gleba Varjão II	31/03/2024	44	Posseiro
Sapezal	T.I. Tirecatina	11/09/2024	44	Indígenas
Tangará da Serra	T.I. Rio Formoso	07/09/2024	42	Indígenas
Tapurah, Itanhangá	Assent. Tapurah/Itanhangá/Acamp. Nova Aliança	24/07/2024	15	Assentado
Tapurah, Itanhangá	Assent. Tapurah/Itanhangá/Acamp. Nova Aliança	25/07/2024	70	Sem Terra
Subtotal: 102			14.581	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Novo Mundo	Gl. Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	27/05/2024	74	Sem Terra
Subtotal: 1			74	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Juscimeira	Acamp. Palestina Livre	11/05/2024	200	Sem Terra
Subtotal: 1			200	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MATO GROSSO: 104

14.581

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgata-dos	Menores	Tipo de Trabalho
Cuiabá	Fazenda em Cuiabá	29/01/2024	3	3	-	Cultivo de Milho
Juína	Fazenda em Juína	13/06/2024	1	1	-	Serviços Gerais
Subtotal: 2			4	4	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MATO GROSSO: 2			4	4	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Água Boa	T.I. Areões/Xavante	21/02/2024	336	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	21/02/2024	712	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra do Garças, General Carneiro	T.I. Merure	21/02/2024	164	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Bom Jesus do Araguaia	PA Macifí Sítio Mata Azul	11/03/2024	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Canarana, Ribeirão Cascalheira	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	21/02/2024	440	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Canarana, Ribeirão Cascalheira	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	24/09/2024	440	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cocalinho	T. I. Wedezé	21/02/2024	25	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T. I. Sararé	27/02/2024	47	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cuiabá	Com. Pesqueiras Afetadas pela Cota Zero	01/01/2024	15.000	Uso e preservação	Desconstrução do histórico-cultural
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	20/03/2024	198	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	20/02/2024	198	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Juína, Comodoro, Sapezal	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	07/03/2024	200	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade Brumado	31/03/2024	4	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade Brumado	01/03/2024	4	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Poxoréo, General Carneiro, Novo São Joaquim, Poxoréo, Primavera do Leste	T. I. Sangradouro/Volta Grande/Xavante	21/02/2024	225	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 15			17.352		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - MATO GROSSO: 121

PESSOAS: 127.736

MATO GROSSO DO SUL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambai	Com. Indígena Guapo'y	23/01/2024	2.000	Indígenas
Amambai, Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	07/02/2024	60	Indígenas

Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	23/01/2024	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	12/09/2024	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	18/09/2024	20	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	19/09/2024	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	20/09/2024	150	Indígenas
Aral Moreira	Terra Indígena Guaĩguĩry	23/01/2024	1	Indígenas
Aral Moreira	Com. Indígena Guaiviry	07/02/2024	1	Indígenas
Bela Vista, Ponta Porã	T. I. Pirakuá	12/12/2024	136	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	01/01/2024	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	05/02/2024	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	07/02/2024	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Dourados Amambai Peguá/Faz. Yvu/Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera	22/02/2024	40	Indígenas
Caarapó	T. I. Dourados Amambai Peguá/Faz. Yvu/Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera	15/07/2024	40	Indígenas
Caarapó	T. I. Dourados Amambai Peguá/Faz. Yvu/Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera	20/07/2024	40	Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue	15/08/2024	1.250	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	29/10/2024	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	30/10/2024	20	Indígenas
Campo Grande	Aldeia Água Bonita	26/07/2024	251	Indígenas
Coronel Sapucaia	Tekoa Jopará/Área de Retomada Guarani Kaiowá	17/01/2024	1	Indígenas
Coronel Sapucaia	Tekoa Jopará/Área de Retomada Guarani Kaiowá	23/01/2024	1	Indígenas
Coronel Sapucaia, Amambai	Terra Indígena Kurussu Ambá/Iguatemipeguá II	07/02/2024	50	Indígenas
Corumbá	Terra Indígena Guató	07/04/2024	30	Indígenas
Corumbá	Com. Ribeirinha Porto Manga	30/06/2024	47	Ribeirinho
Corumbá	Com. Barra de São Lourenço	03/07/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Com. Porto Esperança	24/07/2024	48	Ribeirinho
Corumbá	Terra Indígena Guató	04/08/2024	30	Indígenas
Corumbá	Comunidade São Francisco	05/08/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Comunidade Paraguai Mirim	05/08/2024	38	Ribeirinho
Corumbá	Com. Ribeirinha Porto Manga	06/08/2024	47	Ribeirinho
Corumbá	Com. Barra de São Lourenço	17/08/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Comunidade São Francisco	17/08/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Comunidade Paraguai Mirim	12/09/2024	38	Ribeirinho
Corumbá	Terra Indígena Guató	12/09/2024	30	Indígenas
Corumbá	Com. Barra de São Lourenço	12/09/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Com. Barra de São Lourenço	11/10/2024	25	Ribeirinho
Corumbá	Terra Indígena Guató	11/10/2024	30	Indígenas
Douradina	Retomada Ita'y Ka'aguyrusu/Ita'y Kagurusu/Itay Ka'agwyrusu	01/01/2024	86	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	14/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	19/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	20/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	22/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	23/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	26/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	28/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	29/07/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	01/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	04/08/2024	400	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	05/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	06/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	24/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	28/08/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	08/09/2024	400	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	08/11/2024	400	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	11/01/2024	3.755	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	12/03/2024	3.755	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	16/03/2024	3.755	Indígenas
Dourados	T. I. Panambizinho	03/07/2024	101	Indígenas
Dourados	Acampamento Esperança	03/08/2024	300	Sem Terra
Dourados	Retomada Avaete/Aratikuty	09/08/2024	135	Indígenas
Dourados	Acampamento Esperança	29/08/2024	300	Sem Terra
Dourados, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru	Terra Indígena Nhandeva-Pegua	23/09/2024	1	Indígenas
Dourados, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru	Terra Indígena Nhandeva-Pegua	24/09/2024	1	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	27/11/2024	3.755	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	08/01/2024	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	23/01/2024	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	10/04/2024	20	Indígenas
Japorã	T. I. Yvy Katu	23/01/2024	1.007	Indígenas
Japorã	T. I. Yvy Katu	19/06/2024	1.007	Indígenas
Juti	T. I. Taquara/Takuara	15/08/2024	73	Indígenas
Ladário	APA Baía Negra	29/08/2024	26	Ribeirinho
Maracaju	T. I. Sucuriy	24/07/2024	98	Indígenas
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	17/07/2024	24	Indígenas
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	04/08/2024	24	Indígenas
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	01/10/2024	24	Indígenas
Nioaque	T. I. Nioaque	02/05/2024	383	Indígenas
Nova Alvorada do Sul	Assentamento Ranildo da Silva	26/09/2024	176	Assentado
Paranhos	T. I. Y'poi/Ypoi/T. I. Ypoi-Triunfo	23/01/2024	217	Indígenas
Paranhos	Terra Indígena Potrero Guasu	23/01/2024	1	Indígenas
Paranhos	T. I. Y'poi/Ypoi/T. I. Ypoi-Triunfo	07/02/2024	60	Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Proteiro Corá	15/07/2024	149	Indígenas
Ponta Porã	T. I. Jata Yvary/Jatayvary/Lima Campo	23/01/2024	120	Indígenas
Ponta Porã	Aldeia Kokue'y	23/01/2024	33	Indígenas
Porto Murtinho	T. I. Kadiweu	17/06/2024	424	Indígenas
Porto Murtinho	T. I. Kadiweu	06/07/2024	424	Indígenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	15/07/2024	45	Indígenas
Sete Quedas	T. I. Sombrerito	23/01/2024	52	Indígenas
Sidrolândia	TI Buritizinho	02/05/2024	167	Indígenas
Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti	T. I. Buriti	02/05/2024	635	Indígenas
Tacuru	Reserva Indígena Sassoró	05/03/2024	605	Indígenas
Terenos	Assentamento Santa Mônica	12/09/2024	700	Assentado
Subtotal: 93			13.906	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	12/09/2024	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Dourados Amambai Peguá/Faz. Yvu/Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera	15/07/2024	40	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	13/07/2024	25	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	14/07/2024	25	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	15/07/2024	25	Indígenas
Dourados, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru	Terra Indígena Nhandeva-Pegua	22/09/2024	1	Indígenas
Subtotal: 6			86	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MATO GROSSO DO SUL: 99			13.906	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Aparecida do Taboado	Fazenda Exportadora de Limão	15/02/2024	20	20	1	Lavoura de Limão
Batayporã	Usina de Álcool e Açúcar	17/05/2024	43	-	-	Corte e plantio da cana, limpeza, capina
Bela Vista	Fazenda em Bela Vista	25/06/2024	5	-	-	Cercas e Extração de Madeira
Bonito	Faz. de Soja em Bonito	22/10/2024	4	4	-	Cultivo de Soja
Bonito	Empresa de Adubação	10/09/2024	8	8	-	Adubação
Caracol	Faz. de Gado Bovino	26/06/2024	5	5	-	Criação de Gado Bovino
Caracol	Fazenda em Caracol	06/02/2024	11	11	-	Extração de Madeira
Corumbá	Fazenda em Forte Coimbra 1	06/08/2024	2	2	-	Outros
Corumbá	Faz. de Gado em Corumbá	28/11/2024	15	15	-	Criação de Gado Bovino
Corumbá	Faz. Reg. de Paguaías/Pantantal	20/06/2024	8	8	2	Lavoura
Corumbá	Fazenda de Gado em Corumba 3	25/01/2024	1	1	-	Bovinos (Pecuária)
Corumbá	Fazenda em Forte Coimbra 2	06/08/2024	2	2	-	Outros
Naviraí	Faz. Rio Amambai	15/10/2024	80	-	-	Cultivo de Cana-de-Açúcar
Naviraí	Faz. São Judas Tadeu	15/10/2024	85	-	-	Cultivo de Cana-de-Açúcar
Nova Alvorada do Sul	Fazenda de Eucalipto	05/02/2024	11	11	-	Cultivo de Eucalipto e Criação de Gado
Nova Andradina	Faz. de Pecuária de Corte	18/11/2024	19	19	-	Criação de Gado Bovino para Corte
Ponta Porã	Fazenda em Ponta Porã	26/06/2024	5	5	-	Extração de Madeira
Porto Murtinho	Fazenda de Gado	14/05/2024	1	1	-	Pecuária
Ribas do Rio Pardo	Faz. de Gado Bovino	18/11/2024	12	12	-	Criação de Gado Bovino para Corte
Subtotal: 19			337	124	3	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MATO GROSSO DO SUL: 19			337	124	3	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Campo Grande	Com. Quilombola Chácara Buriti	19/07/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Corguinho	Com. Quilombola Furnas de Boa Sorte	19/07/2024	92	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Corumbá	Com. Barra de São Lourenço	04/10/2024	25	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Corumbá	Com. Ribeirinha Porto Manga	01/07/2024	47	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	27/08/2024	400	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Dourados	T. I. Panambizinho	25/11/2024	101	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Dourados	Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira/Comunidade Quilombola em Picadinha	19/07/2024	60	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Dourados	Reserva Indígena Dourados	25/11/2024	3.755	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Jaraguari	Comunidade Quilombola Furnas do Dionisio	19/07/2024	92	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Maracaju	Com. Quilombola São Miguel	19/07/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Nioaque	Com. Quilombola Família Araújo e Ribeiro	19/07/2024	35	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Rio Brilhante	Com. Quilombola Família Jarcem	19/07/2024	100	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Sidrolândia	Assentamento Eldorado II	13/09/2024	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Sonora	Com. Porto dos Bispos/Assoc. de Ribeirinhos do Rio Correntes/UHE Ponte de Pedra	14/07/2024	12	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal: 14			4.921		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - MATO GROSSO DO SUL: 132

PESSOAS: 75.645

MINAS GERAIS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araçuaí	Com. Quilombola Baú	26/04/2024	35	Quilombola
Araçuaí	Com. Quil. Córrego do Narciso do Meio/APA Chapada do Lagoão	05/07/2024	55	Quilombola
Araçuaí	Com. Quilombola Baú	11/11/2024	35	Quilombola
Barra Longa	Com. Capela Velha/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/08/2024	1	Ribeirinho
Belo Horizonte, Açucena, Carmésia	T. I. Pataxó/Aldeia Geru Tucunã	13/12/2024	23	Indígenas
Belo Vale	Com. Quilombola Chacrinha dos Pretos	13/03/2024	70	Quilombola
Bertópolis, Santa Helena de Minas	T. I. Maxakali/Aldeia Nova Vila	26/08/2024	2	Indígenas
Betim, Belo Horizonte	Retomada Terra Mãe	09/08/2024	23	Indígenas
Brumadinho	Com. Tejuco/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	30/01/2024	700	Pequeno proprietário
Brumadinho	Córrego Areias/Casa Branca/Kamakã Mongoió	06/03/2024	10	Indígenas
Brumadinho	Córrego Areias/Casa Branca/Kamakã Mongoió	15/03/2024	10	Indígenas
Brumadinho	Comunidade de Campinho	08/04/2024	200	Pequeno proprietário

Brumadinho	Comunidade de Suzane/Suzano	08/04/2024	1	Pequeno proprietário
Brumadinho	Com. Quilombola Sanhudo	08/09/2024	22	Quilombola
Conceição do Mato Dentro	Reassentamento Fazenda Piraquara	03/07/2024	1	Assentado
Conceição do Mato Dentro	Comunidade de Gondó	24/07/2024	24	Pequeno proprietário
Conceição do Pará	Com. Casquilho de Cima	07/12/2024	75	Pequeno proprietário
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Padre Gino	10/04/2024	80	Sem Terra
Gameleiras	Acampamento Tamburi	10/07/2024	100	Sem Terra
Gameleiras	Faz. Santa Cecília/Acamp. Terra Verde	29/09/2024		Sem Terra
Goianá	PA Dênis Gonçalves	12/06/2024	102	Assentado
Gouveia	Comunidade Quilombola de Espinho	01/08/2024	60	Quilombola
Itabira	Comunidade Quilombola Morro de Santo Antônio	21/11/2024	45	Quilombola
Itinga	Comunidade Piauí Poço Dantas	05/07/2024	25	Pequeno proprietário
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	31/12/2024	60	Quilombola
Jequitibá	Comunidade Quilombola de Campo Alegre	16/12/2024	1	Quilombola
Lagoa Santa	Fazenda Aroeiras	09/03/2024	500	Sem Terra
Lagoa Santa	Fazenda Aroeiras	13/03/2024	500	Sem Terra
Lagoa Santa	Fazenda Aroeiras	16/03/2024	500	Sem Terra
Mathias Lobato	Assentamento Maria da penha	12/06/2024	30	Assentado
Moeda	Com. Quilo. Marinho da Serra	08/10/2024	1	Quilombola
Moeda	Com. Quil. Taquaraçu	08/10/2024	1	Quilombola
Ouro Verde de Minas	Comunidade Quilombola Água Preta	12/11/2024	1	Quilombola
Paracatu	PA Nova Lagoa Rica	17/01/2024	120	Assentado
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. José Bandeira	03/01/2024	180	Sem Terra
Ponte Nova	Com. Quil. do Bairro de Fátima	16/12/2024	1	Quilombola
Presidente Olegário	Área no Distrito de Galena/Indígenas Xucuru Kariri	28/05/2024	20	Indígenas
Santa Luzia	Comunidade Quilombola Pinhões	12/09/2024	400	Quilombola
Serro	Com. Quil. Queimadas	15/03/2024	54	Quilombola
Serro	Comunidade Quilombola Santa Cruz	16/12/2024	1	Quilombola
Teixeiras	Com. São Pedro	13/09/2024	50	Pequeno proprietário
Virgem da Lapa, Araçuaí, Coronel Murta	TI Cinta Vermelha de Jundiba/Povos Pankaruru/Pataxó	05/07/2024	7	Indígenas
Virgem da Lapa	Comunidade Quilombola Alto Jequitibá	29/11/2024	1	Quilombola
Subtotal: 43			3.082	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Belo Horizonte	Com. Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango	24/05/2024	1	Quilombola
Buritis, Unaí	Fazenda Gado Bravo	10/08/2024	300	Sem Terra
Juiz de Fora	Fazenda Confraria	02/05/2024	200	Sem Terra
Lagoa Santa	Fazenda Aroeiras	08/03/2024	500	Sem Terra
Subtotal: 4			1.001	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MINAS GERAIS: 47

3.583

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Abaeté	Carvoaria	23/05/2024	3	3	-	Carvão Vegetal
Aiuruoca	Carvoaria	14/05/2024	10	10	-	Carvão Vegetal
Alfenas	Lavoura de Café	18/06/2024	7	7	-	Café

CONFLITOS NO CAMPO

Alpinópolis	Lavoura de Café	11/06/2024	5	5	-	Café
Arapuá	Lavoura de Alho	30/08/2024	19	19	-	Lavoura de Alho
Bocaiúva	Mineradora em Bocaiuva	06/11/2024	34	34	-	Extração de Quartzo
Campos Altos	Lavoura de Café (1)	03/06/2024	13	13	-	Café
Carangola	Lavoura de Café	01/08/2024	1	1	-	Lavoura de Café
Corinto	Carvoaria	21/08/2024	6	6	1	Carvão Vegetal
Córrego Danta	Lavoura de Café	24/07/2024	26	26	-	Lavoura de Café
Divinópolis	Faz. de Cultivo de Milho	26/09/2024	21	21	-	Cultivo de Milho
Felixlândia	Agropecuária	22/05/2024	1	1	-	Pecuária
Guimarânia	Carvoaria	09/09/2024	2	2	2	Carvão Vegetal
Ibiá	Carvoaria	14/05/2024	5	5	-	Carvão Vegetal
Ibiá	Lavoura de Alho	30/08/2024	41	41	2	Lavoura de Alho
Ibiá	Lavoura de Cebola	18/09/2024	32	32	-	Lavoura de Cebola
Ingaí	Pecuária	20/08/2024	1	1	-	Criação de Bovino para Leite
João Pinheiro	Carvoaria em João Pinheiro	26/11/2024	3	3	-	Produção de Carvão Vegetal
Juiz de Fora	Fazenda de Pecuária Leiteira	23/07/2024	1	0	0	Pecuária
Juruáia	Lavoura de Café	17/06/2024	6	6	-	Café
Mar de Espanha	Carvoaria	10/10/2024	8	8	1	Carvão Vegetal
Mariana	Pecuária	02/09/2024	2	2	-	Pecuária
Montes Claros	Faz. de Gado	05/11/2024	1	1	-	Criação de Gado
Morada Nova de Minas	Lavoura de Feijão	19/08/2024	9	9	-	Lavoura de Feijão
Nova Resende	Lavoura de Café	17/06/2024	11	11	-	Café
Patrocínio	Lavoura de Café	25/07/2024	24	24	-	Lavoura de Café
Romaria	Faz. de Batatas	17/09/2024	43	43	-	Cultivo de Batatas
Santa Bárbara do Monte Verde	Florestal São Bento	09/12/2024	8	8	-	Produção de Carvão Vegetal
Santa Bárbara do Monte Verde	Fazendas Reunidas São Bento	09/12/2024	3	3	-	Produção de Carvão Vegetal
Santa Margarida	Lavoura de Café	27/08/2024	9	9	-	Lavoura de Café
Santa Rosa da Serra	Lavoura de Café (2)	03/06/2024	3	3	-	Café
Santos Dumont	Carvoaria	08/03/2024	9	9	-	Carvão Vegetal
São João del Rei	Carvoaria	18/06/2024	4	4	-	Carvão Vegetal
São Sebastião do Paraíso	Lavoura de Tomate	19/09/2024	27	27	-	Lavoura de Tomate
Sarzedo	Lavoura de Abobrinha	09/10/2024	2	2	-	Lavoura de Abobrinha
Serra do Salitre	Lavoura de Café	23/07/2024	39	39	2	Lavoura de Café
Tapiraí	Lavoura de Cebola	29/07/2024	41	41	-	Lavoura de Cebola
Subtotal: 37			480	479	8	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MINAS GERAIS: 37			480	479	8	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aimorés, Resplendor	Comunidade Indígena Uchô Betháro Pury/Puri	19/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Quilo. de Gesteira/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	20/08/2024	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Betim	Com. Ribeirinha de Citrolândia/Colônia Santana/Romp. da Barragem Mina do Feijão	21/02/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	Com. Quilombola Sanhudo	26/08/2024	22	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água

Brumadinho	Com. Rural Ponte das Almoreimas/Romp. da Barragem Mina do Feijão	20/08/2024	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	PA Pastorinhas	20/08/2024	22	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	Comunidade Samambaia	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Comunidade Córrego do Barbeiro	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Povoado Chácaras	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Povoado Padre Antônio	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Com. Parque da Cachoeira/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	21/02/2024	15	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Com. Córrego do Feijão/Rompimento da Barragem Mina do Feijão	22/08/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	Comunidade de Campinho	21/03/2024	200	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Comunidade de Suzane/Suzano	21/03/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Povoado Caminho das Tropas	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho	Comunidade Barreiros	04/12/2024	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Conceição do Mato Dentro	Reassentamento Fazenda Piraquara	14/06/2024	1	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Conceição do Mato Dentro	Com. Água Quente/Proj. Minas-Rio	25/11/2024	46	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Conceição do Mato Dentro	Com. do Jassém/São José do Jassém/Proj. Minas-Rio	25/11/2024	90	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Conceição do Mato Dentro	Com. Passa Sete/Proj. Minas-Rio	25/11/2024	80	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itinga	Comunidade Piauí Poço Dantas	13/07/2024	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Juatuba	Com. Rural de Francelinos/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	02/05/2024	19	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Mariana	Com. Bento Rodrigues/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale-BHP Billiton	22/03/2024	225	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Miradouro	Fazenda Barra do Alegre	29/04/2024	7	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Nova Lima	Com. São Sebastião das Águas Claras/Macacos	23/05/2024	29	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Pompéu	Fazendinhas Baú	25/01/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Bárbara	Com. Cigana Calon/Área do Antigo Matadouro	31/07/2024	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Bárbara	Comunidade André do Mato Dentro	24/06/2024	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Joaquim de Bicas	Aldeia Naô Xohã/Povo Pataxó Hã Hã Hãe/Romp. Barragem Mina do Feijão/Vale	20/08/2024	61	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Teófilo Otoni	Aldeia Escola Floresta/Yã Y Hã Miy	08/02/2024	100	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 30			1.268		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - MINAS GERAIS: 114

PESSOAS: 19.884

PARÁ

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acará	Retomada Quil. Nossa Sra. da Batalha	08/01/2024	15	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Com. Quil. Balsas	26/06/2024	650	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Com. Quil. Balsas	16/09/2024	650	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Com. Quil. Balsas	17/09/2024	650	Quilombola
Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás	Fazenda Cosme e Damião/PA Cosme e Damião	17/04/2024	19	Sem Terra
Alenquer	Faz. Arapary/Comunidade São Domingos	11/09/2024	30	Assentado
Almeirim	Projeto Jari Celulose/Jarcel	19/02/2024	100	Extrativista
Almeirim	Comunidade Braço/Projeto Jari de Crédito de Carbono	19/02/2024	150	Extrativista
Almeirim	Comunidade Nova Vida/Projeto Jari de Créditos de Carbono	19/02/2024	30	Extrativista
Almeirim	Comunidade Morada Nova	19/02/2024	30	Extrativista
Almeirim	Com. de Saracura/Região dos Arraiolos	14/11/2024	160	Posseiro
Almeirim	Com. Repartimento dos Pilões/Jari Florestal	14/11/2024	35	Extrativista
Almeirim	Comunidade Morada Nova	14/11/2024	30	Extrativista
Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio	Volta Grande do Xingu	07/02/2024	1.038	Posseiro
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte	07/02/2024	2	Atingido por barragem
Altamira, São Félix do Xingu	Área de Proteção Ambiental APA Triunfo do Xingu/Terra do Meio	08/02/2024	2.000	Extrativista
Altamira, Garantã do Norte, Matupá	T. I. Panará	04/03/2024	136	Indígenas
Altamira	Resex Riozinho do Anfrísio	20/03/2024	110	Extrativista
Altamira	Reserva Extrativista Rio Iriri	20/03/2024	130	Extrativista
Altamira	Resex do Médio Xingu/Terra do Meio	20/03/2024	1	Extrativista
Altamira	Resex Rio Xingu	20/03/2024	70	Extrativista
Altamira, Itaituba, Novo Progresso	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	19/05/2024	350	Assentado
Altamira	Com. Ribeirinha da Ilha Pau Seringa/Trecho de Vazão Reduzida do Rio Xingu/UHE Belo Monte	21/05/2024	1	Ribeirinho
Altamira	Ilha do Amor/Trecho de Vazão Reduzida do Rio Xingu/UHE Belo Monte	21/05/2024	10	Ribeirinho
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira/Bacajá	30/06/2024	218	Indígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	17/09/2024	47	Indígenas
Anapu	Comunidade Ribeirinha Belo Monte 1	07/02/2024	1	Ribeirinho
Anapu	Assentamento Mata Verde/Gleba Bacaja	10/03/2024	80	Posseiro
Anapu	Gleba Belo Monte/Lote 109	22/05/2024	48	Posseiro
Anapu, Pacajá, Portel, Senador José Porfírio	Lotes 141/142/143/Gleba Belo Monte	30/06/2024	25	Posseiro
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/Dorothy	30/06/2024	160	Assentado
Anapu	Gleba Belo Monte/Lote 109	30/06/2024	48	Posseiro
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	14/08/2024	50	Assentado
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/Dorothy	24/10/2024	160	Assentado

Aurora do Pará	T.I. Temb�/Marakaxi	28/02/2024	13	Indígenas
Aveiro	Comunidade Piabanha/Gleba Arraia	14/11/2024	300	Posseiro
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi	02/02/2024	350	Quilombola
Barcarena	Com. Quil. Cupuaçu Boa Vista	02/02/2024	900	Quilombola
Barcarena	Com. Gibri� de São Lourenço	02/02/2024	270	Quilombola
Barcarena	Com. Quilombola São João	02/02/2024	200	Quilombola
Barcarena	Com. Quilombola Sítio Concei�o	02/02/2024	7	Quilombola
Barcarena	Mineradora Hydro Alunorte	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Com. Vila Nova	14/03/2024	25	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Ma�arap�	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Com. Ramal Fazendinha	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Barbol�ndia	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Nova Aliança	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade CDI	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Com. �gua Verde	14/03/2024	1.500	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade São Felipe	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade do Murucupi	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Com. Quil. Cupua�u Boa Vista	14/03/2024	900	Quilombola
Barcarena	Comunidade Ilha Trambioca	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade São Francisco	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Arienga Rio	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Arienga Estrada	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Com. Quilombola São João	14/03/2024	200	Quilombola
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal	14/03/2024	200	Ribeirinho
Barcarena	Com. de Jardim Canaã	14/03/2024	1.500	Ribeirinho
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi	14/03/2024	350	Quilombola
Barcarena	Comunidade Tapua	14/03/2024	1	Ribeirinho
Barcarena	Comunidade Nova Esperança	14/03/2024	1	Posseiro
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi	25/06/2024	350	Quilombola
Belém	Ilha do Mosqueiro/44 Comunidades	09/09/2024	3.000	Pequeno proprietário
Belém	Ilha do Mosqueiro/44 Comunidades	06/11/2024	3.000	Pequeno proprietário
Belterra	T.I. Munduruku Taquara	15/01/2024	43	Indígenas
Belterra	T.I. Bragança-Marituba	15/04/2024	58	Indígenas
Belterra	T.I. Munduruku Taquara	29/04/2024	43	Indígenas
Belterra	Comunidade São Francisco da Volta Grande	12/06/2024	309	Pequeno proprietário
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria	22/04/2024	325	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria	25/05/2024	325	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria	25/09/2024	325	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria	02/12/2024	325	Indígenas
Breves, Curralinho	Comunidades Tradicionais do Maraj�	18/09/2024	1	Ribeirinho
Bujaru	Comunidade Quilombola Mocajuba	22/08/2024	1	Quilombola
Canaã dos Carajás	Acamp. Alto da Serra/Parte da Faz. Cristalino	03/05/2024	80	Sem Terra
Canaã dos Carajás	P. A. Carajás I, II, III/Proj. Minera�o Sossego	03/05/2024	300	Assentado
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P. A. Carajás/Vale/Projeto S11D	03/05/2024	350	Sem Terra
Canaã dos Carajás, Eldorado do Carajás, Piçarra, São Geraldo do Araguaia	Faz. Bamerindus/PA Oziel Pereira	24/05/2024	5.000	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Fazenda Boi Gordo/Acamp. Oziel Alves	19/12/2024	1.000	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Chaves	Igarapé Kaloal/Ilha Caviana Grande	25/01/2024	100	Ribeirinho
Chaves	Igarapé Kaloal/Ilha Caviana Grande	28/01/2024	100	Posseiro
Conceição do Araguaia	Fazenda Capivara	24/01/2024	8	Sem Terra
Conceição do Araguaia	Faz. Jacutinga/Talismã	24/01/2024	200	Assentado
Conceição do Araguaia	Fazenda Santa Mariana	24/01/2024	1	Sem Terra
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	07/02/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	04/03/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	10/05/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	06/09/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	30/09/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	11/10/2024	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	18/10/2024	1.137	Indígenas
Curionópolis	Acamp. União do Axixá/Parte da Faz. Cristalino	03/05/2024	200	Sem Terra
Curionópolis, Eldorado do Carajás, Piçarra, Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osmir Venuto da Silva	22/08/2024	35	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança/Acamp. São Francisco	18/03/2024	1	Sem Terra
Goianésia do Pará	Reserva Indígena Amanayé	09/04/2024	13	Indígenas
Goianésia do Pará	Reserva Indígena Amanayé	19/08/2024	17	Indígenas
Goianésia do Pará	Acampamento São Francisco/PA-150	31/08/2024	65	Sem Terra
Gurupá	Com. Nossa Senhora de Fátima	31/03/2024	1	Posseiro
Gurupá	Território Quilombola Gurupá	16/05/2024	300	Quilombola
Gurupá	Território Quilombola Gurupá	10/06/2024	300	Quilombola
Irituia, Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	07/08/2024	170	Sem Terra
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós	11/06/2024	48	Indígenas
Itaituba	T.I. Sawré Bap'im/Médio Tapajós Km 43	11/06/2024	22	Indígenas
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós	06/07/2024	48	Indígenas
Itaituba	Área de Proteção Ambiental-APA do Tapajós	18/12/2024	1	Ribeirinho
Itaituba	T.I. Sawré Bap'im/Médio Tapajós Km 43	29/12/2024	22	Indígenas
Itaituba	T.I. Sawré Bap'im/Médio Tapajós Km 43	30/12/2024	22	Indígenas
Itupiranga	Território Indígena do Povo Guajajara/Lote 40 do P.A.Jurunas	17/01/2024	1	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	07/02/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	04/03/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga	Porjeto de Assentamento Jacaré	08/03/2024	300	Assentado
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	24/04/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	03/05/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	30/08/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	06/09/2024	1.630	Indígenas

Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	30/09/2024	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	24/11/2024	1.630	Indígenas
Marabá, Itupiranga	Comunidade Diamante	06/02/2024	128	Ribeirinho
Marabá, Itupiranga	Comunidade Diamante	07/02/2024	128	Ribeirinho
Marabá	Fazenda Mutamba	30/03/2024	200	Sem Terra
Marabá	Faz. Pauzada e Limeira	16/07/2024	1	Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	200	Sem Terra
Marabá, Itupiranga	Comunidade Diamante	17/10/2024	128	Ribeirinho
Maracanã	Acamp. Mocilândia	25/03/2024	91	Posseiro
Maracanã	Acamp. Mocilândia	26/03/2024	91	Posseiro
Mocajuba, Baião	Com. Quilombola São José de Icatu	29/04/2024	80	Quilombola
Moju	Acamp. Virgílio Serrão Sacramento	25/03/2024	38	Posseiro
Moju	Acamp. Virgílio Serrão Sacramento	12/06/2024	38	Posseiro
Moju	T. I. Anambé	28/10/2024	52	Indígenas
Moju dos Campos	Comunidade Jatobá	14/11/2024	43	Posseiro
Monte Alegre, Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/ Passagem e outras	13/09/2024	5.000	Assentado
Monte Alegre	PDS Serra Azul	14/11/2024	160	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/ Mamona	30/04/2024	332	Assentado
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli/Acamp. São Vinícius	07/05/2024	80	Sem Terra
Novo Progresso, Altamira	PDS Terra Nossa	07/02/2024	47	Assentado
Novo Progresso, Altamira	PDS Terra Nossa	04/03/2024	47	Assentado
Novo Progresso	T. I. Kayapó/Mebengokré/Menkrãgnoti	17/09/2024	100	Indígenas
Novo Progresso, Altamira	PDS Terra Nossa	19/12/2024	300	Assentado
Oriximiná	Território Quilombola Alto Trombetas	16/05/2024		Quilombola
Oriximiná	Território Quilombola Erepecuru	16/05/2024	154	Quilombola
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro	30/09/2024	210	Indígenas
Oriximiná	Território Quilombola Erepecuru	01/10/2024		Quilombola
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro	18/10/2024	144	Indígenas
Ourilândia do Norte	P.A. Casulo II	29/06/2024	90	Assentado
Ourilândia do Norte	P.A. Casulo II	30/06/2024	90	Assentado
Ourilândia do Norte	P.A. União	30/06/2024	89	Assentado
Ourilândia do Norte	P.A. Casulo II	29/08/2024	90	Assentado
Pacajá	P. A. Rio Bandeiras	08/07/2024	160	Assentado
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	09/04/2024	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	15/10/2024	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	07/11/2024	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	14/11/2024	500	Indígenas
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	T. I. Xikrin do Cateté	09/02/2024	375	Indígenas
Parauapebas	Fazenda Aquidoana/Rio Novo	24/04/2024	5.000	Sem Terra
Parauapebas	Fazenda Aquidoana/Rio Novo	26/04/2024	5.000	Sem Terra
Parauapebas	Acampamento Terra e Liberdade	24/05/2024	1.000	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Portel	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatá	31/03/2024	500	Assentado
Portel	Área Camarapi/Alto Camarati/Madeira Cikel Brasil	31/03/2024	480	Ribeirinho
Portel	PAE Dorothy Stang	30/12/2024	365	Assentado
Prainha	Projeto de Assentamento Extrativista Vila Nova	14/11/2024	50	Assentado
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	14/11/2024	824	Extrativista
Prainha, Uruará	Região Chapadão/Ramal Bom Jesus/Cipó/Ramal da Lama	14/11/2024	120	Posseiro
Rondon do Pará	Assentamento Dorothy	03/04/2024	1	Assentado
Rondon do Pará	Ocupação Nova Canaã/Fazenda Três Lagoas	17/05/2024	109	Sem Terra
Salvaterra	Com. Quilombola Providência	04/03/2024	1	Quilombola
Salvaterra	Comunidade Quilombola Rosário	26/11/2024	77	Quilombola
Santa Maria das Barreiras	Acamp. São João Deus é Pai/Faz. São João	15/03/2024	29	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acamp. São João Deus é Pai/Faz. São João	22/03/2024	29	Sem Terra
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	07/02/2024	4.168	Indígenas
Santarém	Empreendimento Portuário/Com. Pescaieira Tradicional do Maracanã	07/02/2024	1	Pescador
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	04/03/2024	4.168	Indígenas
Santarém	PAE Eixo Forte	20/03/2024	1.386	Assentado
Santarém	TI Borari/Alter do Chão	22/03/2024	180	Indígenas
Santarém	Com. Quilombola Saracura/Arapemã	26/03/2024	150	Quilombola
Santarém	TI Borari/Alter do Chão	30/04/2024	180	Indígenas
Santarém	PA Ituqui	16/05/2024	1	Quilombola
Santarém	Com. Terra Nova/Assentamento Chapadão	30/08/2024	260	Assentado
Santarém	T.I. Cobra Grande	13/09/2024	146	Indígenas
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	30/09/2024	5.000	Assentado
Santarém	Com. Terra Nova/Assentamento Chapadão	30/09/2024	260	Assentado
Santarém	T. I. Planalto Santareno	01/10/2024	120	Indígenas
Santarém	Com. Terra Nova/Assentamento Chapadão	30/10/2024	260	Assentado
Santarém	TI Borari/Alter do Chão	11/11/2024	180	Indígenas
Santarém, Prainha	Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II	14/11/2024	130	Assentado
Santarém	T. I. Planalto Santareno	14/11/2024	120	Indígenas
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	28/11/2024	4.168	Indígenas
Santarém	PAE Eixo Forte	03/12/2024	1.386	Assentado
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	03/12/2024	5.000	Assentado
Santo Antônio do Tauá	Acamp. Raiz de Jessé	25/03/2024	91	Posseiro
Santo Antônio do Tauá	Acamp. Raiz de Jessé	26/03/2024	91	Posseiro
São Félix do Xingu	Vila Novo Horizonte/Casa de Tábua	31/01/2024	100	Posseiro
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	07/02/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	04/03/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu	P.A. Tancredo Neves/Colônia União Tancredo Neves	30/04/2024	368	Assentado
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	30/04/2024	412	Assentado
São Félix do Xingu	Acamp. de Desintrusados da T.I. Apyterewa Parakanã	30/06/2024	1	Posseiro
São Félix do Xingu	Acamp. de Desintrusados da T.I. Trinchira Bacajá	30/06/2024	60	Posseiro
São Félix do Xingu, Xinguará	Gleba Maguari	30/06/2024	1	Posseiro
São Félix do Xingu	Região do Xadá	30/06/2024	6	Pequeno proprietário

São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Gleba Federal Misteriosa	01/07/2024	150	Assentado
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	09/07/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	10/07/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	17/07/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu	Com. Terra Roxa/Fazenda Jacafé	31/07/2024	1	Assentado
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	12/08/2024	182	Indígenas
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	18/12/2024	182	Indígenas
São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, São Domingos do Araguaia	T.I. Sororó	07/05/2024	96	Indígenas
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança	07/02/2024	10	Sem Terra
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	07/02/2024	300	Posseiro
Senador José Porfírio	Garimpos Grota Seca/Galo/Ouro Verde/Vila da Ressaca/T. I. Arara/Juruna	07/02/2024	244	Posseiro
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	07/02/2024	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	08/02/2024	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	04/03/2024	1	Indígenas
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	18/03/2024	300	Posseiro
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança	18/03/2024	10	Sem Terra
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança	20/05/2024	10	Sem Terra
Senador José Porfírio	Garimpos Grota Seca/Galo/Ouro Verde/Vila da Ressaca/T. I. Arara/Juruna	20/05/2024	244	Posseiro
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança I/Acampamento Francisco Piauí	20/05/2024	70	Sem Terra
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	20/05/2024	300	Posseiro
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	31/07/2024	300	Posseiro
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	02/08/2024	2	Indígenas
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	16/10/2024	300	Posseiro
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	22/08/2024	12	Indígenas
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	16/09/2024	12	Indígenas
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	04/11/2024	12	Indígenas
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	05/11/2024	12	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	03/01/2024	47	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	04/01/2024	47	Indígenas
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	30/01/2024	80	Quilombola
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	10/05/2024	47	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	16/09/2024	47	Indígenas
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	14/10/2024	80	Quilombola
Trairão	P.A. Ypiranga	30/12/2024	8	Sem Terra
Subtotal: 234			56.201	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Canaã dos Carajás	Fazenda Boi Gordo/Acamp. Oziel Alves	06/12/2024	1.000	Sem Terra
Parauapebas	Fazenda Aquidoana/Rio Novo	15/04/2024	5.000	Sem Terra
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	19/08/2024	12	Indígenas
Subtotal: 3			6.012	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Goianésia do Pará	Acampamento São Francisco/PA-150	30/09/2024	65	Sem Terra
São Félix do Xingu	Acamp. de Desintrusados da T.I. Trincheira Bacajá	30/06/2024	60	Posseiro
São Félix do Xingu	Acamp. de Desintrusados da T.I. Apyterewa Parakanã	30/06/2024	-	Posseiro
Subtotal: 3			125	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PARÁ: 240			56.201	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Canaã dos Carajás	Garimpo Nova Jersusalém	30/01/2024	26	-	-	Extração de Cobre
Cumaru do Norte	Faz. de Gado Bovino	20/08/2024	2	2	-	Criação de Gado Bovino para Corte
Dom Eliseu	Carvoaria em Dom Eliseu	04/09/2024	8	8	-	Produção de Carvão Vegetal
Itaituba	Faz. de Pecuária de Corte	24/09/2024	2	2	-	Criação de Gado Bovino
Portel	Faz. em Portel	08/11/2024	2	-	-	
São Félix do Xingu	Fazenda do Vírgilio	13/06/2024	4	4	-	Pecuária
São Félix do Xingu	Faz. Canto do Vale	30/09/2024	11	-	-	Garimpo e Desmatamento
Senador José Porfírio	Carvoaria em José Porfírio	15/05/2024	3	-	-	Produção de Carvão Vegetal
Senador José Porfírio	Sítio Majú	02/01/2024	3	-	-	Serviços Gerais
Subtotal: 9			61	16	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PARÁ: 9			61	16	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira/Bacajá	24/10/2024	218	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Altamira	Comunidade Ribeirinha Calacas/UHE Belo Monte	19/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	Comunidade Ribeirinha de Passai/UHE Belo Monte	19/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira/Bacajá	24/04/2024	-	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Altamira	Com. Ribeirinha de Boa Esperança/UHE Belo Monte	19/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	Comunidade Maribel/Terra Indígena Cachoeira Seca	15/03/2024	55	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Altamira, Medicilândia, Rurópolis, Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Indígenas Arara/UHE Belo Monte	29/11/2024	22	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira/Bacajá	16/09/2024	218	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

Altamira	Com. Ribeirinha da Ilha Pau Seringa/Trecho de Vazão Reduzida do Rio Xingu/UHE Belo Monte	20/05/2024	1	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Altamira	T. I. Baú/Kayapó	25/06/2024	47	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	Comunidade Ribeirinha Espelho/UHE Belo Monte	19/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Anapu	Comunidade Ribeirinha Belo Monte 1	24/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	02/10/2024	45	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Baião	Igarapé Preto	17/05/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Com. Quilombola de Calados/Hidrovia Tocantins-Araguaia	17/05/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi	17/05/2024	350	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Igarapé Curuperé e Dendê	14/03/2024	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Chaves	Igarapé Kaloal/Ilha Caviana Grande	06/02/2024	100	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	11/03/2024	-	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muiybu/Munduruku/PCHs Tapajós	24/08/2024	48	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muiybu/Munduruku/PCHs Tapajós	11/03/2024	48	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	Comunidade Pesqueira da Colônia Z-56	27/02/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba, Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/PAC	02/05/2024	800	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itaituba, Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/PAC	30/12/2024	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	T. I. Sawré Bap'im/Médio Tapajós Km 43	31/12/2024	22	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	PAE Mangabal/Montanha/PCH's Tapajós	30/12/2024	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itupiranga	Comunidade Vila Tauiry	17/05/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	27/02/2024	1.630	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	05/11/2024	1.630	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	01/09/2024	1.630	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	11/03/2024	1.630	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	02/05/2024	1.630	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Marapanim	Resex Mestre Lucindo	28/04/2024	282	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mocajuba, Baião	Com. Quilombola São José de Icatu	17/05/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Moju	Comunidade Ribeirinha Jupubinha/Rio Moju	20/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

CONFLITOS NO CAMPO

Moju	Cumunidade Arauaí	20/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Moju	Comunidade Ribeirinha Juteiteuba/Rio Moju	20/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Moju	Com. Ribeirinha São José/Rio Moju	20/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Moju	Com. Ribeirinha Sagrada Família/Rio Moju	20/05/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mojuí dos Campos	Comunidade Riacho Verde	14/11/2024	39	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Óbidos	Ass. das Com. Rem. de Negro da Área das Cabeceiras	16/04/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Óbidos	Quilombo Castanhaduba/Castanhuba/Apui/Silêncio	16/04/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Óbidos	Com. Quilombolas Muratubinha/Mondongo/Igarapé-Açu	16/04/2024	180	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Óbidos	Comunidade Quilombola Arapucu	16/04/2024	79	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Óbidos	Com. Quilombola Peruana	16/04/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Oriximiná	Território Quilombola Mussurá	30/09/2024	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Oriximiná	Território Quilombola Jarauacá	30/09/2024	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Oriximiná	Comunidade Quilombola e Ribeirinha Nova Aliança	30/09/2024	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro	29/09/2024	210	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Oriximiná	Território Quilombola Erepecuru	30/09/2024	154	Uso e preservação	Pesca predatória
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	T. I. Xikrin do Cateté	24/04/2024	-	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	Com. Quilombola de Murumurutuba	25/06/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	Com. Quilombola Saracura/Arapemã	25/06/2024	150	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	T. I. Planalto Santareno	25/06/2024	120	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	Comunidade Guaraná	14/11/2024	120	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Santarém	T. I. Planalto Santareno	02/10/2024	120	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	18/09/2024	4.168	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	Com. Quil. Pérola do Maicá	25/06/2024	15	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	59 Comunidades Ribeirinhas/Com. de Maicá e Outras	25/06/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santarém	Quilombo Bom Jardim	25/06/2024	70	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	23/08/2024	182	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	03/10/2024	1	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Tailândia	T.I. Turiwara/Faz. Roda de Fogo	30/08/2024	12	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	31/01/2024	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	30/08/2024	47	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
		Subtotal: 65	9.480		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - PARÁ: 314

PESSOAS: 262.785

PARAÍBA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alagoa Grande, Massaranduba, Matinhas	Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos	23/04/2024	94	Quilombola
Caaporã	Usina Maravilha	24/01/2024	80	Sem Terra
Caaporã	Usina Maravilha	10/10/2024	80	Sem Terra
Ingá	Fazenda Pousada Félix	31/05/2024	50	Sem Terra
João Pessoa	Povo Warao	21/02/2024	100	Indígenas
João Pessoa	Com. Ribeirinha Porto do Capim/Vila Nassau	15/03/2024	162	Ribeirinho
Mogeiro	Fazenda Paraíso	23/01/2024	27	Sem Terra
Riacho de Santo Antônio	Acamp. Canudos	08/06/2024	56	Sem Terra
Riacho de Santo Antônio	Acamp. Canudos	22/07/2024	56	Sem Terra
Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação	T. I. Potiguara	12/12/2024	3.708	Indígenas
Santa Rita	Comunidade Canaã	20/06/2024	45	Posseiro
Subtotal: 11			4.322	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Ingá	Fazenda Pousada Félix	31/05/2024	50	Sem Terra
Patos	Área da EMBRAPA/Acamp. Cícero Gregório	19/04/2024	100	Sem Terra
Subtotal: 2			150	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PARAÍBA: 13

4.422

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Mamanguape	Pedreira em Mamanguape	03/12/2024	13	13	-	Extração de Pedras
Taperoá	Pedreira	10/06/2024	11	11	1	Extração de Pedras
Taperoá	Pedreira em Taperoá 1	10/06/2024	2	2	1	Extração de Pedras
Taperoá	Pedreira em Taperoá 2	10/06/2024	4	4	1	Extração de Pedras
Subtotal: 4			30	30	3	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PARAÍBA: 4

30

30

3

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Monteiro	Vila Produtiva Rural Lafayette	17/12/2024	61	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

Subtotal: 1 61

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - PARÁIBA: 18

PESSOAS: 17.962

PERNAMBUCO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aliança, Itambé	Eng. São Bento/Dois Rios II/Us. Maravilha	02/07/2024	40	Posseiro
Cabo de Santo Agostinho	Faz. Brilhante/Us. Liberdade	19/04/2024	10	Sem Terra
Caruaru	Acamp. Barreiros	19/03/2024	100	Sem Terra
Catende	Engenho Pau D'Óleo	26/04/2024	67	Sem Terra
Escada	Engenho Marituba	20/09/2024	1	Posseiro
Floresta	Fazenda Balalaika/Pedra	01/01/2024	75	Sem Terra
Floresta	Fazenda Balalaika/Pedra	01/03/2024	75	Sem Terra
Floresta	Fazenda Balalaika/Pedra	01/11/2024	75	Sem Terra
Igarassu	T.I. Marato Kaetés/Povo Karaxuwanassu	12/03/2024	60	Indígenas
Ipojuca	Comunidade de Maracaípe	23/05/2024	2	Pescador
Itacuruba	T. I. Pankará Serrote dos Campos	19/11/2024	1	Indígenas
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	18/03/2024	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	28/09/2024	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	14/11/2024	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	15/11/2024	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	17/11/2024	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	28/12/2024	200	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	27/03/2024	1	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	17/06/2024	1	Posseiro
Moreno	Com. Padre Tiago/Engenho Una/Us. Bulhões	12/05/2024	40	Sem Terra
Petrolina	Fazenda Embrapa	15/04/2024	2.400	Sem Terra
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Farm Frutty	09/10/2024	600	Sem Terra
Sirinhaém	Com. Pesqueiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	01/01/2024	53	Pescador
Sirinhaém	Com. Pesqueiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	01/05/2024	53	Pescador
Sirinhaém	Com. Pesqueiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	23/09/2024	53	Pescador
Tamandaré	Engenho Canoinha	24/05/2024	1	Posseiro
Tamandaré	Engenho Canoinha	26/05/2024	56	Posseiro
Tamandaré	Engenho Canoinha	18/09/2024	56	Agente pastoral
Subtotal: 28			3.706	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bodocó	Fazenda Zabelê	16/04/2024	160	Sem Terra
Bom Jardim	Fazenda Bio Ribeiro	16/04/2024	80	Sem Terra
Carpina	Ocupação DNOCS	16/04/2024	200	Sem Terra
Caruaru	Fazenda Irmãos Andrade	16/04/2024	270	Sem Terra
Feira Nova, Lagoa do Carro, Passira	Acamp. Padre Tiago 2/Fazenda Soledade	16/04/2024	160	Sem Terra
Ilha de Itamaracá, Recife	Fazenda Acidino	16/04/2024	300	Sem Terra
Ilha de Itamaracá, Recife	Fazenda Lavandeira	16/04/2024	350	Sem Terra
Inajá	Fazenda Ceará	16/04/2024	325	Sem Terra
Orocó	Fazenda Aracapá	16/04/2024	200	Sem Terra

Petrolina	Fazenda Embrapa	15/04/2024	2.400	Sem Terra
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Farm Frutty	16/04/2024	600	Sem Terra
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Farm Frutty	12/10/2024	-	Sem Terra
Serra Talhada	Área do Dnocs	16/04/2024	300	Sem Terra
Subtotal: 13			5.345	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PERNAMBUCO: 41 **6.051**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Exu	Agroflorestal/Desmatamento	10/06/2024	8	8	-	Desmatamento de Mata Nativa
Joaquim Nabuco	Vale de Pernambuco	21/11/2024	29	29	-	Produção de Etanol
Limoeiro	Fazenda em Limoeiro	22/05/2024	1	1	-	Bovino para Corte
Subtotal: 3			38	38	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PERNAMBUCO: 3 **38** **38** -

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Floresta	Assentamento Curralinho dos Angicos	13/09/2024	50	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Floresta	Fazenda Balalaika/Pedra	01/02/2024	75	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Ipojuca	Com. Quil. Ilha de Mercês	26/09/2024	200	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	19/01/2024	200	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	17/03/2024	200	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal: 5			525		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - PERNAMBUCO: 49

PESSOAS: 26.342

PIAUI

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barreiras do Piauí	Comunidade Quilombola Limoeiro	22/01/2024	23	Posseiro
Bom Jesus	Comunidade Salto I	31/12/2024	32	Posseiro
Currais, Baixa Grande do Ribeiro	Reserva Biológica Uruçui/Una	31/10/2024	62	Posseiro
Gilbués, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais	Povo Gamela Barra do Correntim	07/06/2024	17	Indígenas
Gilbués	Com. Grinalda do Ouro	15/08/2024	13	Posseiro
Gilbués	Com. Grinalda do Ouro	19/08/2024	13	Posseiro
Gilbués, Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	11/09/2024	38	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Gilbués	Comunidade Brejo do Miguel	31/10/2024	12	Ribeirinho
Gilbués, Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	31/10/2024	38	Posseiro
Parnaíba	Comunidade Pedra do Sal	31/10/2024	7	Pescador
Pimenteiras	Comunidade Lagoinha	11/01/2024	58	Posseiro
Santa Filomena	Barra da Lagoa	22/02/2024	12	Posseiro
Santa Filomena	Comunidade Brejo das Meninas	22/02/2024	1	Posseiro
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	27/02/2024	13	Ribeirinho
Santa Filomena	Barra da Lagoa	01/07/2024	12	Posseiro
Santa Filomena	Barra da Lagoa	02/07/2024	12	Posseiro
Santa Filomena	Sete Lagoas/Lagoa do Junco/Vão do Vico	25/08/2024	17	Indígenas
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	31/10/2024	17	Ribeirinho
Santa Filomena	Sete Lagoas/Lagoa do Junco/Vão do Vico	31/10/2024	17	Indígenas
Santa Filomena	Barra da Lagoa	31/10/2024	12	Posseiro
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	19/11/2024	7	Ribeirinho
Uruçuí	Data Morrinhos/Com. Boa Vista/Território Morrinhos	07/08/2024	20	Posseiro
Uruçuí	Com. Bananeira/Baixa Funda/Vale do Uruçuí Preto/Povo Akroá Gamella	19/09/2024	88	Indígenas
Uruçuí	Com. Bananeira/Baixa Funda/Vale do Uruçuí Preto/Povo Akroá Gamella	08/11/2024	88	Indígenas
Subtotal: 24			417	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Miguel Leão	Fazenda no Município Miguel Leão	26/04/2024	80	Sem Terra
Subtotal: 1			80	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PIAUÍ: 25			497	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Boa Hora	Pedreira em Boa Hora	01/10/2024	5	5	-	Extração de Granito
Bom Jesus	Faz. de Gado Bovino	25/09/2024	2	2	-	Criação de Gado para Corte
Monte Alegre do Piauí	Área em Monte Alegre do Piauí	15/07/2024	5	5	-	Extração de Granito
Subtotal: 3			12	12	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PIAUÍ: 3			12	12	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Santa Filomena	Barra da Lagoa	19/08/2024	12	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 1			12		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - PIAUÍ: 29

PESSOAS: 2.048

RIO DE JANEIRO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Angra dos Reis	T. I. Guarani do Bracuí/Aldeia Sapukaí	16/04/2024	80	Indígenas
Angra dos Reis	Com. Quilombola de Santa Rita do Bracuí	19/07/2024	129	Quilombola
Armação dos Búzios	Com. Quilombola Baía Formosa	19/01/2024	120	Quilombola
Campos dos Goytacazes	Faz. São João/PA Dandara dos Palmares	06/04/2024	21	Assentado
Campos dos Goytacazes	PA Josué de Castro	15/04/2024	31	Assentado
Macaé	PDS Osvaldo de Oliveira	19/08/2024	63	Sem Terra
Mangaratiba	Com. Quilombola Santa Justina e Santa Izabel	13/09/2024	69	Quilombola
Maricá	Aldeia Mata Verde Bonita	09/08/2024	30	Indígenas
Paraty	APA de Cairuçu/Com. Caiçara Praia do Sono	03/03/2024	60	Caiçara
Paraty	Aldeia Guyraitapu/Araponga	16/04/2024	13	Indígenas
Paraty	Tekoha Dje'y/Aldeia Rio Pequeno	16/04/2024	12	Indígenas
Paraty	Aldeia Itaxi	16/04/2024	49	Indígenas
Paraty	Tekoha Dje'y/Aldeia Rio Pequeno	26/07/2024	12	Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	12/06/2024	17	Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	02/07/2024	17	Indígenas
Silva Jardim	Sebastião Lan III	04/06/2024	110	Sem Terra
Valença	Quilombo São José da Serra	13/09/2024	31	Quilombola
Subtotal: 17			835	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campos dos Goytacazes	Área às Margens da BR-101/Acamp. 15 de Abril	15/04/2024	300	Sem Terra
Silva Jardim	Sebastião Lan III	24/05/2024	110	Sem Terra
Subtotal: 2			410	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO DE JANEIRO: 19

1.135

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Nova Friburgo	Estabel. de Produção de Carne Seca	08/08/2024	8	8	-	Produção de Carne Bovina Seca
Paty do Alferes	Fazenda Pilão	25/07/2024	6	6	-	Produção Clandestina de Cigarros
Quissamã	Faz. de Gado Bovino	25/09/2024	1	1	-	Criação de Gado Bovino para Corte
Santa Maria Madalena	Faz. de Pecuária de Corte	20/08/2024	3	3	-	Criação de Gado Bovino
Valença	Faz. de Gado Bovino	10/12/2024	1	1	-	Criação de Gado Bovino Leiteiro
Subtotal: 5			19	19	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RIO DE JANEIRO: 5

19

19

-

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - RIO DE JANEIRO: 24

PESSOAS: 4.559

RIO GRANDE DO NORTE

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Baía Formosa	T. I. Sagi Trabanda/Potiguar	18/01/2024	49	Indígenas
Goianinha, Canguaretama	T.I. Potiguara dos Eleotérios do Catu/Aldeia Catu	16/04/2024	203	Indígenas
Goianinha, Canguaretama	T.I. Potiguara dos Eleotérios do Catu/Aldeia Catu	15/05/2024	203	Indígenas
Governador Dix-Sept Rosado	Assentamento Santo Antônio	07/03/2024	1	Sem Terra
Macaíba, São Gonçalo do Amarante	Comunidade Lagoa de Tapará/Tapuia	08/04/2024	200	Indígenas
Maxaranguape	Acampamento Zé Rosa	26/12/2024	140	Sem Terra
Natal	Com. Passo da Pátria	24/01/2024	1	Ribeirinho
São Miguel do Gostoso	Acampamento Maria Aparecida	10/06/2024	32	Sem Terra
Touros, São Miguel do Gostoso	PA Arizona	10/06/2024	154	Assentado
Subtotal: 9			780	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Ceará-Mirim	Acampamento Vicente Alves	16/04/2024	300	Sem Terra
Santa Maria	Acamp. José Alves da Silva	16/04/2024	80	Sem Terra
Subtotal: 2			380	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO GRANDE DO NORTE: 11

1.160

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Grossos	Salina em Grossos	06/11/2024	5	5	-	Produção de Sal
Grossos	Estabel. de Extração de Sal	06/11/2024	4	4	-	Extração de Sal de Salina
Subtotal: 2			9	9	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RIO GRANDE DO NORTE: 2

9

9

-

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Natal	Vila de Ponta Negra	18/07/2024	200	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 1			200		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - RIO GRANDE DO NORTE: 14

PESSOAS: 5.449

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé	T. I Rio Branco/Aldeia Anderé	30/07/2024	755	Indígenas
Alta Floresta D'Oeste	Com. Rolim de Moura do Guaporé/T. I. Wuajuru	19/11/2024	60	Quilombola
Alto Alegre dos Parecís	Acamp. Che Guevara/Faz. Sol Nascente	06/03/2024	239	Posseiro
Alvorada D'Oeste	Acamp. Nova Vida/Linha 44/Km 11/Faz. Capão da Onça	07/03/2024	30	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. Canaã/Faz. Arrobas/Só Cacau	06/03/2024	130	Sem Terra
Ariquemes, Theobroma	Assent. Jatuarana/Acamp. Serra da Onça	11/12/2024	50	Sem Terra
Buritis	Sítio Vila Rica/Lontra e Floresta/Linha 01/BR-421	02/04/2024	1	Posseiro
Cacoal, Espigão D'Oeste	T. I. Sete de Setembro	16/02/2024	345	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	Área Indígena Zoró	19/04/2024	1	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	T. I. Sete de Setembro	10/08/2024	345	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	Área Indígena Zoró	10/08/2024	1	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	T. I. Sete de Setembro	17/09/2024	2	Indígenas
Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Monte Negro, Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	03/07/2024	1	Indígenas
Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Monte Negro, Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	24/09/2024	1	Indígenas
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas/Acamp. Boa Sorte	06/03/2024	78	Sem Terra
Candeias do Jamari	Assoc. dos Pequenos Produtores do Rio Verde/ASPRORIV/Acamp. Rio Verde/Linha 45/Proximidades do PAF Jequitibá e Estação Ecológica Samuel	07/03/2024	280	Pequeno proprietário
Candeias do Jamari	Linha Boa Esperança/Gleba Aliança	02/04/2024	1	Posseiro
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello/Assoc. Igarapé Água Viva/Aspiav/Lote 40	07/03/2024	40	Posseiro
Chupinguaia, Vilhena	Assoc. Nossa Sra. Aparecida/Lotes 52 e 53/Gleba Corumbiara/Setor 7	07/03/2024	80	Posseiro
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	07/03/2024	60	Quilombola
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário	21/03/2024	150	Extrativista
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	19/11/2024	60	Quilombola
Espigão D'Oeste	Reserva Indígena Roosevelt	16/02/2024	240	Indígenas
Espigão D'Oeste	Reserva Indígena Roosevelt	17/03/2024	240	Indígenas
Espigão D'Oeste	Reserva Indígena Roosevelt	22/05/2024	240	Indígenas
Governador Jorge Teixeira	Associação Curupira	07/03/2024	1	Posseiro
Guajará-Mirim	Resex Rio Ouro Preto	09/02/2024	1	Extrativista
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	19/04/2024	120	Indígenas
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	05/06/2024	120	Indígenas
Guajará-Mirim	T. I. Sagarana	04/07/2024	85	Indígenas
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	05/08/2024	120	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	11/08/2024	1	Indígenas
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	06/09/2024	120	Indígenas
Guajará-Mirim	Resex Rio Ouro Preto	24/09/2024	170	Extrativista
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	13/01/2024	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	06/03/2024	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Acampamento Gonçalo	07/03/2024	300	Posseiro
Machadinho D'Oeste	Fazenda Jatobá/Acamp. Valdir Chagas	07/03/2024	90	Posseiro
Machadinho D'Oeste	Resex Angelim	14/03/2024	1	Extrativista
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	02/04/2024	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	20/04/2024	1	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	03/07/2024	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	04/07/2024	1	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	01/08/2024	125	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	05/08/2024	23	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	13/08/2024	78	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	19/11/2024	2	Sem Terra
Mirante da Serra	Assoc. de Pequenos Agricultores Familiares para Ajuda Mútua/Apafam/Acamp. Padre Ezequiel 2	07/03/2024	192	Sem Terra
Mirante da Serra	Acamp. Paulo Bento/Linha 70/Fazenda Bonanza	02/04/2024	186	Posseiro
Monte Negro	Acamp. Élcio Machado/Linha A2	23/01/2024	400	Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	31/01/2024	100	Posseiro
Nova Brasilândia D'Oeste	Acampamento Paulo Freire 2/Faz. Gladys	07/03/2024	42	Sem Terra
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	24/11/2024	60	Sem Terra
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	25/11/2024	50	Sem Terra
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	30/12/2024	50	Sem Terra
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	29/01/2024	13	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	03/02/2024	13	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	13/03/2024	13	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	01/07/2024	13	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim	Parque Estadual de Guajará-Mirim	27/07/2024	1	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	04/09/2024	13	Indígenas
Nova Mamoré	T. I. Igarapé Ribeirão/Aldeia Ribeirão	04/09/2024	50	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	17/09/2024	13	Indígenas

Nova União	Acampamento Margarida 2	07/03/2024	276	Sem Terra
Parecís	TI Kwazá do Rio São Pedro	31/01/2024	6	Indígenas
Pimenta Bueno	Associação Progresso/Lotes 81, 82 e 83	07/03/2024	42	Posseiro
Pimenteiras do Oeste	Acamp. Santa Rosa/ASPROROSA/Faz. Siriema/Linha 11/Km 15/Gleba Guaporé/Santa Cruz	07/03/2024	40	Sem Terra
Pimenteiras do Oeste	Com. Quilombola de Santa Cruz	19/11/2024	40	Quilombola
Pimenteiras do Oeste	Com. Quilombola de Laranjeiras	19/11/2024	8	Quilombola
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro	23/01/2024	1	Pequeno proprietário
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	28/01/2024	100	Sem Terra
Porto Velho	Rio Pardo/Área Desmembrada da Flona Bom Futuro	29/01/2024	37	Extrativista
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	02/02/2024	100	Sem Terra
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	08/02/2024	80	Sem Terra
Porto Velho	Gleba Maravilha/Setor Chacareiro Parke das Águas	20/02/2024	134	Posseiro
Porto Velho	Comunidade do Distrito de Nazaré	28/02/2024	1	Indígenas
Porto Velho	Com. Vila São João II/BR 319	29/02/2024	50	Pequeno proprietário
Porto Velho, Canutama, Humaitá, Lábrea	Parque Nacional Matinguari/Indígenas Isolados	04/03/2024	1	Indígenas
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	12/03/2024	80	Sem Terra
Porto Velho	Distrito de Extrema/Gl. Marmelo/Faz. Gobbi	12/03/2024	6	Posseiro
Porto Velho	T. I. Kaxarari	12/03/2024	70	Indígenas
Porto Velho	Faz. Bom Futuro/Área do Conti/Distrito de Jaci Paraná	02/04/2024	15	Sem Terra
Porto Velho	Gleba Capitão Silvio	02/04/2024	1	Posseiro
Porto Velho	Rio das Garças/Faz. Alexandria/Acamp. São Cristovão	02/04/2024	616	Posseiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	02/04/2024	35	Seringueiro
Porto Velho	Com. Vila São João II/BR 319	08/04/2024	50	Posseiro
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	17/04/2024	80	Sem Terra
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	04/05/2024	80	Sem Terra
Porto Velho	T. I. Kaxarari	18/07/2024	70	Indígenas
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro	01/08/2024	1	Pequeno proprietário
Porto Velho	Barranco Alto	05/08/2024	350	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	13/08/2024	100	Posseiro
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwin/Igarapé Preto	17/09/2024	70	Indígenas
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	25/09/2024	35	Extrativista
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	07/10/2024	1	Pequeno proprietário
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	12/10/2024	2	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	01/11/2024	1	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	11/11/2024	100	Posseiro
Porto Velho	Comunidade de Paulo Leal	18/11/2024	45	Posseiro
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro	27/11/2024	1.500	Pequeno proprietário
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	05/12/2024	15	Posseiro
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio	10/12/2024	286	Assentado
Porto Velho	Comunidade de Paulo Leal	21/12/2024	45	Posseiro
São Francisco do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste	Reserva Biológica do Guaporé	22/01/2024	2	Indígenas
São Francisco do Guaporé	Com. Quilombola de Pedras Negras/Resex	19/11/2024	20	Quilombola
Seringueiras, São Francisco do Guaporé	TI Puruborá/Aldeia Aporuí	19/01/2024	60	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	21/01/2024	345	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	27/01/2024	345	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	20/02/2024	345	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	22/04/2024	345	Indígenas
Seringueiras	Comunidade Quilombola de Jesus	19/11/2024	14	Quilombola
Vilhena	Assoc. dos Pequenos Produtores do Posto Gaúcho/Aspergau/Lotes 26 e 26A	07/03/2024	30	Posseiro
Vilhena	Nova Vida/Lotes 77 e 78/Linha 140/Setor 12/ Gl. Corumbiara/Assoc. dos Peq. Chacareiros do St. Aeroporto	07/03/2024	320	Posseiro
Vilhena	Associação Renascer/Lotes 82 e 85/Parte da Fazenda Vilhena	07/03/2024	1	Posseiro
Vilhena	Acamp. São Lourenço/Lotes 62, 63, 64/Distrito de São Lourenço/Faz. Vilhena	07/03/2024	90	Sem Terra
Vilhena	Fazenda São Pedro/Lote 26-A	02/04/2024	1	Posseiro
Vilhena	P. A. Águas Claras	20/06/2024	1	Assentado
Vilhena, Chupinguaia	T. I. Tubarão Latundê	20/08/2024	180	Indígenas
Vilhena	Acamp. Associação Canaã/Lotes 74 e 75	16/11/2024	4	Sem Terra
Subtotal: 119			9.472	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	15/11/2024	60	Sem Terra
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	20/12/2024	50	Sem Terra
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	08/02/2024	80	Sem Terra
Subtotal: 3			140	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Vilhena	Acamp. Associação Canaã/Lotes 74 e 75	15/11/2024	4	Sem Terra
Subtotal: 1			4	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RONDÔNIA: 123			9.472	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Porto Velho	Faz. de Criação Bovina/Perto de Resex & TI/01	07/06/2024	3	3	-	Criação Bovino de Corte
Porto Velho	Faz. de Criação Bovina/Perto de Resex & TI/02	07/06/2024	1	1	-	Criação Bovino de Corte
Subtotal: 2			4	4	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RONDÔNIA: 2			4	4	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ji-Paraná	T. I. Igarapé Lourdes	24/04/2024	246	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Machadinho D'Oeste	UHE Tabajara/28 Comunidades	24/04/2024	3639	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myiniwin/Igarapé Preto	24/04/2024	70	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Com. de Maravilha I/UHE Jirau e Sto. Antônio	17/06/2024	80	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Seringueiras, São Francisco do Guaporé	TI Puruborá/Aldeia Aporuí	24/04/2024	60	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Seringueiras, São Francisco do Guaporé	TI Puruborá/Aldeia Aporuí	11/01/2024	60	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Vilhena, Espigão D'Oeste	Parque Indígena Aripuanã	24/04/2024	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 7			4.096		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - RONDÔNIA: 132

PESSOAS: 54.276

RORAIMA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boa Vista	T. I. Anzol/Faz. São Jorge	24/10/2024	14	Indígenas
Bonfim	T.I. Wapixana/Reserva Moskow	08/03/2024	177	Indígenas
Bonfim	Faz. Caju/Ilhéus/Tacutu/PA Renascer	30/04/2024	46	Assentado
Bonfim	Faz. Caju/Ilhéus/Tacutu/PA Renascer	28/05/2024	46	Assentado
Caracará	Comunidade de Pescadores do Baixo Rio Branco	01/01/2024	60	Ribeirinho
Caracará, Rorainópolis	Assentamento Anauá	21/03/2024	49	Assentado

CONFLITOS NO CAMPO

Caracarái, Rorainópolis	Assentamento Anauá	12/06/2024	49	Assentado
Mucajaí, Alto Alegre, Caracarái	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	11/01/2024	7.806	Índigenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracarái	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	23/01/2024	7.806	Índigenas
Mucajaí	Fazenda Tocantins/Acamp. Lula Livre	20/04/2024	80	Sem Terra
Mucajaí	Fazenda Tocantins/Acamp. Lula Livre	21/04/2024	80	Sem Terra
Mucajaí, Alto Alegre, Caracarái	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	27/05/2024	7.806	Índigenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracarái	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	30/10/2024	7.806	Índigenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	20/08/2024	750	Índigenas
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	04/11/2024	4.552	Índigenas
Uiramutã, Normandia, Pacaraima	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel/S. Mateus	15/02/2024	8.000	Índigenas
Uiramutã, Normandia, Pacaraima	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel/S. Mateus	09/03/2024	8.000	Índigenas
Uiramutã, Normandia, Pacaraima	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel/S. Mateus	11/05/2024	8.000	Índigenas
Subtotal: 18			21.534	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RORAIMA: 18			21.534	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Iracema	Fazenda de Gado de Corte em Iracema	09/07/2024	1	1	-	Manejo de Gado de Corte
Mucajaí	Fazenda de Gado de Corte em Mucajaí	11/07/2024	8	8	1	Manejo de Gado de Corte
Subtotal: 2			9	9	1	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RORAIMA: 2			9	9	1	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Boa Vista	T.I. Serra da Moça	18/06/2024	174	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Bonfim	Maloca Jabuti/TI Jaboti/Macuxi/Wapichana	18/06/2024	102	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Bonfim	T.I. Bom Jesus	18/06/2024	15	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Cantá	T.I. Malacacheta	18/06/2024	350	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Cantá	T. I. Canaunim/Barreira Sanitária	18/06/2024	335	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Caracarái	Comunidade Ribeirinha Panacarica	08/11/2024	23	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Caracarái	Comunidade de Pescadores do Baixo Rio Branco	14/05/2024	60	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Mucajaí, Alto Alegre, Caracarái	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	06/03/2024	6.806	Uso e preservação	Destrução e ou poluição

Mucajá, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	29/10/2024	7.806	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Normandia, Cantá	Reserva Tabalascada/Macuxi/Wapixana	18/06/2024	256	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	18/06/2024	1.460	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	18/06/2024	750	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Uiramutã, Normandia, Pacaraima	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel/S. Mateus	18/06/2024	8.000	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Uiramutã, Normandia, Pacaraima	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel/S. Mateus	16/02/2024	5.780	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 14			19.331		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - RORAIMA: 34

PESSOAS: 163.469

RIO GRANDE DO SUL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Candiota	Ocupação no Corredor do Baú	13/06/2024	1	Sem Terra
Eldorado do Sul	Comunidade Pekuruty	08/05/2024	1	Indígenas
Eldorado do Sul	Comunidade Pekuruty	13/07/2024	1	Indígenas
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	05/04/2024	70	Sem Terra
Nova Santa Rita	Assent. Santa Rita de Cássia II	23/10/2024	100	Assentado
Palmares do Sul	Área às Margens da RST-101/Tekoa Yy Ryapu	12/10/2024	42	Indígenas
Piratini	Fazenda Rubira/PA Rubira/Conquista da Luta	06/02/2024	57	Sem Terra
Pontão	Retomada Fág Nor	10/07/2024	30	Indígenas
Pontão	Retomada Fág Nor	14/07/2024	30	Indígenas
Porto Alegre	Ponta do Arado/T. I Guarani Mbya Aldeia Yjerê	12/08/2024	7	Indígenas
Porto Alegre	Ponta do Arado/T. I Guarani Mbya Aldeia Yjerê	09/10/2024	7	Indígenas
Porto Alegre	Ponta do Arado/T. I Guarani Mbya Aldeia Yjerê	21/10/2024	7	Indígenas
Viamão	Tekoá Nhe'engatu/ Nhengatu	10/04/2024	34	Indígenas
Vicente Dutra	T. I. Rio dos Índios	08/04/2024	70	Indígenas
Subtotal: 14			412	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campo Bom	Retomada Fág Tentu/ Três Pinheiros	28/08/2024	1	Indígenas
Candiota	Ocupação no Corredor do Baú	13/06/2024	1	Sem Terra
Encruzilhada do Sul	Acampamento Sepe Tiaraju	19/04/2024	200	Sem Terra
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	29/02/2024	70	Sem Terra
Pedras Altas	Faz. Santa Angélica	03/12/2024	90	Sem Terra
Pedras Altas	Faz. Nova	03/12/2024	90	Sem Terra
Pontão	Retomada Fág Nor	09/07/2024	30	Indígenas
Viamão	Tekoá Nhe'engatu/ Nhengatu	14/02/2024	1	Indígenas
Subtotal: 8			483	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO GRANDE DO SUL: 22

793

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Anta Gorda	Área em Anta Gorda	20/08/2024	4	4	-	Reflorestamento
Arvorezinha	Granja em Arvorezinha	15/12/2024	10	10	-	Avicultura
Arvorezinha	Ervateira em Arvorezinha	01/12/2024	3	3	-	Erva-Mate
Encruzilhada do Sul	Área em Encruzilhada do Sul	19/04/2024	1	1	-	Reflorestamento
Farroupilha	Área em Farroupilha	13/02/2024	5	5	2	Colheita de Maças e Pêssegos
São Marcos	Fazenda em São Marcos	31/01/2024	18	18	1	Lavoura de Uva
Taquara	Pedreira em Taquara	15/04/2024	3	3	-	Extração de Britamento (Mineração)
Vacaria	Área em Vacaria	03/05/2024	14	14	-	Cultivo de Maçã
Vacaria	Área em Vacaria	02/05/2024	18	18	-	Cultivo de Maçã
Subtotal: 9			76	76	3	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RIO GRANDE DO SUL: 9			76	76	3	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Rio Grande	Ilha dos Marinheiros	19/02/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
São José do Norte, Mostardas, Palmares do Sul, Tavares	Lagoa dos Patos/Parque Eólico	19/02/2024	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 2			2		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - RIO GRANDE DO SUL: 33

PESSOAS: 3.256

SANTA CATARINA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abelardo Luz	Linha Bom Sucesso	13/11/2024	15	Indígenas
Araquari, Balneário Barra do Sul	T.I. Tarumã/Aldeia Kaaguy Mirim Porã	14/11/2024	11	Indígenas
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	30/03/2024	75	Indígenas
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	07/04/2024	75	Indígenas
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	26/04/2024	75	Indígenas
Imaruí	Aldeia Tekoá Marangatu/Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios	13/03/2024	79	Indígenas
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya/Nhandéva/Baixada do Massiambu	27/02/2024	75	Indígenas
Palhoça	T.I. Cambirela/Guarani M'bya/Baixada do Massiambu	27/02/2024	1	Indígenas

Palhoça	T. I. Praia de Fora/Guarani/Baixada Massiambu	27/02/2024	1	Indígenas
Palhoça	T.I. Massiambu/Baixada do Massiambu	27/02/2024	1	Indígenas
Subtotal: 10			258	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abelardo Luz	Linha Bom Sucesso	13/11/2024	15	Indígenas
Subtotal: 1			15	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SANTA CATARINA: 11

258

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgata-dos	Menores	Tipo de Trabalho
Itapiranga	Faz. de Mandioca	06/12/2024	7	7	-	Produção de Mandioca
Subtotal: 1			7	7	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - SANTA CATARINA: 1

7

7

-

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - SANTA CATARINA: 12

PESSOAS: 1.039

SERGIPE

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brejo Grande, Pacatuba	Com. Quilombola Brejão dos Negros	11/03/2024	486	Quilombola
Brejo Grande	Com. Quilombola Carapitanga	13/06/2024	128	Quilombola
Canhoba	Comunidade Quilombola Caraibas	04/04/2024	145	Quilombola
Canhoba	Comunidade Quilombola Caraibas	05/04/2024	145	Quilombola
Capela	Com. Quilombola Pirangy	25/09/2024	176	Quilombola
Cumbe, Cumbe	Com. Quilombola Forte	13/06/2024	148	Quilombola
Estância	Com. Quilombola Porto D'Areia	25/04/2024	375	Quilombola
Frei Paulo, Frei Paulo	Com. Quilombola Catuabo	05/06/2024	151	Quilombola
Japoatã, Japoatã	Com. Quilombola Ladeiras	16/09/2024	1	Quilombola
Pacatuba	Aldeia Fulkaxó	25/03/2024	30	Indígenas
Pirambu, Japoatã	Com. Quilombola Alagamar	08/04/2024	151	Quilombola
Pirambu	Com. Quilombola Aningas	30/08/2024	1	Quilombola
Porto da Folha	T.I. Xocó/Aldeias Ilha de São Pedro/Caiçara	11/03/2024		Indígenas
Porto da Folha	Quilombo de Mocambo	12/03/2024	100	Quilombola
São Cristóvão	Loteamento Nossa Sra. da Ajuda/Pov. Cabrita	14/11/2024	217	Posseiro
Subtotal: 15			2.109	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SERGIPE: 15

2.109

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Porto da Folha	T.I. Xocó/Aldeias Ilha de São Pedro/Caiçara	07/06/2024	100	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

Subtotal: 1 100

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - SERGIPE: 16

PESSOAS: 8.836

SÃO PAULO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Fazenda Globo Suinã/Núcleo Colonial Monções	17/04/2024	300	Sem Terra
Arco-Íris	Aldeia Vanuíre	05/09/2024	62	Indígenas
Barão de Antonina	Aldeia Karugwá, Pyhaú	23/10/2024	1	Indígenas
Barra do Turvo	Com. Quil. Ribeirão Grande/Terra Seca/Vale do Ribeira	22/05/2024	1	Quilombola
Boa Esperança do Sul	Fazenda Cachoeirinha	23/08/2024	30	Sem Terra
Campinas	Fazenda Mariana	15/04/2024	200	Sem Terra
Eldorado	Quilombo André Lopes/Ribeira do Iguape/Vale do Ribeira	08/02/2024	76	Quilombola
Gália, Álvares Florence	Faz. dos Ingleses/Acamp. Vale do Amanhecer	09/07/2024	250	Sem Terra
Guarulhos	Aldeia Multiétnica Filhos Dessa Terra	07/10/2024	20	Indígenas
Iporanga, Itaóca	Com. Quilombola de Porto Velho/Vale do Ribeira	26/08/2024	200	Quilombola
Itapeva	Comunidade Quilombo do Jaó	03/10/2024	64	Indígenas
Lagoinha	Assentamento Egídio Brunetto/Faz. Bela Vista/Fundação Florestal/Serra do Mar	02/10/2024	55	Sem Terra
Lençóis Paulista	Acampamento Família	18/01/2024	8	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rosa II	27/07/2024	97	Sem Terra
Mongaguá, São Bernardo do Campo, São Paulo, São Vicente	T. I. Tenondé Porã/Kalipotory/Guyrapaju/Krukutu/Tape Miri/Grexakã/Kuaray Rexakã	26/12/2024	250	Indígenas
Salto de Pirapora	Quilombo do Cafundó/Maria Soares	25/09/2024	45	Quilombola
São Miguel Arcanjo	Aldeia Tekoa Nhanderu Porã	18/09/2024	1	Indígenas
São Roque	Quilombo do Carmo	20/05/2024	175	Quilombola
Tapiraí	Aldeia Guarani Tekoa Gwrya Pepo	20/08/2024	260	Indígenas
Taubaté	Assentamento Luis Carlos Prestes	27/02/2024	1	Assentado
Valinhos	Faz. Eldorado/Acamp. Marielle Vive	31/08/2024	300	Sem Terra
Votorantim	Comunidade Quilombola José Joaquim de Camargo	08/05/2024	1	Quilombola
Subtotal: 22			2.397	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Fazenda Globo Suinã/Núcleo Colonial Monções	15/04/2024	300	Sem Terra
Campinas	Fazenda Mariana	15/04/2024	200	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rosa II	27/07/2024	97	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz/Acamp. Gercina Mendes	07/09/2024	138	Sem Terra
Subtotal: 4			735	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SÃO PAULO: 26

2.535

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Boituva	Faz. de Cana-de-Açúcar	20/08/2024	37	-	-	
Cerquillo	Fazenda em Cerquillo	22/07/2024	13	13	13	Cultivo de Batatas (Lavoura)
Eldorado	Área em Eldorado	23/03/2024	7	-	-	Cultivo de Bananas (Lavoura)
Guaíra	Faz. de Cana-de-Açúcar	26/04/2024	14	14	-	Plantio de Cana-de-Açúcar
Guariba	Empresa de Serviços Agrícolas	07/03/2024	87	87	-	Colheita de Produtos Agrícolas
Igarapava	Estabelecimento em Igarapava	26/10/2024	1	1	-	Caseiro
Itapeva	Faz. de Horticultura	14/08/2024	82	82	-	Horticultura
Itatinga	Faz da Abadia de N. Sra. Assunção de Hardehausen	21/05/2024	2	1	-	Aves de Corte (Granja)
Jeriquara	Faz. de Cebola	04/10/2024	121	121	-	Cultivo de Cebola
São Pedro	Faz. de Produção de Suínos	23/08/2024	1	1	-	Caseiro
Sorocaba	Produção de Cana-de-Açúcar e Etanol	24/08/2024	37	37	-	
Subtotal: 11			402	357	13	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - SÃO PAULO: 11			402	357	13	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barra Bonita	Colônia de Pescadores Z-20	16/07/2024	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cananéia	Com. Quilombola da Reserva Extrativista do Mandira/Vale do Ribeira	14/08/2024	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Piracicaba	Comunidade do Bairro Tanquã	07/07/2024	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 3			76		

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - SÃO PAULO: 40

PESSOAS: 10.846

TOCANTINS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguaína, Luzinópolis, Muricilândia	Faz. Volta Grande/Assent. Manoel Alves Bié	28/09/2024	94	Assentado
Araguatins	Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente	20/11/2024	40	Quilombola
Araguatins	Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente	16/12/2024	40	Quilombola
Arraias, Paranã	Com. Quil. Kalunga do Mimoso	16/05/2024	250	Quilombola
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/03/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	23/03/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/03/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	02/04/2024	140	Sem Informação

CONFLITOS NO CAMPO

Barra do Ouro	Gleba Tauá	28/06/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	29/07/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	07/08/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	29/08/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	08/09/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	10/09/2024	140	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	09/12/2024	1	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	10/12/2024	140	Posseiro
Carmolândia	Fazenda Vera Cruz/Primavera	23/09/2024	113	Assentado
Chapada da Natividade	Comunidade Quilombola São José	05/06/2024	30	Quilombola
Couto Magalhães	Faz. Dois Triângulos/Gleba 4/Lote 49	20/09/2024	28	Sem Terra
Formoso do Araguaia	Assassinato de Sidney Oliveira Silva	15/06/2024	1	Indígenas
Formoso do Araguaia	Assent. Três Poderes/Pirarucu/Araguaia/Lagoa da Onça	19/08/2024	100	Assentado
Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium	Ilha do Bananal/Mata do Mamão/Indígenas Isolados Cara Preta	24/08/2024	2	Indígenas
Formoso do Araguaia	Assent. Três Poderes/Pirarucu/Araguaia/Lagoa da Onça	06/09/2024	100	Assentado
Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium	Ilha do Bananal/Mata do Mamão/Indígenas Isolados Cara Preta	20/09/2024	2	Indígenas
Goiatins, Itacajá	T.I. Kraolândia	20/05/2024	922	Indígenas
Lagoa da Confusão, Cristalândia	T. I. Mata Alagada/Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	19/12/2024	31	Indígenas
Muricilândia	Comunidade Quilombola Dona Jucelina	20/08/2024	35	Quilombola
Nova Olinda	Assentamento Remansão/PA Remansão/Ilha II	03/06/2024	153	Assentado
Oliveira de Fátima	Acampamento Padre Josimo/Assent. Padre Josimo	11/10/2024	21	Sem Terra
Palmeirante	Comunidade Vitória	03/07/2024	19	Posseiro
Palmeiras do Tocantins	Assent. Povoado Contagem	01/01/2024	50	Assentado
Paraná	Com. Quil. Mocambo/Parque Est. Águas do Paraná	04/04/2024	120	Quilombola
Pium	T.I. Utaria Wyhyrna/Irodu Irana/Karajá e Javaé	21/02/2024	29	Indígenas
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	26/06/2024	876	Indígenas
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	24/08/2024	876	Indígenas
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	20/09/2024	876	Indígenas
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	23/10/2024	876	Indígenas
Porto Nacional	PRB São Francisco de Assis	30/10/2024	39	Assentado
Porto Nacional	P. A. Retiro/Acamp. D. Celso Pereira de Almeida	23/11/2024	50	Sem Terra
Porto Nacional	P. A. Retiro/Acamp. D. Celso Pereira de Almeida	25/11/2024	50	Sem Terra
Santa Rita do Tocantins	Assentamento São Judas Tadeu	29/05/2024	157	Assentado
Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo	Comunidade Quilombola Barra do Aroeira	16/05/2024	174	Quilombola
Tocantinópolis, Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada	22/03/2024	586	Indígenas
Tocantinópolis, Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada	27/11/2024	586	Indígenas

Tocantinópolis, Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada	01/12/2024	586	Indígenas
Tocantinópolis, Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada	05/12/2024	586	Indígenas
Subtotal: 46			4.060	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Porto Nacional	P. A. Retiro/Acamp. D. Celso Pereira de Almeida	23/11/2024	50	Sem Terra
Subtotal: 1			50	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Porto Nacional	Acamp. Maria de Lourdes	25/11/2024	50	Sem Terra
Subtotal: 1			50	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - TOCANTINS: 48

4.110

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Arraias	Fazenda Santa Cruz	19/07/2024	1	-	-	Serviços Gerais
Marianópolis do Tocantins	Faz. Divino Pai Eterno - Faz. Reunidas	11/11/2024	10	-	-	Cultivo de Soja
Subtotal: 2			11	-	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - TOCANTINS: 2			11	-	-	

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO - TOCANTINS: 50

PESSOAS: 16.451

BRASIL

	TERRA	TRABALHO	ÁGUA	OUTROS	TOTAL BRASIL
Conflitos	1.768	151	266	-	2.185
Pessoas	904.532	1.953	283.956	-	1.190.441

TERRA



O velho e o novo na fronteira da destruição da Amazônia: a Amacro

Afonso Maria das Chagas¹

As informações coletadas pela CPT, no que concerne aos conflitos por terra, retratam, em um só horizonte, a persistência de um passado de desigualdade fundiária e as novas dinâmicas de concentração da terra, espoliação e pilhagem dos recursos naturais, somadas à violência de sempre, em suas formas mais letais.

E, ainda que pareça óbvio, a violência não se resume a números; ela está revelada e historicizada em cada contexto e em cada vivência onde a dignidade humana é subvertida pelo sacrifício imposto, sobretudo pela voracidade expansionista da exploração econômica, seja qual for a forma de capital envolvido.

Pensada em termos de “laboratório experimental do agronegócio”, a Amacro se constituiu e vem se consolidando como fronteira de expansão da agropecuária sobre a Amazônia, especificamente demarcada no sudoeste amazônico, abrangendo uma área de mais de 45 milhões de hectares e envolvendo municípios do Acre, do Amazonas e de Rondônia.

O recorte que se faz ao observar essa região específica tem o objetivo de compreender sob quais contornos o avanço da fronteira do agronegócio na Amazônia impacta os conflitos no campo, especialmente os conflitos por terra, assim como as diversas e distintas formas de violência perpetradas sob essa mesma lógica de expansão e avanço do agronegócio.

Contra a lógica dos “custos inerentes” do progresso e do desenvolvimento, os dados demonstram a voracidade desse avanço sobre florestas, rios e seus povos. Nesses casos, a letalidade da violência desmente a suposta inevitabilidade desses “custos”, uma vez que a imposição desse modelo extermina ou sacrifica vidas em nome dessa mesma ordem. Inerentes a esse modelo, portanto, são a violência, a destruição e a morte.

A ideia amplamente divulgada de que o avanço dessas frentes do agronegócio corrige desigualdades regionais não se sustenta. O que se anuncia como benefício se concretiza como ameaça e, no caso da violência no campo, como tragédia imposta àqueles que lutam por terra, territórios e direitos. Essa é a realidade expressa pelos dados, em oposição à semântica do sacrifício e da morte, naturalizada pela gramática do desenvolvimento. E, se os “números falam”, contam também uma outra história: a da resistência e da esperança. Como se afirmassem que, por mais que persista a lógica da violência, ela não detém a última palavra.

O velho das oligarquias agrárias e do patronato rural se reconfigura nas novas práticas de grilagem e violência, sobretudo nas novas regiões de desenvolvimento, como a Amacro e o Matopiba. O agronegócio, com toda a sua publicidade de onipotência, inclusive cultural e midiática, por mais que tente emplacar a ideia de que “está em tudo” ou que é a “solução para tudo”, inclusive enquanto

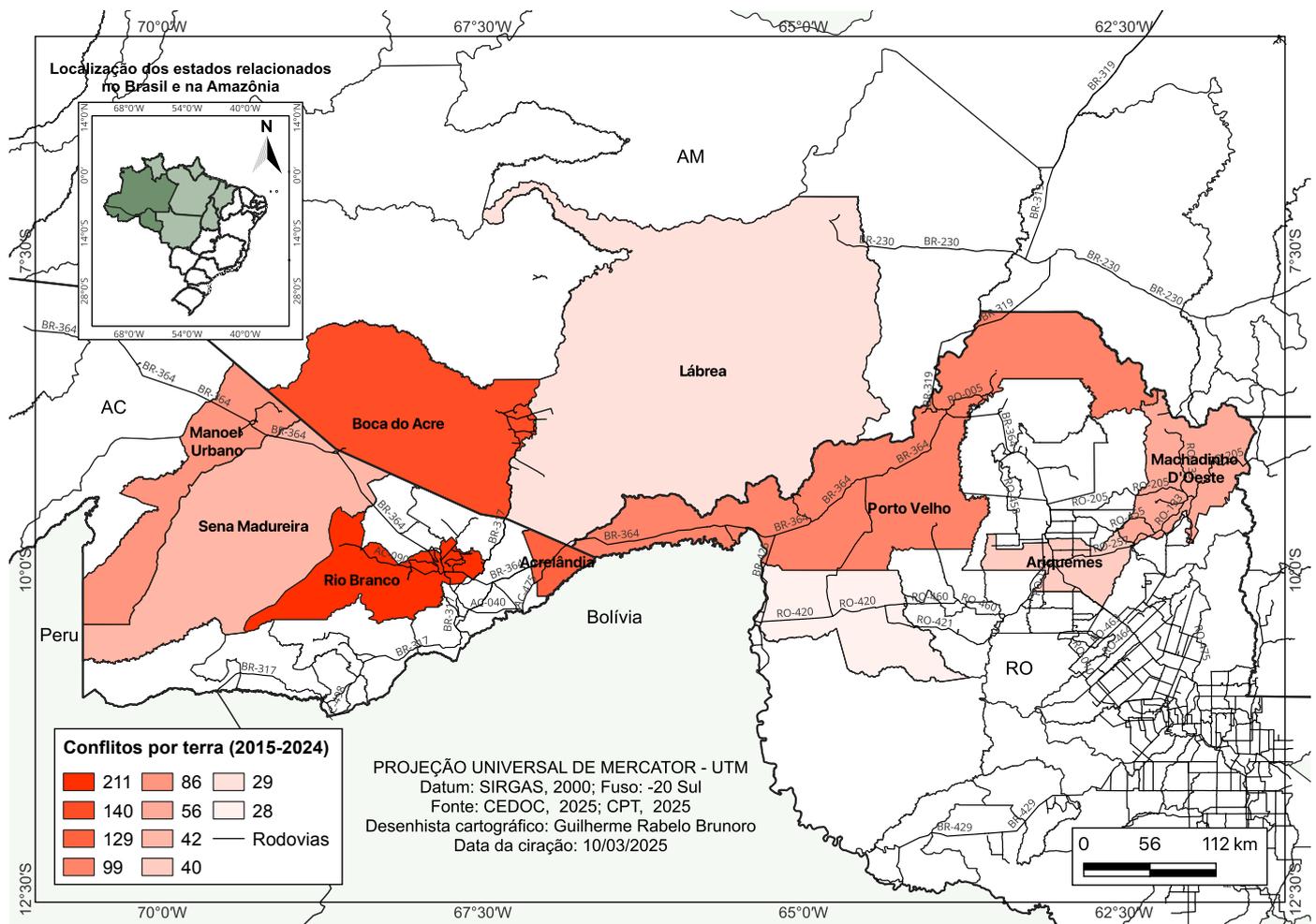
1. Professor do Departamento de Ciências Sociais – DACS e do Departamento de Ciência Jurídica – DCJ, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Territorialidades e Imaginários na Amazônia”. E-mail: afonso.chagas@unir.br

modelo de desenvolvimento sustentável, se contradiz em sua própria essência.

Na última década, seja no Cerrado, no Pantanal ou, principalmente, na Amazônia, o avanço do agronegócio tem se materializado em violência, desmatamento, fogo e destruição. No contexto da Amacro, assim como no Matopiba, nos últimos

anos, enquanto a violência no campo se estabiliza ou diminui em outras regiões, nessas áreas tem havido aumento. Assim, as velhas estratégias, historicamente presentes na arcaica estrutura fundiária brasileira, se atualizam nessas novas regionalizações, reproduzindo, em um “mais do mesmo”, o persistente roteiro que caracteriza a desigual estrutura fundiária do país.

MAPA 01 Conflitos por terra/maiores incidências por municípios (série histórica 2015-2024)²



2. Importante ressaltar que até o ano de 2019 os registros de conflito na região analisada eram feitos, não com base nas divisões geográficas do IBGE, mas pela divisão diocesana, tal como se organiza a CPT. Dito isto, uma parte dos conflitos até 2019 na região de Boca do Acre e Lábrea, eram registrados em Rio Branco.

No mapa abaixo, a Amacro e a incidência dos conflitos por terra nos municípios onde ocorreram os maiores números de conflitos nos últimos 10 anos. Constata-se também uma correlação destas ocorrências com o traçado das rodovias, assim como na hidrovia do Rio Madeira.

1. A Amacro como o futuro do passado: destruição e violência

Há uma correspondência fundamental entre o avanço da fronteira agropecuária sobre a Amazônia e o aumento da violência por terra e territórios. Os dados coletados e divulgados pela CPT expressam e constataam essa realidade, revelando as contradições dessa lógica. Por isso mesmo, é imprescindível reconhecer que a realidade social nem sempre é visível a olho nu, nem sempre é transparente aos nossos olhos, uma vez que, com apoio institucional e forte apelo publicitário, busca-se impor uma mentalidade e transformá-la em consenso, sustentando a ideia de que o desenvolvimento e o progresso, por si só, se justificam. Sob esse critério e julgamento, a realidade é editada, os fatos são selecionados, distorcidos e até mesmo revistos. Assim, aquilo que é visto pelos olhos é, em seguida, ocultado para não ser reconhecido (SOUZA, 2015).

O fenômeno da violência estrutural confronta, nesse sentido, essa lógica secular e, ao mesmo tempo, contemporânea de apagamentos e emergências, configurando um verdadeiro percurso dialético, contextualizado no desencontro de projetos e visões de mundo. Marcas profundas de uma violência institucionalizada corporificam e estigmatizam, no presente, essa realidade sombria e indelével, legado das matrizes coloniais e dos colonialismos consequentes.

A fronteira sudoeste da Amazônia, onde a Amacro foi demarcada, tem sofrido, na última década, uma das mais agressivas estratégias de avanço do agronegócio desde os projetos de colonização dos anos

1970. Trata-se de um movimento coordenado e institucionalmente “legitimado”, no qual, de forma avassaladora, o bioma é devastado, promovendo-se um deslocamento das fronteiras regionais.

Assim, a pecuária vai sendo gradativamente substituída pela monocultura de grãos em larga escala, avançando sobre áreas públicas ainda não destinadas ou mesmo sobre áreas protegidas. Os impactos desse processo atingem, direta e simultaneamente, os povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, aqueles que buscam um pedaço de chão e, fundamentalmente, as florestas e os rios amazônicos (SILVA; MICHALSKI, 2020).

As terras públicas não destinadas, as áreas de proteção e as terras indígenas representam, nesta ordem, tanto o alvo da ambição da fronteira expansionista do agronegócio quanto sua lógica de funcionamento. Essa tem sido a dura realidade que se impôs e continua se impondo na região, traçando um retrato de violência que atravessa governos e confirmando a ideia de que se trata de uma questão estrutural, e não meramente conjuntural.

Mas há ainda um elemento mais sórdido, revelado pelos números. Em 40 anos de processo de redemocratização e em 37 anos de Constituição Federal de 1988, sequer conseguimos conferir efetividade consistente às conquistas dos setores organizados, que lograram inserir no texto constitucional um amparo às demandas da sociedade. Pelo contrário, nos últimos anos, tem-se testemunhado, por parte das instituições do Estado brasileiro, além de retrocessos legislativos, um verdadeiro desmonte das políticas públicas voltadas às demandas do campo.

Na Amacro, na série histórica (2015-2024), os números apresentados pela CPT evidenciam o vínculo entre o avanço da fronteira agropecuária e os conflitos por terra, bem como a violência daí decorrente. Em média, essa região, embora represente apenas 20,9% de toda a área territorial da

TABELA 1 Conflitos por Terra na Amacro e Famílias envolvidas

ANO	NÚMERO DE CONFLITOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
2015	117	7.144
2016	177	10.367
2017	133	7.892
2018	99	7.827
2019	147	13.045
2020	156	10.909
2021	145	15.100
2022	159	14.776
2023	183	13.898
2024	185	16.648
TOTAL	1.501	117.606

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima), têm concentrado cerca de 60% da totalidade dos conflitos por terra e aproximadamente 19% dos conflitos registrados em toda a Amazônia Legal (CHAGAS, 2024).

Os conflitos por terra e o número de famílias afetadas, conforme demonstrado na tabela a seguir, sugerem duas leituras iniciais. Primeiramente, na série histórica e na região observada, os conflitos, especialmente os relacionados à terra, ressoam como uma denúncia do escandaloso descaso institucional em relação a um dos mais republicanos direitos: o acesso à terra como forma de combate às desigualdades (CF/1988, Art. 3º). Em segundo lugar, o crescente número de famílias envolvidas, sobretudo no contexto amazônico, expõe as contradições do modelo desenvolvimentista, do qual o agronegócio tem sido o principal porta-voz.

Somente pelo fato de que, na segunda década do século XXI, o país ainda convive com um problema que deveria ter sido resolvido no século XIX, já se incrimina qualquer pretensão de que o progresso e o desenvolvimento devem ser impostos e suportados a qualquer preço, independentemente de

seus custos. Sob essa lógica, até mesmo a tolerância estatal com as ilegalidades praticadas, sobretudo no que diz respeito à apropriação indevida de terras e bens públicos, reflete vestígios de um locupletamento consentido.

Vive-se, assim, na experiência laboratorial da Amacro, um ensaio de destruição e violência. Nesse cenário, a ideia é remodelar a Amazônia sob o roteiro da mercantilização da terra, dos rios e das florestas, apagando sua história, sem considerar a memória e a vida de seus ocupantes tradicionais. No entanto, isso não é algo novo. Trata-se de um processo de recolonização que, no fundo, busca desamazonizar a Amazônia, reprogramando seu destino (SILVA, 2022). Assim, o “futuro do passado” ressurgiu como um espelho de um modelo já testado, agora, porém, repaginado.

2. A Amacro como regionalização de interesses

A série histórica (2015-2025) dos conflitos por terra na região amazônica, especialmente no recorte espacial da Amacro, permite uma lei-

TABELA 2 Conflito por terra nas regiões – série histórica (2015-2024)

Ano	Brasil	Amazônia Legal	% do Brasil	Amazônia Ocidental	Amacro	% da Amazônia Ocidental
2015	1.130	590	52%	167	117	70,0%
2016	1.385	809	58%	287	177	61,6%
2017	1.256	674	54%	215	133	61,8%
2018	1.195	630	53%	186	99	53,2%
2019	1.364	800	59%	230	147	63,9%
2020	1.670	1.046	63%	288	156	54,1%
2021	1.356	699	52%	236	145	61,4%
2022	1.602	940	59%	329	155	47,1%
2023	1.724	883	51%	381	179	46,9%
2024	1.768	995	56,2%	319	185	57,9%
TOTAL	14.450	8.066	55,8%	2.638	1.493	56,6%
MÉDIA	1.445	806,6	56%	263,8	149,3	57,7%

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

tura instigante. Em grande parte, os dados revelam mais do que os resultados dos equivocados e inacabados projetos de colonização. Retratam também as estratégias de avanço da fronteira agropecuária, a concentração fundiária, a apropriação ilícita de terras públicas, os jogos de interesses econômicos, a ação e inação do Estado, além das resistências.

A lógica das regionalizações tem sido tanto o texto quanto o pretexto da expansão do agronegócio no Brasil. Nessa lógica, o Matopiba se consolidou como uma extensão do agronegócio sobre o Cerrado e as áreas de transição, sendo apresentado como um projeto sem limites, pois conseguiu atrair o apoio do Estado, impulsionar alterações legislativas e promover articulações intrarregionais. Quando foi institucionalizado, houve a promessa de que o agronegócio respeitaria o bioma amazônico, assumindo o Cerrado do Matopiba como o “último celeiro agrícola do mundo” (CHAGAS, 2024). No entanto, uma década e alguns governos depois, não apenas essa premissa se revelou uma farsa, como o agronegócio avançou sobre a Amazônia, seguindo o itinerário do “Arco do Desmatamento”.

Para que nenhum aprendizado se desperdiçasse, a mesma equipe da Embrapa Territorial que concebeu o Matopiba regenerou uma nova regionalização: a Amacro. Assim, como convinha, resgatava-se, agora sobre essa terra “sem gente”, o antigo destino de país exportador. Entra o boi, sai a floresta. A pecuária cumpre seu papel de “avanço colonizador”, enquanto os monocultivos, especialmente a soja, ressignificam a região, novamente reprimarizada para a exportação.

A próxima tabela expressa a dinâmica dessas regionalizações sob a ótica dos conflitos por terra. Os números ajudam a interpretar essa realidade, constatando que, ao longo dos últimos 10 anos, 56% de todos os conflitos por terra ocorreram na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo, na Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre), que corresponde a 43,3% de toda a Amazônia Legal (IBGE, 2020), registraram-se 2.638 ocorrências de conflitos por terra na série histórica (2015-2024). Destas, 1.493 ocorreram na Amacro (57,9%), um número expressivo, considerando que a Amacro ocupa apenas 20,9% da Amazônia Ocidental e 9,1% da Amazônia Legal.

O extrato possível desses números, referentes à ocorrência de conflitos por terra nas regionalizações indicadas, reflete a generalização da desigualdade no campo brasileiro. Essa análise evidencia o crescimento e a diversificação dos casos de grilagem de terras públicas, a padronização da contrarreforma agrária como mecanismo institucional, a pilhagem e o saque dos bens naturais, além de um ataque à soberania e à segurança alimentar.

Nesse cenário, a terra se configura como o bem mais disputado e cobiçado pelo agronegócio expansionista. Essa disputa agride e desterritorializa povos e comunidades tradicionais, pequenos posseiros e assentados da reforma agrária, causando e intensificando uma série de conflitos. Enquanto, no ano de 2024, o número de conflitos por terra na Amazônia Ocidental apresentou queda, na Amacro, ao contrário, houve um aumento da violência e da disputa por terras.

No conjunto dos dados da série histórica 2015-2024, reforça-se a interpretação de que a violência no campo e os conflitos por terra são a contraface do avanço da fronteira do capital sobre o bioma amazônico.

3. As regionalizações do capital na Amazônia e a violência associada

Por maior que seja o esforço para esconder ou distorcer a realidade dos fatos sobre os problemas agrários brasileiros, é indisfarçável a associação entre a violência no campo e os processos de expansão da fronteira agropecuária. As apregoadas regionalizações do agronegócio (especialmente Matopiba e Amacro), além de funcionarem como “laboratórios de estratégias”, também se constituem como “redutos de exceção”, onde legislações são alteradas, procedimentos são flexibilizados e, inclusive, direitos são revogados ou postergados, sobretudo aqueles um dia garantidos na Constituição Federal.

A autocrítica, sobretudo estatal, ausente nesses processos, é inteiramente absorvida pelo discurso do desenvolvimento — ainda mais quando adjetivado com o rótulo da sustentabilidade. Assim como o Matopiba foi constituído sobre um acúmulo de conflitos e contradições, a Amacro reproduz aceleradamente a perversidade dessas dinâmicas expansionistas.

Uma das faces mais cruéis desse processo se reflete nos números da violência contra a ocupação e a posse, bem como na violência contra a pessoa. Na série histórica (2015-2024), as duas formas mais recorrentes dessa estratégia de violência foram a “ameaça de despejo judicial” e a “ameaça de expulsão”. Essa tendência se fortalece com a criação de uma “jurisprudência própria” do poder judiciário para lidar com questões agrárias, independentemente da natureza da demanda ou da legalidade do imóvel em conflito. Paralelamente, impulsionadas pelo discurso armamentista e pela chamada “segurança jurídica”, proliferam na Amazônia, especialmente na Amacro, as “empresas de segurança” e as “milícias armadas”.

A ameaça de despejo judicial, por sua vez, decorre de processos em que pretensos proprietários acionam a justiça contra pequenos ocupantes e posseiros, geralmente obtendo decisões favoráveis sem critérios rigorosos, em regra, em prejuízo dos economicamente mais vulneráveis. Esse paradoxo se intensifica quando a disputa envolve terras públicas ainda sem destinação definida.

Na Amacro, praticamente todas as disputas possessórias incidem sobre essas terras públicas. Somente em 2024, as áreas envolvidas em conflitos por terra somaram 8.339.363 hectares. A persistente ineficiência da política de regularização fundiária, em desacordo com os preceitos constitucionais, somada a processos atualizados de grilagem (cadastrais, cartoriais e digitais), encontra nos instrumentos de tutela possessória judicial um forte estímulo e até mesmo uma forma de blindagem legal.

TABELA 3 Os números da violência na Amacro – série histórica (2015-2024)

Ano	VIOLÊNCIA CONTRA A OCUPAÇÃO E POSSE		VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA	
	Ocorrências	Envolvidos	Ocorrências	Envolvidos
2015	104	7.267	54	91
2016	164	15.372	102	303
2017	125	14.601	60	141
2018	91	9.999	15	52
2019	143	18.521	58	132
2020	150	27.081	36	78
2021	139	32.118	31	55
2022	152	25.090	41	145
2023	171	18.084	63	257
2024	182	33.679	41	90
MÉDIA	142,1	20.181	50,1	134,4

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Nesse contexto, um interdito proibitório ou uma liminar de despejo, concedidos como tutela provisória, não apenas validam processos de grilagem, mas também valorizam imóveis ilegalmente apropriados. Dessa forma, tanto a “ameaça de despejo judicial” (ação estatal) quanto a “ameaça de expulsão” (ação paraestatal) conferem a “legitimidade” pretendida, sob o pretexto da deturpada “segurança jurídica”, legitimando a pilhagem de bens públicos e fomentando o mercado ilegal de terras na região.

Além dessas duas formas de violência contra a ocupação e a posse, o período analisado também registra um aumento significativo nas invasões — inclusive de áreas protegidas e territórios indígenas —, na grilagem e no desmatamento ilegal. A tabela a seguir sistematiza tanto a violência contra a ocupação e a posse na série histórica quanto as ocorrências de violência contra a pessoa.

No total, considerando possíveis repetições, a violência contra a ocupação e a posse atingiu 201.812 pessoas ao longo do período analisado. Entre os principais tipos de violência registrados, destacam-se a ameaça de despejo judicial (18,2%),

a ameaça de expulsão (17,8%), a invasão (12,4%), a grilagem (11,5%) e o desmatamento ilegal (10,7%).

Um último ponto merece destaque. Enquanto no Brasil como um todo, a invasão é a forma mais recorrente de violência contra a ocupação e a posse, na Amacro, os dados indicam que a ameaça de despejo judicial tem sido o principal instrumento utilizado contra ocupantes e posseiros. Embora tenha havido no país uma redução no número de ocorrências de violência contra a ocupação e a posse em 2024 (5.810) em comparação a 2023 (7.578), os números revelam que, na região da Amacro, o chamado “acesso à justiça” tem servido muito mais para blindar e proteger grandes interesses fundiários do que para conter os conflitos e a violência.

4. A violência contra a pessoa na Amacro

Na análise dos números, constata-se que, na Amacro, considerando a série histórica de 2015 a 2024, 1.343 pessoas sofreram algum tipo de violência em decorrência dos conflitos por terra. Em

25 dos 32 municípios da região, a violência física esteve presente, confirmando a lógica de que a regionalização do capital no campo, imposta sob o conceito de “zonas de desenvolvimento”, se concretiza por meio da violência. No período analisado, praticamente metade dos assassinatos registrados na Amazônia Legal ocorreu na Amacro, evidenciando o alto grau de letalidade dos conflitos agrários na região.

A tabela abaixo apresenta os diferentes tipos de violência e o número de pessoas atingidas na Amacro ao longo da série histórica. Um olhar mais atento revela como essa região vem se transformando em um território marcado pela morte e destruição. O saque, a pilhagem e a devastação das florestas e rios — uma verdadeira “economia da destruição” — são seguidos por uma violência física sistemática, cujo objetivo é “eliminar obstáculos” e aniquilar qualquer forma de resistência.

Nesse contexto, a expansão do agronegócio sobre a Amazônia, impulsionada pelas novas regionalizações, configura-se como um necronegócio. Em outras palavras, sua lógica baseia-se na destruição e na morte, desconsiderando completamente os processos históricos da região, a ancestralidade

de suas culturas e povos originários e, sobretudo, a riqueza representada pela floresta e pelos rios. Além da violência física contra esses grupos e suas causas, a dinâmica desse necronegócio também se manifesta na agressividade dos agrotóxicos sobre a agricultura, nos impactos dos extremos climáticos e no aumento do número de refugiados ambientais, impondo um custo humano que, em muitos aspectos, se torna irreversível.

Sob uma perspectiva ampliada, essa violência física, direcionada e articulada, desdobra-se na atuação de três principais agentes:

1. **Violência privada ou contratada:** milícias cada vez mais à vontade para invadir, destruir, agredir e matar.
2. **Estado policial:** forças policiais, sob orientação administrativa, atuam extrajudicialmente, reprimindo e ameaçando, mas também oferecendo proteção seletiva.
3. **Estado judicial:** decisões judiciais e liminares aceleram despejos, criminalizam lideranças e determinam a prisão de trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pelo direito à terra.

TABELA 4 A violência contra a pessoa na Amacro – série histórica (2015-2024)

TIPO DE VIOLÊNCIA	OCORRÊNCIAS	PESSOAS ATINGIDAS
Prisão	87	419
Ameaça de morte	194	252
Intimidação	21	124
Criminalização	19	102
Assassinato	82	83
Agressão	35	70
Tentativa de assassinato	45	66
Tortura	17	38
Ameaça de prisão	9	51
Ferimento	25	26

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Os dados da série histórica confirmam que, na regionalização da Amacro, há uma correlação direta entre a expansão da fronteira agropecuária e o crescimento da violência contra as pessoas e o meio ambiente. Ao contrário da tendência nacional, a Amacro se destaca como uma das regiões onde a violência manifesta sua face mais letal, atingindo tanto os indivíduos quanto os bens públicos e as formas comunitárias de vida e convivência.

A violência física tem sido historicamente o meio mais direto de controle contra qualquer ameaça à estrutura agrária em terras brasileiras. Na Amazônia e, em especial, na Amacro, essa violência assume um papel ainda mais estratégico, funcionando como ferramenta de apropriação de terras e bens públicos, muitas vezes operada de dentro do próprio aparelho estatal. Isso se evidencia nos dados apresentados, onde a “prisão” aparece como o tipo de violência mais recorrente, atingindo o maior número de pessoas. Toda prisão decorre de uma ordem judicial, geralmente provocada por um delegado ou pelo Ministério Público, o que demonstra como a questão agrária é tratada como um problema de polícia e não como uma questão política.

Na série histórica de 2015 a 2024, a prisão, enquanto ato emanado pelo Estado, foi responsável por 31% dos casos de violência contra a pessoa. As ameaças de morte e a intimidação corresponderam a 27,9%, a criminalização a 7,5% e os assassinatos a 6,1% das ocorrências. Nunca se assassinou tanto na Amazônia, em um espaço territorial tão reduzido, como ocorre na Amacro no período estudado.

A análise dos dados sobre quem sofreu a violência revela a forma como a regionalização da Amacro se constitui: por um lado, por meio da expropriação de territórios comunitários; por outro, interditando o acesso à terra, um direito fundamental para uma vida digna. A noção de “bem público”, que deveria garantir a destinação democrática das terras e dos recursos do Estado, vem sendo sistematicamente corroída pelas prá-

ticas de grilagem, apropriação ilegal e pilhagem. A ineficácia dos órgãos estatais — muitos deles capturados pelos mesmos interesses expansionistas — acaba legitimando tais processos.

Diante desse cenário, aqueles que lutam pelo direito à terra, assim como os povos e comunidades tradicionais, tornam-se os principais alvos da violência promovida pela expansão agropecuária. Os dados da série histórica indicam que essas categorias foram as mais atingidas: sem-terra (38,1%), posseiros (23,9%), indígenas (14,9%) e seringueiros, extrativistas e ribeirinhos (14,3%).

5. Considerações finais

Quando os números falam, todos deveríamos parar para ouvir. E os números dos conflitos por terra, assim como da violência perpetrada, são provas incontestáveis da desigualdade mantida e continuamente reforçada. Além disso, a realidade e os fatos desmentem facilmente as pseudo-narrativas, venham de onde vierem.

Nesse sentido, é preciso analisar com mais profundidade as regionalizações, os grandes projetos de infraestrutura, as concessões sem limites e, de modo geral, o descaso com as políticas públicas, os direitos territoriais e a destinação constitucional das terras públicas.

Falar em desapropriação para fins de reforma agrária parece ter se tornado um tema proibido, inclusive nos chamados governos democráticos. Quantas desapropriações foram realizadas nos últimos anos? Em contraste, a política de regularização fundiária e a farra da titulação são amplamente divulgadas e celebradas. Especialmente na Amazônia, essa política tem sido o motor de sucessivos retrocessos legislativos, permitindo a anistia à grilagem, a legalização de áreas embargadas e, até mesmo, o financiamento de novas ações de desmatamento. Parece um contrassenso, pois, na imensa “prateleira de terras”, o simples

sonho de um pedaço de chão – essencial para a dignidade dos pequenos posseiros, das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares – segue fora de alcance.

A violência está presente em todos esses processos. Enquanto as regionalizações do capital e a frente expansionista do agronegócio avançam, embaladas pelo discurso desenvolvimentista, celebram-se sucessivos planos-safra, novas grandes obras de infraestrutura na Amazônia e concessões privadas de florestas públicas.

Os dados apresentados na série histórica confirmam que, na Amacro, há um esforço sistemático para legitimar um modelo de agressão à natureza, aos povos das águas e das florestas e aos camponeses sem terra, enquanto direitos constitucionalmente garantidos são adiados e esvaziados. Direitos deixam de existir quando a exceção se torna regra. Assim, confirma-se a hipótese de que a desconstituição de direitos ocorre sob o imperativo da violência.

Entretanto, a pior de todas as violências talvez seja aquela que leva à naturalização desse estado de coisas. A crença de que não há alternativas é tão violenta quanto suas manifestações mais brutais. No entanto, a história desafia essa estatística.

Os conflitos por terra, então, são sinais de que lutas estão sendo semeadas em muitas partes, manifestando-se como resistência e reafirmando outras convicções – entre elas, a certeza de que há alternativas e que sofrimento e indignidade podem ser enfrentados.

As lutas por terra e território traduzem a insistência dos invisibilizados em serem vistos e ouvidos. Por meio de suas organizações e movimentos sociais, esses sujeitos coletivos anunciam a urgência de uma solidariedade que vá além das agendas institucionais. Ao fazer isso, colocam em prática outra forma de construir o país, buscando transformar espaços historicamente intransitivos em territórios de vida e comunidade.

Referências

CHAGAS, Afonso. Amacro: a reorganização do capital no campo na Amazônia. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; MICHALSKI, Amanda. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia Ocidental). Disponível em: *Confins*, n. 45, p. 1–22, Paris, 2020. <https://journals.openedition.org/confins/28017>.

SILVA, Ricardo Gilson. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. In: CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil – 2021*. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 104–111.

TABELA 3 Violência Contra a Ocupação e a Posse (2024)

UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem	Invasão
CENTRO-OESTE												
DF	9	727	1.200	2	-	-	43	3	27	27		27
GO	52	4.158	378.003	1.175	-	521	1.125	222	943	515	1.680	1.109
MS	99	13.906	692.221	4	-	412	623	1.212	-	161	4.647	9.388
MT	104	14.581	12.900.504	4	-	1.091	244	90	2.398	137	401	1.769
Subtotal	264	33.372	13.971.928	1.185	-	2.024	2.035	1.527	3.368	840	6.728	12.293
NORDESTE												
AL	34	5.799	11.423	-	3	986	80	5	3	-	1.041	1.000
BA	144	10.683	436.827	1	52	1.008	3.481	219	773	1.369	4.050	3.516
CE	16	2.763	8.120	46	-	1.662	404	46	46	46	214	170
MA	365	21.469	2.048.959	-	771	2.467	3.358	818	327	464	2.931	8.415
PB	13	4.422	12.333	-	-	56	95	3	-	-	136	3.708
PE	41	6.051	18.947	-	700	2.401	307	10	120	88	1.353	936
PI	25	497	16.490	-	-	-	343	16	16	16	-	221
RN	11	1.160	7.913	-	1	-	140	-	-	-	-	203
SE	15	2.109	28.389	-	-	-	831	-	-	-	-	200
Subtotal	664	54.953	2.589.401	47	1.527	8.580	9.039	1.117	1.285	1.983	9.725	18.369
NORTE												
AC	59	6.115	1.359.287	-	15	1.963	1.535	15	-	-	64	542
AM	119	24.518	13.232.697	250	1	1.345	3.702	289	525	37	2.195	10.600
AP	48	4.399	760.465	30	1	391	252	2	-	-	50	559
PA	240	56.201	22.874.827	383	1.026	1.408	7.437	101	920	808	5.258	36.296
RO	123	9.472	5.338.419	154	50	4.241	1.067	157	-	134	624	3.632
RR	18	21.534	12.484.021	80	-	49	-	86	22	86	192	16.053
TO	48	4.110	2.245.305	50	-	28	53	39	126	103	587	355
Subtotal	655	126.349	58.295.021	947	1.093	9.425	14.046	689	1.593	1.168	8.970	68.037
SUDESTE												
ES	14	896	9.190	-	320	793	230	-	-	-	-	-
MG	47	3.583	57.210	-	-	510	190	155	-	75	225	243
RJ	19	1.135	43.249	-	-	80	139	110	-	110	17	110
SP	26	2.535	25.370	97	500	251	301	385	527	85	301	450
Subtotal	106	8.149	135.019	97	820	1.634	860	650	527	270	543	803
SUL												
PR	46	2.259	15.209	1	-	94	195	10	-	72	220	-
RS	22	793	5.705	1	-	-	108	1	-	1	31	57
SC	11	258	41.401	15	-	-	86	1	-	1	-	-
Subtotal	79	3.310	62.315	17	-	94	389	12	-	74	251	57
BRASIL	1.768	226.133	75.053.684	2.293	3.440	21.757	26.369	3.995	6.773	4.335	26.217	99.559

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Ocorrências de Conflitos por Terra.

Conflitos no campo e guerra química: os dados relacionados à contaminação por agrotóxicos no Brasil

Alan Freihof Tygel | Emiliano Maldonado | Jakeline Pivato - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

As sociedades latino-americanas estão marcadas pela colonialidade e a dependência, que cotidianamente naturalizam, invisibilizam ou ocultam violências e injustiças que marcam a nossa formação sócio-histórica. A desigualdade da estrutura agrária brasileira possui profunda relação com o desenvolvimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, com sua lógica genocida, racista, excludente e repressiva.

Desse modo, para compreender a dinâmica dos conflitos no campo, deve-se compreender as diversas formas de violência que constituem a questão agrária. Desde o século XVI, esses conflitos têm origem na apropriação privada dos territórios comunais dos povos originários e na negação do acesso à terra aos camponeses, comunidades afro-brasileiras e à classe trabalhadora de forma geral. Assim, pode-se afirmar que a expropriação e a concentração violenta da propriedade da terra constitui a formação nacional do Brasil e gera os elevados índices de desigualdade social, violência e impunidade.

Nos últimos anos, um novo elemento tem sido observado pelas pesquisas sobre a violência no campo: a utilização dos agrotóxicos como “armas químicas” nos conflitos agrários. Essa questão vem sendo documentada no ambiente acadêmico, com importante destaque para o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotó-

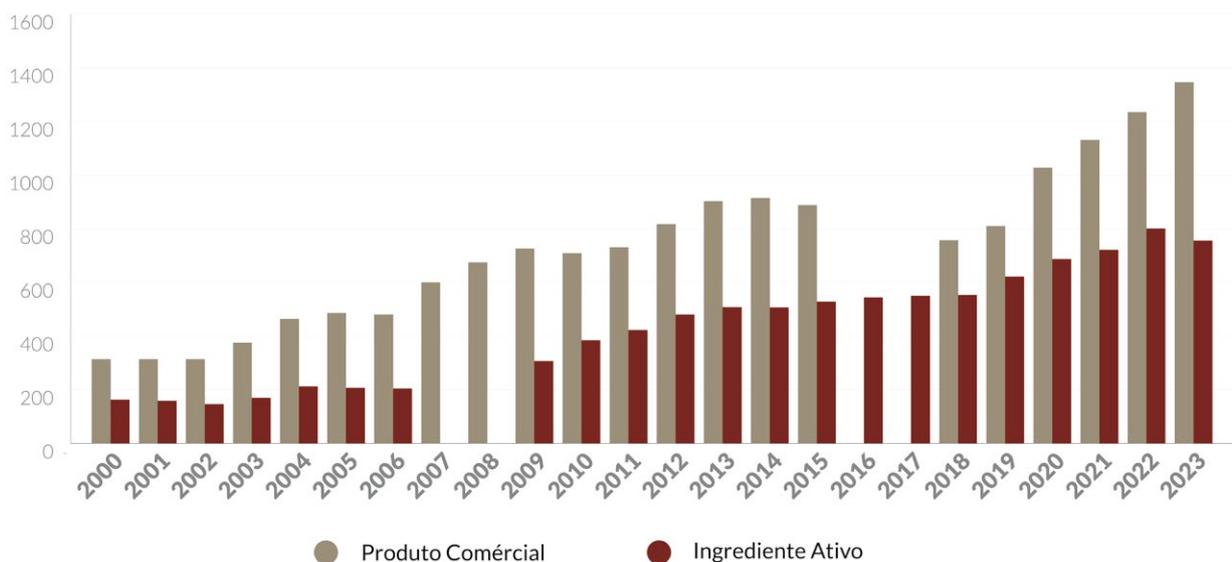
xicos na saúde”¹, que reúne um farto conjunto de evidências e não deixa dúvidas sobre a comprovação científica dos prejuízos à saúde e ao meio ambiente causados pelos agrotóxicos.

Neste contexto, a questão dos agrotóxicos deve ser analisada como um dos métodos utilizados pelo agronegócio para a expansão da sua fronteira agrícola. Este agronegócio claramente não responde aos interesses nacionais, mas encontra-se integrado a um sistema agrário global com características coloniais, com papéis claros cumpridos pelos países do Sul Global e do Norte Global.

Ainda que não haja dados confiáveis a nível global, estimativas não deixam dúvidas de que, nos últimos 15 anos, o Brasil está entre os três maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Esta cifra, por si só, já deveria soar o alerta; mais ainda, se considerarmos os dados sempre crescentes no volume de uso nacional, na área impactada pelo uso de agrotóxicos, no número de intoxicações, nos registros de agrotóxicos, no faturamento da indústria química, entre outros. Por qualquer viés que se analise, é impossível não constatar o grave perigo que a onipresença dos agrotóxicos representa para a sociedade.

1. Disponível em <https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/>

GRÁFICO 1 Evolução da comercialização de ingredientes ativos e produto comercial de agrotóxicos no Brasil.



Fonte: Ibama e Sindiveg, elaborado pela Campanha Contra os Agrotóxicos.

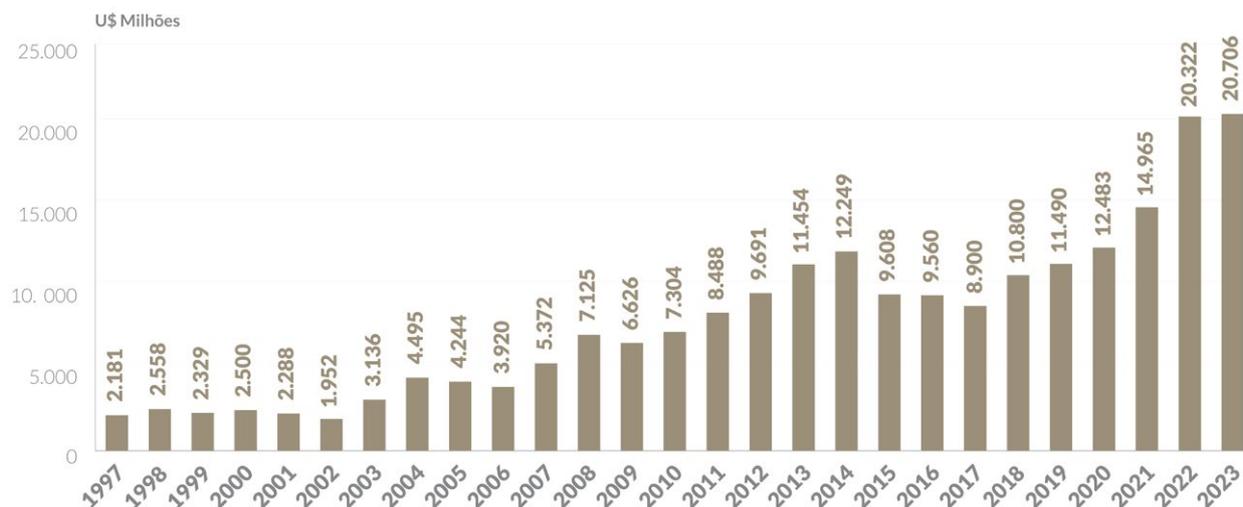
O Brasil possui um conjunto razoável de dados oficiais sobre agrotóxicos que, junto com informações disponibilizadas pelas empresas, nos permite perceber os grandes movimentos de mercado. Na *Figura 1*, podemos observar o comportamento ao longo do tempo da venda de ingredientes ativos de agrotóxicos, ou seja, o princípio ativo e o produto formulado, aquele vendido ao consumidor. O primeiro é um dado oficial, compilado pelo Ibama, e o segundo é fornecido a cada ano pelo Sindiveg (Sindicato das Indústrias de Proteção Vegetal). À exceção de poucos anos, os valores são sempre crescentes.

O mesmo Sindiveg também publica, anualmente, o faturamento em dólares da indústria de agrotóxicos no Brasil. Novamente, salvo poucas exceções, os valores são sempre crescentes, chegando aos 20,7 bilhões em 2024.

Além disso, dados sobre registros de agrotóxicos organizados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), os dados sobre intoxicações e contaminação da água disponibilizados pelo Ministério da Saúde, junto aos dados sobre a produção agrícola consolidados pelo IBGE² descortinam um cenário nítido que aponta o avanço do agronegócio exportador como vetor central do avanço dos agrotóxicos no Brasil profundo. Os recentes dados liberados pelo Ministério da Fazenda³, mostrando as vultosas isenções fiscais concedidas ao setor, não deixam dúvidas sobre o papel do Estado nesta dinâmica. Apenas de janeiro a setembro de 2024, empresas de agrotóxicos deixaram de recolher R\$ 13,5 bilhões em impostos. Chama ainda a atenção o fato de que, entre as dez empresas que tiveram maior volume de isenções no mesmo período, cinco são fabricantes de agrotóxicos (Syngenta, BASF, CTVA, Bayer e UPL) e duas são fabricantes de fertilizantes (Yara e OCP).

2. Para conhecer as fontes oficiais de dados sobre agrotóxicos, acesse <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>

3. Disponível em <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/renuncias-fiscais-de-tributos-federais>

GRÁFICO 2 Evolução dos dados sobre o faturamento anual da indústria de agrotóxicos no Brasil.


Fonte: Sindiveg. Elaboração: Campanha Contra os Agrotóxicos

Contudo, para além dos dados oficiais do Estado, uma outra importante fonte de dados é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, por meio do seu Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), registra desde 1985 os dados relacionados aos conflitos no campo no Brasil. Por meio desta base é possível ter um olhar do ponto de vista dos oprimidos do campo, conhecendo suas histórias de violência e sofrimento, mas também de luta e resistência. Se a metodologia empregada pela CPT, que captura os dados por meio dos agentes pastorais e documentalistas, não permite uma precisão estatística nas informações quantitativas, podemos garantir que o grito dos povos do campo, florestas e águas estão presentes e representam um contexto amplo e significativo de violências e injustiças.

O registro mais antigo de conflitos envolvendo agrotóxicos no banco de dados da CPT data de 1981⁴. Nele consta que na Fazenda Abiaí, no

município de Pitimbu (PB), 96 famílias de posseiros estavam com despejo decretado. A fazenda havia sido repartida em quatro, como forma de “ludibriar o interesse social”. No dia 04/08/1981, consta que “as famílias de posseiros são frequentemente perseguidas. Várias casas e plantações foram destruídas, inclusive com uso de fortes agrotóxicos, tudo visa a saída dos camponeses do lugar”.

Os registros da CPT relacionados à contaminação por agrotóxicos são divididos em três grandes grupos:

- a. Famílias de camponeses, quilombolas, indígenas, entre outros, **envolvidas em conflitos por terra ou por água** onde os agrotóxicos são utilizados como arma química, como o exemplo acima. Em 2024, a CPT registrou 276 ocorrências deste tipo, envolvendo 17.027 famílias em mais de 3,3 milhões de hectares.

4. Ainda que a CPT tenha iniciado o registro de conflitos de forma sistemática em 1985, eventos retroativos ocorridos anteriormente também estão presentes no banco.

b. Trabalhadores rurais vítimas de trabalho escravo ou superexploração, onde os agrotóxicos estão entre os componentes que caracterizam a violação trabalhista:

O trabalhador rural Amaro Bonifácio do Nascimento (45 anos) morreu e mais cinco trabalhadores estão internados. Foram vítimas de intoxicação com Round-Up e 2,4-D, dois mata-matos. Os donos da destilaria não forneceram capacetes, máscaras e luvas, suspenderam o fornecimento de leite, não pagaram adicional de insalubridade e estabeleceram turnos de oito horas ininterruptos. O médico que deu o laudo é ligado à empresa e não indicou intoxicação como causa da morte. (30/06/1992 - Morte por Agrotóxico, Japaratinga-AL. Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT).

Em 2024, a CPT registrou uma ocorrência deste tipo, envolvendo sete trabalhadores.

c. Vítimas de intoxicação individualizadas, em diversos contextos. Estes registros se somam aos dois acima e acontecem quando há informações detalhadas sobre as vítimas, como gênero, idade, identificação social etc:

Na semana passada, dez pessoas foram internadas após ingerirem água de um riacho em Lajeadozinho, Cacique Doble, no norte do Rio Grande do Sul. Investigações preliminares dão conta de que a água utilizada para consumo pelos moradores da região estaria contaminada pelo “agente laranja” 2,4 D (2,4-Diclorofenoxiacético). Entre as pessoas contaminadas, está um bebê com 40 dias e um menino de 6 anos. Segundo os atingidos, a água da nascente e do riacho ficaram esbranquiçadas como se estivessem com excesso de cloro, só que com um cheiro forte e insuportável. (Jornal do MST, 09/12/2014)

Em 2024, a CPT registrou 44 casos deste tipo, sendo que por três vezes o caso foi classificado como tentativa de assassinato, incluindo duas crianças.

2. Agrotóxicos no Brasil: explosão de lucros e intoxicações no rastro do avanço do agronegócio

Os agrotóxicos já são denunciados como um grave problema no Brasil desde a década de 1980. Porém, no final dos anos 1990 ocorrem alguns eventos importantes que explicam a explosão do consumo de agrotóxicos no Brasil: Lei Kandir (1996), que isenta o ICMS produtos primários para exportação; Convênio 100/97 que prevê a redução de 60% na alíquota do ICMS para agrotóxicos; e finalmente, a entrada inicialmente ilegal da soja transgênica no Rio Grande do Sul, fruto de contrabando na fronteira com a Argentina, que dá início à expansão desse tipo de plantio em todos os rincões do país. Naquele momento histórico, o Brasil selava sua opção como Estado de priorizar o superávit na balança comercial a qualquer custo.

Assim, as monoculturas se expandem Brasil adentro. Apenas como exemplo, entre 2000 e 2023, a área plantada de soja cresceu 225%, de milho 78% e de algodão 111%. Todas estas culturas ganharam variedades transgênicas durante a primeira década de 2000.

Foi também na primeira década do ano de 2000 que o termo “agroecologia” se consolidou como movimento político de contestação ao agronegócio, aos agrotóxicos e em defesa de uma agricultura de bases ecológicas. Surgem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2002), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, em 2004), e movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que assumem a pauta da produção de alimentos saudáveis como um foco principal ao lado da luta pela terra.

Em 2008, o Sindag — entidade de classe das empresas de agrotóxicos à época — anunciou que o Brasil havia se tornado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Desta contradição cada vez mais latente entre o avanço do agronegócio e

o fortalecimento da agroecologia, surge a constatação de que os agrotóxicos deveriam ser o ponto central de denúncia junto à sociedade do modelo do agronegócio. Com isso, em 2010, uma série de movimentos sociais, sindicatos, grupos de pesquisa, entre outros, selam as bases da “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida”, que viria a ser lançada em 7 de abril de 2011. A grande marca deste lançamento foi a produção do documentário “O Veneno Está na Mesa”, realizado em parceria com o cineasta Sílvio Tendler, que foi exibido de forma massiva por militantes em todo o país e desvelou a gravidade do problema.

As principais pautas da Campanha em seu lançamento foram: (i) o fim da pulverização aérea; (ii) o fim das isenções fiscais aos agrotóxicos; e (iii) o banimento dos agrotóxicos banidos no exterior. Estes três temas dominaram a pauta do debate desde então. Contudo, em 2015, inicia-se o ataque a um dos últimos pilares de defesa da saúde da população: a Lei Agrotóxicos (7.802/1989).

Esta lei foi fruto de amplo debate e disputa na sociedade e garantia alguns aspectos importantes sobre o registro de agrotóxicos: condições restritivas claras sobre o registro de agrotóxicos, ou seja, a proibição do registro de agrotóxicos cancerígenos, mutagênicos, desreguladores endócrinos, entre outros; e a igualdade de poderes entre os órgãos da agricultura, saúde e meio ambiente. De forma simbólica, mas também importante, a lei consagrou o nome “agrotóxico”, cunhado pelo professor Adilson Paschoal em 1977 em seu livro “Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções”⁵.

Não à toa, em 2015 ocorre a primeira tentativa mais contundente de alteração do marco legal sobre agrotóxicos: o PL 3.200/2015, proposto pelo então Deputado Covatti Filho, destinava-se a criar a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários, revogando a Lei 7.802/1989. Desde então,

uma longa batalha se desenrolou, até que no dia 27 de dezembro de 2023, o presidente Lula sancionou, com vetos, a nova Lei de Agrotóxicos (Lei 14.785/2023). Os vetos foram posteriormente derubados pelo Congresso, motivo pelo qual a Campanha articula com outras entidades e partidos de esquerda o ajuizamento da ADI 7701, perante ao Supremo Tribunal Federal (STF), no intuito de que sejam declaradas inconstitucionais as flexibilizações promovidas pela nova lei de agrotóxicos.

Ainda que a nova lei não seja tão radical quanto a primeira proposta de 2015, a estrutura principal da Lei 7.802/89 foi quebrada: o Ministério da Agricultura passa a ter maior poder do que os órgãos da saúde e meio ambiente e os critérios proibitivos foram trocados por condições genéricas, como “risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente”.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais vêm buscando um contraponto à flexibilização da legislação: o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara). A primeira versão do Pronara foi elaborada em 2014 e contou com ampla participação da sociedade civil e de diversos ministérios. Naquele momento, o documento contava com 137 propostas, porém o Ministério da Agricultura, então chefiado por Kátia Abreu, negou-se a incorporar o Pronara ao Plano Nacional de Agricultura e Produção Orgânica.

Em 2016, após o golpe sobre a presidenta Dilma Rousseff, partes dos Pronara foram incorporadas a um projeto de lei de iniciativa popular que visava instituir a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA). O projeto foi aprovado na Comissão Especial em 2018 e pode, desde então, ser colocado para votação em Plenário. Contudo, a hegemonia da bancada ruralista no Congresso não permite vislumbrar essa hipótese.

Desde o início do terceiro mandato do presidente

5. Adilson Paschoal. *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções*; Editora. Expressão Popular

Lula, em 2023, o Pronara está sendo retomado. O plano foi revisado no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e aguarda o lançamento em meio a embates, novamente, com setores ruralistas presentes no governo.

3. Contexto internacional: agrotóxicos como armas químicas de expropriação, violência e acumulação

O avanço do agronegócio e dos agrotóxicos no Brasil não se dá de forma descolada do contexto internacional. O Brasil se insere na geopolítica do agronegócio como um grande exportador de *commodities* com pouco ou nenhum tipo de benefício, mas como um grande importador de insumos altamente tecnológicos. Entre estes insumos, além de máquinas agrícolas e fertilizantes, estão os agrotóxicos.

De acordo com o Ranking Valor 1000 de 2024⁶, a Syngenta (Suíça/China) lidera a lista de empresas que comercializam agrotóxicos no Brasil, com receita líquida de R\$ 24 bilhões. Em seguida, temos Basf (Alemanha) com R\$ 21 bilhões e Bayer (Alemanha) com R\$ 7 bilhões⁷. Outras empresas que compõem a lista são FMC (EUA), Adama (Israel) e Sumitomo (Japão). Só então surgem as duas primeiras empresas brasileiras: Nortox e Ouro Fino.

Neste contexto, a posição do Brasil, assim como outros países do Sul Global como Argentina, Paraguai, África do Sul e Índia, junto a outros países do sudeste asiático, é altamente desvantajosa. Ao investirem na exportação de produtos primários, conseguem ganhos na balança comercial, porém perdem na geração de valor agregado, por um lado, e sacrificam suas populações e os bens da natureza com as consequências da produção massiva de *commodities* agrícolas, por outro.

No outro extremo, países do Norte Global que sediam as empresas transnacionais agroquímicas conseguem ter legislações mais protetivas para seus cidadãos, ao mesmo tempo em que estas empresas fazem *lobby* nos países periféricos para flexibilizar legislações e conseguir lucrar por mais tempo com substâncias proibidas em seus países. Com isso viabilizam a existências dos *double standards* que possibilitam a comercialização no Sul Global de substâncias altamente tóxicas já banidas no Norte Global, dando continuidade ao fluxo de capitais do saqueio colonial, por meio da extração e acumulação de nossas riquezas.

Como ilustração deste movimento, podemos lembrar o apoio do Sindiveg e da Andef (duas organizações que reúnem fabricantes de agrotóxicos) ao Pacote do Veneno e a todo tipo de medida que flexibilize a regulação desse mercado.

O exemplo do Paraquat é paradigmático: fabricado pela Syngenta, ele foi proibido na União Europeia em 2007. No Brasil, o mesmo agrotóxico só conseguiu ser completamente banido em 2020. Detalhe: entre 2017, quando a proibição foi anunciada, até 2020, quando foi efetivada, as vendas explodiram: em 2018, houve crescimento de 12% em relação ao ano anterior, e em 2019 as vendas cresceram 24%. Ou seja: após a União Europeia banir o Paraquat por ser perigoso demais para seus cidadãos, a Syngenta conseguiu lucrar por mais 13 anos com este agrotóxico no Brasil.

O caso, contudo, vai além. Conforme demonstrado em reportagem produzida pela *Unearthed* e *Public Eye*⁸, após a proibição do Paraquat, as vendas do Diquat — outro agrotóxico com modo de funcionamento similar e tão tóxico quanto o Paraquat — saltaram de 1,4 mil toneladas em 2019 para quase 24 mil toneladas em 2022. O Diquat também é produzido pela Syngenta. De acordo com a reportagem, ao mesmo tempo em que os casos de into-

6. Disponível em <https://infograficos.valor.globo.com/valor1000/rankings/ranking-das-1000-maiores/2024>.

7. Valores totais de receita líquida das empresas. Não é possível acessar os dados referentes apenas aos agrotóxicos.

xicação por Paraquat diminuíram, aumentaram os casos relacionados ao Diquat, incluindo as tentativas de suicídio. Por ser altamente tóxico, o veneno é frequentemente utilizado nestes casos.

Atualmente, 7 dos 10 agrotóxicos mais vendidos no Brasil em 2023 são proibidos na União Europeia⁹, e 56,2% dos 370 ingredientes ativos químicos registrados no Brasil não têm registro, ou estão com registro pendente, ou tiveram uso banido na União Europeia.

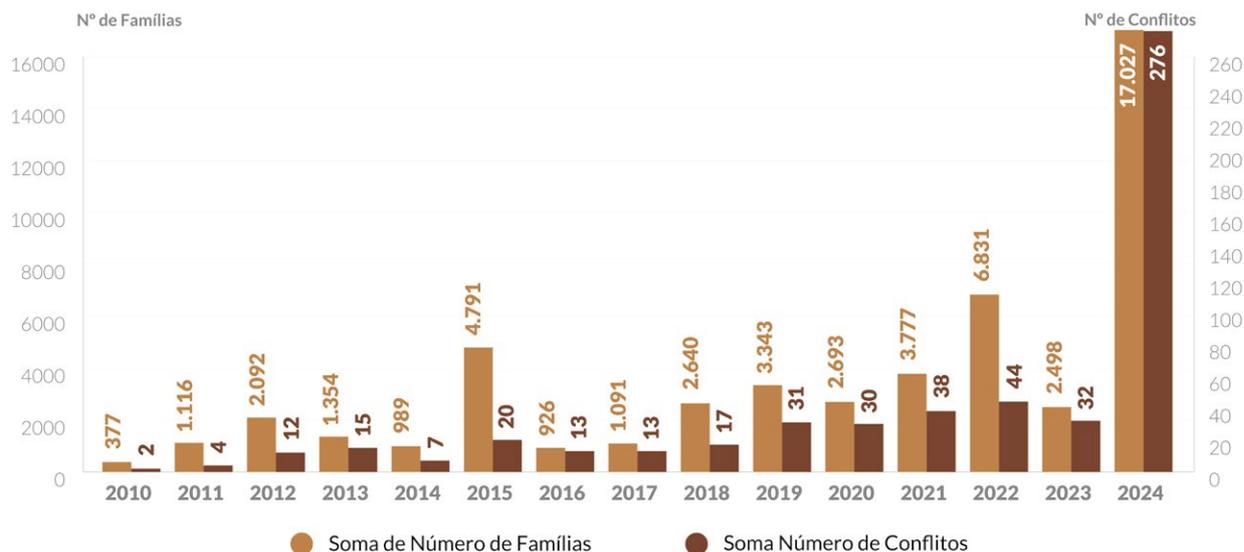
Esses aspectos revelam que estamos inseridos em um cenário de graves injustiças socioambientais que direcionam os danos e riscos químicos para os povos e populações do Sul Global. Trata-se de um padrão econômico extrativista que está organizado para a acumulação da riqueza em poucas empresas do Norte Global.

À luz do contexto delineado acima, que por si só já demanda ações urgentes para frear o poder das transnacionais agroquímicas, analisaremos a seguir os dados registrados pela CPT em 2024 sobre os conflitos no campo envolvendo o uso de agrotóxicos.

4. Agrotóxicos e conflitos no campo nos dados da CPT

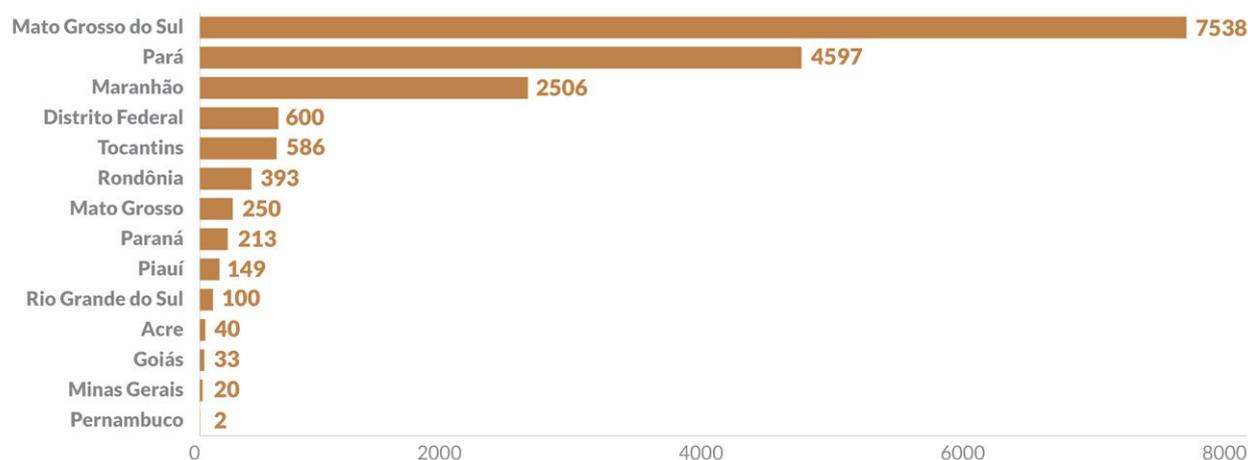
De acordo com os dados da CPT, o ano de 2024 revelou uma explosão no número de famílias vítimas de contaminação por agrotóxicos sem precedentes. Ainda que esta informação específica só tenha sido coletada de forma sistemática a partir de 2020, dados retroativos foram lançados para compor a série histórica revelando um cenário gravíssimo de contaminação:

GRÁFICO 3 Série histórica do número de conflitos e de famílias vítimas de contaminação por agrotóxicos em conflitos por terra



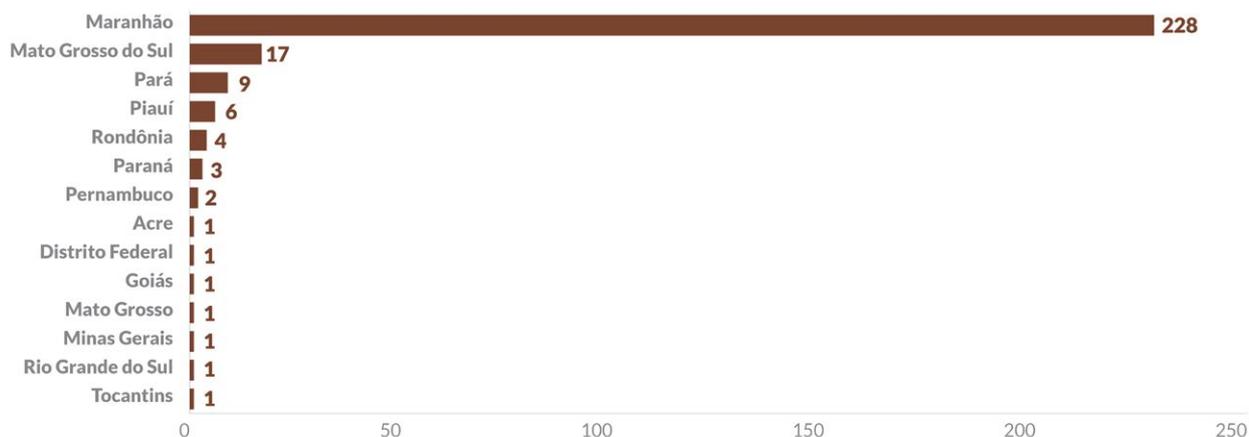
Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

GRÁFICO 4 Número de famílias vítimas de intoxicação por agrotóxicos por UF em 2024.



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

GRÁFICO 5 Número de conflitos envolvendo intoxicação por agrotóxicos por UF em 2024.



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

No ano de 2023 foram registrados 32 conflitos e 2.498 famílias vítimas de intoxicação por agrotóxicos. Em 2024, o número saltou para 276 conflitos e 17.027 famílias, um aumento de 763% no número de conflitos e 582% no número de famílias.

É importante notar que um fator específico de mobilização estadual teve grande peso nos dados: 82% destes conflitos foram registrado no Maranhão, fruto de intenso trabalho da Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA) e da Federação dos

8. Disponível em <https://www.publiceye.ch/en/topics/pesticides/the-brazilian-farmers-poisoned-by-a-syngenta-pesticide-that-is-banned-in-europe>.

9. De acordo com dados do Ibama e com o banco de dados de agrotóxicos da União Europeia, dos 10 mais vendidos no Brasil, apenas Glifosato, 2,4-D e Malationa são permitidos no bloco. Os demais são proibidos (Mancozebe, Acefato, Clorotalonil, Atrazina, S-metolacolor, Glufosinato, Malationa e Dibrometo de Diquate).

Trabalhadores Rurais do Maranhão (Fetaema), junto ao Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (LEPENG). No âmbito da campanha “Chega de Agrotóxicos”¹⁰, foi realizado um mapa de territórios vitimados por pulverização aérea de agrotóxicos no Maranhão. Além disso, a mobilização pela proibição da pulverização aérea no estado gerou diversas audiências públicas e pelo menos cinco municípios conseguiram leis locais para proibir a prática.

O maior número de famílias atingidas está no estado do Mato Grosso do Sul, com o total de 7.538. Os 17 conflitos desta natureza registrados no MS têm como vítimas os povos indígenas. Todos os conflitos registrados ocorreram na região de Dourados, ou seja, em uma das regiões onde o histórico de violência contra esses povos é alarmante. Desse modo, observa-se que há um forte elemento de racialização das vítimas por agrotóxicos que configura um tipo de racismo ambiental que perpetua as violações de direitos em face das populações negra e indígena.

Dentro da vasta riqueza analítica contida nos dados registrados pela CPT, selecionamos quatro importantes constatações que emergem com bastante potência: (i) a comprovação de que os agrotóxicos não são simples insumos agrícolas, mas que estão sendo utilizados como armas químicas nos contextos de conflitos no campo; (ii) há um alerta no estado do Maranhão, que aponta a gravidade da expansão do agronegócio na região amazônica e no MATOPIBA; (iii) a pulverização por aviões e mais recentemente por drones são os meios de aplicação mais perigosos e poluidores; (iv) as crianças não estão seguras nas escolas rurais, frequentemente pulverizadas por agrotóxicos.

Agrotóxicos são armas químicas do agronegócio contra a população camponesa, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A indústria de agrotóxicos busca sempre sustentar um discurso oficial de que os agrotóxicos são imprescindíveis para a produção agrícola e que, portanto, eventuais casos de intoxicação seriam “efeitos colaterais” causados pelo mau uso destas substâncias.

Ao observarmos os dados, a conclusão que chegamos é oposta: os agrotóxicos são armas químicas utilizadas dentro de um contexto maior de violência no campo, em que o objetivo principal é inviabilizar a vida no campo, nas florestas e nas águas de modo a expulsar estas populações e abrir caminho para uma exploração cada vez mais intensa dos bens naturais para geração de lucro.

Assim, podemos afirmar que essas armas químicas e seu pacote tecnológico se somam ao arsenal de armas de fogo e demais mecanismos que há décadas vem servindo para destruir os modos de vida dessas populações e viabilizar a expropriação dos seus territórios.

Famílias quilombolas do Quilombo de Providência, em Salvaterra, denunciam despejo irregular de agrotóxicos de uma plantação de arroz sobreposta à área tradicional. Lideranças comunitárias são envenenadas, resultando em hospitalização. (Salvaterra-PA, Comunidade Quilombola Providência - 04/03/2024)

Sítio da família da agricultora é invadido por 30 homens, eles destroem cercas, coqueira e pés de banana, além de jogar veneno na lavoura. (...) afirma ter adquirido parte do Engenho em 2007, porém as famílias vivem ali há mais de três décadas. (Tamandaré-PE - Engenho Canoinha - 24/05/2024)

Indígenas Guarani e Kaiowá denunciam a continuidade dos ataques químicos no território. O ataque começa por volta das 15h. “Chamam a gente aqui de (capim)-amargoso, resistente ao veneno, que só

10. Mais informações em <https://www.rederama.org/campanhas>.

arranca com a enxada (...), o cheiro é insuportável, um horror, infelizmente isso se normalizou só que diferente do amargoso, somos seres humanos”. (Caarapó-MS - T. I. Guyraroká - 29/10/2024)

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Maranhão é um foco significativo nos casos de violência pela terra envolvendo agrotóxicos

Enquanto a soma da área plantada de soja, milho e algodão cresceu no Brasil 153% entre 2000 e 2023, a taxa registrada no estado do Maranhão foi de 251%. Tal avanço do agronegócio trouxe consigo o aumento da violência no campo. Neste período, de acordo com os dados da CPT, o Maranhão foi o terceiro estado que mais registrou assassinatos relacionados aos conflitos no campo: foram 94 mortes, atrás apenas de Rondônia (132) e Pará (299).

Dos 228 conflitos registrados no Maranhão, 68% ocorreram na mesorregião do Leste Maranhense, segunda maior região produtora de soja no estado, e que teve um crescimento de 124% na área plantada desde 2000.

Com relação às identificações sociais, 30 casos se referem a assentados de reforma agrária e 22 casos envolvem quilombolas. Registram-se ainda pequenos proprietários (4), extrativistas (3), quebradeiras de coco babaçu (2) e indígenas (1). Contudo, na grande maioria dos casos (166), a identificação social das vítimas foi registrada como “posseiros”. Neste contexto, o termo foi utilizado quando a documentação se refere a comunidades tradicionais, sem nenhuma especificação.

Segundo dados do IBGE, o Maranhão é o terceiro estado com maior concentração de pessoas auto-declaradas negras no Brasil, com aproximadamente 79% da população. Assim, pode-se inferir que trata-se, na maior parte dos casos, de pessoas negras, reforçando a tese do racismo ambiental neste tipo de conflito.

A situação de contaminação por agrotóxicos no Maranhão gerou uma denúncia ao Relator Especial da ONU sobre Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, Dr. Marcos A. Orellana, enviada pela RAMA, a FETAEMA, o LEPENG/UFMA e o GEDITE/PPDSR/UEMA em dezembro de 2024.

Consta que no mês de junho de 2024 houve um grande desmatamento no Território Tanque de Rodagem e São João, ocasião em que diversas palmeiras de babaçu foram derrubadas. Os invasores abriram uma área para a retirada de piçarra. Além disso, no mês de junho ocorreram pulverizações de veneno no território por meio de aviões. Conforme um morador da localidade, a pulverização aérea de agrotóxicos é feita quase rente às casas.

A Comunidade Tanque de Rodagem relatou à CPT Maranhão que no dia 14 de junho de 2024 se depararam com drones circulando a área da comunidade e, por volta das 17h, foi visto um carro (Toro), com dois funcionários que estavam bem próximos da área em que a comunidade coloca roça. Esses homens estavam tirando pontos com GPS e intimidaram a comunidade com a utilização de drones. (Matões-MA - Comunidade Quilombola Tanque de Rodagem/São João - 14/06/2024. Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT)

Aviões e drones são os meios mais danosos para aplicação de agrotóxicos

Como já mencionado acima, a questão da pulverização aérea é um tema prioritário da Campanha Contra os Agrotóxicos desde sua fundação.

A pulverização aérea por aviões é uma atividade intrinsecamente ligada ao modelo do agronegócio baseado no latifúndio e na monocultura. Por meio de uma massa significativa de capital, os aviões pulverizam grandes áreas, o que de outra maneira só seria viável com enorme quantidade de trabalhadores. Assim, o cultivo de grãos nesses

latifúndios só se torna economicamente viável com uso das aeronaves.

Outro elemento fundamental neste contexto são as sementes transgênicas. Ao serem desenvolvidas para suportar banhos de herbicidas sem serem afetadas, estas sementes se tornam ideais para a prática da pulverização aérea. A primeira geração de sementes transgênicas era resistente apenas ao glifosato; hoje, foram incluídas resistências ao 2,4-D, dicamba, glufosinato, entre outros.

Na prática, a pulverização aérea é responsável por contaminações de larga escala devido ao potencial de espalhamento dos agrotóxicos propiciado pelo lançamento por meio das aeronaves. Os danos da pulverização aérea foram muito bem documentados no caso de Lucas do Rio Verde, tanto no livro “Um avião contorna o pé de Jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade”, do jornalista Paulo Machado, quando na pesquisa acadêmica coordenada pelo professor Antônio Pignati¹¹, que comprovou a contaminação da água da chuva, do ar, do solo e dos poços artesianos da cidade rodeada pelas plantações de soja. Foram ainda constatadas a contaminação no sangue, urina e leite materno de moradores.

Em 2021, o Ministério da Agricultura publicou uma normativa (298/2021) regulamentando a pulverização aérea por meio de aeronaves remotamente pilotadas. O discurso oficial dá conta de que os chamados drones seriam uma forma de “agricultura de precisão”, visto que estas aeronaves poderiam pulverizar apenas os locais necessários. Além disso, seu menor tamanho permitiria um voo mais baixo, e portanto uma menor deriva.

De acordo com nota publicada pela Campanha Contra os Agrotóxicos¹², há vários fatores que nos permitem concluir que a aplicação de agrotóxicos por meio de drones pode ser igualmente ou até

mais danosa do que a aplicação por aviões. Entre eles, destacam-se a falta de estudos sobre extensão da deriva; a fragilidade das exigências legais, incluindo a formação de pilotos simplificada; a vulnerabilidade do piloto, que não tem proteção e deve carregar o equipamento várias vezes; e finalmente as distâncias mínimas de moradias, de apenas 20 metros.

Dos 276 conflitos por terra envolvendo agrotóxicos ocorridos em 2024, 198 mencionam os termos “pulverização aérea”, “avião” ou “drone”. Ou seja, dos conflitos que envolvem agrotóxicos, 72% foram decorrentes de pulverização aérea, sendo que 20 destes se tratam especificamente de pulverização utilizando drones.

Famílias do Território Campestre denunciam que desde as 7h do dia 22 de maio de 2024, perceberam a movimentação de um drone sobrevoando a área da Comunidade Manoel dos Santos, município de Timbiras-MA, que jogou veneno de forma criminosa no território.

O drone é proveniente da fazenda Conceição, vizinha à comunidade em questão. O veneno, além de cair nas roças das famílias, atingiu várias pessoas da comunidade, inclusive, crianças que estavam indo para a escola. Ressalta-se que essa mesma comunidade foi atingida por pulverização aérea de agrotóxico na semana passada (tendo como referência a data 22/05/2024), ocasião que a plantação de arroz das famílias foi atingida.

Ainda na manhã do dia 22, uma moradora (que não gostaria de ter seu nome divulgado) que está à frente da resistência no território, recebeu mensagens anônimas no seu whatsapp, segundo o autor das mensagens, as ameaças são por conta dos vídeos de denúncias que circulam nas redes sociais, sobre a pulverização aérea, e que são atribuídas a ela o compartilhamento das mesmas.

11. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT.

12. Disponível em <https://contraosagrototoxicos.org/ceara-nao-permita-a-pulverizacao-aerea-por-drones/>.

A comunidade está em pânico e pede que medidas sejam tomadas urgentemente. (Timbiras-MA - Comunidade Canafístula/Território Campestre - 22/5/2024. Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT)

Crianças inseguras na escola: pulverização de agrotóxicos segue atingindo crianças em sala de aula

No dia 3 de maio de 2013, um avião sobrevoou a Escola São José do Pontal, no assentamento Pontal dos Buritis, em Rio Verde-GO. Durante 20 minutos, o avião despejou o agrotóxico Engeo Pleno, da Syngenta, sobre as crianças que estavam em horário de recreio.

Dos quase 100 alunos que estavam no local, 42 foram levados a hospitais da região, sendo que 29 ficaram internados. Muitos deles tiveram sequelas permanentes, atualmente o então diretor da escola e um aluno atingido sofrem de câncer.

Desde então, o caso chamou a atenção para diversas situações em que crianças que estudam em escolas rurais encontram-se em risco de intoxicação pela proximidade entre as lavouras do agronegócio e as escolas.

A partir dos dados coletados pela CPT, percebemos que o problema está longe ser pontual; ainda que eventos extremos como o caso de Rio Verde tenha mais repercussão, na maior parte das vezes a contaminação é constante e acaba sendo normalizada.

Dos 276 conflitos por terra envolvendo agrotóxicos ocorridos em 2024, 20 mencionam o termo “escola”.

Na comunidade São Francisco da Volta Grande, em Belterra-PA, 23 alunos e professores da Escola Municipal Vitalina Mota sofrem contaminação por agrotóxicos pela terceira vez. A causa são os borrifamentos de veneno nas plantações de soja ao redor da escola. A contaminação gera sintomas como irritações, coceiras e dor nos olhos, obrigando os afetados a buscar atendimento

médico na Unidade Básica de Saúde.

O problema persiste desde 2023, quando o MPPA emitiu recomendações e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou o produtor de soja responsável. Em 2024, uma nova contaminação é suspeita, levando o MPPA a acionar órgãos de fiscalização e investigação. Uma professora, que testemunhou todos os incidentes, denuncia os danos contínuos à saúde e ao rendimento escolar, destacando que a situação faz famílias deixarem a comunidade e reduz o número de alunos. (Belterra-PA - Comunidade São Francisco da Volta Grande - 12/6/2024. Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT)

Após esta breve análise, verificamos que os dados da CPT sobre agrotóxicos em 2024 corroboram o discurso que os movimentos sociais e a ciência têm construído ao longo dos últimos 15 anos. O modo de produção do agronegócio vem utilizando os agrotóxicos como verdadeiras armas químicas, que atingem as águas, o solo e o ar, mas também milhares de seres humanos, em especial, as comunidades do campo e da floresta, ignorando seus modos de vida e impondo uma contaminação generalizada de crianças, mulheres, idosos que deveriam ter um tipo de proteção específica pelo poder público e atores do sistema de justiça.

5. Considerações Finais: Luta por justiça e responsabilização agronegócio

A utilização de agrotóxicos no Brasil provoca danos irreparáveis na população e na natureza. Esse tipo de contaminação química viola sistematicamente direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). O que os estudos científicos sobre o tema e os dados compilados pela CPT nos últimos anos apontam é que, na maioria dos casos relacionados à contaminação por agrotóxicos, há grandes dificuldades na fiscalização, no atendimento da população atin-

gida por essas substâncias tóxicas, na apuração dos fatos, na reparação integral do conjunto de danos socioambientais decorrentes desse tipo de poluição química e, sobretudo, na responsabilização dos agentes do agronegócio que são os causadores e violadores dos direitos desses povos e comunidades atingidas por esses venenos.

Nesse sentido, pesquisa elaborada recentemente pelo Coletivo Jurídico Zé Maria do Tomé, da Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida, comprovou que:

“(...)A fiscalização, por muitas vezes, é insuficiente, seja por falta de recursos, orçamentários e de pessoal, seja por problemas de gerenciamento e organizacional. Os órgãos fiscalizadores não conseguem se fazer presentes em todos os territórios, o que coloca em xeque a efetividade do princípio da prevenção e da precaução. Ou seja, a constatação de irregularidades e desconformidades, na grande maioria das vezes, não ocorre em tempo hábil, o que inviabiliza a prevenção da ocorrência. (...)”

Constata-se, ainda, reiterada fragilidade dos mecanismos de responsabilização com a consequente indenização direta às vítimas, especialmente nos casos de danos decorrentes de contaminação por agrotóxicos.¹³

Análise detalhada de 30 casos emblemáticos envolvendo agrotóxicos verificou que apenas em 11 desses casos ocorreu algum tipo de responsabilização. Ou seja, em 63,3% dos casos os responsáveis permanecem impunes. Dentre as principais dificuldades apontadas nessa pesquisa estão:

a. a omissão ou ausência de fiscalização dos órgãos acionados (17);

b. dificuldade na produção de provas (8);

c. falta de atendimento à população local (7);

d. morosidade do Sistema de Justiça (7);

e. insuficiência normativa (4);

f. demora na realização do laudo técnico (3);

g. dificuldade de identificação dos agentes violadores (3);

h. medo dos denunciante (3);

i. falta de informações sobre canais de denúncia (3);

j. dificuldade de acesso aos canais de denúncia (2);

k. demora na realização da denúncia (1).

Alguns casos contabilizaram mais de um entrave.¹⁴

A contaminação pelos agrotóxicos atinge uma multiplicidade de direitos humanos, que precisam ser analisados em sua totalidade. Essas violações ocorrem de diversas formas, seja pela violência direta ou pelos novos métodos de pulverização aérea. A contaminação atinge não só territórios, as águas e as nascentes, mas também as comunidades, moradias e escolas, adoecendo e assassinando quem combate o agronegócio e suas práticas destrutivas.

Portanto, há um reiterado padrão de impunidade dos atores do agronegócio que cometem crimes e contaminações violentas no campo, em especial, dos grandes fazendeiros e das empresas transna-

13. Agrotóxicos e violações de direitos humanos no Brasil : denúncias, fiscalização e acesso à justiça. Terra de Direitos, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; coordenação Naiara Andreoli Bittencourt. Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2022, p. 127. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2022/09/Dossie-Agrototoxicos-e-Violacoes-de-Direitos-web.pdf>

14. Idem, p. 126.

cionais agroquímicas. O contexto de colonialidade das relações entre os países do centro e periferia do capitalismo resulta em conflitos no campo, onde os agrotóxicos se mostram como uma poderosa arma química.

O padrão de impunidade acaba sendo perpetuado pelo próprio Sistema de Justiça que assegura, seja pela falta de acesso à justiça, como pela impunidade, as condições de reprodução da violência no campo e as condições de perpetuação da estrutura agrária vigente. Sobre isso, reafirmamos que o avanço do agronegócio no Brasil tem como ator principal as grandes corporações internacionais do sistema alimentar industrial, e que sua operacionalização depende de grupos oligárquicos locais e da reprodução de um padrão de violação aos direitos humanos sistemático, como vem sendo denunciado reiteradamente pelos movimentos populares. Os dados compilados pela CPT têm cumprido importante papel de materializar de forma concreta esse contexto.

A complexidade dos conflitos socioambientais provocados pelos latifundiários e pelas empresas de agrotóxicos não consegue ser acompanhada pelo sistema de justiça, perpetuando uma lógica de desigual acesso aos direitos e, portanto, se tornando um reproduzidor da impunidade corporativa. Nesse aspecto, nossa crítica centra-se nas contradições latentes do sistema capitalista e dos sistemas jurídicos nacionais dos países periféricos/dependentes, que impõem o punitivismo para as classes subalternas, enquanto as elites e corporações vivem a certeza da impunidade sobre as suas ações violentas em face dos povos, comunidades e da natureza.¹⁵

Portanto, torna-se necessário mobilizar amplamente a sociedade brasileira e internacional para que se envolvam ativamente na luta contra os

agrotóxicos e pela responsabilização das empresas do agronegócio. Defendemos, também, a responsabilização do Estado brasileiro por sua omissão, conivência ou negligência na fiscalização, investigação e criminalização dos agentes poluidores e violadores de DHESCA em conflitos relacionados aos agrotóxicos e aos conflitos agrários de forma geral. Seguiremos denunciando e visibilizando os impactos dos agrotóxicos na saúde física, mental e reprodutiva das populações, especialmente no campo e nas florestas do Brasil profundo, seja nas áreas indígenas, nos territórios tradicionais, nos quilombos e entre os trabalhadores rurais.

Não descansaremos até que medidas concretas de fiscalização e responsabilização do agronegócio sejam tomadas, pois os dados dos conflitos no campo apontam que as práticas violentas, predatórias e poluidoras das corporações transnacionais do agronegócio seguem usufruindo e se beneficiando de uma cultura jurídico-política da impunidade. De forma urgente, precisamos que políticas públicas efetivas para a proibição e controle do uso de agrotóxicos sejam adotadas em todo o país, necessitamos que o poder público e, em especial, o sistema de justiça tome medidas concretas de responsabilização civil e criminal das empresas violadoras de direitos humanos e que seja proibida a utilização e comercialização das substâncias já banidas nos países do Norte Global, em especial, nos países europeus.

Por fim, além da denúncia, reforçamos nosso anúncio de que num cenário de colapso civilizacional e climático, torna-se fundamental estimular e defender a agroecologia, promovendo a reforma agrária popular e a defesa dos territórios tradicionais dos povos originários, quilombolas e camponeses.

15. Para uma análise aprofundada sobre a impunidade corporativa, ver: MALDONADO, Emiliano; MASO, Tchenha. Extrativismo e impunidade das Transnacionais. In: **Introdução à Criminologia Verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. Org. BUDÓ, Marília [et al.] 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, p. 219-242.

TABELA 4 Conflitos por Terra (2024)

UF	CONFLITOS POR TERRA*		OCUPAÇÕES/RETOMADAS		ACAMPAMENTOS		TOTAL UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
CENTRO-OESTE								
DF	9	727	-	-	-	-	9	727
GO	49	4.158	3	1.450	-	-	52	4.158
MS	93	13.906	6	86	-	-	99	13.906
MT	102	14.581	1	74	1	200	104	14.581
Subtotal	253	33.372	10	1.610	1	200	264	33.372
NORDESTE								
AL	33	5.799	1	1	-	-	34	5.799
BA	135	9.589	9	1.514	-	-	144	10.683
CE	11	2.413	5	500	-	-	16	2.763
MA	363	21.469	2	200	-	-	365	21.469
PB	11	4.322	2	150	-	-	13	4.422
PE	28	3.706	13	5.345	-	-	41	6.051
PI	24	417	1	80	-	-	25	497
RN	9	780	2	380	-	-	11	1.160
SE	15	2.109	-	-	-	-	15	2.109
Subtotal	629	50.604	35	8.170	-	-	664	54.953
NORTE								
AC	59	6.115	-	-	-	-	59	6.115
AM	117	24.518	2	35	-	-	119	24.518
AP	48	4.399	-	-	-	-	48	4.399
PA	234	56.201	3	6.012	3	125	240	56.201
RO	119	9.472	3	140	1	4	123	9.472
RR	18	21.534	-	-	-	-	18	21.534
TO	46	4.060	1	50	1	50	48	4.110
Subtotal	641	126.299	9	6.237	5	179	655	126.349
SUDESTE								
ES	10	856	2	240	2	320	14	896
MG	43	3.082	4	1.001	-	-	47	3.583
RJ	17	835	-	-	2	410	19	1.135
SP	22	2.397	4	735	-	-	26	2.535
Subtotal	92	7.170	10	1.976	4	730	106	8.149
SUL								
PR	41	2.259	5	26	-	-	46	2.259
RS	14	412	8	483	-	-	22	793
SC	10	258	1	15	-	-	11	258
Subtotal	65	2.929	14	524	-	-	79	3.310
BRASIL	1.680	220.374	78	18.517	10	1.109	1.768	226.133

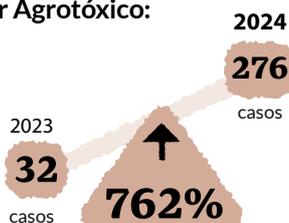
* Os dados da primeira coluna, denominada conflitos por terra, referem-se à soma das ocorrências em que as famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou foram vítimas de invasões, ações de pistolagem etc.

CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICOS

Eixo Terra

■ Percentual (em relação ao total de casos)

Crescimento dos casos de contaminação por Agrotóxico:



Categorias que mais sofreram contaminação por agrotóxico:



Categorias que mais causaram contaminação por agrotóxico:

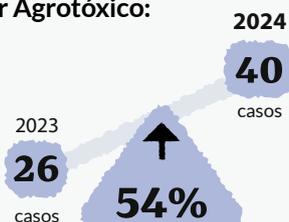


De **276** casos de contaminação por agrotóxico no eixo terra, **87%** (241) foram realizados por pulverização aérea.

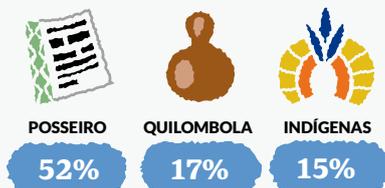
Eixo Água

■ Percentual (em relação ao total de casos)

Crescimento dos casos de contaminação por Agrotóxico:



Categorias que mais sofreram contaminação por agrotóxico:



Categorias que mais causaram contaminação por agrotóxico:



De **40** casos de contaminação por agrotóxico no eixo água, **55%** (22) foram realizados por pulverização aérea.

* soma de empresário e empresário internacional

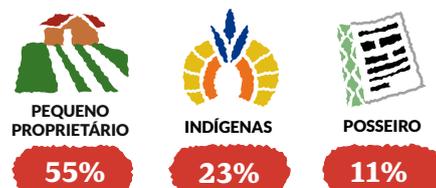
Eixo Violência Contra a Pessoa

■ Percentual (em relação ao total de casos)

Total de Vítimas:



Categorias sociais mais afetadas:



Principais categorias sociais responsáveis:



Violências contra pessoa associadas a contaminação por agrotóxico



TENTATIVA DE ASSASSINATO



MORTE EM CONSEQUÊNCIA



ABORTO



INDÍGENAS

3 dos 44 casos de vítimas de contaminação por agrotóxico são relativos ao uso de agrotóxico, associados diretamente a tentativas de assassinato.

Todas as 3 vítimas são indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, dois são menores de idade.



Além desses casos, 1 indígena Guarani Kaiowá, gestante, é diagnosticada com alta concentração de agrotóxico no sangue e, além de sofrer um aborto, acaba falecendo em decorrência da contaminação por agrotóxico (morte em consequência).



Outra criança indígena Guarani Kaiowá de 7 meses é contaminada por agrotóxico após a pulverização em uma fazenda vizinha e dias depois acaba falecendo (morte em consequência).

Contaminação por Agrotóxico no Matopiba:

Dos **216** casos do eixo terra no Matopiba, 209 ocorreram no Maranhão. Já no eixo água, todos os **20** casos registrados no Matopiba foram no Maranhão. Em relação ao total de casos no eixo terra e água, é possível dizer que **97%** dos casos aconteceram em territórios de comunidades no Maranhão.



ÁGUA



Análise dos conflitos pela água em 2024

Roberto Malvezzi (Gogó) ¹

A questão

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) decidiu registrar os conflitos pela água no território brasileiro desde 2002. Àquela época começava-se a debater que os conflitos pela água iriam se alastrar pelo mundo inteiro, em razão da nova narrativa sobre esse bem comum, tecida por aquelas empresas a quem Riccardo Petrella² chama de Oligarquia Internacional da Água.

Segundo ele, numa oficina realizada no Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, com o lema “Um outro mundo é possível”, essa Oligarquia tinha criado uma nova narrativa sobre a água e, por ela, buscava controlar privadamente este bem comum essencial a todos os seres vivos e à própria dinâmica do planeta Terra. Ainda segundo ele, essa nova narrativa trazia o conceito de escassez da água, valor econômico, racionalidade no seu uso e, por consequência, a necessidade de privatizar este bem comum, por ser essa a melhor forma de gerenciar seu uso.

Já naquela época era elencado um número e nomes de empresas que se dedicavam a elaborar essa narrativa e implantar esse modelo privatizante mundo afora. A esse conjunto de empresas ele deu o nome de Oligarquia Internacional da Água. Com a constante aquisição de uma empresa

por outra e a mudança de seus nomes de fantasia, se torna praticamente inútil relatar aqui quais eram essas empresas, mas podemos citar algumas como exemplificação: Suez, Nestlé, Coca-Cola etc.

O objetivo fundamental dessa Oligarquia era óbvio: transformar a água em mercadoria, talvez a mais essencial das mercadorias, por ser única e insubstituível na dinâmica de todas as formas de vida conhecidas e na própria dinâmica do planeta Terra. Já naquela época se fazia a comparação entre o valor de um litro de água e de um litro de gasolina, quando o valor de um litro de água já era vendido em bares no valor em dobro de um litro de gasolina. Portanto, ao decretar a escassez da água e transformá-la em uma mercadoria qualquer, se criava automaticamente um dos mercados mais promissores da história. Segundo essa narrativa ainda, o mais difícil seria “dessacralizar” a água e convencer os governos a iniciarem o processo de privatização das águas.

Quem já percebia os conflitos no território brasileiro?

Duas regiões do Brasil levavam constantemente essa questão das águas para dentro das assembleias da CPT: Nordeste e Norte. O Nordeste porque sua população padecia historicamente

1. Graduado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Membro da Comissão de Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Membro da CPT da Diocese de Juazeiro-BA e da Comissão de Formação da CPT-Bahia. Escritor e Compositor.

2. PETRELLA, Riccardo. Cientista político e economista italiano com doutorado em ciências políticas e sociais pela Universidade de Florença (Itália). Como professor da Universidade Católica de Lovain, faz parte de uma tradição que mescla cristianismo, personalismo e solidariedade. Fundou em 1991 o grupo de Lisboa, composto por vinte e um membros da universidade, líderes empresariais, jornalistas e líderes culturais, para promover análises críticas das formas atuais de globalização. É também fundador do International Committee for the World Water Contract. (Fonte: Outras Palavras).

da indústria da seca, narrativa segundo a qual a miserabilidade da região à época, com fome, sede, migração, mortalidade infantil, mortandade dos animais, saques etc, ocorria por falta de chuvas na região. Essa narrativa por séculos enriqueceu coronéis do sertão, criou o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), com a filosofia de “combate às secas”, mas por ele foi criada uma infraestrutura de açudagem grandiosa. Depois se criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), propondo basicamente a industrialização da região. Porém, no discurso de inauguração da SUDENE em 1959, Celso Furtado deixou registrada uma intuição que mais tarde as organizações nordestinas do Semiárido Brasileiro iriam tirar do papel e dar-lhe concretude: “o Paradigma da Convivência com o Semiárido”.

Começava aqui uma revolução na compreensão do que é o Semiárido Brasileiro e quais os melhores caminhos para se viver na região, que é o entendimento de seus potenciais e a adaptação adequada a esse meio, com tecnologias sociais ajustadas, agroecologia, educação contextualizada que gere a cultura do cuidado com a Caatinga, prevenção através da silagem, fenagem e captação da água de chuva em reservatórios fechados e uma cultura de precaução em relação aos fenômenos extremos que agora se acentuam sobre toda a Terra, particularmente sobre a região Semiárida Brasileira.

Já o Norte trazia àquela época a questão dos seus rios e de seus santuários destinados à reprodução dos peixes, principalmente as lagoas marginais. Já era costume reservar certos ambientes propícios à reprodução do pescado para evitar a pesca predatória. Essas práticas eram trazidas insistentemente para as assembleias, como um desafio para as próprias CPTs de base. No entanto, dada a sua origem, a CPT não prestava muita atenção a essas questões nos seus planejamentos nacionais, o que deixava essas regiões insatisfeitas com o trato dado às questões da água, ainda vistas como problemas locais ou regionais.

Entretanto, quando a questão da água se tornou global, a chamada “crise da água” ganhou outra dimensão dentro das Assembleias, sendo tomada a decisão de que a CPT deveria fazer também o registro dos conflitos pela água. Então, em 2002, o Caderno de Conflitos realizou seu primeiro registro. Portanto, não era mais um problema local ou regional, mas um problema de toda a humanidade e de todo o planeta. E um dos diagnósticos feitos pela própria Oligarquia Internacional da Água era que as disputas pela água iriam gerar progressivamente conflitos graves, até guerras, pelo controle desse bem em todo o planeta.

Como um depoimento pessoal, me recorro de uma conversa de corredor com Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino sobre a incorporação dos conflitos da água nos registros da CPT, mas muito mais como um tema que a CPT deveria se dedicar também nos seus trabalhos cotidianos. Recordo-me que Casaldáliga chegou a propor a mudança da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para Comissão Pastoral da Terra e da Água (CPTA). Nós argumentamos que não era necessário, já que a sigla CPT era um nome reconhecido em todo o Brasil e até fora dele, mas que era fundamental vincular as questões da água às questões da terra. Desde então, a CPT passou a registrar também os conflitos pela água.

Campanha da fraternidade (CF) 2004

A CPT sabia que ali estava um desafio novo, a chamada “crise da água”, que mais tarde iríamos compreendê-la não como uma crise isolada, mas como parte da crise de um modelo civilizacional que depreda o ambiente, inclusive elementos essenciais para a vida como a própria água. Portanto, era preciso tentar sensibilizar toda a sociedade, porque as iniciativas práticas da Oligarquia Internacional da Água iriam chegar aos governos pela pressão das empresas e encontrar pessoas dispostas a bancar essa narrativa no Congresso,

no Executivo, no Judiciário, na grande mídia corporativa, ela mesma interessada no negócio da água. Hoje em dia basta ver a festa feita em Nova York pelo governador de São Paulo, celebrando a privatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP) e o encanto da velha mídia, sócia nas ações, celebrando junto ao governador.

Foi pensado, então, um caminho para chegar à sociedade brasileira em seu conjunto, e o mais prático, de mais amplo alcance, seria uma Campanha da Fraternidade que tocasse nessa temática. A CPT teve essa iniciativa, juntamente à Cáritas Brasileira, de propor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) essa temática para a Campanha da Fraternidade (CF) de 2004. A temática foi aceita. Assim, foi configurada a Campanha da Fraternidade de 2004: **Água: Fonte de Vida** (CNBB, 2004).

Porém, pouco tempo antes, a CPT e a Cáritas tinham lançado um livreto que se tornaria a base do texto da CF 2004, chamado **Bendita Água** (MALVEZZI/POLETTTO, 2003). Esse livreto, feito para as bases da própria CPT e da Cáritas, terminou por ter uma edição bancada pelas próprias entidades e depois pela Editora Paulinas. Ali já estavam sintetizados os principais pontos que se tornaram referência para o texto base da CF de 2004.

Aquele texto base de 2004 teve grande repercussão, vendeu mais de 90 mil exemplares e, inclusive, fez a CNBB cogitar em ter a sua própria editora para publicar seus materiais.

Hidronegócio

Em uma reunião das CPTs do Nordeste, em Maceió-AL, enquanto discutíamos o avanço do capi-

tal no campo, buscando controlar as terras e as águas, falávamos apenas do agronegócio. Então, algum dos agentes foi e escreveu na lousa: hidronegócio³. Assim, foi criado um neologismo que abrangia toda filosofia das empresas capitalistas da água em todo o mundo. Hidronegócio significa, literalmente, os negócios da água. É necessário analisar todo o percurso do hidronegócio em território brasileiro.

O avanço do hidronegócio na legislação

O avanço do hidronegócio no campo legislativo aconteceu sobretudo pela chamada Lei de Recursos Hídricos 9.433/97. Como dizia Dom Tomás Balduino em nossas reuniões, “*ela veio para pavimentar o caminho do capital na questão da água*”. Em outras palavras, o capital exige segurança jurídica para se instalar em várias áreas e com a água não foi diferente. Acontece que houve muita resistência parlamentar na elaboração dessa lei e ela não saiu exatamente como os negociantes da água previam. Limitados pela Constituição Brasileira de 1988, que manteve a água como um bem público, portanto não privatizável, a Lei 9.433/97 teve que se adaptar ao quadro legal do Brasil.

Outra vitória importante dos legisladores, à época, foi proibir o comércio das outorgas de água, isto é, se alguém recebe uma outorga por parte dos entes responsáveis e não utiliza o volume de água outorgado, a devolução tem que ser ao órgão competente, não podendo ser revendida a outro usuário. Dessa forma, ficou proibido o mercado de outorgas.⁴

Por outro lado, quem tem a outorga, de alguma forma passa a ter a propriedade privada do seu uso,

3. Infelizmente não fizemos o registro da data desta reunião. Mesmo conversando com pessoas da época, não conseguimos resgatar o momento da criação do neologismo “hidronegócio”.

4. A outorga é um mecanismo de transferência (concessão) de uso de um determinado volume de água do Estado para qualquer pessoa física ou jurídica, seja pública ou privada.

ainda que não de seu manancial de origem. É nesse sentido que grandes outorgas de água ao setor de irrigação, de exploração de águas minerais, seja de águas subterrâneas ou superficiais, pode se tornar também um mercado de águas na prática.

Entretanto, os olhos do capital do hidronegócio também se debruçaram sobre o meio urbano. Cerca de 87% da população brasileira reside em cidades. Então, os serviços de abastecimento de água se conformam como um grande mercado a ser privatizado. A conquista mais recente do hidronegócio urbano, como já citamos, foi a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Essa privatização foi considerada um sucesso mundial, tanto é que a festa de celebração de sua privatização aconteceu em Nova York, com a presença do governador Tarcísio Freitas, responsável pela privatização da SABESP. Como é de esperar na lógica privatizante, o valor da tarifa de água cresceu, e o serviço tornou-se mais precário em função da demissão de funcionários e redução da mão de obra. Enfim, o hidronegócio urbano torna-se refém da lógica de mercado como qualquer outra mercadoria.

Porém, se a lei 9.433/97 não satisfazia todos os interesses do capital, o capital perseverou na sua sanha de se apropriar da água no Brasil. Então, sob o governo Bolsonaro, houve uma reelaboração da legislação da água. A mudança fundamental foi a introdução da Agência Nacional da Água (ANA) no topo da legislação, que não estava prevista na Lei 9.433/97. Entretanto, com a criação da Agências Reguladoras, foi também criada a ANA. Como ela não estava no conjunto da legislação, a modificação veio para inseri-la no topo da legislação, agora responsável não só pela água, como por todo serviço de saneamento básico. A ANA tinha sido criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. A Lei nº 14.026, de 2020, entretanto, deu à ANA a atribuição de regular os serviços de saneamento básico. Claro, essa decisão veio em favor da privatização dos serviços urbanos de abastecimento de água em todo território nacional.

Outra mudança foi a abertura da concorrência de empresas privadas na licitação dos serviços de água, que antes eram todos de obrigação do poder público. É nesse sentido que cresce em todo o Brasil a privatização das empresas públicas de saneamento básico, cujo abastecimento de água é um dos serviços, ao lado da coleta e tratamento de esgotos, drenagem da água de chuva e manejo dos resíduos sólidos.

Essa mudança na legislação abre um leque imenso de possibilidades de novos conflitos pela água nos meios urbanos brasileiros.

Dos movimentos sociais

Os Movimentos Sociais também não tinham grande preocupação com a questão da água naquela época. Já existia o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), mas ainda focado na questão dos impactos das barragens na vida das populações atingidas, não especificamente sobre a privatização e criação de um mercado de águas pela Oligarquia Internacional da Água, que criava o que a CPT passou a chamar então de hidronegócio.

Entretanto, aos poucos a questão foi sendo incorporada, inclusive pela percepção que ali estava um mercado perigoso e perverso, privando multidões de um elemento básico para a sobrevivência humana e para todas as outras formas de vida. Hoje o enfoque dentro da sociedade civil organizada sobre a água é praticamente comum.

O pioneirismo do conselho pastoral dos pescadores e pescadoras (CPP)

A Pastoral dos Pescadores e Pescadoras é pioneira em várias dimensões da luta pela água. Primeiro, porque foi a primeira pastoral socioambiental específica criada em 1970, no litoral brasileiro, por Frei Alfredo, um alemão que se dedicava às questões das populações pesqueiras e praiadeiras do litoral pernambucano. Essa pastoral abriu campo para

que outras pastorais específicas surgissem, como a Pastoral da Terra e tantas outras que hoje compõem a dimensão sociotransformadora da CNBB.

Acontece que o CPP, a princípio, se dedicava às causas dos pescadores e pescadoras, o que acabou por desembocar na Constituinte da Pesca em 1988, quando os pescadores e pescadoras foram iguados constitucionalmente aos trabalhadores rurais, praticamente com os mesmos direitos.

Porém, a convivência diária dos agentes com a população pesqueira fez com que percebessem os problemas que começavam a surgir para o exercício de sua profissão em todo território nacional, como a poluição das águas, o represamento dos rios, a perda de territórios para os condomínios de luxo e, por consequência, a diminuição do pescado e a restrição de acesso às praias e locais de pesca. Mais tarde essa realidade se transforma na luta pelos territórios pesqueiros e na fundação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), lutas que ainda hoje continuam.

Por outro lado, a simbiose indissolúvel entre água e terra, levaram a uma aproximação dessas prioridades entre CPT e CPP. Hoje os conflitos registrados pelo CPP também estão inseridos no Caderno de Conflitos da CPT.

O avanço do hidronegócio no campo

É no campo que se dá a maior presença do hidronegócio, geralmente ligado ao agronegócio irrigado, mas também às mineradoras, à água engarrafada e, sobretudo, ao setor energético. O controle de grandes volumes de água pelo mecanismo da outorga estabelece os volumes de água no campo e nos rios a serem utilizados pelos usuários. O chamado uso múltiplo esconde muitas realidades, já que o uso que fazem os pescadores das águas é sem extrair a água de seus mananciais, mas as hidrelétricas controlam o volume das águas represadas para gerar a energia, hoje comandada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Porém, o maior consumidor de água do Brasil — o chamado uso consuntivo, que extrai a água dos mananciais — é a agricultura irrigada. Hoje, no Brasil, da água doce utilizada, cerca de 72% são exclusivos do setor de irrigação (RAGASSI et al, 2025). Mecanismos como os pivôs centrais sacam águas dos aquíferos, ou de mananciais de superfície, e as utilizam nessas enormes geringonças para irrigar as plantações.

Aqui está uma das maiores fontes de conflitos pela água no campo. No Oeste Baiano, além de devastar o Cerrado, essa atividade causou desvio de rios, rebaixamento dos aquíferos, mutação de lugar das nascentes e até escasseamento de água em Santa Maria e outros municípios. A revolta da população com o setor de agricultura irrigada levou a confrontos perigosos em um passado recente e a tensão prossegue até hoje.

Por outro lado, os agro-hidronegócios são os responsáveis por grande parte da contaminação das águas, dos solos e do ar pelo uso intenso de agrotóxicos, seja pela aspersão direta sobre as plantações, seja pela aspersão pelo ar, seja pela inoculação desses insumos direto nas plantas, como é o caso da inoculação nos troncos dos coqueiros. A multiplicação dos casos de câncer no Brasil fica sepultada no silêncio das estatísticas. Exatamente pela entrada do hidronegócio no campo é que se multiplicaram uma série de conflitos nesse espaço, como veremos nas estatísticas à frente.

O avanço dos conflitos de toda ordem pela água

Onde há água, há a possibilidade de algum tipo de hidronegócio e, portanto, uma possibilidade aberta de novos conflitos. Seja na propriedade privada dos mananciais (Estados Unidos, Chile etc), na geração de energia elétrica, na propriedade de seu uso (Brasil), na água engarrafada, nos serviços de abastecimento urbano, no uso agrícola, no uso mineral, industrial ou em qualquer dos seus múltiplos usos.

Daí a multiplicação dos conflitos por todo território nacional à medida que o capital avança sobre os múltiplos usos da água, em confronto muitas vezes direto com as comunidades que sempre tiveram a água como um bem comum, não como um bem privatizado.

Valores da água

Uma das novidades que trouxemos para a questão da água foi a dos múltiplos valores, em dialética com seus múltiplos usos alardeados pelo capital. O capital só se interessa pelos usos da água e pelo seu valor econômico. Na Campanha da Fraternidade de 2004, a Igreja já trazia os múltiplos valores da água: biológico, ambiental, social, paisagístico, de lazer, medicinal, religioso e outros (CF 2004, nº 26-35). Afinal, nenhum ser vivo pode viver sem água, a água permeia todo o ambiente da vida e ninguém vive bem sem água suficiente para seus usos diários. Nos divertimos na água. Água nos proporciona valores medicinais. As religiões, em geral, têm na água um de seus valores fundamentais e assim por diante. Os valores da água são tão importantes quanto seus usos, sendo impossível analisar a água somente a partir de suas utilidades práticas para o capital. Portanto, o hidronegócio é uma perversão de um bem comum a toda a humanidade e a todas as formas de vida.

As mudanças no ciclo das águas

Por fim, é preciso considerar as mudanças atuais no ciclo das águas. Hoje o mundo científico, frente às mudanças climáticas, tem plena consciência que grande parte do ciclo de nossas águas começa na linha do Equador pela evaporação das águas oceânicas, que empurradas pelos ventos alísios chegam sobre a Amazônia, onde começam a gerar chuva. Entretanto, a evapotranspiração da floresta amazônica injeta mais água na atmosfera, formando os chamados rios voadores, que espalham chuvas por todo Centro-Oeste brasileiro,

áreas do Nordeste, passando pelo Sul e Sudeste, chegando até Uruguai, Paraguai e Argentina.

A chuva sobre o Cerrado alimenta os maiores aquíferos brasileiros, como o Guarani, Urucuaia e Bambuí; esses dois últimos alimentam o rio São Francisco. Portanto, ao eliminar a floresta amazônica e ao compactar o Cerrado, a tendência é estabelecer modificações profundas no ciclo de nossas águas, até a sua ruptura. O resultado concreto é o enfraquecimento e até o desaparecimento de vários rios brasileiros, sobretudo onde o hidronegócio ataca as águas subterrâneas e drena essas águas para as atividades de intensa irrigação. A morte de centenas de rios pequenos e médios, o deslocamento das nascentes para áreas mais baixas, todos esses fenômenos crescem de forma rápida, influenciando inclusive no abastecimento das populações locais. Nesse sentido, o agro-hidronegócio não só consome muita água, como está na raiz das mudanças e até na ruptura do ciclo das águas brasileiras. Entretanto, o imediatismo econômico dessa atividade agrícola impede os agronegociistas de raciocinar em perspectiva, um futuro breve, onde até seus próprios negócios podem ser inviabilizados.

Nesse momento de “mudança de época”, como diz o Papa Francisco, teremos que considerar também a visão científica da Teoria de Gaia (James Lovelock), que nos chama a atenção para o papel fundamental dos oceanos no equilíbrio do sistema Terra. Porém, essa questão não temos como aprofundar aqui.

Uma rápida recapitulação dos conflitos pela água

Se entendermos bem o contexto acima descrito, fica simples entender o desenrolar dos conflitos pela água. Com o avanço do agro-hidronegócio, tanto no campo quanto na cidade, é inevitável o surgimento dos conflitos, previstos até pela Oligarquia Internacional da Água. Então, a CPT acertou ao registrar esses conflitos, pres-

tando um enorme serviço às Igrejas e à toda a sociedade, já que eles já atingem grande parte de nossa população.

A CPT registra quatro tipos de conflitos pela água: Apropriação Particular; Barragens e Açudes; Cobrança; e Uso e Preservação.

Por detrás de cada um desses conceitos estão situações que geram esses tipos de conflitos: ameaça de expropriação; contaminação por agrotóxico; desconstrução do histórico-cultural; destruição e/ou poluição; diminuição do acesso à água; divergência; falta de projeto de reassentamento; impedimento de acesso à água; descumprimento de procedimentos legais; não reassentamento; pesca predatória; e reassentamento inadequado. Portanto, 12 situações que podem gerar aqueles quatro tipos de conflitos acima citados.

Então, fica claro que a CPT registra os conflitos por água no campo, não no meio urbano. Dessa forma, problemas de abastecimento de água entre a população urbana e as companhias de saneamento não são registrados pela CPT, embora sejam também muitas vezes um conflito gerado pelo hidronegócio nos serviços urbanos de saneamento básico.

Dados de 2024

Após essa contextualização, podemos entrar mais detalhadamente nos conflitos acontecidos no ano de 2024, ainda que muitas vezes nos referindo aos anos anteriores para efeito de comparação.

Vejam os números dos últimos dez anos desses conflitos:

TABELA 1 Conflitos pela Água 2015 - 2024

Ano	Nº de Famílias	Nº de Ocorrências
2015	43.993	172
2016	44.988	184
2017	40.836	206
2018	75.888	281
2019	80.296	509
2020	58.215	365
2021	56.920	312
2022	44.730	233
2023	49.701	230
2024	70.989	266

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Segundo a tabela, nos últimos dez anos, a CPT registrou 2.758 conflitos pela água, que atingiram, **com eventuais repetições**, um total de 566.556 famílias. Uma projeção estatística correta do número de pessoas atingidas se torna impossível, já que a média de pessoas por família no Brasil vem caindo de forma geral e há uma variedade de região para região. Por exemplo:

A taxa de fecundidade é a medida de quantos filhos, em média, as mulheres têm ao longo de sua vida reprodutiva. O número médio de filhos por mulher vem se reduzindo no Brasil desde a década de 1960. Os dados reais até 2010, com projeções para as décadas seguintes, demonstram que a taxa de fecundidade no Brasil reduziu-se de 6,16 em 1940, para 1,87 em 2010. Por volta de 2030, deve ser alcançado o patamar de 1,5, que permanecerá estável até 2050 (GOV, 2010).

Essa diminuição drástica do número de pessoas por família continua se intensificando e, segundo os dados do CENSO 2022, a média de pessoas caiu para 2,79 pessoas por domicílio, incluindo os ambientes urbano e rural (FRAZÃO, 2023).

De qualquer forma, o quantitativo de 566.556 de famílias atingidas por conflitos por água em dez anos nos dá a dimensão de como esses conflitos já impactam o território brasileiro, alguns de forma trágica, como é o caso de Brumadinho e Mariana no passado recente.

Prestando atenção nos dados de 2023 para 2024 os conflitos saltaram de 230 para 266, um aumento de 15,65%. Já o número de famílias envolvidas saltou de 49.701 para 70.989, portanto, um aumento de 42,83%.

Regionalizando a questão

Ao regionalizarmos os conflitos pela água, o Norte aparece como a região brasileira com mais conflitos no campo. Em 2024 são 103 conflitos, atingindo 36.232 famílias. O estado do Pará lidera a tabela com 65 conflitos, atingindo 9.480 famílias.

A região do Pará mais afetada é a Sudoeste. Ali aconteceram 28 conflitos pela água, atingindo 14.981 famílias. Quem mais agrediu as comunidades foram as hidrelétricas, num total de 12 conflitos (42,86%). Quem mais sofreu os ataques foram os indígenas, num total de 17 conflitos (60,71%), seguido pelos ribeirinhos com 9 conflitos (32,14%).

Os tipos de conflitos predominantes foram por Uso e Preservação (destruição e/ou poluição; impedimento de acesso à água, não cumprimento de procedimentos legais), num total de 17 conflitos. Em seguida vieram os conflitos por Barragens e Açudes (diminuição do acesso à água; não cumprimento de procedimentos legais) num total de 11 conflitos.

O detalhe curioso nesse retalho ilustrativo da região Sudoeste do Pará é que os quilombolas, o segundo grupo humano mais prejudicado pelos conflitos por água em nível nacional, praticamente não estão envolvidos nessa região, sendo que os ribeirinhos ocupam o segundo lugar nos grupos mais impactados.

GRÁFICO 1 Agressores em conflitos pela água - Sudoeste Paraense (2024)*

*Mineradora inclui Mineradora Internacional.

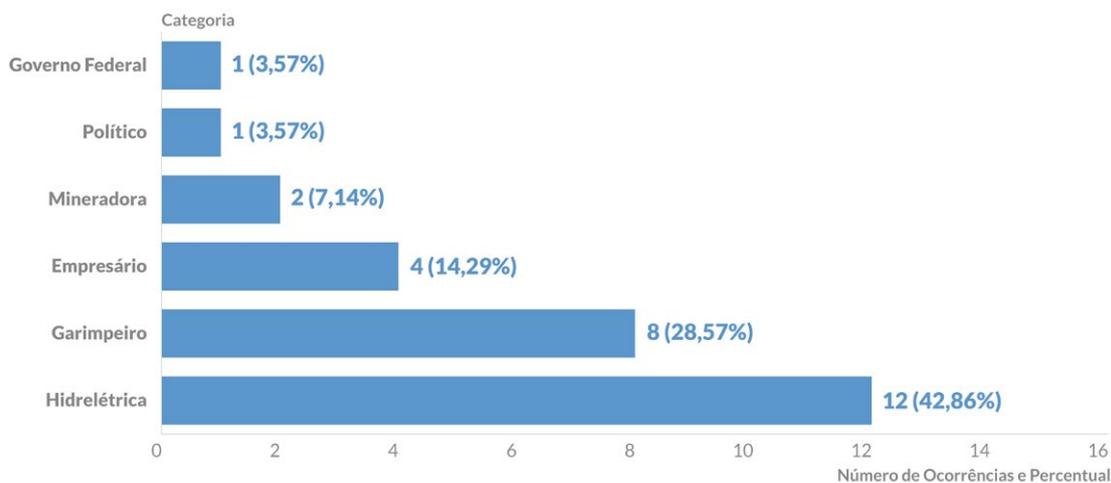


GRÁFICO 2 Grupos que sofreram violência - Conflitos pela água no Sudoeste Paraense (2024)

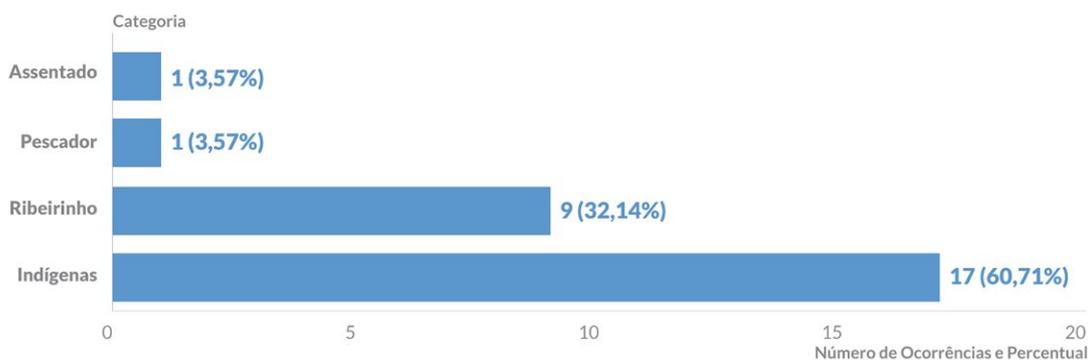
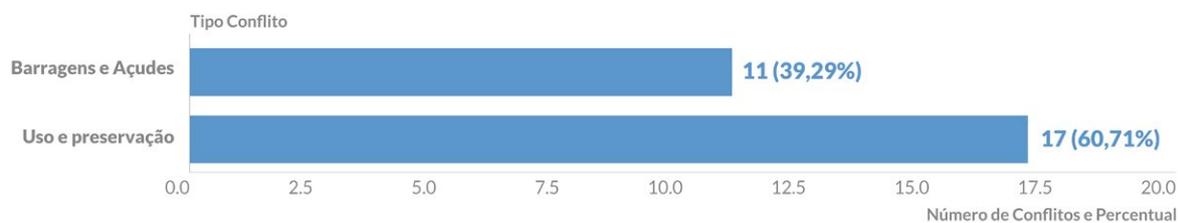


GRÁFICO 3 Tipos de conflitos pela água - Sudoeste Paraense (2024)



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

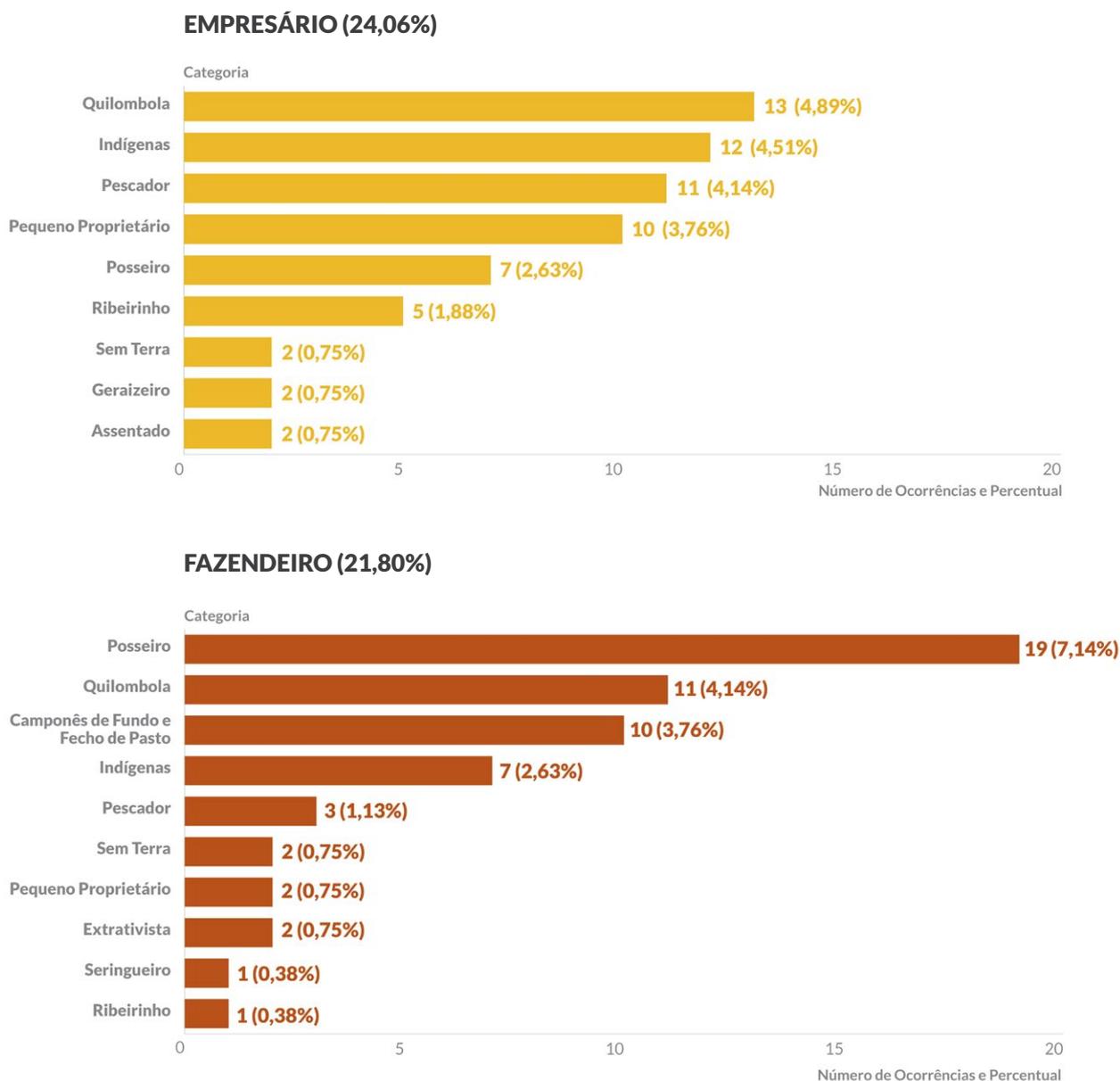
TABELA 5 Conflitos pela Água (2024)

UF	Ocorrências	Famílias
CENTRO-OESTE		
DF	-	-
GO	5	577
MS	14	4.921
MT	15	17.352
Subtotal	34	22.850
NORDESTE		
AL	3	317
BA	22	3.646
CE	2	816
MA	45	4.376
PB	1	61
PE	5	525
PI	1	12
RN	1	200
SE	1	100
Subtotal	81	10.053
NORTE		
AC	3	627
AM	10	1.918
AP	4	780
PA	65	9.480
RO	7	4.096
RR	14	19.331
TO	-	-
Subtotal	103	36.232
SUDESTE		
ES	12	495
MG	30	1.268
RJ	-	-
SP	3	76
Subtotal	45	1.839
SUL		
PR	1	13
RS	2	2
SC	-	-
Subtotal	3	15
BRASIL	266	70.989

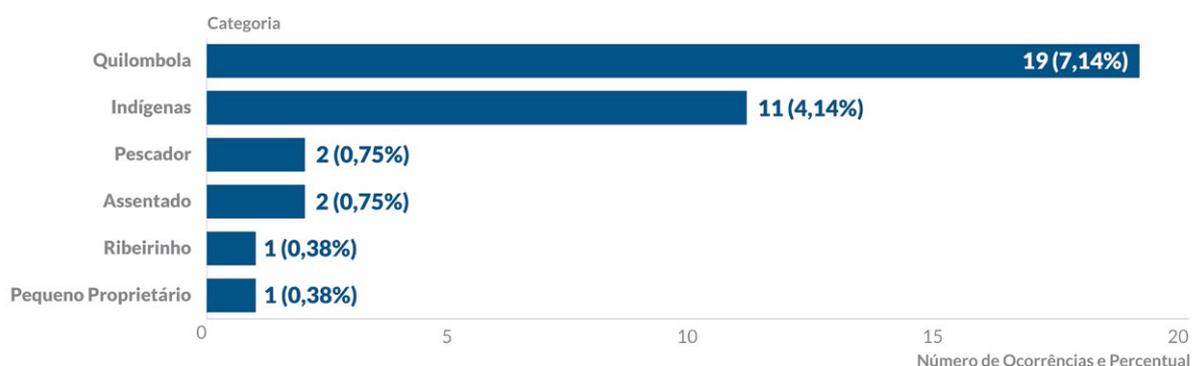
Nacionalização dos conflitos pela água

Finalizando o percurso dos números, podemos mostrar o retrato dos conflitos em nível nacional. Quem mais agride? Quem mais sofre as consequências? Então, segue em números o retrato dos conflitos em nível nacional:

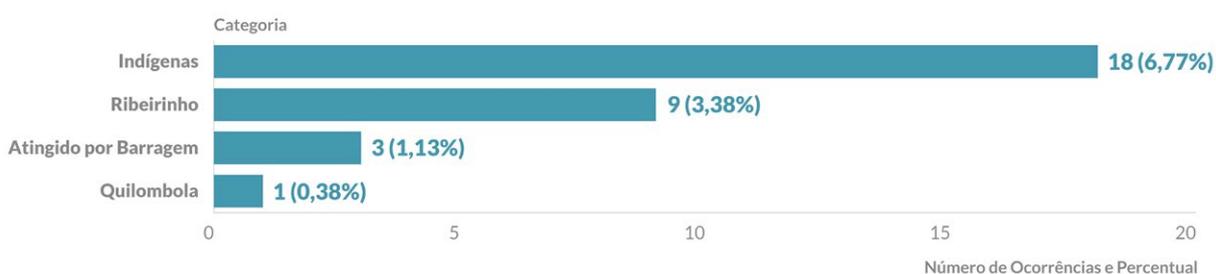
GRÁFICO 4 Categorias que sofreram ação pelos cinco principais agentes causadores (Eixo Água)



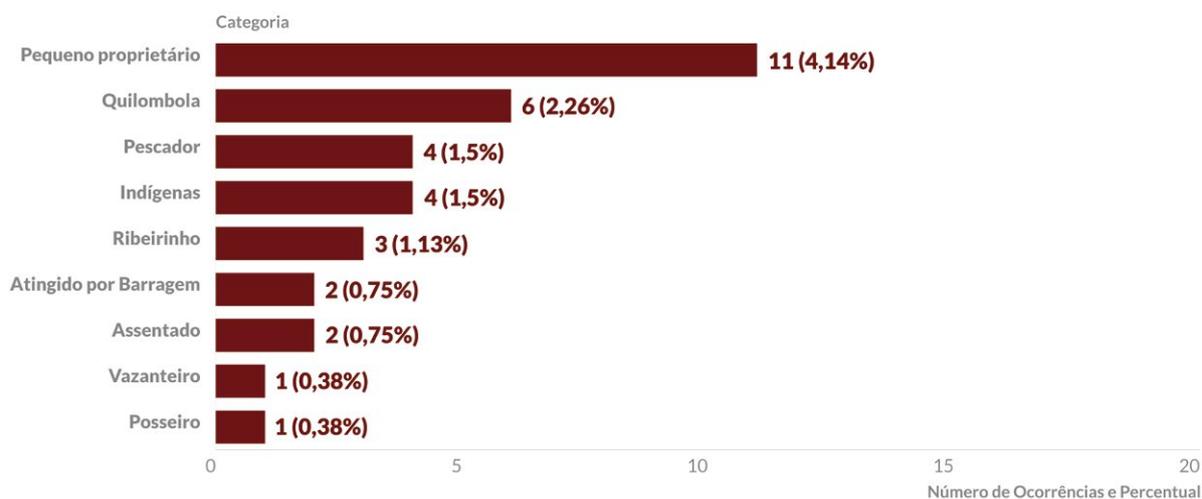
GOVERNO FEDERAL (13,53%)



HIDRELÉTRICA (11,65%)



MINERADORA (12,78%)



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

Em primeiro, quem mais causou conflitos foram empresários, num total de 64 casos (24,06% do total). Em segundo, fazendeiros, num total de 58 casos (21,80% do total). Em terceiro, o Governo Federal, num total de 36 casos (13,53% do total).

Em quarto lugar, as hidrelétricas, com 31 casos (11,65% do total). Em quinto lugar, as mineradoras com 34 casos (12,78% do total). Depois seguem as ações de menor impacto no cômputo geral.

Os indígenas com 71 casos (26,69% do total) e os quilombolas com 58 casos (21,80% do total) são os grupos humanos mais impactados pelos conflitos pela água no ano de 2024. Portanto, os números demonstram que, também nos conflitos por água, as comunidades tradicionais — poderíamos acrescentar aí os ribeirinhos e pescadores — são os grupos humanos que mais sofrem ataques em seus territórios. Os números nem são reveladores, eles são a comprovação do que é visível a olho nu no campo brasileiro.

Esses impactos sofridos pelas comunidades tradicionais, entretanto, revelam também que, na visão do mundo capitalista dos agro-hidronegócios, os territórios das comunidades tradicionais não têm o mesmo valor que a propriedade privada do mundo capitalista, podendo ser invadidos e saqueados ao sabor dos interesses do capital.

Perspectivas futuras

A tendência futura é o agravamento dos conflitos pela água em todos seus múltiplos usos, tanto no campo como nas cidades. No campo, a expansão do agro-hidronegócio tende a agravar os conflitos pelo uso privado, pela contaminação, pela redução dos mananciais (tanto de superfície como subterrâneos), pelas mudanças no ciclo das águas (enfraquecimento dos rios voadores, desflorestamento e compactação dos solos). Esse é um desafio que pertence a todo povo brasileiro, a toda a humanidade, não somente aos que hoje são as vítimas da expansão do hidronegócio, principalmente associado ao agro. Nesse sentido, é absolutamente pertinente e necessário o trabalho de registro dos conflitos realizado pela Comissão Pastoral da Terra. Por esses dados, podemos observar didática e matematicamente a expansão desses conflitos e suas consequências.

Notas

GOV. FAMÍLIAS E FILHOS NO BRASIL. <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>> 2/Fatos e Números. Acesso em 24/02/2025.

FRAZÃO, Eduardo. Censo 2022: por que as famílias brasileiras diminuíram? In EXAME, Última atualização em 29 de junho de 2023 às 11h43. <<https://exame.com/brasil/cento-2022-por-que-as-familias-brasileiras-diminuiram-ja-sao-menos-de-3-pessoas-por-lar/>>. Acesso em 24/02/2025.

RAGASSI, Carlos Francisco; HANYU, Joe; ANTUNES Pedro Henrique Sakai Sá. Uso Eficiente da Água para Irrigação. In <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1095979/1/revistaed25Ragassi.pdf>> Acesso em 10/03/2025.

Referências bibliográficas

MALVEZZI, Roberto; POLLETO, Ivo. Bendita Água. CPT/CÁRITAS BRASILEIRA. Impressa na gráfica da Pia Sociedade Filhas de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2003.

CNBB. ÁGUA, FONTE DE VIDA/FRATERNIDADE E ÁGUA : Manual CF 2004 / Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. – São Paulo : Editora Salesiana, 2003.

TRABALHO



TRABALHO ESCRAVO

QUEDA
40%



Dados de resgatados:

2023



2.663

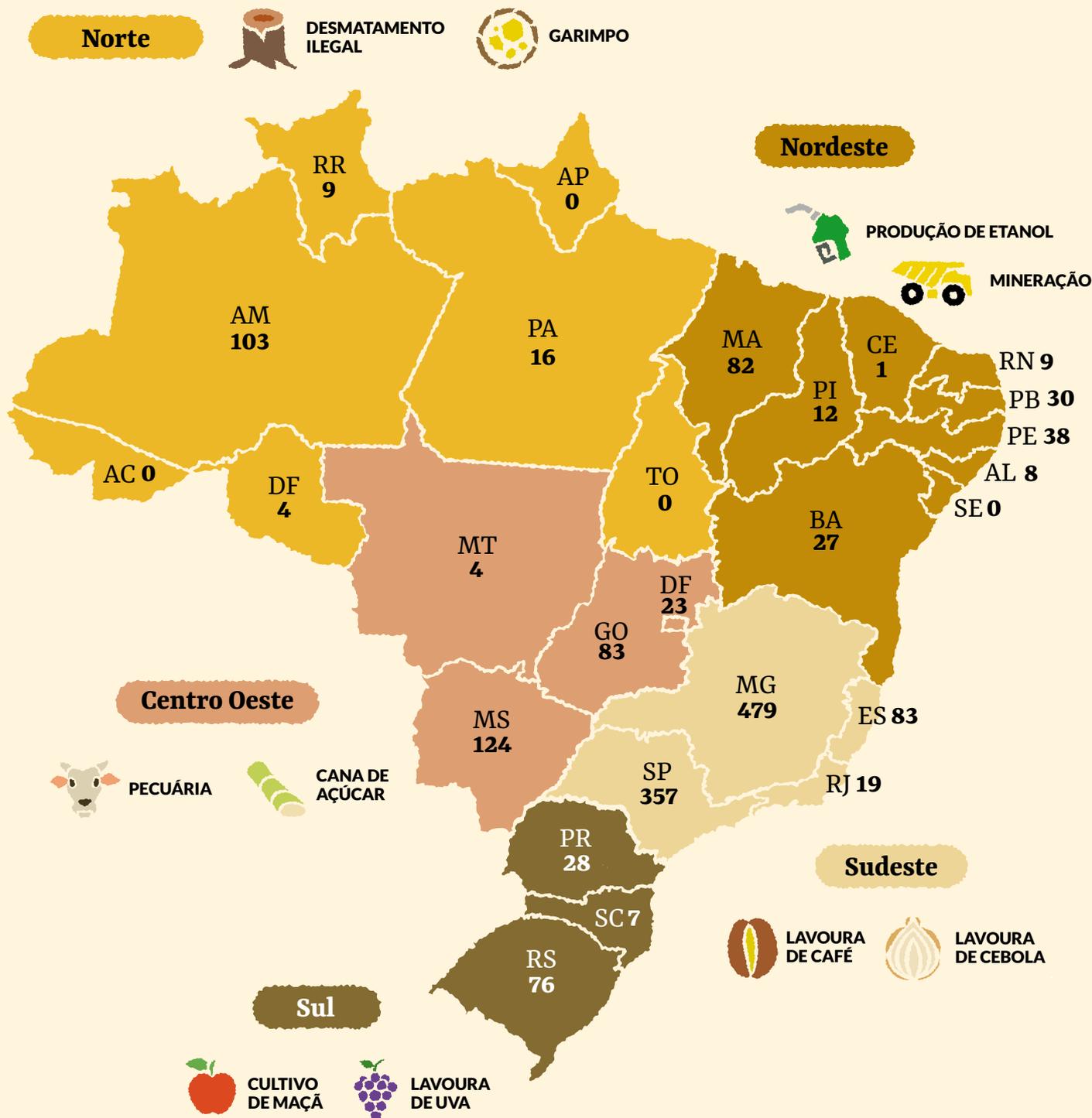


2024

1.622



Pessoas resgatadas nas principais atividades econômicas em cada estado:



Raízes da exploração: o trabalho escravo nas lavouras brasileiras

Brígida Rocha dos Santos¹ e Evandro dos Anjos Rodrigues²

O artigo “**Raízes da exploração: o trabalho escravo nas lavouras brasileiras**” visa a análise dos dados de trabalho escravo de 2024³, considerando os registros de conflitos nas lavouras de café, milho e soja. Este artigo apresenta uma breve análise exploratória dos dados⁴, evidenciando os registros de 2024 e dos últimos 10 anos, revelando um número significativo de casos e pessoas resgatadas nessas atividades econômicas, incluindo crianças e adolescentes, o que demonstra que, por trás de um pujante agronegócio monocultor tido como moderno, revelam-se processos de exploração que têm marcado historicamente o campo brasileiro.

A metodologia utilizada é a da observação de registros dos conflitos da CPT, visualizando os dados por ano e por tipos de trabalhos associados ao café, ao milho e à soja, com ênfase especial sobre a prevalência do trabalho escravo nas lavouras de café. A lavoura de milho está comumente associada à entressafra da soja em algumas regiões. As tendên-

cias e padrões nos dados registrados pela CPT destacam os tipos de trabalho e o quantitativo de pessoas envolvidas e resgatadas, indicando o número de crianças e adolescentes que vivenciavam as mesmas condições de trabalho escravo que as pessoas adultas. A comparação de dados é de maior destaque nos anos de 2023 e de 2024, seguindo a análise do Caderno de Conflitos no Campo 2022, que apresentou as estatísticas da Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo, entre 1995 a 2022⁵. No entanto, consideramos aqui a série histórica dos últimos dez anos, de 2015 até 2024.

Desde o seu surgimento, a CPT concentra sua atuação no trabalho de base em variados territórios deste país e nos últimos 25 anos adotou como estratégia a consolidação de uma campanha permanente e nacional chamada de Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo. Assumindo a missão de fortalecer iniciativas de prevenção, por muitos anos a CPT foi o principal canal de recebimento de denúncias de trabalho escravo.

1. Agente Pastoral da CPT Regional Maranhão. Integrante da Equipe Dinâmica da Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo. Assistente Social, graduada em Serviço Social e especialista em Gestão Pública.

2. Agente Pastoral e coordenador da CPT Regional Tocantins. Coordenador da Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

3. Sistematizados pelo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC-CPT) e pela Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo.

4. Os dados utilizados correspondem às informações disponíveis no banco de dados da CPT, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Ressalta-se que a Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo, atualiza continuamente esses números, podendo haver alterações posteriores.

5. MOTOKI, Carolina; SANTOS, Brígida Rocha dos; SOUZA, Waldecir Campos de. “De 1995 a 2022: o trabalho escravo contemporâneo a partir dos dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra”. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo 2022*. Goiânia: 2023.

Na prática, a CPT acolhe a denúncia e encaminha aos órgãos responsáveis por fazerem a repressão ao crime. No cotidiano do trabalho da entidade com os acompanhamentos às comunidades e atividades específicas, como as rodas de conversas, as denúncias surgem e nelas destacam-se os baixos salários e jornadas exaustivas de trabalho, exposição e manejo de agrotóxicos sem a devida proteção, bem como a exposição constante ao sol, fatores agravados pelas mudanças climáticas. Os cultivos dessas lavouras, em especial de soja e milho, ocorrem em enormes áreas descampadas, antes pastos abertos para a pecuária, posteriormente ainda mais desmatados e “limpos” para darem lugar às monoculturas que avançam, em especial, no Centro-Oeste e na área de expansão conhecida por Matopiba, acrônimo para parte dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Em 2024, a CPT acolheu 11 denúncias, sendo 2 em lavouras (1 de soja), 4 na pecuária, 3 na cana-de-açúcar, 1 em granja e 1 em desmatamento. Na série histórica de 2015-2024, foram 94 denúncias em atividades rurais, sendo 31 em lavouras (11 de soja e/ou milho), 40 na pecuária, 4 não identificadas, 5 na cana, 5 em carvoaria, 5 em desmatamento, 2 no extrativismo e 2 em garimpo.

A CPT, com o Caderno de Conflitos no Campo de 2024, traz informações sobre o trabalho escravo contemporâneo, integrando dados relacionados aos casos no campo e que foram fiscalizados.

1. Trabalho escravo no campo em 2024

Considerando os dados disponíveis, 151 casos⁶ de trabalho escravo foram registrados no Brasil, envolvendo 1.953 pessoas na denúncia com 1.622 pessoas resgatadas, entre elas 38 com faixa etária infante-juvenil. Os resgates ocorreram nas

cinco regiões do país e destacamos dois estados de cada uma delas.

Na região Centro-Oeste, ocorreram 28 casos, sendo 19 no Mato Grosso do Sul, com 124 pessoas resgatadas e 3 com menos de 18 anos de idade. Em Goiás foram 6 casos com 83 pessoas resgatadas.

Na região Nordeste, foram 31 casos, sendo 10 casos no Maranhão, com resgate de 82 pessoas, e 5 casos na Bahia, com 27 pessoas resgatadas.

A região Norte contabilizou 18 casos, registrando 9 casos no Pará, envolvendo 61 trabalhadores, dentre os quais apenas 16 foram resgatados. Já no Amazonas, foram registrados 3 casos com resgate de 103 pessoas.

Na região Sudeste, foram 59 casos no total, com 37 casos e 479 pessoas resgatadas em Minas Gerais, entre elas 8 com faixa etária menor que 18 anos. São Paulo aparece com 11 casos e 357 pessoas resgatadas, sendo 13 crianças ou adolescentes.

Na região Sul, foram 15 casos no total. O estado do Paraná contabilizou 28 pessoas resgatadas, entre elas 4 com menos de 18 anos em um total de 5 casos. No Rio Grande do Sul, foram 9 casos com 76 pessoas resgatadas, entre as quais 3 são crianças ou adolescentes.

Como citado acima, em 2024 foram resgatadas 1.622 pessoas, uma baixa em um número que vinha crescendo nos últimos anos: no ano de 2023 foram 2.633 pessoas resgatadas em 251 casos, uma diferença de mais de mil pessoas. Essa redução está atrelada ao fato de que, durante o ano de 2024, auditores-fiscais do trabalho iniciaram uma greve em busca de melhores condições de trabalho, melhoria salarial e a realização de concurso público para fortalecer o quadro já defasado de profissionais, impasse ainda não solucionado.

6. O total de casos inclui casos denunciados e fiscalizados.

Dentre as principais reivindicações, estão a falta de tratamento igualitário em comparação com os auditores-fiscais da Receita Federal e a ausência de implementação de protocolos de segurança para os servidores, que correm riscos em sua atuação.

Assim, certamente o número de pessoas escravizadas no Brasil, a partir do número de resgatados, deve estar ainda mais subnotificado do que de costume, o que corrobora para a compreensão de que têm sido submetidas ao trabalho escravo muito mais pessoas do que mostram os dados.

Outros fatores nos ajudam a interpretar esse dado, uma vez que muitas ocorrências de trabalho escravo no Brasil não são denunciadas ou, ainda que ocorra a denúncia, boa parte dos casos não recebe a fiscalização em tempo hábil. Devemos considerar aqui também os casos que são vistoriados mas que não identificam as vítimas nos locais de ocorrência de violação trabalhista, devido aos deslocamentos de trabalhadores para outras áreas de serviços, ou por mudança de barracões, dificuldades de acesso às frentes de trabalhos em que se encontram e até por situações em que empregadores percebem a vinda da fiscalização nas redondezas e obrigam os trabalhadores a se esconderem.

Ampliando o olhar para os últimos 10 anos, de 2015 até 2024 registrou-se o total de 1.263 casos, envolvendo 16.040 pessoas na denúncia, com o resgate de 12.174 trabalhadores e trabalhadoras, entre elas 250 crianças e adolescentes. Nesse mesmo período, contabilizaram-se: 314 casos de Minas Gerais, com o envolvimento de 5.113 pessoas na denúncia e 3.849 resgatados, sendo 50 crianças e adolescentes; 140 casos do Pará, com 1.448 pessoas na denúncia e 721 pessoas resgatadas; 94 casos no Maranhão, com 717 pessoas na denúncia e 554 pessoas resgatadas; 77 casos em Goiás com 1.669 pessoas na denúncia e 1.533 pessoas resgatadas; 70 casos no Mato Grosso do

Sul, com 881 pessoas na denúncia e 629 pessoas resgatadas; 67 casos no Piauí, com 812 pessoas na denúncia e 748 pessoas resgatadas; e, 49 casos do Rio Grande do Sul, com 766 pessoas na denúncia e o resgate de 650 pessoas.

2. Trabalho escravo nas lavouras de café e de milho

Nos últimos anos, a despeito da mecanização e de um agronegócio que passa a imagem de um campo que produz sem a presença de trabalhadores, o número de resgatados do trabalho escravo nas monoculturas vem crescendo. A cana-de-açúcar, por exemplo, voltou a chamar atenção com um aumento no número de casos relacionados a esse tipo de exploração. Em relação às cadeias produtivas específicas de café e do milho, considerando os últimos dez anos, pelos dados disponíveis da CPT de 2015 até 2024, destacam-se:

- **Café:** foram 134 casos, envolvendo 2.076 pessoas nas denúncias, com o resgate de 1.659 trabalhadoras e trabalhadores de situações de trabalho escravo, realizando distintos trabalhos como o de desbrota de café, colheita, beneficiamento, produção e manejo. Foram identificadas 40 crianças submetidas às mesmas condições de trabalho escravo.
- **Milho:** nas lavouras de milho foram 22 casos e 474 pessoas resgatadas, entre elas 14 crianças.

De acordo com o Relatório “Pragas na Lavoura”⁷, de 2024, da Organização Não Governamental Conectas, “a persistência da escravidão moderna nas cadeias internacionais de fornecimento de café originadas do Brasil demonstra o fracasso dos esquemas de certificação e dos mecanismos de denúncia, além da necessidade urgente de leis de devida diligência mandatórias”. Nos cafe-

7. Disponível aqui: <https://www.conectas.org/noticias/trabalho-analogo-ao-escravo-persiste-em-lavouras-de-cafe-brasileiras-aponta-estudo/>. Acesso em 19 de março de 2025.

zais, desde o cultivo até o processamento, não se encontram informações transparentes sobre as condições de trabalho de quem faz o café chegar até nossas xícaras. A área destinada à cafeicultura, passa por esgotamentos das terras, então os produtores buscam novas áreas e aliciam trabalhadoras e trabalhadores de várias regiões, influenciando o avanço de novas fronteiras e, com elas, as tradições de exploração de trabalhadoras e trabalhadores migram.

Considerando os dados registrados de 2024, somente nas lavouras de café e de milho foram 20 casos de trabalho escravo e 265 pessoas resgatadas, entre elas 4 crianças. Para efeito comparativo, em 2023 ambas as cadeias produtivas somaram 40 casos e 349 pessoas resgatadas com 4 crianças envolvidas. A redução de casos não confirma que o trabalho escravo nas lavouras de café e milho reduziu, pois devemos considerar que os dados mostram a atuação da fiscalização — que passou um período importante paralisada pela greve. É importante observar que a quantidade de pessoas submetidas ao trabalho escravo foi maior se analisada a equivalência de pessoas pela quantidade de casos, destacando também o aumento de crianças e adolescentes nos casos flagrados em 2024.

Nos dois últimos anos (2024 e 2023), foram 53 casos na produção do café e 525 pessoas resgatadas, entre elas 6 crianças. Nos trabalhos com o milho, foram 7 casos e 89 pessoas resgatadas, com 2 crianças encontradas nas fiscalizações.

A cadeia produtiva da soja, comumente atrelada ou associada à produção do milho, em 2024 contabilizou 4 casos, em que foram resgatadas 31 pessoas. Já considerando os últimos dez anos, foram 44 casos e 442 pessoas resgatadas, com denúncias que evidenciam o envolvimento de 651 pessoas.

É sempre bom lembrar que a elite social e política de nosso país também é formada pelos detentores do agronegócio, proprietários das grandes fazendas de café, das lavouras de milho e de campos de soja, tidos como grandes potencializadores da

economia no Brasil e de outros países, ocultados ou negados como responsáveis por parcela considerável do trabalho escravo em todas as regiões. A discriminação aos trabalhadores ocorre de vários modos, em especial pelo racismo, com expulsões de povos e comunidades de seus territórios, e a consequente redução das áreas produtivas de trabalho das comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e camponesas.

Essas comunidades tradicionais e camponesas são forçadas a reduzir suas produções de alimentos que fazem parte da cultura alimentar do povo brasileiro como o arroz, o feijão e a macaxeira, por exemplo, para ampliar a produção da soja, mercadoria utilizada para exportação em prol de um suposto desenvolvimento econômico. Dessa forma amplia-se o uso de agrotóxicos, a seca e a devastação de nossa sociobiodiversidade porque o Brasil se dedica a expandir grandes projetos econômicos, como o Matopiba ou o Amacro.

Os dados analisados neste texto ajudam a lançar luz sobre esse modelo de desenvolvimento, mostrando que essa expansão se dá com a exploração de trabalhadores e trabalhadoras, em condições de trabalho escravo, em nome do lucro a qualquer custo.

Esses empresários são considerados pela mídia como quem contribui para o desenvolvimento econômico do país, sem considerar as mazelas sociais que impõem e nos deixam de legado. No espetáculo de alienação e negação, aumentam as oportunidades de prosseguirem expulsando famílias de seus territórios de vida, tudo isso para prosseguirem explorando e reduzindo direitos, fragilizando a dignidade de pessoas que são submetidas aos serviços mais difíceis e dolorosos.

A submissão de pessoas ao trabalho escravo impacta relações familiares e comunitárias, afeta a saúde e destrói sonhos. As fazendas de café, de milho e de soja se ampliam nas grilagens de terras e com base no trabalho escravo. Com isso, essas áreas ficam bloqueadas, com restrição de

acesso a territórios que, em muitos casos, eram de uso comum de comunidades e povos camponeses e tradicionais (e que legalmente deveriam pertencer à União). Na história contemporânea, os cafezais e os milharais são áreas de cultivos de *commodities* e de lamentos.

3. Análise dos dados

Essa conjuntura atesta que refletir sobre a expansão da produção do café, do milho e da soja por meio do avanço desenfreado do agronegócio brasileiro é de extrema relevância para se entender muitas das causas do trabalho escravo, sobretudo por conta dos incentivos dos governos para os grandes projetos de desenvolvimento econômico destinados especificamente para os “grandes” produtores.

Analisando os dados de 2024 apresentados pela CPT, são percebidas significativamente a expansão de lavouras de café e de milho e a relação dessas lavouras com a exploração de trabalhadoras e trabalhadores submetidos ao trabalho escravo. Mesmo o milho não figurando nas principais lavouras envolvidas com trabalho escravo é importante evidenciarmos essa cadeia produtiva pelas peculiaridades do grão de milho e sua relação com a soja, uma vez que o reaproveitamento de área de produção é bastante comum entre as duas *commodities*.

Destacamos também a expansão do trabalho escravo em regiões de predominância dos biomas Cerrado, Mata Atlântica e na região do Rio da Prata.

Além disso, a análise dos dados sistematizados pela CPT aponta que alguns casos atribuídos pela fiscalização a diferentes tipos de trabalho, como os de catador de raízes e de palhas e roços de juquiara, por exemplo, podem ocultar a atividade

principal em que podem estar inseridos, visto que não foi destacado que eram serviços preparatórios de áreas para o manejo da soja, de milho e de café. Todos esses ciclos estão presentes nas fazendas que geralmente são combinados também com a criação de gado.

A produção e a exportação de café no Brasil têm constante crescimento, consequência da influência dos estados que têm expandido esse mercado, onde também tem sido flagrado o uso de mão de obra nas condições de trabalho escravo, como Minas Gerais, São Paulo e outros estados reconhecidos como grandes produtores e exportadores de café.

O Brasil exportou 50,5 milhões de sacas de 60 quilos de café em 2024, número que representa um novo recorde e alta de 28,8% na comparação com o ano anterior, segundo dados consolidados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Essa exportação gerou uma receita de US\$12,3 bilhões em 2024, o maior valor já registrado no Brasil, representando uma alta de 52,6% na comparação com 2023 (...). Entre os motivos que contribuíram para o crescimento nas exportações de café do país em 2024 estão a valorização do produto no mercado internacional e a valorização do dólar. O cenário de oferta e demanda global ajustado influenciou a alta dos preços do produto no ano passado, mesmo com a recuperação da produção em alguns países. Outro fator altista para os preços foi a ocorrência de novas adversidades climáticas em importantes países produtores, que limita a recuperação da oferta futura. (Monitor Mercantil, 2025 e Conab⁸, 2024)

A Associação Brasileira de Indicadores do Café (ABIC) apresenta nos indicadores de 2024 que o Brasil segue na posição de segundo maior consumidor de café no mundo, seguido dos Estados

8. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - <https://monitormercantil.com.br/conab-aponta-para-safra-de-cafe-em-542-milhoes-de-sacas-em-2024/>.

Unidos da América que ocupa a primeira posição da lista.

Refletir sobre o consumo e não comprar produtos de quem escraviza é fundamental, mas sabemos que rupturas só acontecerão se as estruturas forem mexidas. Será que o “cafezinho” diário manchado de exploração de trabalhadores não está sendo servido e consumido por nós? Consta nos indicativos da ABIC de 2024 que “o brasileiro consome, em média 1.430 xícaras/ano”. Os lucros do café são manchados pela exploração de trabalhadoras e trabalhadores e o faturamento da indústria do café torrado, em 2024, alcançou 36,82 bilhões, conforme aponta a ABIC.

Entre os processos com o café, desde o plantio e colheita do fruto, do beneficiamento à limpeza e remoção da casca, a moagem, os serviços feitos de forma manual ou mecânica, há sempre trabalhadoras e trabalhadores envolvidos: quais as condições de trabalho em que se encontram? A temperatura e o tempo em que ficam torrando o café, os espaços de trabalho encontram-se em que condições?

É importante evidenciar que o café tem muita relevância como fruto e produto para consumo alimentar. Considerando os indicadores da Indústria de Café, em 2024, o consumo deste produto no Brasil registrou um aumento de 1,11%. Foram consumidas 21.916 milhões de sacas. Existe uma preocupação crescente com a consistência do café, sendo ele tradicional, especial, gourmet, superior ou outro, e com a sua origem e sistema de produção. No entanto, a atenção dos consumidores do café sobre as condições de trabalho de quem o produz ainda é reduzida. A dificuldade se torna ainda maior quando produtores de

cafés com selos de certificação já foram flagrados escravizando trabalhadores e trabalhadoras⁹.

Há fatores que contribuem para a permanência do trabalho escravo nos processos de manejo dos grãos, tais como os atravessamentos de raça, gênero, territorialidades e identificação social. A Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo tem realizado o levantamento que indica que mais de 80% dos trabalhadores escravizados nas lavouras de café são pessoas negras, entre pretas e pardas, maioria homens.

Parcela considerável de trabalhadoras e trabalhadores têm encontrado nas lavouras diversas, como a do café, do milho e da soja, os meios de continuarem colocando em prática suas experiências com o trabalho no campo. Mas pela manutenção da escravidão, são enganados e explorados, não são valorizados, não recebem o proporcional da riqueza que produzem.

4. Conclusões e recomendações

Como prever e combater as ocorrências de trabalho escravo constitui-se em desafios significativos, precisa-se tratar de condicionantes sociais de trabalhadoras e trabalhadores, tais como gênero, raça, identificação territorial e cultural, assim como suas limitações para a autonomia e potencialidades, assegurando o direito de voz e participação.

9. Sobre este tópico ver: FREITAS, Hellen; DALABRIDA, Poliana. “Starbucks: fazendas de café certificadas são flagradas com trabalho escravo e infantil em Minas Gerais” (Repórter Brasil, 2023). Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/11/starbucks-fazendas-de-cafe-certificadas-sao-flagradas-com-trabalho-escravo-e-infantil-em-minas-gerais/>. Ver também: CAMPOS, André; HOFMEISTER, Naira. “Risco de trabalho escravo leva certificadora a impor mais rigor a fazendas brasileiras” (Repórter Brasil, 2023). Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/07/risco-de-trabalho-escravo-leva-certificadora-a-impor-mais-rigor-a-fazendas-brasileiras/>.

Essa realidade do trabalho escravo nas lavouras é antiga e precisa ser combatida, por isso se faz necessário dialogar e construir ações exequíveis:

- Fortalecer a fiscalização para assegurar direitos, dignidade e respeito aos trabalhadores.
- Promover a conscientização sobre os direitos dos trabalhadores.
- Construir medidas de combate ao trabalho escravo e rupturas de injustiça social.
- Promover maior conscientização, a exemplo de campanhas de prevenção.
- Fortalecer a Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo nos estados do país.
- Ampliar estudos sobre a prevalência do trabalho escravo nas diversas lavouras, considerando desde os cultivos até os processamentos e também a rede de comercialização.
- As fiscalizações não combaterão o trabalho escravo isoladamente. Podem ocorrer reincidências de produtores ao escravizarem mais trabalhadoras e trabalhadores se não ocorrer um monitoramento. Por isso, é imprescindível realizar mais fiscalizações no calendário de colheita da cultura.
- É essencial lembrar que o “cafezinho” é preparado por muitas pessoas que estão na condição de trabalho escravo doméstico.
- Campanhas de combate ao trabalho escravo na rede de produção do café, aplicando multas, suspensões de comercialização, rompimentos de contratos, divulgação na lista suja, divulgação de medidas adotadas para reparação das vítimas. Cooperar para o exercício das penalidades definidas no código penal que devem ser aplicadas onde for flagrado trabalho escravo e realizar adequações conforme legislação trabalhistas.

TABELA 6 Conflitos Trabalhistas (2024)

UF	TRABALHO ESCRAVO RURAL				SUPEREXPLORAÇÃO				TOTAL UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgata-dos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgata-dos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
CENTRO-OESTE										
DF	1	23	23	1	-	-	-	-	1	23
GO	6	84	83	-	-	-	-	-	6	84
MS	19	337	124	3	-	-	-	-	19	337
MT	2	4	4	-	-	-	-	-	2	4
Subtotal	28	448	234	4	-	-	-	-	28	448
NORDESTE										
AL	3	8	8	-	-	-	-	-	3	8
BA	5	27	27	-	-	-	-	-	5	27
CE	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1
MA	10	82	82	-	-	-	-	-	10	82
PB	4	30	30	3	-	-	-	-	4	30
PE	3	38	38	-	-	-	-	-	3	38
PI	3	12	12	-	-	-	-	-	3	12
RN	2	9	9	-	-	-	-	-	2	9
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	31	207	207	3	-	-	-	-	31	207
NORTE										
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	3	103	103	-	-	-	-	-	3	103
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	9	61	16	-	-	-	-	-	9	61
RO	2	4	4	-	-	-	-	-	2	4
RR	2	9	9	1	-	-	-	-	2	9
TO	2	11	-	-	-	-	-	-	2	11
Subtotal	18	188	132	1	-	-	-	-	18	188
SUDESTE										
ES	6	83	83	2	-	-	-	-	6	83
MG	37	480	479	8	-	-	-	-	37	480
RJ	5	19	19	-	-	-	-	-	5	19
SP	11	402	357	13	-	-	-	-	11	402
Subtotal	59	984	938	23	-	-	-	-	59	984
SUL										
PR	5	43	28	4	-	-	-	-	5	43
RS	9	76	76	3	-	-	-	-	9	76
SC	1	7	7	-	-	-	-	-	1	7
Subtotal	15	126	111	7	-	-	-	-	15	126
BRASIL	151	1.953	1.622	38	-	-	-	-	151	1.953

Além destes casos de trabalho escravo rural, houve 75 denúncias de trabalho escravo em atividades realizadas fora do campo, envolvendo 623 trabalhadores(as) na denúncia. Entre estes(as), 610 foram resgatados(as).

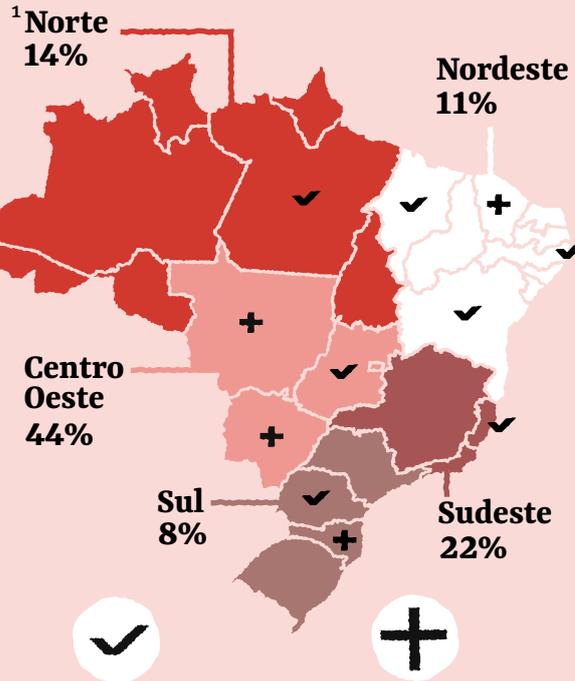


**VIOLENCIA CONTRA
A PESSOA**

VIOLÊNCIA POLICIAL E O 'MOVIMENTO INVASÃO ZERO'*

Proporção de Projetos de Lei na Câmara dos Deputados por região

A região **Centro-Oeste** é a que mais apresentou projetos de lei ligados ao Invasão Zero entre 2023 e 2024 na Câmara dos Deputados, abarcando **44%** do total. A maior parte desses casos são de autoria dos deputados do **Mato Grosso do Sul, Marcos Polon (PL) e Rodolfo Nogueira (PL)**.



Fundado no estado da Bahia, o grupo ruralista, composto por grandes fazendeiros e proprietários de terras, autodenomina-se "Movimento Invasão Zero".

O grupo é conhecido por suas ações violentas contra famílias em situação de acampamento, ocupações e retomada de territórios.

Além de suas atuações diretas em conflitos no campo em todas as regiões no Brasil, o grupo também exerce influência nas casas legislativas brasileiras, promovendo propostas de lei que buscam, sobretudo, **a criminalização das ocupações de terras e das retomadas de posse** por comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Nos estados de **Goiás, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pará e Pernambuco**, ocorreram ações assumidas e/ou comprovadas enquanto ataques violentos por parte do grupo Invasão Zero.

Contudo, em outros estados como **Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Santa Catarina**, também ocorreram ataques coordenados de grupo de fazendeiros, onde suspeita-se que foram articulados pelo Invasão Zero.

¹O cálculo dos percentuais são valores aproximados, tendo os resultados arredondados para números inteiros.

Principais violências contra a ocupação e a posse relacionadas a atuação do Movimento Invasão Zero



Categorias sociais sofreram com a atuação violenta do movimento Invasão Zero



Violências contra a pessoa causadas pelo Invasão Zero:



Maria Fátima Muniz de Andrade (Nega Pataxó)

Foi assassinada em 21/01/24, por um fazendeiro ligado ao movimento Invasão Zero, com apoio da polícia em uma ação articulada contra a retomada indígena Pataxó Hã Hã Hãe.

O caso da Nega Pataxó é emblemático e como fato dita os rumos de 2024, uma vez que foi o primeiro assassinato do ano, e pela ação do Invasão zero, que tem destaque como um dos principais agentes promotores da violência no campo em 2024.

A atuação de forças policiais:

Agentes causadores mais apoiados por forças policiais



Categorias sociais que mais sofrem com ações da polícia em meio aos conflitos no campo



Estados mais afetados pela violência policial nos conflitos no campo



Violências relacionadas à atuação de forças policiais em meio aos conflitos no campo



* Os dados sobre a atuação do "Movimento Invasão Zero" na Câmara dos Deputados tem como fonte o estudo que está sendo desenvolvido pelos pesquisadores: Leonardo Evaristo Teixeira, Mariana Trotta Dallalana Quintans, Thamires Azeredo Chaves, Daniel Anunciação dos Santos, Cecília Café Baldani, Liliâne da Silva Santos, Francisco Trope da Silva Porto. Para mais informações sobre esse estudo, ver análises publicadas no periódico "Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais", no ano de 2025.

O outro lado do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro: as violências deflagradas nos conflitos do campo em 2024

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves¹ | Paula Vitória Moreti Soares² | Karoline Santoro Souza³

O Brasil lidera recordes de violência contra povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. O debate sobre os conflitos do campo brasileiro envolve a compreensão dos agentes sociais, da luta pela terra e do processo de reforma agrária. O espaço agrário é geografado pela heterogeneidade das transformações sociais, caracterizadas pelas múltiplas relações entre Estado, modelo econômico e sociedade. No que tange ao papel do Estado, pelas políticas de reforma agrária e de colonização de novas terras. Com relação à economia, pela implementação de modelos de desenvolvimento agrário, baseados em atividades neoextrativistas, que caracterizam o agro(hidro-minero-carbono)negócio. Quanto às populações do campo, pelas ações coletivas, geradoras de práticas e de lutas sociais.

Girardi (2019, p. 123)⁴ salienta duas dimensões da questão agrária brasileira que nos ajudam na compreensão dessa problemática. A primeira, que diz respeito às velhas estruturas, caracterizada

pela concentração da terra e do poder político e econômico de quem a detém, pela desintegração do campesinato, pelos conflitos do campo e pela necessidade de democratização do acesso à terra (reforma agrária) para otimizar a produção, o mercado interno e o trabalho no país, com o objetivo de desenvolver o próprio capitalismo. A segunda, que abarca novos elementos, caracterizada pelas questões ambientais, pela sanidade da produção de alimentos, pela soberania e segurança alimentar, pela forma como o agronegócio se apropria dos recursos naturais (extremamente predatória econômica e ambientalmente), pela necessidade de manter o direito dos povos tradicionais, pela estrangeirização da terra, dentre outros.

O nosso objetivo nesse texto é debater as violências contra a pessoa⁵ (ameaças de morte, tentativas de assassinato, assassinato e prisões) deflagradas em conflitos do campo em 2024 e a partir de seu mapeamento ter acesso a outras dimensões dos conflitos que caracterizam a atual

1. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. Professora de Geografia na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

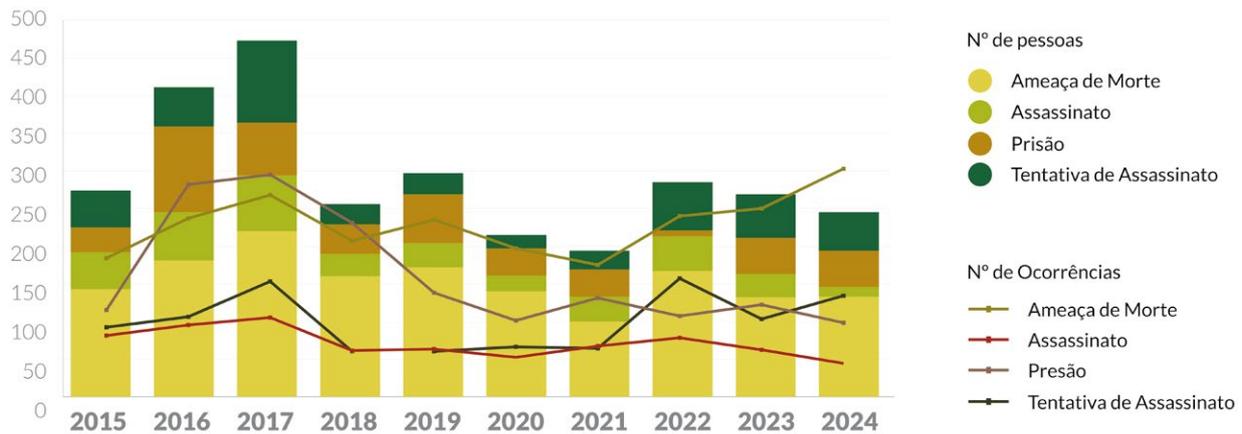
2. Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e pesquisadora no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

3. Doutoranda em População, Território e Estatísticas Públicas/Escola Nacional de Ciências Estatísticas e pesquisadora no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

4. GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro**. Rev. NERA Presidente Prudente. v. 22, n. 50, pp. 116-134 Set.-Dez./2019

5. Embora a CPT categorize mais de 20 tipos de violências contra pessoa, neste trabalho selecionamos apenas essas quatro. Isso se deve ao objetivo de compreender as dimensões do conflito imbricadas a eles, tal qual o comportamento dos dados ao longo do tempo e sua espacialidade, além da identificação das categorias que causam esses tipos de violência e sua intensidade ao longo dos anos, assim como das categorias que sofrem os conflitos.

GRÁFICO 1 Os ataques contra pessoas por tipos de violência e o número de pessoas que as sofreram entre 2015 e 2024



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

dinâmica socioeconômica do espaço agrário brasileiro. A abordagem das violências nos dá acesso às categorias que causam os conflitos, nos levando a quem concentra terra e detém o poder político e econômico e suas estratégias violentas de expansão do território. Por outro lado, ela também revela as categorias que são alvo desses conflitos e suas práticas e lutas sociais de r-existência.

Uma análise das ocorrências de violência contra pessoa: categorias de tensão e de resistência

Nessa seção, buscamos analisar os ataques relacionados aos distintos tipos de violência contra a pessoa deflagradas nos conflitos do campo em 2024, mas a partir de um comparativo dos últimos 10 anos⁶. Os dados sobre a violência também envolvem outras dimensões dos conflitos, como as

categorias que causam (fazendeiros, empresários, grileiros, Estado, madeireiras, mineradoras, garimpeiros, hidrelétricas etc) e aquelas que sofrem os conflitos (indígenas, quilombolas, sem terra, posseiros, pequenos proprietários, assentados etc). Por isso trouxemos para análise um gráfico com a série histórica de cada uma dessas dimensões.

No gráfico acima podemos observar a série histórica dos ataques contra as pessoas de 2015 a 2024 nos conflitos do campo brasileiro e o quantitativo de pessoas que sofreram cada um deles. Os dados sobre a ameaça de morte contabilizam 133 ataques em 2024. Se considerarmos a média anual de 154,8, 2024 apresentou uma queda de 14%, o terceiro menor registro da série, ficando atrás apenas dos anos de 2021 e 2023, com, respectivamente, 100 e 132 ataques relacionados à ameaça de morte. Os casos de assassinato, cuja média anual é de 39,3, têm seu menor registro

6. Conforme a metodologia de registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma mesma pessoa pode sofrer violências múltiplas na mesma situação de conflito. Por exemplo, ela pode ser presa, ameaçada de morte e agredida ao mesmo tempo. Existem três dimensões de análise dos dados de violência contra a pessoa registrados pela CPT: 1. Os números de ataques que resultam em vítimas de violência envolvidas nos conflitos no campo, e nesse caso um ataque pode resultar em uma vítima ou mais; 2. Número de vítimas de violências, contabilizando o número de pessoas que sofreram violência em meio aos conflitos; 3. O quantitativo das violências e a tipificação de cada uma delas, uma vez que uma vítima pode sofrer mais de um tipo de violência durante um mesmo ataque, como já foi mencionado.

no ano de 2024, 66% abaixo da média, em contraposição ao ano de 2017, com 74 ocorrências de assassinato, representando o maior número de assassinatos da década. Os dados sobre as prisões apresentam uma média anual de 49,6. O ano de 2024, com 2 pontos abaixo da média, totalizou 48 ataques relacionados a prisões. Já 2016 é o ano com o maior número de ataques relacionados a ocorrências de prisão, 232% a mais que a média. Os dados sobre as tentativas de assassinato apresentam uma média anual de 48,1 ataques sendo o único tipo de violência contra pessoa que em 2024 apresenta um número maior que a média, com 51 ataques. O maior registro da série ocorreu em 2017, com 109 ataques e o menor em 2020, com 18.

O *Gráfico 1* traz também o número de pessoas que sofreram cada tipo de violência nos últimos 10 anos. Uma variável muito importante para se compreender a complexidade dos dados. Se por um lado, em 2024 houve uma queda no número de ataques violentos contra a pessoa, por outro, tem-se um aumento exponencial do número de pessoas que sofrem esses tipos de violência. Em relação às ameaças de morte, a média anual é de 198,6 pessoas, 28% a mais do que a média anual de ataques. Já no que tange à 2024, são 272 ataques que resultaram em ameaça de morte, 37% a mais que a média dos últimos 10 anos e 104% a mais que o número de ataques nesse mesmo ano, sendo o maior registro da série histórica. O quantitativo de tentativas de assassinato também aumentou em 2024, totalizando 103,50% a mais que a média anual da década, 42% a mais que a média anual de ataques e 102% maior que o quantitativo de ataques nesse mesmo ano.

O número de prisões é 40% maior que o número de ataques que resultam em prisões em 2024 e quando o comparamos às médias anuais de ataques e ocorrências dessa violência está 35% a mais e 49% a menos, respectivamente. No caso dos assassinatos, o número de ataques foi de 12, resultando em 13 vítimas. Os números apresentados nesse primeiro gráfico nos permitem assertar que 2024 foi um ano violento no campo brasileiro,

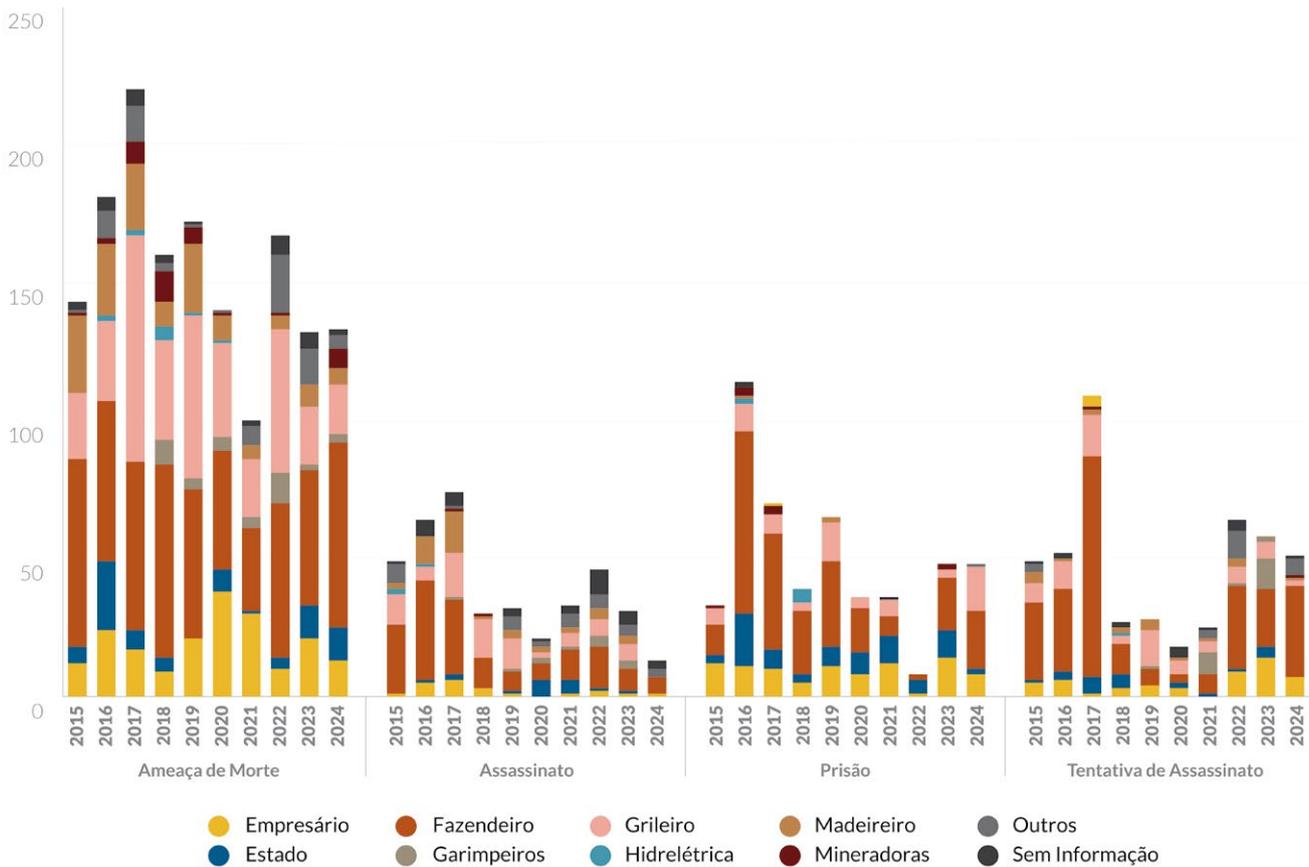
principalmente, quando consideramos a soma do número de pessoas ameaçadas de morte e que sofreram tentativas de assassinato, o maior dos 10 últimos anos. Nesse sentido, 2024 se apresenta como o ano de maior sensação de insegurança no campo brasileiro, o que impacta diretamente na qualidade de vida das populações do campo e povos e comunidades tradicionais.

Vejam no *Gráfico 2* abaixo, quatro séries históricas, uma para cada tipo de violência, a fim de representar as categorias que causam cada uma delas ao longo desses 10 anos (2015-2024).

Dos 1548 ataques relacionados à ameaça de morte ocorridos entre 2015 e 2024, 556 (36%) são causados pelos fazendeiros. Isso significa uma média anual de 55,6 casos. Em segundo lugar estão os grileiros com 376 (24%) ataques ao longo desses 10 anos e média anual de 37,6%. O terceiro lugar é ocupado pelos empresários com 195 (12%) ataques e média anual de 19,5. Em quarto lugar estão as madeiras com 145 (9%) ataques e média anual de 14,5. Em quinto, está o Estado com 80 (5%) ataques e média anual de 8. Em sexto, estão os garimpeiros com 38 (2%) ataques e média anual de 3,8. Em sétimo, estão as mineradoras, com 37 (2%) ataques e uma média anual de 3,7. Em oitavo e último lugar estão as hidrelétricas, claro, com 11 (0,7%) ataques e uma média anual de 1,1.

Em 2024, são 133 ataques relacionados à ameaça de morte e o *ranking* das categorias que causam os conflitos se altera bem pouco em relação à série histórica. Desses 133 ataques, 67 (50%) são causados por fazendeiros, um registro acima da média anual. 18 (14%) são causados por grileiros, uma queda de 52% em relação à média anual. 13 (10%) por empresários, 33% a menos que a média anual; 12 (9%) pelo Estado, 50% a mais que a média anual. 7 (5%) por mineradoras, um aumento de 89%; 6 (4%) por madeiros, uma queda de 59% e 3 (2%) por garimpeiros, 21% a menos que a média anual. Os fazendeiros e grileiros continuam liderando o *ranking*. O Estado sobe uma posição, vai para quarto lugar. As mineradoras sobem duas

GRÁFICO 2 Categorias que causaram violências contra pessoa por tipos de violência entre 2015 e 2024



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

posições, saem de sétimo para quinto lugar. Já as madeireiras descem duas posições, saindo de quarto para sexto lugar. As hidrelétricas, por sua vez, são as únicas que não tem registro em 2024.

Dos 393 ataques que resultaram em assassinato dos últimos 10 anos, 152 (39%) são causados pelos fazendeiros, apresentando uma média anual de 15,2. Isso significa que os fazendeiros são os vilões que mais matam no campo brasileiro nos últimos 10 anos. 76 (19%) por grileiros e média anual de 7,6; 42 (11%) por madeireiras e média anual de 4,2; 21 (5%) por empresários e média anual de 2,1; 12 (3%) por garimpeiros e média anual de 1,2; 3 (0,8%) por hidrelétricas e média anual menor que 1 e 2 (0,5%) por mineradoras e média anual também menor que 1. Em 2024, os casos de assassinatos somam

13 casos, sendo 6 (46%) causados pelos fazendeiros, uma queda de 60% em relação à média anual e 1 (7%) pelos empresários, que também apresenta uma queda de 52%. Os fazendeiros se mantêm em primeiro lugar e os empresários sobem uma posição e ocupam o segundo lugar.

Dos 497 ataques que resultaram em prisões dos últimos 10 anos, 238 (48%) são executadas em conflitos comandados por fazendeiros, com média anual de 23,8; 92 (18%) em conflitos liderados por empresários, com média anual de 9,2; 72 (14%) executadas diretamente pelo Estado brasileiro, com média de 7,2; 69 (14%) em conflitos deflagrados por grileiros, com média anual de 6,9; 9 (2%) em conflitos deflagrados por mineradoras, com média anual menor que 1; 7 (1%) em conflitos

deflagrados por hidrelétricas, com média anual menor que 1 e 3 (0,6%) em conflitos deflagrados por madeireiros, também com média anual menor que 1.

Em 2024, ocorreram 48 ataques que resultaram em prisões, sendo 21 (44%) em conflitos deflagrados por fazendeiros, apresentando uma queda de 12% em relação à média anual; 16 (33%) em conflitos deflagrados por grileiros, um aumento de 132%; 8 (17%) em conflitos deflagrados por empresários, uma queda de 13%; e 2 (4%) executadas diretamente pelo Estado brasileiro, uma queda de 73% em relação à média anual. Os fazendeiros novamente se mantêm em primeiro lugar, seguidos dos grileiros e dos empresários, que juntos são responsáveis por causarem 45 dos 48 ataques de conflitos em que foram deflagradas prisões. Esse cenário nos oferece uma reflexão sobre o papel do Estado revelado nos conflitos do campo, cuja característica que se sobressai é uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e econômica, sobretudo, do setor do agronegócio. Nesse sentido, estamos consonantes com Ranciére (2014, p. 94)⁷, de que “os males de que sofrem nossas ‘democracias’ estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável das oligarquias. Não vivemos em democracias”.

Das 481 ocorrências de tentativa de assassinato dos últimos 10 anos, 249 (52%) são causadas por fazendeiros, com uma média anual de 24,9 casos; 52 (11%) pelos empresários e média anual de 5,2; 23 (5%) pelo Estado e média anual de 2,3; garimpeiros e madeireiras são responsáveis por respectivamente 21 (4%), com média anual de 2,1 cada; 2 (0,4%) por mineradoras e 1 (0,2%) por hidrelétricas, ambos com média anual menor que 1. Em 2024, são registradas 51 ocorrências de tentativa de assassinato, 33 (65%) causadas por fazendeiros, ou seja, 32% a mais que a média anual; 7 (14%) por empresas, ou seja 35%, 2 (4%) por grileiros e 1 (2%) por mineradoras. Pela quarta vez os fazendeiros se mantêm em primeiro lugar, o que os torna o

grupo mais violento do campo brasileiro dos últimos 10 anos e do ano de 2024.

No Gráfico 3 abaixo, semelhantemente ao Gráfico 2, podemos observar quatro séries históricas, uma para cada tipo de violência, mas a fim de representar as categorias que sofrem cada uma delas ao longo desses 10 anos (2015-2024).

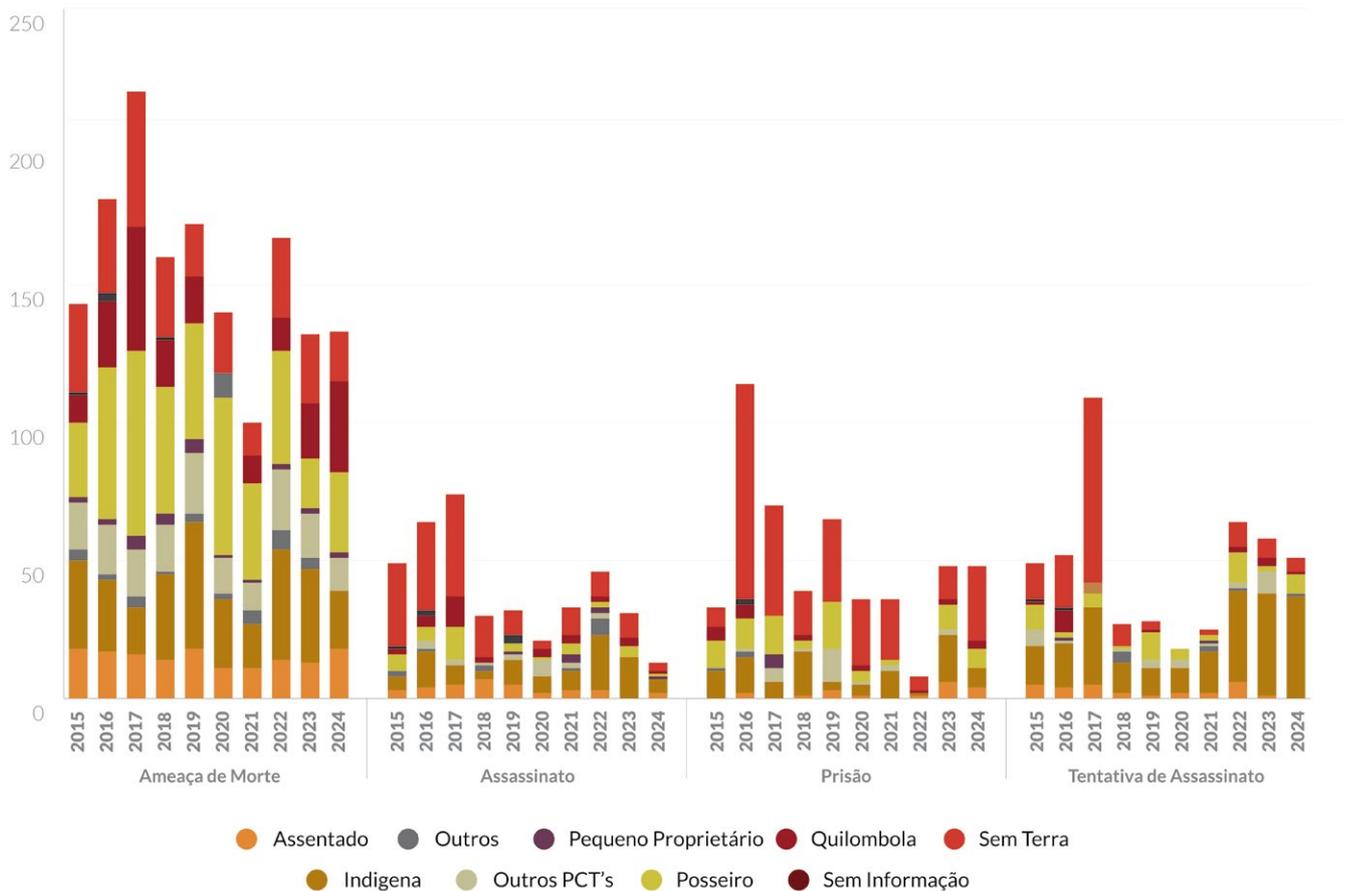
Dos 1548 ataques que resultaram em ameaça de morte no período entre 2015 e 2024, os posseiros são alvo de 417 (27%) ataques. Isso significa uma média anual de 41,7 casos. Os indígenas são alvo de 288 (19%) ataques e média anual de 28,8. Os sem-terra, de 269 (17%) ataques e média anual de 26,9. Os quilombolas, de 197 (13%) e média de 19,7. Outros povos e comunidades tradicionais, de 164 (10%) e média anual de 16,4. Os assentados com 150 (10%) ataques e média anual de 15. E, os pequenos proprietários, de 26 (2%) e média anual de 2,6.

Dos 133 ataques que resultaram em ameaça de morte ocorridos em 2024, os quilombolas são o alvo principal, com 33 casos, ou seja, 68% acima da média anual dos últimos 10 anos. Seguidos dos posseiros, com 29 ataques, ou seja, 30% a menos que a média anual; dos indígenas com 21 ataques, sendo 30% a menos que a média anual; dos assentados com 18, sendo 30% acima que a média anual; dos sem-terra também com 18, mas sendo 33% a menos que a média anual; dos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) com 12, sendo 27% a menos que a média anual e, por fim, dos pequenos proprietários com 2, sendo 0,6% a menos que a média anual. Os quilombolas e os assentados foram as categorias que sofreram violência contra a pessoa acima da média anual dos últimos 10 anos.

Dos 393 ataques que resultaram em assassinatos ocorridos nos últimos 10 anos, os sem-terra são o principal alvo, com 157 (40%) ataques. Isso significa uma média anual de 15,7 casos. Os indígenas são alvo de 90 (23%) ataques e média anual de

7. RANCIÉRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

GRÁFICO 3 Categorias que sofreram violências por tipos de violência entre 2015 e 2014



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

9; os posseiros de 38 (10%) e média anual de 3,8; os assentados de 34 (9%) e média anual de 3,4; os quilombolas de 31 (8%) e média anual de 3,1; os outros PCTs de 18 (4%) e média anual de 1,8 e os pequenos proprietários de 7 (1,7%) e média anual menor que 1. Em 2024, 13 pessoas são assassinadas, sendo 5 (38%) indígenas, ou seja, 44% a menos que a média anual; 3 (23%) sem-terra, ou seja, 81% a menos da média anual; 2 (15%) assentados, ou seja, 41% a menos que a média anual e 1 (8%) quilombola, ou seja, 68% a menos que a média anual; 1 (8%) posseiro, ou seja, 74% a menos que a média anual e 1 (8%) pequeno proprietário, ou seja, um pouco maior que a média anual que é menor que 1. As demais categorias não tiveram registro de assassinato. Isso significa que

com exceção dos pequenos proprietários, todas as demais categorias que sofreram assassinatos apresentam um quantitativo menor que a média anual dos últimos 10 anos e que os indígenas são a categoria que mais sofreu assassinatos em conflitos do campo no ano de 2024.

Dos 497 ataques que resultaram em prisões ao longo dos últimos 10 anos, 261 (52%) são executadas contra os trabalhadores sem-terra, apresentando uma média anual de 26,1 ocorrências; 87 (18%) contra indígenas e média anual de 8,7; 77 (15%) contra posseiros e média anual de 7,6; 24 (5%) contra outros PCTs e média anual de 2,4; 20 (4%) contra quilombolas e média anual de 2; 18 (4%) contra assentados e média anual de 1,8 e 5 (1%) contra pequenos

proprietários e média anual menor que 1. Em 2024, dos 48 ataques que resultaram em prisões, 27 são executadas contra os sem-terra, ou seja, 2% a mais que a média anual; 7 contra indígenas, ou seja 20% a menos que a média anual; 7 contra posseiros, ou seja 1% a menos que a média anual; 4 contra assentados, ou seja 78% a mais que a média anual; 3 contra quilombolas, ou seja 50% a mais que a média anual. As demais categorias não tiveram registro. Isso significa que os sem-terra são a categoria que mais foi presa no ano de 2024.

Dos 481 casos de tentativa de assassinato, 209 (44%) são contra indígenas, apresentando uma média anual de 21 ocorrências; 133 (28%) contra sem-terra e média anual de 13,3; 53 (11%) contra posseiros e uma média anual de 5,3; 28 (6%) contra assentados e média anual de 2,8; 25 (5%) contra outros PCTs e média anual de 2,5; 20 (4%) contra quilombolas e média anual de 2; 2 (0,4%) contra pequenos proprietários e média anual menor que 1. Em 2024, os indígenas são os que mais sofreram tentativas de assassinato com um total de 37 ataques, ou seja, 38% a mais que a média anual. Seguidos dos posseiros, com 7 ataques, ou seja, 32% a mais que a média anual; dos sem-terra com 5 ataques, ou seja, 63% a menos que a média anual e dos quilombolas com 1 ataques, ou seja, 50% a menos que a média anual. As demais categorias não tiveram registro.

Diante desse resultado, como não mencionar o assassinato de Maria Fátima Muniz de Andrade, Nega Pataxó, no contexto do Movimento Invasão Zero. Ela foi assassinada no estado da Bahia, ainda em janeiro de 2024. Assassinada a tiros, em um cenário no qual fazendeiros do Movimento Invasão Zero, deliberadamente armados, se encon-

tram nas imediações da fazenda Inhumá, a fim de promover, por conta própria, a reintegração de posse da propriedade, retomada pelos indígenas. Além do assassinato da Nega Pataxó, um cacique e outra liderança indígena foram baleados. Esse é um dado que tem como pano de fundo a violência contra mulher em conflitos no campo.

Quando analisamos o quantitativo de ataques em cada tipo de violência pela diferença de gênero, temos a seguinte situação: (1) ameaça de morte, 393 ataques sofridos por mulheres e 1049 por homens; (2) tentativas de assassinato, 85 por mulheres e 327 por homens; (3) prisões, 56 por mulheres e 410 por homens e (4) assassinatos, 37 por mulheres e 355 por homens. As mulheres, portanto, sofrem 20% das ocorrências de violência contra pessoa dos últimos 10 anos, enquanto os homens sofrem 73%.

Estamos em consonância com Gustavo Ferroni⁸, ao relacionar a violência no campo ao tipo de modelo de desenvolvimento vigente no país. A receita de um país exportador de *commodities* agrícolas de baixo valor agregado é concentração de terra, degradação dos recursos naturais, exploração dos trabalhadores e a necessidade constante de expansão da fronteira agrícola, o que acarreta cada vez mais conflitos. O debate sobre a diminuição ou até mesmo a erradicação da violência no campo demanda uma outra relação com a terra que não seja a de mercadoria (agro-negócio), mas que a entenda como meio de produção/reprodução metabólica da vida (agri-cultura)⁹, baseada nas pessoas e no respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, os povos e comunidades tradicionais têm muito a ensinar.

8. OXFAM Brasil. Ocorrência de conflitos no campo cresce e tem número recorde em 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/ocorrencia-de-conflitos-no-campo-cresce-e-tem-numero-recorde-em-2023/>. Acesso em 06 mar. de 2025.

9. Porto-Gonçalves (2008) aponta a diferença nada sutil dos significados de agri-cultura e de agro-negócio. A primeira referente à uma atividade econômica milenar de produção de alimentos fundamentais à existência humana. A segunda, à uma atividade econômica de produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Embora para ambas a terra seja o principal elemento, as relações com a terra se manifestam de forma completamente diferente. De forma respectiva, trata-se de relações de envolvimento e de (des)envolvimento. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. Universitas Humanística, Bogotá, n.º 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008.

A espacialização dos dados da violência contra pessoa: uma análise sobre os focos de violência no território brasileiro

Nos mapas abaixo, podemos observar como cada um dos quatro tipos de violência contra pessoa geografa o território brasileiro, identificando as principais manchas de conflitos. No que tange às ameaças de morte, tem-se as seguintes manchas de conflito: (1) todo o território maranhense, norte do Tocantins e nordeste e sudeste do Pará; (2) todo território rondoniense, sul do Amazonas e leste do Acre; (3) todo território pernambucano, leste da Paraíba e norte de Alagoas; (4) sudeste baiano e norte capixaba; (5) centro-oeste baiano e norte de Minas Gerais e (6) sul de Mato Grosso do Sul e oeste paranaense.

Em relação aos assassinatos, destacam as seguintes manchas de conflito: (1) norte e noroeste maranhense, norte do Tocantins e sudeste do Pará; (2) norte de Rondônia e sul do Amazonas; (3) sul de Mato Grosso do Sul e noroeste do Paraná e (4) Recôncavo Baiano e sul da Bahia. O mapa das prisões, por sua vez: (1) sudeste do Pará; (2) todo território rondoniense e (3) sul de Mato Grosso do Sul e sudoeste paranaense. Por fim, o mapa das tentativas de assassinato, com os seguintes destaques: (1) noroeste do Tocantins, sudeste do Pará e norte e noroeste do Maranhão; (2) norte de Rondônia, sul do Amazonas e noroeste mato-grossense e (3) sul do Mato Grosso do Sul e noroeste paranaense. Vejamos: (mapas na pág. 164).

As ameaças de morte, representadas pela cor vermelho-claro, estão presentes em todas as regiões brasileiras, além de apresentarem a maior concentração de casos por município (44). Entre os quatro tipos de violência contra a pessoa analisados,

já sabemos que as ameaças de morte se destacam no espaço agrário brasileiro. Essas ocorrências são mais frequentes nas regiões Norte (43%) e Nordeste (42%). Juntas concentram 85% dos ataques que resultaram em ameaça de morte. O estado do Maranhão lidera o *ranking*, registrando 373 ataques, seguido pelo Pará, com 291 ataques.

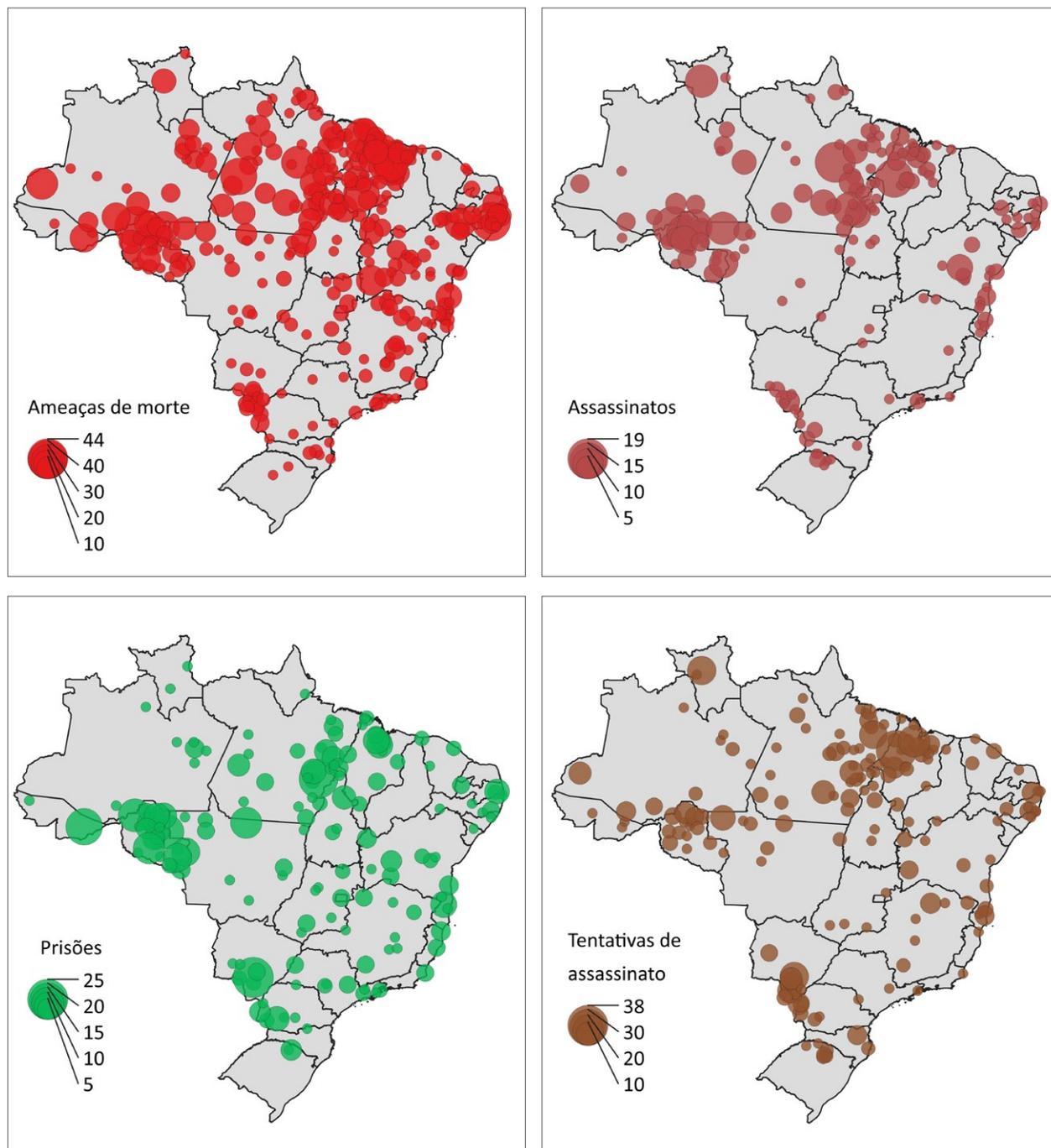
Dentre os municípios com maior incidência de ameaça de morte, destaca-se Porto Velho, em Rondônia, onde os conflitos envolvendo posseiros e sem terra são recorrentes. Com a expansão da fronteira agrícola e a busca por áreas disponíveis para o cultivo de *commodities*, aliadas à crescente demanda por terras destinadas à pecuária e ao plantio de soja, houve a deslocamento espacial do capital agropecuário para a região Norte e Centro-Norte centralizados nos municípios de Ariquemes e Porto Velho, como coloca Silva (2018)¹⁰. De acordo com dados da CPT, em 2017, essas localidades passaram a compor a cartografia dos conflitos agrários, concentrando a maior conflitividade dentro do estado.

Os assassinatos, representados pela cor vermelho-escuro, apresentam 393 ataques distribuídos pelo território brasileiro, sendo 61% na região Norte, com casos em todos os estados, sendo 94 no Pará e 91 em Rondônia. Isso significa que apenas esses dois estados concentram 77% dos assassinatos no Norte brasileiro. Desses assassinatos, destacamos o massacre de Pau D'arco, em 2017, em que dez¹¹ trabalhadores rurais sem-terra (9 homens e 1 mulher) tiveram suas vidas brutalmente interrompidas pela violência no campo, em uma ação criminosa praticada por policiais militares e civis do Pará. Sob o pretexto de cumprir 14 mandados de prisão preventiva e temporária contra ocupantes da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'arco-PA, a polícia do estado

10. SILVA, Ricardo Gilson da Costa; DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 461-479, 2018.

11. Dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/05/massacre-de-pau-darco-sete-anos/#:~:text=H%C3%A1%20sete%20anos%2C%20no%20dia,civis%20do%20estado%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em 10 mar. de 2025.

MAPA 1 A distribuição dos quatro tipos de violência contra pessoa pelo território brasileiro entre 2015 e 2024



Base cartográfica IBGE, 2022.

SRC: SIRGAS 2000.

Elaboração cartográfica: Karoline Santoro, 2025



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT.

cometeu o maior crime no campo dos últimos 20 anos, desde Eldorado dos Carajás.

Ainda em 2017, em Lençóis-BA, a Comunidade Quilombola de Iúna também sofreu um massacre. O primeiro assassinato registrado em Iúna foi o de Lindomar Fernandes Martins, liderança da comunidade, em 16 de julho de 2017, e o segundo episódio ocorreu em 7 de agosto do mesmo ano, quando seis trabalhadores rurais do Território Quilombola de Iúna foram assassinados Adeilton Brito de Souza, “Boga”; Gildásio Bispo das Neves; Amauri Pereira Silva; Valdir Pereira Silva; Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição¹².

As prisões, por sua vez, representadas pela cor verde no mapa, possuem 497 ataques que resultaram em prisões, que estão assim distribuídos pelo território brasileiro: 52% na região Norte, sendo 132 casos apenas em Rondônia; 20% no Nordeste, sendo 42 ataques no Maranhão. Isso significa que 72% das prisões deflagradas em conflitos do campo estão concentradas no Norte e Nordeste brasileiros. Já as tentativas de assassinato, representadas pela cor marrom no mapa, possuem 480 ataques espalhados pelo território brasileiro, 38% estão concentradas na região Norte e 33% no Nordeste, sendo juntas responsáveis por 71%. Em relação aos estados, Maranhão é o que apresenta maior concentração, com 103 ataques; seguido do Pará, com 90.

No ano de 2021, na aldeia PV., Terra Indígena Munduruku-PA, uma liderança sofreu uma tentativa de assassinato, depois de sistemáticas ameaças de morte, registradas em 2018, 2019,

2020, 2023 e 2024. A liderança Munduruku, contrária ao garimpo em seu território e coordenadora da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun, sofreu uma tentativa de assassinato por indígenas aliados, que vem representando os interesses do garimpo e ameaçando os Munduruku contrários e de resistência à atividade. No dia 26 de maio de 2021, a casa da liderança foi incendiada após conflito de garimpeiros com policiais, causado por uma operação inacabada e com problemas logísticos (G1, 2021¹³).

Nesse contexto, podemos notar uma concentração das tentativas de assassinato nos estados do Maranhão, Rondônia e Pará. Em Viana-MA, no ano de 2017, o Povoado de Bahias, onde vive o povo Gamella, denunciou 22 tentativas de assassinato, sendo 21 indígenas e 1 agente pastoral. O povoado sofreu uma tentativa de massacre quando um grupo de indígenas foi atacado por pistoleiros próximo à aldeia Cajueiro Pirai quando retomavam o território tradicional, com denúncia ao envolvimento de um parlamentar (CUT, 2017¹⁴).

Mesmo com a explicitude de violências contra pessoas indígenas, Miriam Tembê, liderança da aldeia I'ixing em Tomé-Açu-PA, foi presa por descumprir uma medida cautelar que a impede de cumprir a função de cacica. No dia 3 de janeiro de 2024 ela foi presa, mesmo que o Ministério Público Federal defenda que não há elementos para sua prisão preventiva, presa sob uma sistemática criminalização das lideranças indígenas na região (G1, 2024¹⁵). Três dias após sua soltura, sua aldeia foi vítima de ataques de pistoleiros, tendo dois registros de tentativa de assassinato

12. Dados retirados do Mapa de Conflitos da Fiocruz. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-conflitos-no-campo-e-chacina-levam-inseguranca-e-medo-a-comunidade-quilombola-de-iuna/#:~:text=07%20de%20agosto%20de%202017,e%20Cosme%20Ros%C3%A1rio%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 3 mar. de 2025.

13. Dados retirados do portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/27/casa-de-lideranca-indigena-munduruku-e-incendiada-por-garimpeiros-em-jacareacanga-mpf-investiga-o-caso.ghtml>. Acesso em 10 mar. de 2025.

14. Dados retirados do portal de notícias da CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/grupo-de-indigenas-gamelas-e-atacado-por-pistoleiros-no-maranhao-1048>. Acesso em 10 mar. de 2025.

15. Dados retirados do portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/14/apos-justica-proibir-indigena-de-exercer-funcao-de-cacica-em-aldeia-no-pa-mpf-diz-que-medida-e-ilegal.ghtml>. Acesso em 10 mar. de 2025.

no dia 4 de abril de 2024. No ano de 2024, foram registradas 3 prisões de lideranças indígenas na Amazônia Legal: uma ancião da Aldeia Serra Nova, Miriam Tembê e o Taxaua da Comunidade São Domingos.

A violência contra a pessoa é expressa não somente em números, mas na identidade das pessoas atacadas, violentadas e assassinadas. Não há estatística que expresse a violência sofrida pelos povos indígenas nos muitos brasis que analisamos. A cada denúncia toda a segurança de uma territorialidade é ferida, bem como seus costumes e modos de reprodução da vida.

Conclusão

Se por um lado, em 2024 houve uma queda no número de ataques de violência contra a pessoa, por outro, tem-se um aumento exponencial do número de pessoas que sofrem esses tipos de violência. O número de casos de ameaças de morte é o maior dos últimos 10 anos, 37% a mais da média anual. Os dados das tentativas de assassinatos chegam a ser 50% a mais que a média anual. No que tange às categorias que causam a violência contra pessoa, os fazendeiros são o principal vilão do campo brasileiro, ocupando o primeiro lugar no *ranking* das ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinato e prisões

dos últimos 10 anos e em 2024, seguidos dos grileiros e dos empresários. As categorias que mais sofrem essas violências nos últimos 10 anos são os posseiros, os trabalhadores rurais sem-terra e os indígenas. No entanto, em 2024, os quilombolas são quem mais sofrem ataques relacionados a ameaça de morte; os indígenas os que mais sofrem assassinato e tentativa de assassinato e os trabalhadores rurais sem-terra, por sua vez, os que mais são presos. Em relação à geografia da violência contra pessoa pelo território brasileiro, as regiões Norte e Nordeste concentram 81% das ocorrências dos últimos 10 anos, com foco para os estados do Pará, Rondônia e Maranhão.

TABELA 7 Violência Contra a Pessoa (2024)

UF	Conflitos*	Pessoas envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
CENTRO-OESTE									
DF	10	2.931	-	-	-	-	-	-	-
GO	63	19.024	-	-	1	5	2	3	-
MS	132	75.645	2	54	2	4	-	3	68
MT	121	127.736	-	2	1	6	1	17	4
Subtotal	326	225.336	2	56	4	15	3	23	72
NORDESTE									
AL	40	24.472	-	-	-	-	-	3	1
BA	171	57.343	1	-	1	69	-	4	3
CE	19	14.317	-	-	-	-	-	-	-
MA	420	103.462	1	1	2	51	-	6	4
PB	18	17.962	-	-	-	1	-	-	2
PE	49	26.342	-	4	-	1	1	2	1
PI	29	2.048	-	-	-	4	-	-	-
RN	14	5.449	-	-	-	1	-	-	-
SE	16	8.836	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	776	260.231	2	5	3	127	1	15	11
NORTE									
AC	62	26.968	-	-	-	6	-	-	-
AM	132	105.847	-	5	-	10	6	1	5
AP	52	20.716	1	-	-	1	-	-	-
PA	314	262.785	3	8	1	68	4	6	20
RO	132	54.276	1	6	1	27	-	19	7
RR	34	163.469	-	-	-	-	-	2	1
TO	50	16.451	2	-	-	1	6	1	7
Subtotal	776	650.512	7	19	2	113	16	29	40
SUDESTE									
ES	32	5.647	-	-	-	-	-	-	-
MG	114	19.884	1	1	-	8	-	-	2
RJ	24	4.559	-	-	-	2	-	-	-
SP	40	10.846	-	-	-	3	-	-	-
Subtotal	210	40.936	1	1	-	13	-	-	2
SUL									
PR	52	9.131	-	18	-	2	-	-	19
RS	33	3.256	-	-	-	-	-	-	-
SC	12	1.039	1	4	-	2	-	-	-
Subtotal	97	13.426	1	22	-	4	-	-	19
BRASIL	2.185	1.190.441	13	103	9	272	20	67	144

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho.

TABELA 8 Assassinatos (2024)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
AMAPÁ						
Amapá	Localidade Pacas	23/11/2024	Antônio Candeia Oliveira, Maranhão	1	72	Posseiro
Subtotal				1		
BAHIA						
Potiraguá	TI Caramuru Paraguassu/Fazenda Inhumas	21/01/2024	Maria Fátima Muniz de Andrade, Nega Pataxó	1		Indígenas
Subtotal				1		
MARANHÃO						
Capinzal do Norte	Com. Quilombola Santa Cruz	27/05/2024	Raimundo Bertoldo, Raimundo Bracin	1	69	Quilombola
Subtotal				1		
MATO GROSSO DO SUL						
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	18/09/2024	Neri Ramos da Silva	1	23	Indígenas
Bela Vista	T. I. Pirakuá	12/12/2024	Algimiro	1	74	Indígenas
Subtotal				2		
MINAS GERAIS						
Gameleiras	Faz. Santa Cecília/Acamp. Terra Verde	29/09/2024	Zaqueu Fernandes Balieiro	1	45	Sem Terra
Subtotal				1		
PARÁ						
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	Adão Rodrigues de Sousa	1	53	Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	Edson Silva e Silva	1	44	Sem Terra
Rondon do Pará	Assentamento Dorothy	03/04/2024	Ademir Ferreira Ribeiro (Baiano)	1	58	Assentado
Subtotal				3		
RONDÔNIA						
Nova Mamoré	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	07/10/2024	João Teixeira de Souza, João da Van	1		Pequeno proprietário
Subtotal				1		
SANTA CATARINA						
Itaiópolis	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	26/04/2024	Hariel Paliano	1	26	Indígenas
Subtotal				1		
TOCANTINS						
Formoso do Araguaia	Assassinato de Sidiney Oliveira Silva	15/06/2024	Sidiney de Oliveira Silva, Nenê	1	44	Indígenas
Nova Olinda	Assentamento Remansão/PA Remansão/Ilha II	03/06/2024	Cícero Rodrigues Lima	1	57	Assentado
Subtotal				2		
TOTAL				13		

TABELA 9 Tentativas de Assassinato (2024)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
AMAZONAS					
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	1	50	Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	3		Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	1		Posseiro
Subtotal			5		
MARANHÃO					
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	30/05/2024	1	74	Quilombola
Subtotal			1		
MATO GROSSO					
Novo Mundo	Faz. Araúna/P.A Alto Alegre	27/06/2024	2		Sem Terra
Subtotal			2		
MATO GROSSO DO SUL					
Caarapó	T. I. Dourados Amambai Peguá/Faz. Yvu/ Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera	15/07/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	14/07/2024	1	56	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	01/08/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	30		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	4		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1	20	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1	17	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1	16	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1	67	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	4		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	03/08/2024	1	23	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	04/08/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	24/08/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	24/08/2024	1		Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	27/08/2024	1	3	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	27/08/2024	1	10	Indígenas
Douradina	T. I. Panambi-Lagoa Rica	27/08/2024	1		Indígenas
Iguatemi	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	10/04/2024	1		Indígenas
Subtotal			54		
MINAS GERAIS					
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. José Bandeira	03/01/2024	1	52	Sem Terra
Subtotal			1		
PARÁ					
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	2		Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acamp. São João Deus é Pai/Faz. São João	22/03/2024	1	39	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acamp. São João Deus é Pai/Faz. São João	22/03/2024	1		Sem Terra
Senador José Porfírio	P.A. Ressaca	16/10/2024	1		Sem Terra

Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	04/01/2024	1		Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	04/01/2024	2		Indígenas
Subtotal			8		
PARANÁ					
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Tatury/Mineradora Andreis/Itaipu	15/07/2024	4		Indígenas
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovv/Guasú Guavirá	28/08/2024	1		Indígenas
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovv/Guasú Guavirá	28/08/2024	6		Indígenas
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovv/Guasú Guavirá	13/10/2024	1		Indígenas
Guaira	Yvyju Avary/TI Tekoha Guasu Guavira	17/10/2024	1		Indígenas
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovv/Guasú Guavirá	31/12/2024	1		Indígenas
Terra Roxa	TI Guasu Guavirá/Retomada Tekoha Tata Rendy	19/07/2024	1		Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Yvyraty Porã/Faz. São Paulo/Itaipu	15/07/2024	2		Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Yvyraty Porã/Faz. São Paulo/Itaipu	13/07/2024	1		Indígenas
Subtotal			18		
PERNAMBUCO					
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	28/09/2024	2		Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	28/09/2024	1		Posseiro
Palmares	Engenho Canoinha	18/09/2024	1	32	Agente pastoral
Subtotal			4		
RONDÔNIA					
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	17/09/2024	2		Funcionário Público
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	01/11/2024	1		Posseiro
Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	03/07/2024	1		Funcionário Público
Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	03/07/2024	2		Indígenas
Subtotal			6		
SANTA CATARINA					
Itaiópolis	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	30/03/2024	1		Indígenas
Itaiópolis	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	30/03/2024	1		Indígenas
Itaiópolis	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	30/03/2024	1		Indígenas
Itaiópolis	T. I. Xokleng Bugio/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso/Aldeia Kakupli	30/03/2024	1		Indígenas
Subtotal			4		
TOTAL			103		

TABELA 10 Ameaças de Morte (2024)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
ACRE					
Rio Branco	Seringal São Bernardo	09/10/2024	5	-	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	09/10/2024	1	-	Seringueiro
Subtotal			6		
AMAPÁ					
Tartarugalzinho	Uapezal/Ponta do Socorro/Vareiro	20/10/2024	1	-	Posseiro
Subtotal			1		
AMAZONAS					
Humaitá	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	11/03/2024	1	51	Posseiro
Lábrea	Acamp. Irmã Dorothy/Seringal Novo Natal/Fazenda Fusão	07/04/2024	1	-	Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	10/01/2024	2	-	Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	1	-	Aliado/a
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	28/02/2024	3	-	Posseiro
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	13/04/2024	2	-	Ribeirinho
Subtotal			10		
BAHIA					
Barra	Com. Quilombola Igarité	26/04/2024	1	-	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	17/12/2024	1	-	Quilombola
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	01/03/2024	16	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Com. Barreiro/Barreirinho/Santa Cruz/Sumidouro/Boa Vista/Lagoa do Cipó/Queimada do Rufino/Pé de Limão/Volta Grande/Mandacaru/Morro do Fernandes/Santana do Jacaré/Lagoa Grande/Gergilim	01/03/2024	16	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	01/03/2024	16	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	07/08/2024	1	14	Assentado
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	07/08/2024	1	-	Assentado
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	27/04/2024	1	-	Sem Terra
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	30/04/2024	1	39	Quilombola
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	30/04/2024	1	39	Quilombola
Porto Seguro	TI Barra Velha	20/05/2024	1	-	Índigenas
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	21/05/2024	1	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Souto Soares	Com. São Domingos/Manoel Joaquim/Cisterna/Emília	21/07/2024	12	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Subtotal			69		
GOIÁS					
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	20/09/2024	1	-	Pequeno proprietário
Niquelândia	Assentamento Acaba Vida	05/01/2024	1	-	Presidente de STR
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe	01/11/2024	1	73	Posseiro

Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	13/08/2024	2	-	Sem Terra
Subtotal			5		
MARANHÃO					
Caxias	Comunidade Quilombola Mimoso	19/02/2024	1	-	Quilombola
Centro Novo do Maranhão	T. I. Alto Turiaçu	22/01/2024	1	-	Indígenas
Chapadinha	PA Veredão	07/03/2024	1	-	Assentado
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	20/02/2024	1	-	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	12/10/2024	1	-	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	24/10/2024	1	-	Quilombola
Formosa da Serra Negra	Comunidade Quirino	01/09/2024	1	67	Posseiro
Igarapé do Meio	Comunidade Vila Bela	20/11/2024	1	46	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	13/02/2024	2	-	Posseiro
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	19/12/2024	1	-	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã/Proteção/Caruma	02/02/2024	2	-	Quilombola
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	19/10/2024	1	-	Quilombola
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	19/10/2024	3	-	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	11/04/2024	1	-	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	19/03/2024	1	52	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	19/03/2024	1	55	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	19/03/2024	1	49	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	16/04/2024	1	74	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	16/04/2024	1	35	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	18/04/2024	1	-	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça/Com. Quilombola Onça	30/05/2024	1	61	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Açude	18/10/2024	1	-	Quilombola
São Bernardo	Com. Baixa Grande	10/04/2024	1	-	Posseiro
São Bernardo	Gleba Mata Velha/Data Gengibre de Coqueiro/São Benedito	21/03/2024	1	-	Posseiro
São João do Soter	PA Brejinho/Quilombo Brejinho	19/02/2024	1	-	Quilombola
São João do Soter	PA Brejinho/Quilombo Brejinho	19/02/2024	1	-	Quilombola
São João do Soter	Com. Quilombola Bom Descanso	19/02/2024	10	-	Quilombola
São Luís	Com. Residencial Natureza	08/08/2024	1	-	Posseiro
São Luís	Com. Residencial Natureza	08/08/2024	1	-	Posseiro
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola do Charco	05/11/2024	1	-	Quilombola
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola do Charco	05/11/2024	1	-	Quilombola
Timbiras	Com. Canafístula/Território Campestre	22/02/2024	1	38	Posseiro
Timbiras	Com. Manoel dos Santos/Território Campestre	22/05/2024	1	-	Posseiro

Urbano Santos	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	1	30	Posseiro
Urbano Santos	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	1	21	Posseiro
Urbano Santos	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	1	-	Posseiro
Urbano Santos	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	1	62	Posseiro
Urbano Santos	Comunidade Jussaral/Juçaral	18/06/2024	1	-	Posseiro
Subtotal			51		

MATO GROSSO

Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	09/04/2024	1	-	Sem Terra
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	09/04/2024	1	-	Sem Terra
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	16/09/2024	1	-	Sem Terra
Juscimeira	Acamp. Palestina Livre	08/07/2024	2	-	Posseiro
Rondolândia	T.I. Zoró	29/03/2024	1	-	Indígenas
Subtotal			6		

MATO GROSSO DO SUL

Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	20/09/2024	2	-	Funcionário Público
Dourados	Retomada Avaete/Aratikuty	09/08/2024	1	-	Indígenas
Iguatemi	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	08/01/2024	1	-	Indígenas
Subtotal			4		

MINAS GERAIS

Araçuaí	Com. Quilombola Baú	26/04/2024	1	-	Quilombola
Lagoa Santa	Fazenda Aroeiras	16/03/2024	1	-	Político
Santa Helena de Minas	T. I. Maxakali/Aldeia Nova Vila	26/08/2024	2	-	Indígenas
Serro	Com. Quil. Queimadas	15/03/2024	1	-	Aliado/a
Serro	Com. Quil. Queimadas	15/03/2024	1	-	Quilombola
Serro	Com. Quil. Queimadas	15/03/2024	1	-	Quilombola
Serro	Com. Quil. Queimadas	15/03/2024	1	-	Advogado/a
Subtotal			8		

PARÁ

Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	19/05/2024	1		Assentado
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	19/05/2024	1		Funcionário Público
Anapu	Assentamento Mata Verde/Gleba Bacaja	10/03/2024	1		Posseiro
Anapu	Gleba Belo Monte/Lote 109	22/05/2024	1		Posseiro
Conceição do Araguaia	Faz. Jacutinga/Talismã	24/01/2024	1		Professor
Conceição do Araguaia	Faz. Jacutinga/Talismã	24/01/2024	1		Sindicalista
Itaituba	T.I. Sawré Bap'im/Médio Tapajós Km 43	30/12/2024	1		Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku	03/05/2024	1		Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku	03/05/2024	19		Indígenas
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	1		Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	1		Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	1		Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	11/10/2024	1		Sem Terra
Moju	Comunidade Ribeirinha Jupubinha/Rio Moju	20/05/2024	1		Ribeirinho
Moju	Comunidade Ribeirinha Jupubinha/Rio Moju	20/05/2024	2		Ribeirinho

Monte Alegre	PDS Serra Azul	14/11/2024	1		Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	30/04/2024	1		Assentado
Novo Progresso	PDS Terra Nossa	04/03/2024	1		Assentado
Piçarra	Faz. Bamerindus/PA Oziel Pereira	24/05/2024	2		Sem Terra
Prainha	Projeto de Assentamento Extrativista Vila Nova	14/11/2024	1		Assentado
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	30/09/2024	22		Assentado
Santarém	Com. Terra Nova/Assentamento Chapadão	30/08/2024	1		Assentado
Santarém	T. I. Planalto Santareno	01/10/2024	1		Indígenas
Santarém	T. I. Planalto Santareno	01/10/2024	1		Indígenas
São Félix do Xingu	P.A. Tancredo Neves/Colônia União Tancredo Neves	30/04/2024	1		Assentado
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	03/01/2024	1		Indígenas
Trairão	P. A. Ypiranga	30/12/2024	1		Sem Terra
Subtotal			68		
PARAÍBA					
Riacho de Santo Antônio	Acamp. Canudos	08/06/2024	1	26	Sem Terra
Subtotal			1		
PARANÁ					
Guaíra	Aldeia Taturi	17/01/2024	2	-	Indígenas
Subtotal			2		
PERNAMBUCO					
Moreno	Com. Padre Tiago/Engenho Una/Us. Bulhões	12/05/2024	1		Posseiro
Subtotal			1		
PIAUÍ					
Bom Jesus	Comunidade Salto I	31/12/2024	1	44	Posseiro
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	19/11/2024	1	-	Liderança
Santa Filomena	Barra da Lagoa	01/07/2024	1	-	Posseiro
Uruçuí	Data Morrinhos/Com. Boa Vista/Território Morrinhos	07/08/2024	1	-	Posseiro
Subtotal			4		
RIO DE JANEIRO					
Paraty	Tekoha Dje'y/Aldeia Rio Pequeno	26/07/2024	1	-	Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	02/07/2024	1	-	Indígenas
Subtotal			2		
RIO GRANDE DO NORTE					
Goianinha	T.I. Potiguara dos Eleotérios do Catu/Aldeia Catu	15/05/2024	1	-	Indígenas
Subtotal			1		
RONDÔNIA					
Ariquemes	Acamp. Canaã/Faz. Arrobas/Só Cacau	06/03/2024	1	-	Sem Terra
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	07/03/2024	2	-	Quilombola
Guajará-Mirim	T. I. Igarapé Lage	11/08/2024	15	-	Indígenas
Machadinho D'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	20/04/2024	1	-	Sem Terra
Porto Velho	Acamp. Terra Santa/Gleba Belmont/Lote B40	12/03/2024	1	25	Sem Terra
Porto Velho	Rio Pardo/Área Desmembrada da Flona Bom Futuro	29/01/2024	1	49	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	12/10/2024	1	-	Posseiro

Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	12/10/2024	1	-	Posseiro
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro	23/01/2024	1	-	Pequeno proprietário
Vilhena	P. A. Águas Claras	20/06/2024	1	-	Agente pastoral
Vilhena	P. A. Águas Claras	20/06/2024	1	-	Assentado
Vilhena	P. A. Águas Claras	20/06/2024	1	-	Assentado
Subtotal			27		
SANTA CATARINA					
Araquari	T.I. Tarumã/Aldeia Kaaguy Mirim Porã	14/11/2024	2	-	Indígenas
Subtotal			2		
SÃO PAULO					
Barra do Turvo	Com. Quil. Ribeirão Grande/Terra Seca/Vale do Ribeira	22/05/2024	1	-	Quilombola
São Paulo	T. I. Tenondé Porã/Kaliptory/Guyrapaju/Krukutu/Tape Miri/Grexakã/Kuaray Rexakã	26/12/2024	1	-	Indígenas
São Paulo	T. I. Tenondé Porã/Kaliptory/Guyrapaju/Krukutu/Tape Miri/Grexakã/Kuaray Rexakã	26/12/2024	1	-	Indígenas
Subtotal			3		
TOCANTINS					
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/03/2024	1	61	Posseiro
Subtotal			1		
TOTAL			272		

MANIFESTAÇÕES



Ser “sinal de contradição”

Anna Maria Rizzante Gallazzi¹

1. Uma caminhada longa, uma vida

Este caderno está sendo publicado em 2025, ano em que a CPT comemora 50 anos de luta e de ação pastoral a serviço dos povos do campo, das florestas e das águas. O ano de 2025 também marca os 40 anos de publicação dos Cadernos de Conflitos no Campo.

São datas que nos convidam a renovar nosso compromisso de ser e fazer Pastoral da Terra, a serviço da luta, da resistência e, sobretudo, do protagonismo dos e das “pobres da Terra”, a serviço da vida da Mãe Terra, das águas, dos territórios, da Casa Comum, lutando para que seja casa de todos e de todas e deixe de ser uma “casa grande” para uns poucos e uma gigantesca “senzala” para a imensa maioria.

Na memória do Povo de Deus, o número 40 indica a vida toda. É o número da caminhada e da luta do povo no deserto em busca da posse da terra: uma caminhada na qual aprendeu a “servir a Iahweh”, superando medos e tentações. Depois foi Terra Prometida, ocupada e repartida.

Hoje, passados os 40 anos, a terra prometida continua muito longe e a CPT continua a documentar conflitos, violências, exploração, matança de pobres e da natureza.

Temos, então, que nos espelhar em Elias e em Jesus para os quais o número 40 significou o tempo necessário para assumir sua missão de lutar para

que todas e todos tenham vida e a tenham ao máximo, lutando, com força e decisão, contra todas as forças da morte. E continuaremos, pelo tempo necessário, esse serviço pastoral.

Celebrar os 50 anos da CPT, por sua vez, deveria ser o ano do anúncio jubiloso e festivo: ano em que, enfim, ninguém mais será escravo, servo e serva de outros. O ano em que os bens, todos os bens, da terra, das águas, da produção, serão repartidos entre todos e todas e todas as dívidas serão perdoadas. O ano que cada um poderá voltar a sua herança. Ninguém plantará para outros colherem, ninguém mais morrerá antes da hora, ninguém mais sentirá medo, pois haverá paz sobre a terra.

No mesmo ano em que Papa Francisco nos convoca a sermos peregrinos e peregrinas da esperança, o jubileu da CPT se torna, então, anúncio de um compromisso renovado de continuar com fidelidade a missão que assumimos e levamos adiante nestes 50 anos. Não nos cabe desistir! Continuaremos pelo tempo necessário!

Os dados e números que, a cada ano, o CEDOC documenta e o Caderno publica, provam que a arrogância, a truculência e a violência dos lobos vorazes não diminuem.

Tomamos emprestadas as considerações feitas pelos companheiros da CPT Nordeste 2, numa primeira análise dos dados de 2024: “No segundo ano do terceiro mandato do governo Lula, a polí-

1. Agente da CPT e da Pastoral Carcerária.

*1ª. Edição do Relatório
Conflitos no Campo (dados
de 1985). Crédito: Acervo
CEDOC/CPT.*



tica de reforma agrária mostrou-se similar à de seus antecessores: não foi tratada como uma prioridade estratégica e estruturante para o país. As desapropriações de terras permaneceram muito distantes do mínimo necessário para atender às mais de 100 mil famílias sem-terra, assim como as demarcações de territórios pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Faltou vontade firme até para resolver os graves conflitos agrários. Faltaram também recursos orçamentários adequados após mais de uma década de desmonte causado por governos anteriores”.

Isso faz com que as violências se multipliquem e se agravem, tendo como alvo posseiros, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. É necessário denunciar que os povos indígenas foram o grupo que mais sofreu violências ao longo de 2024. Violências estimuladas também pela omissão injustificável do STF que, há anos, continua protelando sua decisão sobre os territórios dos povos originários, favorecendo, assim, quem usa o pretexto do Marco Temporal para ocupar e devastar territórios indígenas, usando de toda a violência contra os que resistem e muitas vezes com o apoio e/ou a omissão das forças de segurança.

Quantas vezes e por quantos dias milhares de irmãos e irmãs indígenas foram e acamparam em Brasília, manifestando e resistindo! Bastou mais um “pedido de vista” ou outra desculpinha para frustrar este movimento, que não desiste e a cada nova data, se rerepresenta em Brasília. Quem convive e acompanha estes povos sabe o custo, não só econômico destas viagens e acampamentos, o desgaste e a fadiga das lideranças. O mais grave, porém, é que estas delongas fragilizam os povos indígenas: a cada semana temos notícias de novas violências contra grupos, pessoas, jovens e meninas!

A falta de decisão expõe estes grupos à violência brutal de quem acha que pode fazer, quase sempre impunemente, o que quiser contra eles: queimar casas, agredir jovens e anciãos, estuprar e matar mulheres, assustar crianças, destruir plantios.

Sabemos que se trata de uma violência seletiva: contra o território, contra as casas de culto e de espiritualidade, contra as lideranças religiosas. Quem pratica essa violência sabe bem que precisa quebrar a força que os povos indígenas e quilombolas têm e que vem de sua ancestralidade, de sua

profunda ligação com a natureza: terra, ar, água, floresta, anciãos e antepassados. Lugares de culto e lideranças religiosas para indígenas e quilombolas são sua identidade e referência como povo onde alimentam sua identidade e fortalecem sua unidade e resistência.

Nos vem à memória a violência seletiva que, nos anos 80 e 90, atingiu muitas lideranças camponesas, sindicais e religiosas, com o claro objetivo de enfraquecer a resistência, por meio do medo, da dor, da angústia e da insegurança quanto ao futuro. Hoje, esta violência está se repetindo e multiplicando, alastrando-se em todo lugar, mas com maior frequência e brutalidade nos territórios indígenas da região amazônica e do cerrado. Os territórios são devastados pela garimpagem ilegal, o habitat natural de populações inteiras é destruído, solo e águas são contaminados pelos agrotóxicos e, quase sempre, o terror explode em ataques no meio da noite, queimando moradias, afugentando famílias, e as chamadas “forças de segurança” continuam omissas ou coniventes.

Tudo isso parece não bastar: precisam destruir identidades e referências, destruir a alma, o espírito, as raízes mais profundas e, assim, quebrar qualquer tentativa e possibilidade de resistência, para “limpar” as áreas, abrindo caminho para exploração desmedida e violenta que irá destruir todas as vidas, além das vidas humanas.

À terra devastada, às águas envenenadas, à floresta queimada, com seus habitantes pequenos e grandes sufocados e queimados, correspondem famílias, comunidades, grupos, etnias dispersos, afugentados, adoecidos nos corpos e nas almas.

A CPT, neste Caderno dos Conflitos no Campo conseguiu registrar só uma parte desta violência; não conseguiu dar o nome a todas as vítimas;

não conseguiu contabilizar toda a biodiversidade devastada e destruída.

Quanta vida foi destruída pelas enchentes devastantes de maio, no extremo sul do país: vidas afogadas, vidas soterradas pelos desmoronamentos, vidas ainda “dispersas”; famílias que perderam crianças e avós, que ficaram sem casas, sem suas roças, sem suas criações, sem pomares e vinhedos, águas contaminadas contaminando o solo.

Foi assim também com as “grandes secas” e queimadas na Amazônia, com os incêndios no Cerrado e no Pantanal que mataram sua rica biodiversidade.

Os técnicos falam em “mudanças climáticas”, a CPT teima em denunciar a causa das mesmas: a agressão maciça das florestas, do cerrado, dos rios, dos lagos; a devastação ambiental, o afrouxamento progressivo da legislação ambiental, a crônica falta da fiscalização, uma política econômica que enxerga e valoriza só o verde dos dólares e a ela submete qualquer outro verde e todas as vidas. A CPT sabe e denuncia: isso não é bom!

E é impossível registrar, neste Caderno, toda violência provocada pelo uso indiscriminado e criminoso dos agrotóxicos e dos hormônios que, além de contaminar as terras, as águas e os lençóis freáticos, provocam terríveis efeitos colaterais nos corpos humanos, sobretudo das meninas, das moças, das mulheres grávidas e que são sistematicamente mantidos escondidos ou ignorados. A voz e ações das mulheres está se fortalecendo na denúncia contra mais este ataque ao corpo da terra, às águas e ao ar até chegar nos corpos de mulheres, meninas e crianças².

Eis porque o Caderno de Conflitos registra só a ponta deste iceberg de dor e de violência; os números, mesmo que muito importantes, não

2. Comissão Pastoral da Terra - Mulheres denunciam o impacto dos agrotóxicos sobre seus corpos e territórios. <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2024/04/Saude-Reprodutiva-e-a-Nocividade-dos-Agrotoxicos-Abrasco-2024.pdf>

são suficientes para nos fazer sentir o tamanho da dor que eles trazem junto: qual a dor provocada pela perda de um familiar querido, assassinado por estar lutando pela vida? O que significa a perda de uma roça, de uma casa, do lugar de onde alguém teve que sair expulso pela crueldade e a ganância de um fazendeiro? Viúvas e órfãos se multiplicam, cresce o número dos “desterrados” e a Terra, e tudo que nela habita, grita sua dor. Ao abrir as páginas deste Caderno deixemo-nos envolver por estes soluços e choremos com todas elas e com todos eles³.

A toda esta violência, se contrapõe a resistência e a luta de muitas comunidades de posseiros, de quilombolas, de indígenas, de sem-terra, de ribeirinhos e de pescadores, mulheres e homens, jovens e anciãos que teimam em defender seus territórios, lutar por seus direitos, garantir suas vidas e a vida da Mãe Terra e de tudo e todos que nela habitam. Trata-se de uma verdadeira “ovelhal” que antecipa, questiona e provoca nossa “pastoral”, realizando um protagonismo autônomo e decisivo que incomoda os falsos pastores que só querem usar e tirar proveito de um rebanho calado e submisso.

2. O enfrentamento é necessário

Até aqui falamos das dores, das lutas e da resistência das vítimas de toda esta violência.

É preciso aprofundar, e a CPT o faz em seu Caderno apontando quem são os “lobos vorazes” que geram violência, devastação, destruição e morte. Precisamos então, falar dos “pastores” que têm a incumbência e a obrigação de garantir a vida e o direito de todos.

O primeiro “pastor” deveria ser o Estado e os detentores dos poderes executivo, legislativo,

judiciário e da segurança. Apesar das palavras quase sempre muito bonitas, a prática política, as opções econômicas, os interesses eleitorais e os abusos de poder causam, legitimam e justificam esta violência. A chamada “governabilidade” é submetida aos interesses de um “centrão” onde dominam os interesses da “bancada do boi”, defensora extremada do agronegócio, dos agrotóxicos, da mineração, da pesca predatória, do afrouxamento da legislação ambiental, das vantagens e benefícios fiscais e combate, sem trégua, a fiscalização da grilagem de terras públicas, da devastação ambiental, da invasão ilegal dos territórios dos posseiros, dos indígenas e dos quilombolas, além de propor a criminalização dos movimentos populares que lutam por Terra, Teto e Trabalho. Não esquecemos, como agravante, a corrupção e a malversação do dinheiro público que, desde sempre, contaminam vários detentores do poder público. Esta realidade está sendo aprofundada em outros textos que encontramos neste Caderno.

Aqui queremos falar dos que, em nossas igrejas, se identificam como “pastores” e chamam suas ações de “pastoral”.

Desde que a CPT foi criada, em junho de 1975, sempre teve, entre seus objetivos: “envolver toda a comunidade cristã e a sociedade na luta pela terra e na terra; no rumo da terra sem males”. Os resultados, depois de 50 anos e de esforços corajosos de alguns, ainda são insuficientes frente à complexa realidade que enfrentamos. É verdade que o magistério oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), da IEAB (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) e de outras igrejas, já produziu vários documentos a respeito dos problemas da terra, da questão agrária, dos direitos dos indígenas, dos quilombolas e da questão ecológica. Pela iniciativa da CPT, bis-

3. RIZZANTE GALLAZZI, Anna Maria: A vida além dos números. In: Conflitos no campo, Brasil 2004, pg 9.



Equipe de documentalistas - Centro de Documentação da CPT (1983). Crédito: Acervo CEDOC/CPT.

pos e pastores de várias igrejas elaboraram um importante documento “ecumênico” chamado “Os pobres possuirão a terra”. Dificilmente, porém, estes pronunciamentos chegam ao povo das nossas dioceses, paróquias e comunidades, e não conseguem “envolver toda a comunidade cristã”. Existem sim, várias, corajosas e proféticas atitudes. Poucas ainda.

A atitude da maioria dos pastores e das pastoras é o “silêncio” e não só a respeito da violência no campo: é o silêncio a respeito dos feminicídios, dos abusos, do racismo, do desemprego, do trabalho escravo, da homofobia e, mais gritante, é o silêncio a respeito da realidade carcerária, das milícias, das facções e do narcotráfico que dominam em nossas cidades e que, também, invadem o mundo rural, os povos originários e seus territórios.

Se fala muito do rebanho do Senhor, mas evita-se de falar nos “lobos”, nos “assaltantes”, nos “mercenários” que ameaçam, agredem, exploram

e matam o rebanho. Não precisamos de pastores se não existem lobos a ameaçar o rebanho. Este será sempre o maior desafio para nós da CPT e para a igreja toda, seja qual for sua denominação: identificar os lobos, que podem mudar de nomes, formas e jeito de operar, mas se tornam a cada tempo mais vorazes, ferozes, cruéis e implacáveis. Mais espertos também, entortando as leis e o direito em favor de seus interesses e ganância e sempre, sempre em prejuízo dos grupos mais empobrecidos e vulneráveis.

A CPT, em seus registros ao longo de quatro décadas, os vem nomeando: latifúndio, mineração, empresas nacionais e estrangeiras, multinacionais, madeireiras, agronegócio, agrotóxicos, gatos, capatazes, bancada da bala e do boi, juízes omissos e até coniventes e corruptos. A lista de quem pratica a exploração predatória é longa, assim como é extensa a lista das violências: assassinatos, ameaças, escravização, destruição, poluição, contaminação.

Não conseguimos desenhar uma curva descendente, a desgraça não para.

O Sínodo da Amazônia, tão bem preparado e vivido nos fez sonhar que, finalmente, a sociedade, o mundo, as igrejas, iriam olhar e começar a respeitar nossa Amazônia e seus povos. Francisco, pastor atento e determinado, veio até o coração da Amazônia, forçando o mundo a olhar para esta realidade e sua gente, quis a participação de quem realmente vive e conhece a Amazônia; abriu as portas de Roma e do Vaticano à diversidade e ao colorido de seus povos, com seus ritos, símbolos e crenças; quis caminhar publicamente com eles e elas, se deixou abençoar por mulheres e homens da floresta, aceitou e vestiu seus adornos rituais, escutou e animou as discussões.

Foi muito bonito, animador, empolgante, nossos e nossas mártires foram celebrados e nomeados em várias basílicas. Apesar dos poucos que não gostaram e tentaram atrapalhar, o Sínodo foi muito bom, bonito, empolgante!

O Sínodo acabou e nós ficamos aguardando ações que colocassem em prática o que o Sínodo tinha apontado como caminhos possíveis, como esperanças a se tornarem ações e mudanças reais nas comunidades, nas igrejas, na sociedade. Não aconteceu, não da forma e com a força que as comunidades, os movimentos, as lideranças esperavam. Reconhecemos, louvamos e agradecemos o esforço dos vários pastores que, no Brasil e na Amazônia, escolheram ficar do lado de seu rebanho fragilizado, ameaçado, esmagado, e contra os lobos que ameaçam e tiram a vida dos pobres e da casa comum.

Trata-se, porém, de uma pequena e valente minoria. Na prática cotidiana prefere-se o silêncio. Por quê? Um primeiro motivo vem de uma concepção simplista e até conveniente que a tarefa do “pastor ordenado” é ser pastor de todos, como sinal de unidade. Neste sentido, pastorais como a CPT

(Comissão Pastoral da Terra), a PO (Pastoral Operária), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CPP (Conselho Pastoral de Pescadores e Pescadoras) e a Pastoral do Povo em situação de Rua, que evidenciam o conflito e assumem claramente um lado contra o outro, não conseguem o espaço e a atenção necessárias por parte de autoridades e instâncias eclesiais, enquanto seria bom e necessário reconhecer quantos e quantas pessoas dessas pastorais e movimentos a elas ligadas foram capazes de lutar até dar a vida, lembrando que algumas sequer se identificavam com igrejas ou religião.

Pastor é, sim, aquele que conhece seu rebanho, chama as ovelhas pelo nome, cuida mais das doentes e feridas, as carrega no colo, anda à frente delas e sabe ir em busca das que ficaram pelo caminho. Pastor, porém, deve saber quem são os lobos e precisa ter palavras e ações também para eles! “Ai de vós”, falou Jesus, “ai de vós” clamaram os profetas nomeando os que ajuntam campos a campos e casas a casas, até que não sobre mais nada sobre a terra! “Ai de vós” que comem a carne, moem os ossos e tomam o caldo do meu povo. E também, e sobretudo, “Ai de vós” falsos profetas, fariseus hipócritas, sacerdotes e anciãos do povo que usam e abusam da religião para legitimar e justificar abusos, violência, opressão e exclusão!

Estar do lado de povos e dos grupos ameaçados, assustados, assassinados, estar do lado da terra, das águas, das florestas destruídas, violadas, envenenadas, significa estar contra quem provoca essas mortes e destruição. Significa se tornar sinal de contradição, ser mal visto, ameaçado, perseguido, processado, caluniado, assassinado. Jesus foi assim identificado, no templo, pelo ancião Simeão. Era só um bebê carregado no colo, mas sua missão estava definida: ser sinal de contradição. Foi ele que mostrou o caminho do “bom pastor”: ser sinal vivo de que Deus está do lado de toda vida ameaçada, desprezada, excluída, marginalizada, perseguida, na busca perma-

nente do reino de Deus e de sua justiça e, por isso, como sempre aconteceu com os profetas verdadeiros, ser perseguido, caluniado, condenado, crucificado.

3. Não podemos ser cães mudos nem sentinelas adormecidas

Um segundo motivo deste “silêncio” acerca dos conflitos do campo e de tantas outras violências é considerar que a tarefa da comunidade é acudir as “vítimas” com nosso assistencialismo: basta ajudar, confortar, dar o necessário para viver, repartir comida e roupa, abrir nossos espaços aos desabrigados pelos desastres naturais. Tudo isso é necessário, é bom e continuará a ser feito, mas não basta. Reduzir a nossa ação ao assistencialismo pode favorecer ainda mais muitos “lobos” que não hesitam em fazer abundantes doações a paróquias e comunidades, conseguindo, assim, amordaçar os críticos e até receber aplausos e menções públicas. Aplaudimos o pacote de leite que eles doam, mas não cobramos que devolvam a vaca que roubaram, já dizíamos nos anos 80.

São poucos os pastores que tiveram a coerência de recusar ou proibir ofertas e dinheiro para prelazias, paróquias, comunidades, vindas de grupos, empresas, pessoas que destroem, envenenam, expulsam e matam. A voz destes pastores nos anima e fortalece!

Precisamos nos perguntar e denunciar todas as causas da violência que gera tantas vítimas. Dom Helder Câmara dizia profeticamente: “Quando dou comida aos pobres me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres me chamam de comunista”.

Dizia também: “Sempre que procura defender os sem-vez e sem-voz, a Igreja é acusada de fazer política”.

Prefere-se, então, ignorar os conflitos, mas os conflitos existem, violências e mortes também, infelizmente. Hoje, como nos tempos de Jesus. A nós, discípulos e discípulas que queremos segui-lo, só resta o mesmo caminho: estar do lado das vítimas, contra quem provoca morte e dor. Sem odiar, sem usar da mesma violência, sempre prontos a perdoar, a rezar por eles, mas nunca calados e omissos e, sobretudo, nunca em cima do muro. Mesmo que isso nos custe passar pelo mesmo que passam e sofrem nossos irmãos e irmãs.

O “silêncio” de pastores e pastoras está, nos últimos 10 anos, provocando mais um grave e perigoso efeito colateral. Em 2015, com efeito, em vista da primeira campanha eleitoral de Trump, tomou mais força a chamada “alt right - direita alternativa”. A direita devia sair do estrito espaço do conservadorismo clássico, da disputa política e das propostas econômicas, para ocupar o espaço global da defesa dos valores da civilização judaico-cristã-ocidental ameaçada pela esquerda que se apresentava como defensora dos direitos das mulheres, dos negros, dos migrantes e das minorias marginalizadas. A religião foi vista então como o veículo para penetrar mais facilmente todas as consciências e todos os lares. O meio para isso: o uso massivo das redes sociais com a popularização dos smartphones.

Precisavam contrastar com todos os meios e com força a enorme aceitação popular e a grande visibilidade de Papa Francisco que, desde 2013, começou falando de uma “igreja em saída”, “enlameada”, preocupada com as “periferias” sociais e humanas. Seus gestos, antes das palavras, denunciavam e anunciavam: começou suas viagens pastorais fazendo a memória, em Lampedusa, das centenas de migrantes mortos no mar Mediterrâneo. O acolhimento e integração dos migrantes foi e continua sendo uma das suas prioridades mais importantes. Em 2014 promoveu o primeiro encontro do Papa com os movimentos populares

e sociais, aos quais entregou a tarefa de pensar e propor soluções para acabar com a pobreza, a fome e a marginalização. A eles, chamados carinhosamente de “poetas sociais”, entregou a responsabilidade de carregar a bandeira de Terra, Teto e Trabalho para todos e todas. Em 2015 ele escreveu a encíclica “Laudato sii”, denunciando com clareza que a mesma economia mata a mãe terra, mata os pobres. Esta economia mata! E convocou os jovens economistas a repensar a economia mundial nos parâmetros de Francisco e Clara. Tudo isso “no nome de Deus que é misericórdia”, proclamou no jubileu de 2015-2016!

Essa postura firme, que nos animou e fortaleceu, fez com que a nova direita reagisse, também, em nome de Deus. Com o fundamentalismo bíblico querem e tentam esvaziar as bandeiras das feministas, dos homossexuais, dos não cristãos, de muitos grupos que buscam direitos e inclusão, apesar de suas diferenças. A realização do Sínodo da Amazônia, provocou claras reações supremacistas e elitistas contra todos os valores das culturas originárias, depreciativamente definidas como “pagãs”. A “teologia da prosperidade”, dom de Deus aos santos e justos, busca substituir a “teologia da libertação”, da opção preferencial pelos pobres, da luta do povo por direitos e pelo bem-viver, ignorando e até contestando palavras e ações do Papa Francisco.

Esta “teologia” tornou-se, rapidamente, instrumento de arrebanhamento político e a “bancada da Bíblia”, tanto conservadora quanto a “bancada do boi” e a “bancada da bala”, cresce no Congresso Brasileiro.

Dentro das nossas igrejas se multiplicam movimentos e grupos do chamado “verdadeiro catolicismo”, que é reduzido a uma religiosidade feita de devoções, ritualismos, moralista e conservadora, apegada a tradições superadas, derivadas mais do Antigo Testamento e tradições pré Concílio Vaticano II, que pouco levam em conta o Evangelho de

Jesus, includente e misericordioso com ladrões e prostitutas, com excluídos e excluídas.

Papa Francisco sempre muito claro e definido faz, com seus gestos e palavras, uma análise global, humana, popular, atenta ao grito dos pobres da terra, ao grito dos pobres desterrados, que arriscam a vida em travessias desumanas, explorados por “coiotes” inescrupulosos, o grito dos pobres vítimas de todas as guerras e de todo sofrimento por elas provocado, os gritos de grande parte da humanidade empobrecida e humilhada em sua dignidade por países e grupos que escolhem o deus mercado, com tudo que isso significa, que geram desigualdades, sofrimentos, mortes de milhões. E por isso o Papa Francisco, é também muito combatido e hostilizado, caluniado e desprezado, inclusive por quem se arroga a porta voz de Deus e diz colocar Deus em primeiro lugar. Pregadores capazes de condenar pessoas, fomentar ódios, usando e manipulando a Palavra, atacando padres, bispos e papa, mas que, na realidade, defendem interesses de grupos, governos, poderosos e seus projetos políticos e econômicos, sempre em favor de minorias privilegiadas.

Pregadores que conquistam a simpatia ingênua de muitos, pregando horas a fio, promovendo longas rezas, novenas e adorações, inclusive nas madrugadas e se aproveitam disso para gritar contra o comunismo, contra as chamadas ideologias de esquerda, de gênero, mas silenciando sobre os milhares de mortos provocados por projetos políticos cada vez mais excludentes e concentradores dos bens e dos dons que Deus colocou à disposição de todos nós, quando nos criou iguais, homem e mulher a sua imagem e nos entregou o jardim, para cuidar e viver uma vida boa!

Jardim esse que está a cada ano se tornando deserto e inóspito, pelo excesso de chuvas e de calor, provocados pelas mudanças climáticas anunciadas, documentadas e denunciadas há anos por nossas pastorais comprometidas com



Centro de Documentação da CPT (1983). Crédito: Acervo CEDOC/CPT.

a vida dos povos originários, das comunidades ribeirinhas, das famílias de camponeses, de pescadores, de extrativistas e de quantos querem viver em paz, respeitando a mãe terra, as águas, a floresta, o cerrado e todos os ecossistemas para poder tirar deles o sustento, sem venenos, sem acúmulo, sem a ganância que destrói a vida e expulsa a população.

4. Cedoc e caderno de conflitos no campo: uma ação profundamente pastoral

“A CPT nasceu documentando” falou Múria, parafraseando o saudoso Antônio Canuto, numa recente reunião da equipe do CEDOC, por ela atualmente coordenada. Uma expressão feliz e que resume uma das atividades mais importantes da CPT em seus 50 anos de vida. É uma atividade ver-

dadeiramente pastoral, pois esta coleta de dados, criteriosa e capilar, feita a partir de fontes confiáveis e verificadas, revela o olhar atento a cada uma das vítimas. Sua publicação e divulgação anual não deixa que as vítimas sejam esquecidas, reduzidas a simples estatísticas. Há 40 anos o CEDOC da CPT é memória viva de tanta vida, de tanta luta e, também, de todos os tipos de violências, das tantas mortes de companheiros e companheiras e de todas as vidas presentes na terra, nas águas, no ar, nas florestas, no Cerrado, na Caatinga.

As equipes que ao longo dos anos se dedicaram a este serviço, continuam fielmente a registrar e conservar os conflitos quase sempre ignorados seja pela grande mídia, como por mídias e redes de igrejas e religiosos muito difundidas e acessadas, mas que são por demais voltadas para o pessoal, para as ações e celebrações imediatas e internas das igrejas e das comunidades.



Inauguração da placa do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (2013), com a presença de agentes históricos como Dom Tomás Balduino, Dom Enemésio Lazzaris e Antônio Canuto. Crédito: Acervo CEDOC/CPT.

Por isso a divulgação do Caderno de Conflitos pela CPT, é pastoral e profética, pois denuncia e dá nomes aos autores das violências, sejam estas pessoas, grupos, empresas ou governos. Dá rostos e corpos às vítimas. Insiste e cobra por responsabilização e julgamentos, por leis e providências que possam ressarcir as vítimas, sanar os estragos provocados, evitar e proibir novos ataques à vida, ao direito, à dignidade de pessoas e seres vivos.

Esta seriedade em documentar, esta firmeza em identificar e se posicionar, esta fidelidade a um serviço difícil, doloroso, exigente, é necessária, não só para a CPT, mas para toda a igreja, para as igrejas que querem ser discípulas no seguimento de Jesus, único Bom Pastor!

É um serviço pastoral e necessário porque não nos deixa cair na tentação de compromissos que, em nome de uma convivência tranquila, de har-

monia entre todos, faz com que alguns e algumas se calam e aceitam esmolas e gordas ofertas, para “ajudar os necessitados”, reformar prédios, embelezar capelas e igrejas ou até manter obras sociais, para “o bem dos que mais precisam”, deixando de denunciar o mal feito e seus autores, deixando de ser os servos de Iahweh chamados a “proclamar e implantar o direito e a justiça no meio das nações”.

Ao longo dos anos, as pessoas e as equipes que se sucederam no CEDOC, aprenderam a ficar atentas aos gritos que vinham de cada regional, de cada lugar onde alguém da CPT recolhia e fazia ecoar lágrimas, dores, gritos, lutas, anseios e esperanças de homens, mulheres, jovens, crianças.

Foi preciso dialogar e escutar muito para que o rigor da coleta de dados e as exigências das tabelas, não sufocassem ou deixassem de fora

as mudanças da realidade que se impunha, com sempre novos cenários, ambientes e grupos.

Foi necessário aprender e incluir novos nomes, renomear e incluir realidades e linguagens de lugares tão diferentes como é a floresta amazônica, onde tudo é medido e calculado a partir do ritmo e do tempo das marés, onde as incontáveis ilhas não podem ser medidas em hectares ou léguas, mas em estradas de seringa. Onde os igarapés, braços, furos e baías criam uma geografia que não se encaixa nos esquemas conhecidos, mas forçam novas linguagens e, sobretudo, novas formas de ocupação e exploração que não seja aquela predatória e destrutiva, imposta por projetos megalomaniacos que só atendem os interesses dos poderosos, desde os colonizadores, até os atuais invasores que só querem extrair, envenenar, derrubar, queimar e depois abandonar.

Não foi e não é fácil, para nossos e nossas colegas da documentação, manter a fidelidade à realidade e, sobretudo, às pessoas vítimas da ganância e da violência, manter a fidelidade aos pobres e às pobres da Terra, a fidelidade às águas, à terra, ao ar e a todos os seres que são de Deus, na fidelidade ao Deus dos pobres que não quer que nenhum desses pequenos se perca, por isso é preciso denunciar teimosamente sua dignidade pisoteada, e lembrar anualmente que tinham direito à vida que lhes foi prematuramente tirada, porque lutavam pela verdade, pela justiça e pelo direito!

A ação pastoral do CEDOC, com suas equipes compostas sobretudo de mulheres, precisa ser dito, traz à memória do coração, uma das páginas mais tristes que temos na Bíblia (2Sm 21,1-14); uma memória terrível e carregada de força e resistência, memória pouco lida e conhecida, talvez por ser tão triste.

É uma memória antiga e perturbadora, que chega até nós e nos fala de uma mulher, Resfa, concubina do rei Saul, com quem teve dois filhos. Estes dois

jovens, junto com mais cinco outros jovens, netos de Saul, foram entregues por Davi aos gabaonitas, para serem sacrificados na montanha, perante Iahweh. Foi para reparar o mal que Saul tinha feito aos gabaonitas e, no mesmo tempo “garantir a bênção sobre a herança (terra) de Israel” às custas dos corpos e das vidas de sete jovens.

Eles foram esquartejados e morreram nos dias do início da colheita da cevada. Seus corpos foram deixados expostos. Resfa, mãe de dois dos jovens, subiu à montanha, “carregando um pano de saco, estendendo-o sobre a rocha. E ali ficou até caírem as chuvas sobre eles, não permitindo que as aves dos céus descessem sobre eles de dia, nem os animais do campo se aproximassem de noite”.

Quanto tempo esta mãe ficou na montanha, vigiando os pedaços dos corpos, não permitindo que fossem ainda mais ultrajados? Como resistiu por mais de dois meses? Como se alimentou, até as chuvas caírem? Que solidariedade mobilizou para que pudesse permanecer nesta vigília de dor e de amor? A Bíblia não diz.

O que registra é que Davi, que tinha entregado os sete jovens para a matança, por “questões políticas” ficou sabendo desta mãe em vigília e determinou que os restos dos sete jovens fossem recolhidos para serem sepultados junto com os ossos de Saul e de Jonatas, seu filho, na terra de Benjamim.

O texto conclui: “Depois disso, Deus teve compaixão de toda a terra”.

Este relato é de uma tragicidade e atualidade assustadoras: muitas vezes, ao longo destes 50 anos de CPT e dos 40 do Caderno de Conflitos, nos sentimos impotentes, incapazes de evitar mortes e violências, que continuam e não parecem ter fim, pois já começaram a ser registradas as de 2025. Como Pastoral aprendemos que o registro fiel, a divulgação, a documentação através de fotos e vídeos, por mais trágicas e perturbadoras

que sejam, são a forma de resistir que encontramos e à qual queremos permanecer fiéis, como a mãe sobre a rocha, para que nomes, corpos, rostos, histórias e vidas não sofram o último e definitivo ultraje, o do abandono e do esquecimento.

Não poderá haver paz duradoura, nem compaixão divina, se a arrogância e a violência de poderosos tiverem a última palavra. A última palavra é de quem resiste e, mesmo na aparente solidão e isolamento no qual tentam nos deixar, gritamos que as vidas e os corpos dos sacrificados e das sacrificadas merecem respeito e dignidade e sua memória precisa ser honrada, na busca pela verdade e justiça.

Muita dor, lágrimas e sofrimentos não cabem no banco de dados nem no Caderno impresso. Ficam nos corações e na vida de quantos e quantas acompanhamos e choramos juntos, consolamos e ajudamos a continuar a luta e a vida.

“Só o rosto do amigo tem nome e lugar numa vida futura, a terra e a história consomem o covarde, a opressão e a impostura”.

Ao concluir este texto, quero fazer a memória de dois companheiros que já estão na Terra dos Viventes: Pe. Mário Aldighieri que começou e incentivou toda a CPT a documentar os conflitos, ligados à luta pela terra e Antônio Canuto que incansável foi, por muitos anos, até o fim, memória viva da CPT e de tantas lutas, desde Araguaia. Ele sempre incentivou, apoiou e registrou a resistência camponesa diante da violência do latifúndio. Por muitos anos ele acompanhou e articulou a produção dos Cadernos de Conflitos no Campo.

Graças a vocês, Mário e Canuto, graças ao seu caminho e à sua fidelidade, nós caminhamos e cantamos: “Se a noite for prolongada e não houver mais luar, lembras que são como estrelas, os sulcos dos passos teus”.

E, mesmo que não tenha registro neste caderno, dedico estas reflexões a nossa filha Káris Iole, tirada de nós cedo demais, vítima de violência. Várias vezes ela me ajudou na compilação de fichas e dados e na digitalização de fotos e documentos.

Fica em Paz, nossa menina, com certeza já encontraste muita gente boa da CPT.

Dedico ainda ao Sandro, companheiro nesse texto. Sem o apoio e contribuição dele, não teria conseguido, neste tempo, dar conta do compromisso assumido com a CPT.

TABELA 11 Manifestações (2024)

UF	Ocorrências	Pessoas
CENTRO-OESTE		
Distrito Federal	26	20.515
Goiás	18	1.514
Mato Grosso do Sul	26	1.545
Mato Grosso	18	2.750
Subtotal	88	26.324
NORDESTE		
Alagoas	29	10.420
Bahia	56	26.261
Ceará	17	11.066
Maranhão	58	25.345
Paraíba	10	6.450
Pernambuco	23	2.760
Piauí	17	1.363
Rio Grande do Norte	7	900
Sergipe	5	15
Subtotal	222	84.580
NORTE		
Acre	8	1.185
Amazonas	12	1.120
Amapá	2	311
Pará	71	9.175
Rondônia	26	877
Roraima	14	1.925
Tocantins	7	150
Subtotal	140	14.743
SUDESTE		
Espírito Santo	17	1.500
Minas Gerais	37	5.584
Rio de Janeiro	13	1.560
São Paulo	33	6.710
Subtotal	100	15.354
SUL		
Paraná	45	23.080
Rio Grande do Sul	45	4.928
Santa Catarina	9	989
Subtotal	99	28.997
BRASIL	649	169.998



NOTAS DA CPT



Chacina de São Félix do Xingu: Dois anos de impunidade!

No dia 9 de janeiro de 2022, foram assassinados, em São Félix do Xingu, JOSÉ GOMES - conhecido como Zé do Lago - de 61 anos; sua esposa, MÁRCIA NUNES LISBOA, de 39 anos; e sua filha JOANE NUNES LISBOA, de 17 anos. O fato ficou conhecido como Chacina de São Félix do Xingu.

A família de José Gomes já residia no local há mais de 20 anos, e desenvolvia trabalhos de preservação da floresta e mantinha um projeto de reprodução de tartarugas. Eram conhecidos e reconhecidos pelo trabalho ambiental que faziam. A terra ocupada por eles está em área de jurisdição do ITERPA e inserida na APA Triunfo do Xingu, uma área de preservação com mais de 1,5 milhão de hectares. Nos últimos anos, o desmatamento para exploração de madeira e criação extensiva do gado têm avançado de forma descontrolada dentro da reserva, se aproximando cada vez mais da região onde a família de Zé do Lago tinha sua propriedade.

Passados dois anos do crime, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará não disse uma única palavra sobre as investigações e a identificação dos responsáveis pelos crimes. O inquérito instaurado pela polícia civil foi devolvido para o Ministério Público no final do ano passado, sem identificar qualquer responsável pelas mortes. Os executores e os mandantes dos crimes foram beneficiados pela inoperância da polícia e pela conivência das autoridades de Segurança Pública do Estado do Pará.

A forma como a polícia civil e a Secretaria de Segurança Pública se comportaram em relação aos crimes, desde o início das supostas investigações, não poderia produzir um resultado diferente. As investigações iniciaram na delegacia de São Félix. Depois, foram temporariamente coordenadas por um delegado de polícia de Marabá. Por último, foram conduzidas por um delegado de polícia lotado em Belém. Ou seja, a autoridade policial

responsável pela investigação está lotada em uma delegacia da capital, localizada a mais de mil quilômetros do local onde ocorreram as mortes.

Nesse período, várias reportagens foram publicadas sobre o caso, por diferentes meios de comunicação, apontando fortes indícios de que as mortes estariam relacionadas a interesses de grandes proprietários de terras, localizadas nas imediações da área ocupada pela família de Zé do Lago. Pelas informações divulgadas, a motivação do crime estaria relacionada a interesses dos mandantes das mortes em se apropriarem, posteriormente, das terras ocupadas pela família de ambientalistas. Os nomes de pecuaristas que exercem funções políticas em São Félix foram citados nessas reportagens, mas não sabemos se foram investigados. Afinal, o inquérito tramitou durante esses dois anos sob sigilo de justiça. Esse tipo de medida é adotado nos casos em que se pretende proteger as investigações para se chegar mais rapidamente aos culpados, mas, nesse caso, tudo indica que a intenção foi apenas proteger os culpados e impedir que a sociedade tivesse acesso às informações.

Outro fato que chama a atenção é que, embora o Estado do Pará tenha criado as Delegacias de Conflitos Agrários - DECAs - com atribuição para investigar crimes decorrentes de conflitos pela terra, o caso não foi investigado pela DECA de Redenção. Outro caso ocorrido na mesma região, o assassinato do sindicalista Raimundo Paulino da Silva, também não foi investigado pela mesma delegacia. De acordo com o banco de dados da CPT, nos últimos 10 anos, 23 lideranças camponesas foram assassinadas nas regiões sul e sudeste do Pará. Do total, a DECA atuou somente em 13 casos, e em apenas 6 deles conseguiu indiciar algum responsável pelo crime. Por outro lado, quando a DECA é acionada pelos fazendeiros para apurar alguma denúncia contra os trabalhadores, os delegados com suas equipes comparecem ime-

diatamente na porteira da fazenda. Fato é que, na região, as DECAs se comportam mais como delegacias de proteção do latifúndio do que de investigação de crimes no campo.

No banco de dados da CPT de Marabá, há uma relação de 39 mandados de prisão expedidos pela Justiça contra executores e mandantes de assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças no Estado do Pará. Não há informações de nenhuma diligência em curso para cumprir esses mandados. Em muitos desses casos, os foragidos já foram favorecidos pela prescrição da pretensão executória prevista no Código Penal, ou seja, o Estado não poderá mais prender os condenados. Esse benefício já livrou da cadeia o pistoleiro Wellington de Jesus Silva, condenado a 29 anos de prisão pelo assassinato do sindicalista José Dutra da Costa - o Dezinho - e também os dois mandantes do assassinato do sindicalista João Canuto de Oliveira, Adilson Laranjeira e Vantuir de Paula, ambos condenados a 19 anos e 10 meses de prisão. A omissão e a impunidade, mais uma vez, favoreceram os criminosos.

Apenas na região sul e sudeste do Estado, nas últimas quatro décadas, a CPT já registrou 43 chacinas de trabalhadores rurais, com 236 mortos. Em apenas quatro delas houve julgamento

de algum responsável, e apenas dois condenados chegaram a ser presos. Ao que tudo indica, se depender apenas das autoridades do Estado do Pará, a chacina de São Félix do Xingu, a exemplo de tantas outras, será mais um caso no qual a impunidade prevalecerá.

Entre os foragidos estão: o fazendeiro Marlon Lopes Pidde, mandante da chacina de 5 camponeses, crime ocorrido em 27/09/1985, no município de Marabá. Em Júri ocorrido em 08/05/2014, Marlon foi condenado a 130 anos de prisão, mas nunca foi preso para cumprir a pena. Outro caso é o do fazendeiro José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas José Claudio e Maria, crime ocorrido em 24 de maio de 2011, no município de Nova Ipixuna. Condenado a 60 anos de prisão em julgamento ocorrido em 06/12/2016, José Rodrigues nunca foi preso para cumprir a pena.

Frente à situação exposta, as entidades que assinam a presente nota solicitam que o Ministério da Justiça autorize a Polícia Federal a assumir as investigações em colaboração com o GAECO do Ministério Público do Pará e que, dessa forma, possa identificar e denunciar todos os responsáveis por este crime.

São Félix/Belém, 12 de janeiro de 2024.

**Comissão Pastoral da Terra - CPT Regional Pará
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH**

Nota da CPT em apoio aos Pataxós hã - hã - hã e repúdio à violência contra os povos originários

“Ai daqueles que, deitados na cama, ficam planejando a injustiça e tramando o mal! É só o dia amanhecer, já o executam, porque têm o poder em suas mãos. Cobiçam campos, e os roubam; querem uma casa, e a tomam. Assim oprimem ao homem e à sua família, ao proprietário e à sua herança” (Miquéias 2, 1-2)

A Comissão Pastoral da Terra - Bahia (CPT BA), vem por meio desta manifestar sua indignação contra a onda de violência e tentativa de massacre promovida por fazendeiros latifundiários no município de Potiraguá (BA). Numa ofensiva contra os povos indígenas Pataxó Hã – hã – hãe, a violência ceifou a vida de Maria de Fátima Muniz de Andrade, Nega Pataxó, e atentou contra a vida do Cacique Nailton Muniz e mais outros 12 indígenas, deixando-os gravemente feridos. Mais de 500 anos após a invasão portuguesa, a política escravagista e de extermínio dos povos originários continua. Nos solidarizamos com os povos indígenas e sua luta justa e sagrada pela retomada de seus territórios de origem.

A reserva Catarina Paraguaçu, onde foram relocados todos os povos indígenas do Baixo, extremo sul, e parte do sudoeste do estado da Bahia, foi demarcada desde início do século passado para que seus territórios fossem liberados para plantio do monocultivo do cacau. Mesmo com a reserva legalizada, fazendeiros invasores tentam destruir a nação Pataxó Hã Hã Hãe que, para assegurar seu território, conseguiram no governo de Dilma Rousseff a nulidade dos títulos, dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o estado da Bahia emissor nos anos 70. No entanto, muitas lideranças já foram dizimadas juntamente com outros membros da comunidade.

Numa região marcada pelo latifúndio na Bacia do Rio Pardo, o sangue derramado de Nega Pataxó clama por justiça exigindo do Estado que não seja omissa como tem sido diante de tantos casos de violências contra os povos e comunidades tradicionais quilombolas, fundo e fechos de pasto, pequenas e pequenos agricultores e povos indíge-

nas. Por isso, é urgente, justo e necessário garantir aos povos tradicionais e povos originários a imediata demarcação de seus territórios.

No Brasil, conforme dados parciais apresentados pela Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), no primeiro semestre de 2023 foram registrados 973 conflitos no campo, representando um aumento de 8% em relação ao mesmo período de 2022, quando foram registrados 900 conflitos. A Bahia tem figurado como um dos estados com maior incidência de número de conflitos e um dos mais violentos do Brasil, alcançando a 3ª posição do ranking.

Ao longo dos últimos 10 anos, foram 36 camponeses assassinados no estado, 41 tentativas de assassinatos, 117 ameaçadas com nenhum assassino ou mandante julgado e preso. Nesse mesmo período, foram registrados 111 casos de violência contra indígenas na Bahia, sendo 10 assassinatos. Os dados apontam um Estado omissa e conivente com o latifúndio sangrento e depredador.

Em uma região fortemente marcada na história pela presença indígena, cujos nomes das cidades da região reafirmam sua presença — a exemplo de Potiraguá, Itapetinga, Itambé —, onde historicamente habitavam diversos povos, as raízes históricas desses povos continuam fincadas ali, mesmo que ao longo do tempo várias tentativas de apagar essas marcas tenham sido feitas, essas terras são sagradas a eles pertencem e para eles voltarão.

Que Nega Pataxó e muitos e muitas que encantaram no sonho da terra partilhada, da justiça, do amor fraterno, possa nos impulsionar na luta em defesa da vida.

Salvador/Bahia, 23 de janeiro de 2024
Comissão Pastoral da Terra - CPT Bahia

Carta da 37ª Assembleia Nacional da CPT

Romper cercas e tecer teias, a terra a Deus pertence! (Cf. Levítico, 25).

Nós, agentes de pastoral e representantes de povos, comunidades tradicionais e camponesas de vários estados do Brasil, estivemos reunidos em Luziânia, Goiás, entre os dias 19 e 21 de abril de 2024, para nossa 37ª Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra. Nestes dias, sob as luzes que impulsionaram o seu nascimento, refletimos e celebramos a caminhada de nossa pastoral rumo ao jubileu, os 50 anos da CPT. Avaliamos o trabalho desenvolvido no último triênio e elegemos as prioridades de ação, nova diretoria, coordenação nacional e conselho fiscal.

Às irmãs e irmãos de caminhada, reafirmamos o nosso compromisso com a luta pela terra compartilhada e pelos territórios livres de todas as opressões, com o protagonismo dos povos do campo, das águas e das florestas, especialmente das mulheres e juventudes.

Durante a Assembleia, a reflexão teve como focos os grandes desafios do presente e os problemas estruturais do Brasil, tais como a continuidade das desigualdades sociais, econômicas e fundiárias. Num país onde amargamos os 60 anos da Ditadura Militar, persiste a impunidade e recrudescem, como ameaças das mazelas mantidas na pauta política da extrema direita. Milhares de pessoas estão sem terra, sem teto e em condições de trabalho escravo em meio a milhões de hectares de terras concentradas em poucas mãos. As comunidades que vivem em seus territórios, inclusive, sofrem ameaças de expulsão e violências contra seus corpos e seus modos de vida.

A voracidade do capitalismo continua aprofundando-se no campo: a expansão das fronteiras agrícola, minerária e energética, que invadem os territórios com os monocultivos de soja, as pastagens, a cana-de-açúcar, o eucalipto e o uso das novas tecnologias, expulsam os povos originá-

rios, as comunidades tradicionais e camponesas. Cresce a violência no campo, a contaminação da terra, das águas, dos alimentos e dos seres vivos com venenos. Mais grave é a redução da terra destinada à produção de alimentos para abastecer a população brasileira, enquanto aumentam as áreas para a produção de commodities.

Em decorrência desse modelo, sentimos dias cada vez mais quentes. Sofremos diversos desastres ambientais, tais como secas e cheias extremas, com sérios impactos para as populações periféricas ou vulneráveis, especialmente jovens e mulheres. O governo brasileiro levantou a bandeira da transição energética. No entanto, o enfrentamento ao colapso ambiental não ameniza a situação de superexploração da terra e da natureza. Através da comercialização dos créditos de carbono e da implantação do hidrogênio verde e de parques eólicos, o governo recorre à mitigação e às ações de adaptação. Essas políticas de clima avançam com acordos entre os governos e as corporações transnacionais, que avistam na crise climática novas oportunidades para fartos e lucrativos negócios.

A dureza dessa realidade nos convoca às lutas históricas pela Reforma Agrária e pelos territórios, como condição primordial para a superação da pobreza e a permanência dos modos de vida dos povos originários, comunidades tradicionais e camponesas.

Os modos de vida dos povos do campo, das florestas e das águas são projetos de bem viver: nas suas ancestralidades e suas espiritualidades, nos seus territórios coletivos, na produção agroecológica, na prática do mutirão e no cuidado para com a casa comum, nas teias e na sua atuação em redes, eles denunciam e enfrentam o modelo imposto pelo capitalismo.

Em sintonia com o Papa Francisco, em seu discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares de 2015, na Bolívia: “A Reforma Agrária é, além de uma necessidade política, uma obri-

gação moral”. Com o coração ardente por justiça, nos somamos aos povos originários, comunidades tradicionais e camponesas a continuarem a luta que faz bem a todos e todas nós.

Luziânia/GO, 21 de abril de 2024.

Carta de Solidariedade frente ao Desastre Socioambiental no Rio Grande do Sul

“[...] sabemos que toda a criação geme e está com dores de parto até agora.” (Romanos 8, 22).

A **Comissão Pastoral da Terra - CPT** solidariza-se com o povo Gaúcho, que está enfrentando **verdadeira tragédia socioambiental**. As chuvas torrenciais que caíram a partir do dia 28 de abril e se estenderam nos primeiros dias do mês de maio de 2024 provocaram uma real catástrofe, principalmente nos municípios da Bacia Hidrográfica do Guaíba, onde casas, plantações, animais e estradas foram destruídas pela força das águas. Infelizmente, até o momento, 90 pessoas perderam suas vidas e mais de cem pessoas estão desaparecidas. Há milhares de desabrigados e desabrigadas. Famílias do campo e da cidade perderam tudo. E a previsão é de que ainda muitas famílias serão atingidas pela enchente nas cidades da Bacia Laguna dos Patos, até que as águas cheguem ao estuário, na cidade histórica de Rio Grande.

Essa é a maior enchente na história do Estado do Rio Grande do Sul, superando a grande enchente de 1941, onde a elevação do Lago Guaíba atingiu 4m76cm. A enchente atual atingiu 5m30cm em Porto Alegre. O balanço mais recente da Defesa Civil aponta um milhão de pessoas afetadas em 345 municípios.

Diante desse evento climático e de outros que já houveram no período recente, **se faz urgente e necessário refletir sobre as mudanças climáticas**, negligenciadas por muitos, como sendo a principal

razão desta calamidade pública que o Rio Grande do Sul enfrenta. Se faz necessário repensar o modo de produção onde **o monocultivo e o uso de venenos levam à destruição da natureza**, principalmente os banhados e o desmatamento das beiras dos rios, favorecendo as grandes enchentes.

Papa Francisco, na encíclica *Laudate Deum*, 6, já nos alerta para os efeitos da crise climática a nível global. Acelerada pela ação humana e associada ao modo de produção capitalista e às decisões políticas: **“aquilo que agora estamos a assistir é uma aceleração insólita do aquecimento**. Provavelmente, dentro de poucos anos, muitas populações terão de deslocar as suas casas por causa destes fenômenos”.

Infelizmente, nos últimos anos, o governo estadual tem adotado políticas neoliberais de desmonte do setor público, com privatizações de companhias estaduais, como a Equatorial Energia - CEEE e a Corsan - Água, precarizando os serviços essenciais. Os desmantelamentos de fundações responsáveis para cuidar do meio ambiente, como a Fundação Zoobotânica, a Secretaria do Meio Ambiente, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano - Metroplan e os Comitês de Bacias Hidrográficas, **têm enfraquecido a capacidade estrutural de fazer frente às demandas ambientais**. Urge mudar a rota de destruição

do Estado e lutar por políticas públicas que atendam toda a população, especialmente, a parcela mais carente, que são afetadas por estarem em lugares suscetíveis de inundações.

O momento é de unir esforços e levar solidariedade às pessoas atingidas, seja em campanhas ou atendimento de salvamento e acolhida. Todos, governantes e sociedade civil, precisam se somar para amenizar as perdas e reconstruir as vidas afetadas. A Comissão Pastoral da Terra,

através de seus e suas agentes, está engajada em salvar vidas e, junto à outras organizações, movimentos sociais e pastorais sociais, convida as pessoas que querem realizar doações a **contribuírem com qualquer valor, a ser destinado à conta da Cáritas Brasileira, através do PIX (CNPJ) 3365441-9/0010-07 ou depósito bancário para: Conta Corrente: 55.450-2 – Agência 1248-3 (Banco do Brasil).**

A sua ajuda é necessária e importante!

Porto Alegre, 07 de maio de 2024.

Nota Pública: Repúdio à Violência no Campo e em Defesa da Amazônia e Seus Povos

A Comissão Pastoral da Terra Regional Acre (CPT-AC) expressa repúdio à violência no campo, que tem vitimado de forma impiedosa os povos e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira. Nesta segunda-feira (20), um confronto na Fazenda Fusão, entre Lábrea (AM) e Senador Guiomard (AC), deixou três posseiros feridos por arma de fogo, em decorrência de uma emboscada envolvendo pistoleiros.

Este incidente evidencia a disputa por terra na Amazônia, onde latifundiários e pretensos proprietários recorrem à violência para expandir suas áreas agrícolas, prejudicando comunidades locais. Essa expansão frequentemente envolve queimadas e desmatamento, práticas que violam direitos humanos e estão íntima e promiscuamente ligadas com o agravamento das mudanças climáticas.

O uso da terra deve cumprir sua função social, conforme estabelece a Constituição Federal, sendo destinada àqueles que a cultivam e preservam. As práticas predatórias dos latifundiários, que promovem desmatamento e destruição

ambiental, são incompatíveis com este princípio e perpetuam a violência no campo.

Exigimos das autoridades um compromisso firme com a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Medidas eficazes devem ser adotadas para garantir a segurança no campo, coibindo a ação de jagunços e pistoleiros, e punindo os responsáveis por atos criminosos.

A situação de violência no campo é agravada pela ação de milícias na região, que atuam em conluio com latifundiários e grileiros para intimidar e expulsar comunidades tradicionais de suas terras. Estas milícias empregam métodos de terror e violência, criando um ambiente de constante medo e insegurança. A presença dessas forças paramilitares ilegais dificulta ainda mais a defesa dos direitos territoriais e humanos dos povos que vivem na Amazônia, exacerbando os conflitos e perpetuando a impunidade.

A área do sul do estado do Amazonas, especialmente na Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, é crítica para o bem-viver dos

povos e comunidades tradicionais. Segundo dados da publicação “Conflitos no Campo Brasil 2023”, dos 31 assassinatos registrados no país, 8 ocorreram nessa região, sendo 5 causados por grileiros. Esses números alarmantes refletem a gravidade da violência fundiária na área, que é fundamental para a conservação ambiental e a manutenção das culturas tradicionais. A escalada de violência e a pressão sobre as terras reforçam a urgência

de ações efetivas das autoridades para proteger os direitos dos povos e comunidades locais.

A CPT-AC reafirma seu compromisso com os povos da Amazônia, a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a preservação ambiental. Clamamos pelo fim da violência no campo e pela implementação de políticas públicas que promovam a paz, a justiça e a sustentabilidade na Amazônia.

Rio Branco (AC), 20 de maio de 2024.

Comissão Pastoral da Terra Regional Acre (CPT-AC)

NOTA PÚBLICA: Por Missão, a Comissão Pastoral da Terra acompanha famílias acampadas há mais de 20 anos em Mato Grosso

‘Amaldiçoados sejam aqueles que acumulam casas e campos.’ (Isaias 5,8).

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, é um organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fundada em 1975, com a Missão “*Ser Presença, Solidária e Profética junto aos pobres da terra, das águas e das florestas, levando a Prática de Jesus de Nazaré*” e vem a público repudiar as ações truculentas da Polícia Militar de Mato Grosso, contra seus Agentes Pastorais, trabalhadores/as, acampados/as e Defensora Pública de Mato Grosso.

No dia 27 de maio 74 famílias, mais de 200 pessoas das quais 50 eram crianças, pessoas acampadas e cansadas da espera na beira da estrada, em situação desumana, sob lona e sol quente, na poeira e sem água, numa situação angustiante diante de um julgamento do Mandado de Segurança nº. 1023133-54.2021.4.01.000/TRF1 que não acontece, decidiram ocupar a área do PDS Novo Mundo, criado pelo INCRA em abril de 2024.

Durante essa ação de ocupação, daquilo que é terra pública, da União, com portaria do Incra criada e publicada, mesmo assim, em atitude coordena-

da, a empresa de segurança ‘Tática Serviços’ e seus pseudos seguranças, na verdade ‘jagunços’ da Fazenda, que por ironia diz na placa ‘Nossa Senhora da Abadia’ (aquela que traz a Luz ao Mundo), a mando do grileiro Clayton, atentaram mais uma vez contra a vida dessas famílias sem-terra empobrecidas, jogando um trator esteira contra dezenas de pessoas indefesas, que mesmo assim colocaram seus próprios corpos para defender seus familiares e fizeram a esteira recuar com incrível coragem. Demonstrando, desta forma, a velha e comum face violenta de vários fazendeiros do estado.

A Polícia Militar, Patrulha Rural, Força Tática, Policiais com escudos, bombas, armas de grosso calibre e spray de pimenta foram acionadas a mando do governador, segundo o próprio major que comandou a operação disse. Chegaram ao local com uma megaoperação de guerra, em 7 viaturas e trataram os trabalhadores, com suas crianças pequenas, como bandidas, como “gado” a ser abatido.

Seres humanos estes em condição de vulnerabilidade extrema e histórico estado de exceção pelos governos anteriores e pelo atual governo autoritário do estado, o qual tem a percepção distópica de marginalização de camponeses, trabalhadores, pobres e criminalização de suas lutas por terra, trabalho e direitos.

Assim, a mando deste governo distópico e autoritário, sem nenhuma possibilidade de estabelecer um diálogo mínimo, a polícia militar com seus comandantes, um sargento local e um major, aos gritos começam a dar voz de prisão aleatórias contra todo aquele que se colocasse, discordasse, ou se aproximasse, para tentar entender a situação. Qualquer aproximação do efetivo policial, mesmo que por busca de alguma orientação, era respondido com voz de prisão imediata, sempre dada ou pelo sargento ou pelo major, caso ocorrido com o padre ao perguntar o que estava acontecendo com uma agente pastoral.

Uma atitude muito comum da polícia mato-grossense, a qual agride, humilha, destrói e mata os trabalhadores do campo que lutam legalmente por justiça, trabalho e alimento, atitude bem diferente com fazendeiros assassinos, pistoleiros, escravocratas contemporâneos, grileiros, etc.

A coordenadora da CPT MT, um agricultor voluntário da CPT, o Padre, assessor estadual da Pastoral e a Defensora Pública do Estado, que atende no município, estavam no local para assegurar a integridade física das famílias e mediar um iminente conflito trazido pelo Estado, devido a histórico conhecido de violências e desrespeito aos direitos dos trabalhadores por terra, também foram detidos.

Além de diversas prisões arbitrárias, a Polícia Militar de Mato Grosso demonstrou uma perceptiva relação com a empresa de segurança, que ajudou ativamente nesta ação truculenta, além de indicarem quem deveria ser preso. Os seguranças tomaram os celulares dos detidos e asseguraram a permanência deles nos ônibus escolares do Pro-

grama Caminhos da Escola.

Mesmo após as prisões e a saída das famílias da área do PDS Novo Mundo, a Polícia Militar, com apoio logístico da empresa de segurança, continuou com a sua operação, se estendendo ao lote pertencente ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Conquista II. Ali, eles ameaçaram os assentados que, a uma certa distância, acompanhavam o que estava acontecendo, tomaram aparelhos celulares para apagar os registros, ameaçaram pessoas e agrediram um morador, que teve o braço fraturado durante a abordagem, prenderam uma senhora idosa e doente, que acabou hospitalizada.

Ainda, foram apreendidas ferramentas de trabalho, por eles relacionadas como prova material de armas. Cometeram perjúrio ao ter encontrado uma arma de fogo e munições fora do acampamento e tentar atribuir como pertencente a um trabalhador, no entanto, não pertencia aqueles trabalhadores envolvidos no movimento e sua origem e propriedade é desconhecida e duvidosa.

Outro fato que corrobora toda essa ação violenta da Polícia Militar de Mato Grosso foi a prisão da Defensora Pública, servidora do Estado, que estava acompanhando e documentando a situação a uma certa distância, segundo seu próprio relato, foi agredida e, num primeiro momento foi detida e teve seu celular tomado de sua mão e apreendido pelo comandante da Operação da Polícia Militar.

É notório que essas e muitas outras ações realizadas com participação da Patrulha Rural de Mato Grosso têm sido fortes e confirmam um Estado de violência e intolerância no campo instaurado pelo Governo do Estado, que sempre deixou evidenciada sua política de 'tolerância zero' com ocupações.

O tempo todo, o Comandante da operação declarava que estavam cumprindo ordens diretas do governador sem nenhum mandado judicial para isso.

Por fim, repudiamos as ações da Polícia Militar e a política do Governo do Estado do Mato Grosso, de criminalizar uma luta que é legítima pela Reforma Agrária, terra, teto e pão para todos. Exigimos que essa injusta situação de violência e as ações violentas do Estado contra aquelas pessoas, nossos agentes de pastoral e a defensora pública, sejam apurados e responsabilizados seus agentes públi-

cos que atentaram contra os trabalhadores acampados, sem ordem judicial, no cumprimento de uma ordem injusta que descumpra a justiça e a Lei Constitucional do Estado Brasileiro que é soberana.

Reiteramos, ainda, que seja julgado o Mandado de Segurança nº. 1023133-54.2021.4.01.000/TRF1, de responsabilidade do Des. João Carlos Mayer Soares.

Cuiabá, 29 de maio de 2024.

Comissão Pastoral da Terra - Regional Mato Grosso

Nota de apoio às Fiscalizações do Trabalho durante a colheita de café no Sul de Minas Gerais

A Articulação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG) **manifestam seu profundo e irrestrito apoio às fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como ao Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF)** no combate ao trabalho análogo à escravidão e às violações aos direitos dos trabalhadores na colheita do café no Sul de Minas.

Há anos a ADERE/MG, a CPT/MG, a CUT-Sul de Minas e outras organizações da sociedade civil chamam a atenção de autoridades ligadas aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Instituições de Ensino Superior, Certificadoras, Tradings e empresas controladoras da cadeia produtiva do café, para o grave e assustador índice de casos de trabalho análogo ao de escravo, e outras violações de direitos humanos e trabalhistas em fazendas produtoras de café na região.

Desde o dia 11/06/2024, equipes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) têm realizado fiscalizações em fazendas e sítios do

Sul de Minas, visando combater possível crime de trabalho análogo ao de escravo. Em algumas propriedades fiscalizadas são flagrantes situações absolutamente desumanas e degradantes, caracterizadas como crime, conforme previsto no Artigo 149 e 149-A do Código Penal Brasileiro, e, portanto, realizado o resgate de trabalhadores e trabalhadoras.

Durante as fiscalizações, assim como em anos anteriores foram constatadas diversas irregularidades, dentre as quais se destacam: **a)** falta registro profissional dos trabalhadores, **b)** falta de fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), **c)** falta de banheiro e de local para refeição nas frentes de trabalho, **d)** falta pagamento de Descanso Semanal Remunerado, **e)** trabalhadores “alojados” de forma degradante e desumana, **f)** trabalhadores sendo obrigados a pagar pelas maquininhas, manutenção e gasolina para colher o café do patrão **g)** cobranças dos valores das passagens de suas cidades de origem até a fazenda fiscalizadas, **h)** falta de controle de jornada de trabalho, **i)** intermediação irregular de mão de obra de forma enganosa por meio do “gato” (aliciador). Tais irregularidades se enquadram no que a legislação caracteriza como traba-

lho análogo ao de escravo, pois estão presentes, além das condições degradantes de trabalho, a servidão por dívida, o aliciamento e as condições precárias de alojamento, e ferem a Norma Regulamentadora (NR 31).

A tão atacada Norma Regulamentadora (NR-31) é um importante instrumento que garante aos empregados rurais fixos e safristas o mínimo de saúde e segurança no trabalho no ambiente do trabalho rural, inclusive no que se refere à fornecimento e uso de **EPIs, banheiros, local para refeição, condições de alojamentos**, entre outros, e deve ser cumprida por todos os empregadores rurais, respeitando a especificidade de cada um, sendo o seu cumprimento fiscalizado pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Atacar a NR-31 como vimos nas nos discursos dos deputados citados nessa carta, é no mínimo estimular a precarização do trabalho, o desprezo à da saúde e da vida dos trabalhadores rurais que são historicamente expostos ao sol, chuva, sereno, poeira e muito agrotóxicos (veneno) aplicado na agricultura, inclusive nos cafezais do Sul de Minas e do Brasil.

Nos causou muita revolta e indignação ao tomarmos conhecimento a respeito das falas do Deputado Emidinho Madeira (PL/MG), presidente da frente parlamentar do café que, nos dias 18 e 19 de junho em seu discurso na tribuna da Câmara dos Deputados e, com apoio do Deputado Federal Evair Rodrigues de Lima, durante a sessão da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, manifestaram desprezo para com o trabalho decente, desrespeitando às instituições que combatem o trabalho análogo ao de escravo no Brasil como o MTE, MPT, PF, PRF e DPU. Nos dois momentos foram proferidos ataques à Fiscalização do Trabalho ao afirmarem que: **“A Polícia Federal e o Ministério do Trabalho ajudariam mais a região sul e sudoeste de Minas Gerais se, ao invés de fiscalizar, ajudassem a apanhar café”**. Tais afirmações

desrespeitosas se tornam ainda mais graves por serem proferidas por agentes públicos e políticos, na presença do Ministro da Agricultura, o Sr. Carlos Fávaro, que não repreendeu nem repudiou as manifestações.

Aliás, há poucos dias, durante o período de fiscalização, uma pessoa foi presa pela Polícia Federal na mesma região por instigar e fazer por meio do WhatsApp, ameaças de agressão aos auditores fiscais do trabalho. A propósito do ocorrido não ouvimos esses deputados se pronunciarem, seja para condenar tais ameaças, seja para apoiar o trabalho da auditoria fiscal do trabalho.

Ao defender os praticantes do trabalho escravo, e ao mesmo tempo atacar a Auditoria Fiscal do Trabalho, esses dois deputados atacam a classe trabalhadora, a sociedade, as empresas sérias desse país e a comunidade internacional que já não aceita mais a escravização de pessoas. A repercussão desse discurso que busca violar direitos humanos coloca em risco todos os esforços de parte de empregadores honestos que cumprem a lei, assim como colocam em xeque todos os esforços de parte do setor produtivo, governos, entidades de trabalhadores e da sociedade civil na busca por garantias de direitos dos trabalhadores e pelo trabalho decente na cadeia produtiva do café Brasileiro.

Diferentemente das afirmações lastimáveis e preocupantes dos deputados ligados a parte atrasada do agronegócio cafeeiro que não é nada pop, reiteramos nosso total apoio às fiscalizações do trabalho no meio rural do Sul de Minas, **tendo em vista que há tempos a região vem se tornando palco de violações de direitos humanos através da prática de trabalho escravo.**

É preciso ressaltar que os empregadores flagrados não se enquadram de forma alguma com as práticas e valores da agricultura familiar. **São, antes de**

tudo, criminosos, pois ao submeterem os trabalhadores a tais situações, esses empregadores rurais do café acabam por violar a dignidade humana da pessoa do trabalhador. Esses delitos estão tipificados como crime no artigo 149 do Código Penal e contrariam a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à qual o Brasil é signatário e ratificou. Ao não cumprir acordos internacionais e permitir a reprodução do trabalho escravo contemporâneo em seu território, o país não só contribui para uma imagem negativa do café brasileiro no mercado externo, mas também desrespeita os cafeicultores e produtores nacionais que cumprem a legislação trabalhista.

Nesse sentido, a Articulação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG) e a CUT-Sul de Minas ratificam publicamente seu irrestrito apoio e solidariedade a Auditoria Fiscal do Trabalho (AFT), ao mesmo tempo em que parabenizamos e agradecemos os agentes por mesmo estando vergonhosamente com grande déficit de auditores, ainda assim estarem fiscalizando o meio rural nesse momento de safra da colheita de café no Sul de Minas, onde se constatam inúmeros casos de trabalho análogo ao de escravo.

Da nossa parte, afirmamos que estamos atentos a tal crime, ao mesmo tempo em que nos colocamos à disposição para construirmos conjuntamente um caminho concreto para o trabalho decente no meio rural de Minas Gerais, onde prevaleça a dignidade e o respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Como forma de combater concretamente o trabalho escravo, convidamos os deputados Emidinho Madeira (PL/MG) e Evair de Melo (PP/ES) a somarem esforços com as bancadas de deputados e deputadas progressistas, colocando seus mandatos à disposição para trabalhar a regulamentação da Emenda Constitucional 81 que alterou o artigo 243 da Constituição, e com isso expropriar sem indenização toda propriedade rural e empresas urbanas que foram flagradas com trabalho escravo, fazendo assim justiça aos trabalhadores, e fechando as portas do trabalho análogo ao de escravo no Brasil.

Por fim, chamamos a atenção do Governo do Federal para a necessidade imediata convocação do prometido **concurso público para contratação e efetivação de mais Auditores Fiscais do Trabalho**, com destinação de parte significativa destes para o Sul de Minas, levando em conta que essa região se destaca como grande palco da prática do crime de trabalho análogo à de escravo e outras violações de direitos, especialmente nas propriedades rurais produtoras de café, que são fornecedoras para grandes cooperativas e corporações transnacionais do grão, que não assumem suas parte de responsabilidades na promoção do trabalho decente.

**Pelo fim do crime de trabalho escravo!
Cadeia aos escravocratas modernos!
Viva o trabalho decente!
Vida longa à Auditoria Fiscal do Trabalho!**

26 de junho de 2024.
Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG)
Central Única dos Trabalhadores Regional Sul de Minas Gerais
Articulação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG)

Nota de Repúdio contra a Violência sofrida pelo povo Guarani Kaiowá e famílias sem-terra em Mato Grosso do Sul

A **Comissão Pastoral da Terra – CPT** (Coordenação Nacional e Regional Mato Grosso do Sul) manifesta profundo repúdio à violência sofrida pelo povo Guarani Kaiowá e pelas famílias sem-terra em Mato Grosso do Sul, ocorrida no último sábado (3). Os ataques deixaram dez indígenas feridos gravemente por balas letais e balas de borracha, numa área de retomada, no município de Douradina, e um incêndio criminoso contra o acampamento Esperança do MST, em Dourados.

A retomada do território é um direito legítimo das comunidades Kurupa Yty e Pikyxyin, visto que o Mato Grosso do Sul é um dos estados brasileiros com maior concentração de terras e conflitos envolvendo os povos indígenas. A violência contra os Guarani Kaiowá tem sido constante desde que foram expulsos do seu território pelos grileiros e confinados a pequenas reservas. Em 2023, foram registrados 116 conflitos por terra no MS, sendo 92,7% entre fazendeiros e indígenas, o que resultou em dois assassinatos e mais de 20 mil famílias atingidas pelos conflitos.

No dia 14 de julho, a mesma retomada indígena havia sido alvo de ataques armados na madrugada. A Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica já é oficialmente reconhecida, identificada e delimitada com 12 mil hectares no ano de 2011. O processo de demarcação está paralisado devido à morosidade do Estado brasileiro e aos efeitos das medidas legislativas inconstitucionais como a Lei 14.701 e a PEC 48/2023, que propõem a instituição da tese do marco temporal. Os fazendeiros do agronegócio interpuseram recurso e, desde então, o conflito tem se intensificado com diversos ataques contra os indígenas. As retomadas indígenas são legítimas para pressionar o Judiciário a resolver a questão e, de forma justa, devolver a terra aos legítimos

donos, os Guarani Kaiowá.

É importante destacar que esses ataques ocorridos no MS são uma parte do contexto de crescimento e acirramento da violência no campo brasileiro. Os dados dos Conflitos no Campo, documentados pela CPT, apontaram a ocorrência de 2.203 conflitos em 2023. Reafirmamos que, enquanto o Estado brasileiro não assumir efetivamente o compromisso com a reforma agrária, demarcação e titulação das terras indígenas e quilombolas, a violência tende a continuar e a se intensificar contra os povos do campo.

Somos solidárias e solidários aos povos do campo, das águas e das florestas, que sofrem ataques de setores do agronegócio em diferentes regiões do Mato Grosso do Sul. Repudiamos e denunciaremos também o ataque contra as 300 famílias do acampamento Esperança do MST, em Dourados, ocorrido na madrugada do dia 3 de agosto. O acampamento foi cercado por um incêndio criminoso provocado por pessoas que ocupavam dez caminhonetes e duas motos. Há indícios de que se trata de uma ação articulada contra a luta pela terra na região, uma vez que o acampamento do MST está localizado a 50 km da área onde os indígenas foram baleados.

Conclamamos a sociedade para que se solidarize com as causas justas dos empobrecidos do campo, pois essa é uma causa de todos nós. Exigimos que o Estado brasileiro cumpra o seu dever e não se omita diante desses massacres. O governo Lula, de uma vez por todas, deve se comprometer com a democratização do acesso à terra e com a garantia dos territórios indígenas e demais povos do campo do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Goiânia/GO, 5 de agosto de 2024

Nota Pública: Queimadas nos Territórios!

A **Articulação Agro é Fogo** vem a público denunciar a grande ocorrência sistemática e orquestrada de incêndios criminosos em todo o território nacional, gerando grandes impactos à população, à fauna e à flora dos distintos biomas do Brasil.

Esses incêndios têm deixado enormes cicatrizes, principalmente nas comunidades tradicionais e povos indígenas, agravado com a chegada da estiagem. **A maioria das comunidades não têm equipamentos e recursos e, por mais que as brigadas voluntárias e auto organizadas venham combatendo bravamente o fogo criminoso, as cicatrizes são severas.** Isso tem atingido o patrimônio genético dos territórios e de seus modos de vida, como casas, locais sagrados, espaços comunitários, lavouras, roças; impactando diretamente a segurança alimentar das pessoas, desertificando a terra e ameaçando as bacias de águas do Brasil.

As comunidades, então, têm que lidar com dois problemas: os incêndios e a seca, agravando ainda mais a saúde, com problemas respiratórios, cardíacos e psicológicos. Como diz a liderança indígena de Rondônia, Adriano Karipuna: *“Não é uma simples gripe ou um resfriado, é que o clima está seco. ‘Toma muita água’, é isso que falam para nós. Então, está sem solução, tanto para conter o fogo, o incêndio criminoso, tanto pra resolver o problema que as pessoas vêm sofrendo por conta da fumaça, porque inalar essa fumaça tóxica, faz um mal horrível para qualquer ser humano. E os hospitais [estão] cada vez mais lotados do nosso povo”.*

Além das ações do Ministério do Meio Ambiente, é necessário que o Ministério da Saúde destine recursos e amplie as políticas de saúde articulados com os municípios e o governo estadual, tomando as medidas para o atendimento imediato da população, principalmente com os povos originários e comunidades tradicionais, povos menos assistidos pelo sistema de saúde público.

Salientamos também, que os incêndios são um dos principais causadores das mudanças climáticas que têm afetado, gradualmente, o país. E nos últimos anos, os seus efeitos têm crescido exponencialmente. Os biomas como **Pantanal, Amazônia e Cerrado passaram a sofrer perdas de seus estoques de água, redução do volume de corpos d’água e até mesmo morte de alguns rios,** além da irregularidade, nos últimos anos, das chuvas espalhadas pelos rios voadores. Esse cenário de estresse e conflito hídrico são alguns dos desdobramentos das mudanças climáticas aceleradas pelo agronegócio que avança sobre os territórios, se tornando um dos principais causadores de incêndios, orquestrando ações de queimadas, desmatamentos e grilagem de terras, superando os dados das queimadas em 2020.

Neste ano, dez cidades das regiões Norte e Centro-Oeste respondem por 20,5% das queimadas que atingem o país desde o início do ano, segundo o Inpe: São Félix do Xingu (PA, 17,1%), Altamira (PA, 13,6%), Corumbá (MS, 11,7%), Novo Progresso (11,6%), Apuí (AM, 11,6%), Lábrea (AM, 9,3%), Itaituba (PA, 7,5%), Porto Velho (RO, 7%), Lagoa da Confusão (TO, 5,8%) e Colniza (MT, 5,6). Veja mais aqui: <https://acesse.dev/ar8Np>). Exatamente a “área do arco do desmatamento”, onde estão previstos também, projetos de infraestrutura do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que poderão trazer mais consequências ao ambiente e às comunidades.

Embora os esforços para captação de recursos para a agenda ambiental e climática do governo sejam visíveis, o objetivo está longe de ser alcançado. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), alertam para a continuidade na falta de investimentos relacionados às políticas socioambientais e climáticas no Brasil: “Balanço Semestral do Orçamento da União (Janeiro a Junho de 2024)” (<https://inesc.org.br/balanco-semestral-do-orcamento-da-uniao/>). É fundamen-

tal que as instituições governamentais executem toda verba destinada para o combate ao fogo. Vale aqui apontar que o PrevFogo, principal estrutura federal no país na questão do combate direto aos incêndios florestais e queimadas não autorizadas, está com **mais de 70% de seu orçamento não empenhado e não executado**.

As imagens e histórias relatadas são muito impactantes e como já evidenciado por pesquisadores, estamos à beira de um colapso climático, exigindo esforços redobrados dos órgãos públicos articulados nas esferas federal, estadual e municipal. Por isso, é necessário que as autoridades tomem providência, principalmente o ICMBio, IBAMA, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, MPI e a Polícia Ambiental. É fundamental que os incêndios criminosos, utilizados para provocar o desmatamento e a destruição da biodiversidade, propositalmente, promovendo o terrorismo ambiental, **sejam agilmente apurados, e seus responsáveis multados, repreendidos, presos e, em caso de reincidência, a desapropriação** das terras para conversão em área de preservação permanente, destinando estas à reforma agrária e às comunidades tradicionais. Pessoas também perderam suas vidas sem que houvesse responsabilizados, por isso exigimos a devida apuração e punição dos casos.

As comunidades também precisam de apoio emergencial, destinação de água potável e alimentos. Para estas ações é importante a destinação de recursos públicos, com aumento do orçamento público. E, para ações emergenciais: o programa de armazenamento, distribuição de sementes e mudas de plantas, frutíferas e florestais; para o reflorestamento de áreas degradadas, a construção de sistemas agroflorestais; a recuperação de nascentes, do caminho das águas, e a proteção dos rios. Desenvolver programas, a nível nacional, de cisternas para armazenamentos de água para o tempo da seca, que a cada ano é mais recorrente. Além de agilizar e implementar a demarcação das terras indígenas e quilombolas, bem como de assentamentos à população sem-terra, ações que efetivarão, de forma concreta, a conservação dos territórios e o enfrentamento às mudanças climáticas.

Os biomas são territórios sagrados de vida que consumidos pelo fogo, queima o alimento, a fauna, a flora, o solo, as moradias, locais sagrados, a soberania alimentar, queimam o modo de vida das pessoas, queima a esperança.

É preciso recuperar a terra, a água, o alimento, proteger e esperar a vida. O futuro é agora!

09 de outubro de 2024.
Articulação Agro é Fogo

Nota Pública contra o PL 4.357/2023, que ameaça a função social da terra

A Comissão Pastoral da Terra, Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) vêm a público manifestar indignação diante da recente deliberação da Câmara dos Deputados, pela aprovação do regime de urgência para votação do Projeto de Lei 4.357 de 2023.

O PL em questão, de autoria da bancada ruralista, altera a lei de desapropriação de terras para fins de reforma agrária (Lei 8629/1993) para estabelecer que as propriedades, de qualquer tamanho, quando consideradas produtivas, não poderão ser desapropriadas. Ao assim dispor, o que o projeto,

na verdade, estabelece, é que a propriedade rural, para não ser desapropriada para reforma agrária, basta estar produzindo, sem ter de demonstrar o atendimento dos critérios que definem a função social da propriedade, previstos no art. 186 da Constituição.

O Projeto impede a desapropriação do imóvel mesmo quando seu proprietário não praticar seu uso racional e adequado, não preservar o meio ambiente, não respeitar os direitos trabalhistas ou o bem-estar dos trabalhadores. Essas premissas, que deixarão de ser observadas se o PL for aprovado, definem o que a Constituição determina como função social da propriedade. Esse princípio cria condições para o exercício do direito à propriedade com o objetivo de que ela seja utilizada não apenas em benefício de seus proprietários, mas também em prol dos interesses sociais.

De fato, a função social da terra exige que as propriedades rurais sejam utilizadas de forma a promover a justiça e a sustentabilidade. Em um momento em que a violência no campo se soma aos danos sofridos pelas comunidades rurais devido à crise climática e aos incêndios criminosos, reafirmamos o sentido político desse princípio. As terras representam a base da nossa existência, cultura e subsistência. É fundamental que seu uso esteja condicionado aos interesses e ao bem-estar de toda a sociedade e ao direito das gerações futuras a um ambiente ecologicamente equilibrado.

É, portanto, uma responsabilidade coletiva garantir que as terras sejam usadas de maneira a beneficiar a coletividade e a preservar os bens naturais. Por isso, condenamos veementemente as práticas de desmatamento ilegal, queimadas criminosas e outras atividades que devastam o meio ambiente.

A poluição e a falta de preservação das águas é outro grave problema que precisa ser urgentemente abordado. A água é um recurso finito e essencial para a vida e seu uso inadequado pode ter consequências devastadoras para comunida-

des inteiras. É imperativo que práticas agrícolas sustentáveis sejam adotadas para garantir a preservação dos nossos rios, lagos e aquíferos.

Também é fundamental combater o trabalho escravo e qualquer forma de exploração laboral nas atividades agrícolas. Todos os trabalhadores merecem condições dignas de trabalho, respeito e justiça.

Portanto, ao reafirmar a importância de que seja observado o cumprimento da função social da propriedade e possibilitada a desapropriação das terras que não cumpram com esse princípio, exigimos também políticas públicas mais rigorosas e uma fiscalização efetiva que garanta que isso se cumpra. A proteção do meio ambiente, a produção de alimentos saudáveis, o respeito aos direitos dos trabalhadores e a preservação dos recursos hídricos são pilares fundamentais para uma sociedade justa e sustentável.

O PL 4.357/2023, ao impor esse retrocesso, tem o propósito claro de desqualificar a política de reforma agrária, protegendo indevidamente a média e a grande propriedade que não cumpram com sua função social. Além disso, ao beneficiar propriedades que fazem mau uso da terra, o PL prejudica o trabalhador sem-terra acampado, que reivindica e aguarda o acesso à terra que a Constituição lhe garante por meio da desapropriação das terras que não cumprem com a sua função social.

Desse modo, a alteração da lei de desapropriação proposta pelo PL 4.357/2023, ofende a Constituição que exige o cumprimento simultâneo dos critérios que definem o cumprimento da função social (uso adequado e racional, preservação ambiental, promoção do bem-estar e respeito ao direito dos trabalhadores) independentemente da produtividade do imóvel. Na verdade, o próprio cumprimento desses critérios é um fator de mensuração da produtividade, uma vez que o descumprimento da função social pode levar à classificação da propriedade como improdutiva, possibilitando sua desapropriação pelo Estado para fins de reforma agrária.

Essa compreensão foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no final de 2023, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.865. Na ocasião, o STF entendeu que a exigência de cumprimento da função social e a produtividade se completam e não se excluem. Portanto, uma lei que dispensa o cumprimento da função social da terra é materialmente inconstitucional, já que ofende diretamente a norma constitucional legitimamente interpretada pelo STF.

Ante a insólita deliberação da Câmara dos Deputados, os movimentos sociais e instituições que congregam, apoiam e representam os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sentem-se no dever de denunciar essa grave desobediência à Constituição e a evidente intenção do projeto de inviabilizar as políticas públicas constitucionais de reforma agrária.

A lista com as centenas de organizações e pessoas físicas que assinaram esta Nota Pública se encontra no link: <https://mla.bs/51de7aff>

09 de dezembro de 2024.

NOTA DE PESAR - Antônio Canuto: presente!

Esta é uma das notícias mais difíceis e inesperadas de divulgar, mas é com lamento que informamos a Páscoa do nosso querido Canuto. “Agente pré-histórico da CPT”, como tinha orgulho de falar, pois começou sua atuação antes mesmo do nascimento desta Pastoral, contribuindo para sua concepção, acompanhando toda a nossa caminhada, caminhando conosco até aqui.

Nascido no Rio Grande do Sul, foi na região de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, que a sua vida fez mais sentido como agente pastoral junto aos povos da terra, lutando ao lado de Pedro Casaldáliga, Tomás Balduino e tantas outras pessoas pela justiça e contra a exploração do latifúndio, mesmo em meio ao período de maior recrudescimento da violência no campo no contexto da ditadura militar.

Dentre as suas armas de luta, seus símbolos eram a palavra, a caneta e a máquina de escrever, sucedida pelo computador. Um comunicador nato, que ao vir para a Secretaria Nacional da CPT, em Goiânia/GO, fortaleceu a Comunicação da instituição, com o jornal Pastoral da Terra e em diver-

sos outros materiais de formação. Guardião das memórias, das causas em defesa da Vida, das lutas e resistências de gente empobrecida pela ganância do capital. Homem prático, do fazer, do estar junto, do sistematizar para as memórias da caminhada serem revisitadas e fortalecerem as lutas.

É inesperada esta notícia, pelo seu perfil tão ativo e animador, mesmo com as dificuldades trazidas pela idade de mais de 80 anos. Seja escrevendo biografias, seja analisando dados de conflitos no campo, contribuindo com materiais e momentos de formação, participando das celebrações, romarias e onde mais podia estar presente, foi alguém que pregava e profetizava a missão da CPT, que viveu a CPT em sua vida, palavras e atitudes, com toda alegria, bom humor e voz forte, que eram suas características.

Já sentimos a dor da sua falta em nossa caminhada, mas sua memória é luz que segue iluminando nossos caminhos. E encerramos com o relato da equipe do Curso de Verão, que você tanto incentivou:

CANUTO!

O que dizer de você, nessa hora?

Irmão-Companheiro, fiel ao Projeto de Jesus até “debaixo d’água”, teimoso, parceiro, inquieto, apressado, presença forte, voz marcante, solidário, esperançoso e

Menino ainda e de cabelos da cor da paz...

De passos largos... Menino nas peraltices, na teimosia e na coragem... Pássaro livre, de asas longas e de vôos altos... De olhar profundo, como quem busca enxergar para além do que está posto...

Mirou o horizonte, sentiu o sopro da Divina Ruah e, nele, escutou o chamado do Ressuscitado e, como numa sinfonia de vozes, ouviu o murmúrio de Tomás, de Pedro e de tantos outros...

E para não se prender, não olhou para trás... Bateu suas longas asas e foi... Vá em paz!

Goiânia/GO, 03 de dezembro de 2024.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Secretaria Nacional

Listagem de Movimentos Sociais, Entidades, Organizações (2024)

Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
Articulação do Semi-Árido* (ASA*)	Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)	Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime)	Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)
Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande (ATRAMAG)	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)
Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombos de Rosário	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos (Conaq)
Associação Quilombola	Cáritas Brasileira (Cáritas)
Associação Quilombola Kalunga - AQK	Diocese (Diocese)
Associação Quilombola de São Sebastião do Burajuba	Diretório Central dos Estudantes (DCE)
Associação de Pescadores (AP*)	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG (NGolo)
Associação de Pescadores do Baixo Rio Branco	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)
Associação dos Chacareiros (AC*)	Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Janeiro (Fetagr/RJ)
Associação dos Trabalhadores Rurais (ATR)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg)
Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape)
Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro)
Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	
Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)	

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema)	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá (Fetagri/PA)	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Frente Nacional de Luta (FNL)	Movimento dos Sem Terra do Amazonas (MSTA)
Fórum das Pastorais Sociais (FPS)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Fóruns e Redes de Cidadania (FRC)	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto (MTST*)
Hutukara Associação Yanomami (HAY)	Organização Independente (OI)
Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ)	Organização Popular (OPA)
Liga dos Camponeses Pobres (LCP)	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP (OMAQUESP)
Movimento Camponês Popular (MCP)	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ)
Movimento Dia 08 de Março (M8M*)	Paróquias (Paróquias)
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu (MIQCB)	Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama)
Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MPP)	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)
Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM)	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)
Movimento Quilombola (Moquibom)	Terra Livre (Terra Livre)
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA)
Movimento de Resistência Camponesa (MRC)	
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)	

Fontes de Pesquisa

CPT

Comissão Pastoral da Terra - AC
Comissão Pastoral da Terra - AL
Comissão Pastoral da Terra - AM
Comissão Pastoral da Terra - AP
Comissão Pastoral da Terra - AR/TO
Comissão Pastoral da Terra - BA
Comissão Pastoral da Terra - CE
Comissão Pastoral da Terra - ES/RJ
Comissão Pastoral da Terra - GO
Comissão Pastoral da Terra - MA
Comissão Pastoral da Terra - MG
Comissão Pastoral da Terra - MS
Comissão Pastoral da Terra - MT
Comissão Pastoral da Terra - NE
Comissão Pastoral da Terra - PA
Comissão Pastoral da Terra - PB
Comissão Pastoral da Terra - PE
Comissão Pastoral da Terra - PI
Comissão Pastoral da Terra - PR
Comissão Pastoral da Terra - RO
Comissão Pastoral da Terra - RR
Comissão Pastoral da Terra - RS
Comissão Pastoral da Terra - SP
Comissão Pastoral da Terra -
Secretaria Nacional - Goiânia - GO
Campanha Nacional pela Erradicação
do Trabalho Escravo, Araguaína-TO
Campanha Cerrado
Pastoral da Terra - CPT Nacional -
Goiânia - GO

IGREJAS

Cáritas Brasileira
Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Conselho Indigenista Missionário - Cimi
Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP
Documento de Diocese
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do
Brasil
Instituto Teológico São Paulo ((ITESP))

OUTRAS ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS, ENTIDADES E ÓRGÃOS ESTATAIS

ABA - Associação Brasileira de
Antropologia
Abra - Associação Brasileira de Reforma
Agrária
ABRAPO-Associação Brasileira dos
Advogados do Povo
Abrasco
Advocacia Geral da União (AGU)
Agro é Fogo
ANA - Articulação Nacional de
Agroecologia
ANAI - Associação Nacional de Ação
Indigenista Apiwtxa
Apoimme - Articulação dos Povos
Indígenas do NE, MG, ES
Arayara
Arpinsul - Articulação dos Povos Indígenas
da Região Sul
Articulação Anti-Projeto Grão-Pará-
Maranhão (Antigpm)

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- Apib

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Assembleia Geral do povo Kaiowá e Guarani

Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxà

Câmara dos Deputados

Campanha Contra Violência no Campo

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Cedefes-Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Central Única dos Trabalhadores

Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA)

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CIDH-Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA

CIR - Conselho Indígena de Roraima

CNDH-Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Comissão Guarani Yvyrupa - CGY

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo (CNEVC)

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)

Comitê de Apoio Barro Branco- Jaqueira

Comitê de Solidariedade à Luta pela Terra (Comsolute)

Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Comissão Guarani Yvyrupa - CGY

CONAQ - Coord. Nac. das Com. Negras Rurais Quilombolas

Conselho do Povo Terena

Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat

Conselho Indígena Mura (CIM)

Conselho Nacional de Justiça

Contag - Confederação Nac. dos Trabalhadores na Agricultura

Campanha Permanente Contra Os Agrotóxicos e Pela Vida

Conselho do Povo Terena

Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISp

Defensoria Pública

Delegacia de Polícia

Diário Oficial da União- DOU

Executivo Estadual

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - Fetaema

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado de Rondônia – Fetagro

Fian - Foodfirst Information e Action Network

Fórum Carajás - Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás

Fórums e Redes de Cidadania

Frente Nacional de Luta (FNL)

FTN Brasil

Fundação Nacional do Índio – Funai

Fundação Cultural Palmares	Liga dos Camponeses Pobres – LCP
Fundação José Cláudio e Maria	MCP - Movimento Camponês Popular
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	Mídia Guarani Mbya
Fundação Rosa Luxemburgo	Mídia Indígena Oficial
Governo Estadual	Mídia Jur
Governo Federal	Mídia Ninja
Governo Municipal	Mídia Terena
Grupo Chiru	MCP - Movimento Camponês Popular
Grupo de Combate ao Racismo Ambiental	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA
Guaicuy	Ministério da Saúde (MS)
Centro de Trabalho Indigenista	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Hutukara Associação Yanomami - HAY	Ministério do Meio Ambiente
Coletivo de Comunicação Indígena do Estado do Acre (Tetepawacomunica)	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Ministério Público do Trabalho - MPT
InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais	Ministério Público Estadual – MP
ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério Público Federal - MPF
IHU - Instituto Humanitas Unisinos	MIQCB-Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra	Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Inquérito Policial Militar (IPM)	Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Instituto Socioambiental	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Jornal do MST - São Paulo - SP	Movimento pela Soberania Popular na Mineração-MAM
Jubileu Sul	Movimento Quilombola (Moquibom)
Judiciário	Movimento Xingu Vivo
JusBrasil	MPP - Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
Justiça Global	Notícias da Amazônia - Secretaria do MST
Justiça nos Trilhos	Pará - Marabá
kilombomazo	Notícias STF
Kunangue Aty Guasu	Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab)
Legislativo Estadual	
Legislativo Municipal	

Observa Rondônia (Observaro)
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)
Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina (OCA)
Observatório Kunangue Aty Guasu (O.K.A.)
OIT - Organização Internacional do Trabalho
Omamor
ONU - Organização das Nações Unidas
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ)
PCB - Partido Comunista Brasileiro
Polícia Civil
Polícia Federal
Polícia Militar
Procuradoria da República no Tocantins
Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama)
Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)
Salve a Escola da Floresta
Salve a Floresta
SDDH-Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Sindicato dos Servidores do Poder
Judiciário do Estado do Ceará (Sind Justiça Ceará)
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Superior Tribunal de Justiça - STJ
Supremo Tribunal Federal (STF)
Teia dos Povos
Terra de Direitos

Terras Indígenas
Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA
Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM)
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT)
Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA)
Tribunal Regional Federal (TRF)
Unidade Popular - MS
Universidade Estadual
Universidade Federal
Universidade Federal de Minas Gerais
Urihi Associação Yanomami
Uruá- Tapera

FONTES DE IMPRENSA

A Cidade-Jornal de Votuporanga-SP
A Crítica - Manaus-AM
A Folha - São Carlos-SP
A Gazeta - Rio Branco-AC
A Gazeta - Vitória-ES
A Hora do Sul
A Nova Democracia - RJ
A Pérola do Mamoré
A Tarde - Salvador-BA
A Tribuna - Vitória - ES
A Tribuna News-Campo Grande-MS
A Tribuna-MT
A Voz do Povo- MG
Afronte jornalismo

Agência Brasil-RJ
Agência de Notícias Indígenas e Povos Originários. (ANIN)
Agência Estadual de Notícias do Paraná
Agência Folha - São Paulo-SP
Agência Pública
Agência Tambor
Agora RN
Agro Estadão
Alma Preta
Alô Bahia
AmaZoom
BBC Brasil
Bem Paraná - portal paranaense
Beradeiro News
BNC Amazonas
Boa Vista Já (BVJá)
Boletim de Ocorrência Policial
Vatican Radio Archive
Brasil de Fato - São Paulo-SP
Brasília Agora- BSB Online
BT Mais Oficial
Campo Grande News - MS
Capital News - MS
Capital Reset
Carta Capital
Centro Sabiá
Choquei Parente (Choparente)
Clima Info
CNN Brasil
CompreRural
Conectado News
Conect Amapá
Conexão Safra
Conexão Tocantins
Correio Braziliense - Brasília-DF
Correio do Estado - Campo Grande-MS
Cultura FM Castelo
Desacato
Dia a Dia - ES
Diário da Manhã - Goiânia-GO
Diário de Cuiabá - Cuiabá-MT
Diário do Amapá - Macapá-AP
Diário do Nordeste - Fortaleza-CE
Diário Reservense
Ecos da Notícia
ES Hoje
Esquerda News
Estadão -SP
Extra - Rio de Janeiro-RJ
Fato Regional – O Portal de Notícias do Sul do Pará
Folha Capital
Folha de Alagoas
Folha de Boa Vista-RR
Folha de Londrina - Londrina-PR
Folha de São Paulo - São Paulo-SP
Folha de Vitória - Vitória-ES
Folha do Bico - TO
Folha do Povo - Campo Grande-MS
Folha do Progresso - PA
Folha Nobre - RO
Gazeta Digital - MT
Gazeta do Povo - Curitiba-PR
Geledés
Gmais Notícias (G+)
GO In Foco (GOInFoco)
GP1 - O 1o Grande Portal do Piauí

Congresso em Foco
Zero Hora
Mongabay
Portal da Cidade - Registro
ICL Notícias
Informe Blumenau
Itatiaia
Jaru Online
JK Notícias
Jornal A Hora do Povo
Jornal Centro Oeste Popular
(CO.Popular)
Jornal Cruzeiro do Sul - Sorocaba - SP
Jornal da Paraíba - Campina Grande-PB
Jornal de Brasília - Brasília-DF
Jornal de Correntina
Jornal do Comércio-RS
Jornal do Tocantins - Palmas-TO
Jornal Fato
Jornal Folha Guanduense
Folha de Aimorés (Folha 1)
Jornal Massa-BA
Jornal O Eco - Lençóis Paulista
Jornal Opinião
Jornal Pará Terra Boa
Jornal Somos
Jornale - Curitiba - PR
Madeirão Web
Marco Zero - Macapá-AP
Midiamax
Midiamaxnews - Campo Grande - MS
Mimoso News
Mundo Negro (MN)
News Rondônia
Nossa FM 102
Notícia Preta
O Antagônico
O Dia - Rio de Janeiro-RJ
O Dia - Teresina-PI
O Eco - Rio de Janeiro-RJ
O Estado de Rondônia
O Estado do Pará
O Globo - Rio de Janeiro-RJ
O Imparcial - São Luís-MA
O Jacaré - ojacare.com.br
O Joio e o Trigo
O Jornal de Carajás, Marabá-PA
O Liberal - Americana-SP
O Liberal - Belém-PA
O Madeira
O Pedreirense
O Popular - Goiânia-GO
O Povo - Fortaleza-CE
O Seringal
O Tempo - Belo Horizonte-MG
Opinião - ES
Parágrafo 2
Pimenta Virtual
Planeta Folha
Portal Agreste Violento
Portal Candói
Portal Click Xaxim
Cidade Verde - PI
Portal de Rondônia
Portal e Rádio Web Obidense
Portal Poços Com
Portal Todo Segundo - AL
Portal Verdade

Portal Vermelho	Veja - São Paulo-SP
Portal R10	Voz da Terra
R7	Voz do Movimento
Radiobrás - Agência Brasil - EBC - Brasília	18 Horas
RD News - Portal de Notícias de MT	350
Rede Brasil Atual	Ac 24horas
Registro Diário	A Cidade On
Repórter Brasil Agência de Notícias	A Gazeta
Repórter Maceió	Amazonas Atual
Revista Cenarium	Amazônia Real
Revista Fórum - São Paulo-SP	Araraquara
Revista Oeste	Artigo19
Revista Século Diário - Vitória-ES	Bahia Notícias
Rondônia Agora	Brasil247
Rondônia ao Vivo	Canal Rural
Século Diário-ES	Casa Ninja Amazônia
Site Morro do Moreno - ES	Catve
Site Renato Roseno - Dep. Est. Ceará	Causa Operária
Site Terra	Cenário MT
Sumaúma	CGN
Tapajós de Fato	Click Nova Olimpia
Terra de Rondônia	Conexão Planeta
TNOnline	Conjur
Tribuna do Norte - Apucarana-PR	Contil
Tribuna do Norte - Natal-RN	Correio24horas
Tribuna do Planalto - Goiânia-GO	Correios Carajás
Tribuna Tocantins	Costa Oeste News
Tudo Rondônia	Debate Carajás
TV Band	De Olho nos Ruralistas
TV Globo - Rio de Janeiro-RJ	Diário Do Poder
Tv Pataxó Oficial	Diplomatique
UOL Notícias	Deutsche Welle
Valor Econômico - São Paulo-SP	Estado De Minas
Varadouro	Mais Goiás

Estadão Mato Grosso
Faepa PB
Folha de Vilhena
Folha do Sul
Folha Max
Folha Rondoniense
Gazeta Central
Gazeta do Cerrado
Geledés
Guajará Notícias
Ibahia
Info Amazonia
JG Notícias
Jornal Correio Do Vale
Jornal Ggn
Jornal Grande Bahia
Jornal In Foco
Jornalistas Livres
Jornal Minuano
Jornal Opção
Jota
Leia Já
Manchete Online
Marco Zero
Metrópoles
Mídia News
Mirante Online
Nd Mais
Nexo Jornal
Nortão Notícias
Notícias Agrícolas
Notícias Da Bahia
O Eco
Olhar Direto

Olhar Jurídico
O Presente
Outras Palavras
Paracatu
Plural
Poder 360
Projeto Colabora
Racismo Ambiental
RBJ Notícias
Rondônia Dinâmica
Roraima 1
Roraima Em Tempo
Saiba Mais
Seles Nafes
Sul21
Survival International
The Intercept Brasil
Tribuna Hoje
Tudo Sobre Xanxerê
Ver O Fato
VG Noticias
Xingu Mais
Zap Catalão
Zero Hora



PRESENÇA, RESISTÊNCIA E PROFECIA

Romper Cercas e Tecer Teias: A terra a Deus pertence! (cf Lv 25)

Presença da CPT
É sempre estar onde estiver
Caminhando em rede,
Sem ter hora de parar
Matando a sede de Justiça
E ajudando a alimentar.

Resistência é o caminho
Para quem quiser vencer
Por isso nós não desistimos
De andar junto com a CPT.

Profecia é seguir
O que está nos Teus mandamentos
Ajudando a quem precisa
Com o pão e alimentos
Junto com a CPT,
Trabalhando terra à dentro!

João Henrique Pereira

Ribeirinho brejeiro, membro do Coletivo de Povos e
Comunidades Tradicionais do Cerrado do Piauí

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL.2024



APOIE
A CPT